

Thaís Amorim d’Aquino

**COMUNICAÇÃO CONSELHISTA E TEORIA DEMOCRÁTICA
DELIBERATIVA:**

um estudo das plenárias e reuniões extra plenária no Conselho Estadual
do Idoso de Santa Catarina

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Sociologia Política da
Universidade Federal de Santa Catarina
para a obtenção do título de Mestre em
Sociologia Política.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Lígia Helena Hahn
Lüchmann

Florianópolis
2012

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

d'Aquino, Thaís Amorim

Comunicação conselheira e teoria democrática
deliberativa [dissertação] : um estudo das plenárias e
reuniões extra plenária no Conselho Estadual do Idoso de
Santa Catarina / Thaís Amorim d'Aquino ; orientadora, Lígia
Helena Hahn Lúchmann - Florianópolis, SC, 2012.

206 p. ; 21cm

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Sociologia Política.

Inclui referências

1. Sociologia Política. 2. democracia deliberativa e
comunicativa. 3. conselhos gestores de políticas públicas.
4. plenárias. 5. reuniões extra plenária. I. Lúchmann, Lígia
Helena Hahn . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política. III. Título.

Thaís Amorim d’Aquino

Comunicação conselhistas e teoria democrática deliberativa: um estudo das plenárias e reuniões extra plenária no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Sociologia Política”, e aprovada em sua forma final pela Banca Examinadora.

Florianópolis, 29 de outubro de 2012.

Prof.^a Dr.^a Lígia Helena Hahn Lüchmann
Orientadora
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof. Dr. Julian Borba
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Denílson Luís Werle
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

*“À última página desse livro que se fecha...
Ao prefácio do novo livro que começa...
Que eu ache a tinta, o papel e as ideias para a continuação dessa
história feliz!”*

AGRADECIMENTOS

Gostaria de deixar registrado em primeiro lugar, o meu inexpressável agradecimento aos meus pais, Miguel e Gisele, meu companheiro, Guilherme, minha avó, Gilsonir, e minha secretária, Roseli. Apesar de todo o meu esforço, eu provavelmente não teria conseguido ultrapassar sozinha, os obstáculos que surgiram no decorrer desse curso de mestrado e da produção dessa dissertação. Vocês foram a minha força e apoio nos momentos que eu mais precisei.

Agradeço também à minha orientadora, professora Lígia Helena Hahn Lüchmann, que além do encaminhamento intelectual, pode me proporcionar o espaço e tempo que eu necessitava para terminar as tarefas a que me propus. Reafirmo o dito anteriormente, quando do período de orientação do TCC, que a escolha não poderia ter sido mais acertada.

Agradeço outra vez, à professora Lígia Helena Hahn Lüchmann, e ao professor Julian Borba por terem me apresentado, ainda na graduação de Ciências Sociais em 2007, minha primeira disciplina em democracia. O perfil desses professores, a temática e a metodologia de ensino (finalmente, uma disciplina me daria a oportunidade de uma pesquisa de campo!) direcionaram todo o restante do meu curso de graduação e a pesquisa e curso de mestrado. Vocês fizeram a minha escolha pelas Ciências Sociais valer a pena.

Agradeço também aos conselheiros e funcionários do Conselho Estadual do Idoso de Santa de Catarina que foram receptivos à pesquisa desde o primeiro contato. Senti-me bem vinda e com acesso irrestrito a todas as informações de que necessitei. Deixo a eles o meu

agradecimento também como cidadã, principalmente àqueles que representam a sociedade civil organizada, com seu trabalho voluntário não remunerado, por se proporem a suprir uma enorme demanda de trabalho, dando sua contribuição à luta por uma sociedade mais justa.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal fazer uma análise de dois momentos do processo de discussão dentro do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina: as plenárias ordinárias e reuniões de comissão (reuniões extra plenária). Pretende-se com isso, analisar a proximidade dessas duas situações de debate às propostas da teoria da democracia deliberativa. Parte-se da hipótese que as reuniões de comissão são mais capazes de abrigar um debate rico e plural, se comparadas às plenárias; e da sub-hipótese que isso acontece por 1) um ambiente mais informal que permite aos participantes expressarem-se de forma mais espontânea, como propõe a democrata da diferença, Iris Marion Young (1996), e 2) um maior interesse/conhecimento daqueles que participam dessas reuniões sobre os temas ali tratados, no sentido dos argumentos de Fung e Cohen (2007). Para tanto, propôs-se uma metodologia baseada na observação e áudio gravação de plenárias e reuniões de comissão, seguida de uma minuciosa análise de discurso que atentasse para os elementos da teoria deliberativa (Habermas, Cohen, etc.) e da democracia comunicativa (Young).

Palavras chave: democracia deliberativa, democracia comunicativa, conselhos gestores de políticas públicas, plenárias, reuniões extra plenária.

ABSTRACT

This work has as main objective to analyze two moments in the process of discussion within the Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina: the ordinary plenary and committee meetings (extra plenary meetings). It is intended considering the proximity of these two debate situations to the proposals of the deliberative theory of democracy. The starting hypothesis is that the committee meetings are more likely to harbor a rich and plural debate, when compared to the plenary, and the sub-hypothesis suggests that this happens because 1) the more informal atmosphere that takes place in the committee meetings allows participants to express themselves in a more spontaneous manner, as proposed by the difference democrat, Iris Marion Young (1996), and 2) a greater interest/knowledge in the issues worked in these meetings by its participants, in the sense of Fung and Cohen's argument (2007). Therefore, we propose a methodology based on observation and sound recording of plenary and committee meetings, followed by a discourse scrutiny focusing the elements of deliberative theory (Habermas, Cohen, etc.) and communicative democracy (Young).

Keywords: deliberative democracy, communicative democracy, conselhos gestores de políticas públicas (public policies managing councils), plenary, extra plenary meetings.

Lista de Abreviaturas

ConCidades – Conselho das Cidades

CEI/SC – Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina

CDDB – Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro

CMAS-Florianópolis – Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

CNE – Conselho Nacional do Esporte

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo

EIR – Estatuto da Igualdade Racial

GT – Grupo de Trabalho

LOAS – Lei Orgânica da Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

Lista de quadros

Quadro 1 – Descrição dos Itens Analisados e Indicação das Ferramentas Correspondentes	114
Quadro 2 – Quadro de Análise Presencial	121
Quadro 3 – Quadro de Análise Pós-Debate	122
Quadro 4 – Análise Pós-Debate Agrupada Comissão I	135
Quadro 5 – Análise Presencial Agrupada Comissão I	137
Quadro 6 – Análise Pós-Debate Agrupada Comissão II	143
Quadro 7 – Análise Presencial Agrupada Comissão II	145
Quadro 8 – Análise Pós-Debate Agrupada Plenária 1	149
Quadro 9 – Análise Presencial Agrupada Plenária 1	153
Quadro 10 – Análise Pós-Debate Agrupada Plenária 2	158
Quadro 11 – Análise Presencial Agrupada Plenária 2	161
Quadro 12 – Totais Análise Pós-Debate Comissões	167
Quadro 13 – Totais Análise Pós-Debate Plenárias	168
Quadro 14 – Totais Análise Presencial Comissões	172
Quadro 15 – Totais Análise Presencial Plenárias	172
Quadro 16 – Conselhos Municipais de Florianópolis	207
Quadro 17 – Conselhos Estaduais de Santa Catarina	213
Quadro 18 – Análise Presencial Comissão I	224
Quadro 19 – Análise Pós-Debate Comissão I	267
Quadro 20 – Análise Presencial Comissão II	299
Quadro 21 – Análise Pós-Debate Comissão II	332
Quadro 22 – Análise Presencial Plenária 1	364
Quadro 23 – Análise Pós-Debate Plenária 1	400
Quadro 24 – Análise Presencial Plenária 2	421
Quadro 25 – Análise Pós-Debate Plenária 2	464

Sumário

INTRODUÇÃO	19
1. TEORIA DELIBERATIVA, CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS, PESQUISAS E CRÍTICAS ...	29
1.1. A TEORIA DELIBERATIVA	29
1.2. OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS	91
1.3. O PROCESSO DELIBERATIVO NOS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E UMA PESQUISA PRELIMINAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS	102
2. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA: DEMOCRACIA DELIBERATIVA, DEMOCRACIA COMUNICATIVA, PLENÁRIAS E REUNIÕES EXTRA PLENÁRIA	113
2.1. CONSTRUÇÃO DAS FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE DISCURSO: RELATÓRIO, ANÁLISE PRESENCIAL, TRANSCRIÇÃO, ANÁLISE PÓS-DEBATE E QUESTIONÁRIO	114
2.2. O CEI/SC: INFORMAÇÕES GERAIS	127
2.3. PLENÁRIAS E REUNIÕES EXTRA PLENÁRIA NO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA	133
2.3.1. <i>Comissões</i>	134
2.3.2. <i>Plenárias</i>	147
2.3.3 <i>Plenárias e reuniões extra plenária: análise comparada</i> ...	164
3. COMENTÁRIOS FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	191
ANEXO A – Conselhos Municipais de Florianópolis	207

ANEXO B – Conselhos Estaduais de Santa Catarina	213
ANEXO C – Relatório Comissão I	217
ANEXO D – Análise Presencial Comissão I	224
ANEXO E – Transcrição Comissão I	230
ANEXO F – Análise Pós-Debate Comissão I	267
ANEXO G – Relatório Comissão II	298
ANEXO H – Análise Presencial Comissão II	299
ANEXO I – Transcrição Comissão II	302
ANEXO J – Análise Pós-Debate Comissão II	332
ANEXO L – Relatório Plenária 1	353
ANEXO M – Análise Presencial Plenária 1	364
ANEXO N – Transcrição Plenária 1	376
ANEXO O – Análise Pós-Debate Plenária 1	400
ANEXO P – Relatório Plenária 2	416
ANEXO Q – Análise Presencial Plenária 2	421
ANEXO R – Transcrição Plenária 2	438
ANEXO S – Análise Pós-Debate Plenária 2	464
ANEXO T – Questionário e respostas agrupadas	480

INTRODUÇÃO

As últimas décadas do século XX abrigaram lutas e esforços intelectuais para uma remodelação da cidadania e da relação entre Estado e sociedade (Nobre, 2004) que atingiram grande parte dos países ocidentais. Essas novas propostas creditavam aos cidadãos a capacidade de tornarem-se agentes ativos nos processos que envolvem decisões sobre a vida pública, contrariando um histórico político e uma vasta produção intelectual que consideravam a população uma massa passiva e amorfa, incapaz de julgar com discernimento quais os rumos apropriados para o sistema político e social (Avritzer, 1996; Doimo, 1995).

Dentre essas propostas, temos aquelas chamadas por Cohen e Fung (2007) de “projeto radical-democrático”. Segundo esses autores, o projeto radical democrático divide-se em dois focos. O primeiro, seguindo a tradição rousseauiana, defende uma participação direta mais ampla dos indivíduos nas decisões públicas, levando a cidadania para além da contribuição em eleições periódicas. De acordo com Vitullo,

[a] meta principal dos defensores da democracia participativa é encontrar um conceito novo e mais amplo de cidadania, um conceito que permita impulsionar a desconcentração do poder político e que faça ingressar o homem comum no processo de tomada de decisão (Vitullo, 1999: 05).

O segundo foco concentra-se no processo deliberativo e seus elementos cognitivos e reflexivos (Nobre, 2004). Ao sustentar a distinção entre deliberação como “tomada de decisão” e como “processo de discussão” (Avritzer, 2000), os autores dessa linha acreditam que, ao incentivar a discussão sobre temas públicos, seria possível produzir-se a conscientização e a justiça social de modo mais amplo.

Para esses autores, um debate público ideal seria aquele no qual todos os possíveis afetados pelas decisões tenham chances iguais de contribuir (neutralizando as coerções externas e internas da participação) (Faria, 2000) e possam considerar os argumentos que basearam essas decisões justos, quando os analisam racionalmente. Os defensores de um sistema deliberativo acreditam que a obrigação imposta àqueles que quiserem participar do processo de discussão de tornar seus argumentos públicos, “tenderia a excluir aqueles interesses não defensáveis frente a terceiros” (Vitulo, 1999: 14), forçando os cidadãos “a ter de justificar suas decisões e opiniões apelando, de alguma forma, a interesses comuns e argumentando com razões que todos possam aceitar no debate público” (Vitulo, 1999: 12).

Dada a complexidade das sociedades modernas, Joshua Cohen – um dos autores mais referenciados na teoria da democracia deliberativa, ao lado de Jürgen Habermas (1997) e James Bohman (2000), entre outros – defende que é possível que existam motivações justas para as diferentes perspectivas mantidas pelos cidadãos – o que ele chama de pluralismo razoável (Cohen, 2007) – e que o processo de discussão serviria para expor essas razões, possibilitando que as decisões tomadas sejam vistas por todos como justas, sem que necessariamente seja criado

um consenso sobre qual seria a melhor solução para determinada controvérsia¹.

Uma das grandes mudanças propostas pelos teóricos de um sistema deliberativo seria o fato de a legitimidade passar a ser depositada na troca de razões que justifiquem as decisões tomadas a todos os interessados. Em uma democracia representativa tradicional é a contagem das preferências – entre outras formas, através do voto – que formando uma maioria, autoriza determinadas decisões. Nessa perspectiva – chamada de agregativa (Knight; Johnson, 2007) – à minoria não cabe nada além de conformar-se.

Ainda que partilhando da maior parte dos pressupostos da democracia deliberativa, alguns autores têm apontado a necessidade de se expandir a concepção de discussão democrática para além da argumentação racional (Young, 1996; Dryzek, 2003; Ryfe, 2005). Para a estadunidense Iris Marion Young, por exemplo, a restrição à discussão racional argumentativa provoca uma inclusão tendenciosa no debate, descaracterizando a igualdade de condições requisitada pelos próprios teóricos deliberativos.

Young propõe então, que à argumentação racional, sejam adicionadas outras formas comunicativas que ajudem grupos sociais excluídos e minorias a inserirem-se no debate, o que caracterizaria não

¹ A exemplo de Cohen, “[o] ideal de consenso tem há muito sido rejeitado pela maioria dos democratas deliberativos” (Dryzek, 2004: 52), o que não se aplica à teoria de Habermas, “na qual o consenso [...] ocupou um papel central no referencial contrafactual da situação ideal de fala, [ainda que muitos daqueles] simpáticos à tradição habermasiana” (Dryzek, 2004: 52) também já não mais o considerem como um resultado necessário ao processo deliberativo.

mais uma democracia deliberativa, mas uma democracia comunicativa. Para essa autora, o uso de saudações (*greetings*), de elementos de retórica e o contar-histórias (*storytelling*) facilitaria o diálogo entre indivíduos e grupos que apresentam amplas diferenças culturais e desigualdades de posições sociais.

A teoria deliberativa forneceu subsídios para uma série de propostas de instituições deliberativas. Algumas de caráter mais teórico – como as poliarquias diretamente deliberativas de Cohen (Faria, 2004) ou os minipúblicos de Robert Dahl (Fung, 2004) – outras como tentativas empíricas de criação de espaços controlados que pudessem garantir os ideais deliberativos, entre elas, as famosas enquetes deliberativas de James Fishkin (Fishkin; Luskin, 2005).

Por outro lado, principalmente nas últimas duas décadas, surgiram instituições políticas deliberativas com o intuito de compartilhamento de poder com os cidadãos. Citamos aqui como exemplo, o Encontro do Cidadão em Washington D.C., Estados Unidos (Fung, 2004), e no Brasil, o Orçamento Participativo (Lüchmann, 2002; Wampler; Avritzer, 2004) e os conselhos gestores de políticas públicas (Lüchmann, 2008; 2007; Lüchmann; Borba, 2007). Sendo essas instituições derivadas de uma soma de esforços sociais, políticos e intelectuais, fica a pergunta: até que ponto esses espaços de deliberação preenchem os requisitos estabelecidos pelos teóricos da democracia deliberativa?

Os conselhos gestores, por exemplo, foram criados com o intuito de serem canais das demandas populares e ferramentas que garantissem o espaço necessário para que os cidadãos de fato pudessem debater com representantes do governo, influenciando assim a definição de políticas

públicas. Mas uma série de pesquisas na década de 1990, período em que os conselhos começavam a ser criados e estruturados, apontava que essas instituições não estavam sequer sendo capazes de cumprir sua vocação deliberativa, sendo utilizadas mais como espaços de resistência do que para propor inovações sobre as políticas de que tratavam (Tatagiba, 2002).

Uma breve pesquisa realizada em 2007 no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis (CMAS-Florianópolis) trouxe novas dúvidas sobre o processo deliberativo nesses espaços. Segundo as informações levantadas, as discussões no CMAS de Florianópolis ocorriam em duas situações: a primeira, nas assembleias – reuniões obrigatórias previstas pelos estatutos de todos os conselhos e que requisita um quórum mínimo de conselheiros para acontecer – e a segunda, em reuniões menores e mais informais – as chamadas reuniões de comissão e grupos de trabalho (GTs) –, que ocorriam com maior frequência e debatiam temas específicos. Após a observação dos dois modelos de reunião, os pesquisadores concluíram que, enquanto as plenárias no CMAS de Florianópolis confirmavam as análises negativas sobre o processo deliberativo nos conselhos, os GTs e reuniões de comissão estavam sendo capazes de abrigar um debate rico e plural, onde todos os presentes participavam das discussões (d’Aquino; Rossi; Santos, 2007).

Como possível explicação para essa situação foram levantadas duas hipóteses. A primeira seria que a menor quantidade de pessoas presentes e a maior frequência das reuniões estivessem produzindo um clima de informalidade que deixasse os participantes mais seguros para dar sua contribuição às discussões. A segunda hipótese seria a de que,

sendo um espaço de presença voluntária e tratando de temas específicos, os GTs e as reuniões de comissão fossem frequentadas por indivíduos com maior conhecimento e interesse nos assuntos ali debatidos.

Apesar de os trabalhos não terem tido continuação, lembramos aqui que essas hipóteses já são de alguma forma previstas pela teoria deliberativa. Como já citado anteriormente, os trabalhos de Young (1996) apontam que a formalidade contida nas deliberações restritas a argumentos lógico-rationais dificultaria o compartilhamento de sentidos entre grupos sociais diferentes, diminuindo as possibilidades de participação daqueles que têm como hábito utilizar-se de outras formas e elementos comunicativos para expressar seus pontos de vista. Por outro lado, Cohen e Fung (2007) argumentam que participação e deliberação podem excluir-se mutuamente dado que, quanto maior a quantidade de pessoas envolvidas em uma deliberação, mais difícil que todas possam se manifestar, ou possuam níveis adequados de conhecimento sobre o tema discutido.

Dadas estas informações acerca dos indícios de uma deliberação de maior qualidade no sistema de comissões/GTs no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis e a aparente ausência de pesquisas que considerem esses espaços de discussão – já que toda a bibliografia consultada que apresenta os resultados desanimadores relatados anteriormente, faz análise exclusiva de plenárias –, propomos refinar a pesquisa preliminar, abordando agora, o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina.

Partimos da hipótese de que as comissões temáticas e os grupos de trabalho – ou ainda outros modelos de reunião extra plenária que sigam esse mesmo padrão, apresentam-se como espaços privilegiados

para um processo deliberativo mais rico e plural no debate de ideias quando comparados com as plenárias, aproximando-se mais das propostas iniciais dos conselhos gestores de políticas públicas. Se, como aponta Tatagiba,

[...] um dos grandes desafios presentes nessas experiências [...] é a construção de mecanismos – procedimentais e não-procedimentais – que permitam aos diferentes atores envolvidos nos processos deliberativos, principalmente àqueles em situação de desvantagem, expressar e sustentar publicamente sua diferença, de tal forma que todos tenham a expectativa de influenciar nos resultados da deliberação (Tatiga, 2002: 54) [...]

, esses espaços poderiam ser considerados como ferramentas úteis para a promoção de um debate de qualidade dentro de um formato institucional que encontrou barreiras práticas para a execução de suas propostas de fundação. Para além disso, trabalhamos com a sub-hipótese de que nesses espaços extra plenária – que contam com menos pessoas e maior frequência de encontros (se comparados às plenárias) – é criado um clima de familiaridade e informalidade entre os participantes que facilita a comunicação entre eles.

A primeira etapa da pesquisa de campo foi um levantamento dos conselhos municipais e estaduais existentes em Florianópolis². A

² O levantamento completo dos conselhos em Florianópolis pode ser encontrado ao final desse trabalho (anexos A e B). Lembramos aqui que, sendo

pesquisa começou via internet, principalmente através dos *sites* das secretarias municipais e estaduais. Feita essa listagem preliminar, começaram as visitas aos conselhos, onde o levantamento foi aprimorado através do método “bola de neve”³. Durante esse processo, foi averiguado em quais conselhos os espaços de deliberação extra plenária estão presentes.

Dentre os conselhos com reuniões extra plenária, selecionamos o Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina (CEI-SC) para o desenvolvimento da segunda fase da pesquisa de campo. A escolha CEI/SC deu-se de forma aleatória, considerando-se principalmente a receptividade e disponibilidade dos responsáveis pelo conselho em autorizar a pesquisa, demonstradas na primeira fase da pesquisa de campo. Essa etapa consistiu na observação de plenárias e reuniões extra plenária e na utilização das ferramentas de pesquisa (relatório/quadro de análise presencial, transcrição/quadro de análise pós-debate e

a capital do estado de Santa Catarina, Florianópolis abriga, além de seus próprios conselhos municipais, os conselhos estaduais de políticas públicas.

³ O método bola de neve consiste em, a partir do contato com os primeiros informantes, pedir indicações de outros atores sociais, até que as indicações comecem a se repetir, indicando o fechamento das possibilidades. Aponta-se como vantagem desse método, uma rápida identificação do conjunto de atores que participam de determinado processo social, nesse caso, os conselhos envolvidos em políticas públicas. Por outro lado, com a utilização desse método, corre-se o risco de apenas os atores mais visíveis serem citados (Rodrigues; Mustaro, [20--]) ou, de as indicações serem tendenciosas, dadas as afinidades entre os atores (Houtzager *et al.*, 2004) impossibilitando que atores periféricos ou menos atuantes apareçam nas indicações. Acreditamos, porém, que no caso dos conselhos de políticas públicas, esse risco foi minimizado devido ao universo relativamente pequeno de conselhos, bem como aos outros métodos utilizados para o levantamento.

questionário), descritas no capítulo 2. A análise comparativa do processo deliberativo presente nas reuniões extra plenária e nas plenárias baseou-se nas principais pressupostos da democracia deliberativa. Ainda relacionado à dinâmica de discussão, foram medidos elementos informais de comunicação, como proposto por Young (1996). Essa medição consistiu na identificação e análise da presença das três alternativas apontadas pela autora: saudações, retórica e contar-histórias.

Dado que apenas um conselho será analisado, fica claro que essa pesquisa terá uma abordagem qualitativa, não estando entre seus objetivos a produção de dados estatisticamente relevantes para outros conselhos, tampouco que seus resultados sejam generalizáveis (Guba, 1990).

Buscaremos com essa pesquisa então, responder os seguintes questionamentos: os espaços de deliberação extra plenária são frequentes nos conselhos gestores de políticas públicas? No Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, apresentam-se como um espaço otimizado para os debates, se comparados às plenárias? É possível confirmar as duas hipóteses levantadas pela pesquisa no CMAS de Florianópolis (otimização do debate via informalização e diminuição na quantidade de participantes/aumento do conhecimento e interesse). Ou, esse debate apresenta uma maior tendência a alcançar os requisitos da democracia deliberativa, se comparado com as deliberações em plenárias?

Com esse direcionamento a pesquisa aqui proposta será capaz de contribuir para a diminuição de duas fragilidades presentes nos estudos dessa área. Por um lado, toda a literatura sobre conselhos consultada faz análise exclusiva das plenárias. Alguns estudos chegam a citar a

existência dos espaços de debate extra plenária (Coelho, 2005; Teixeira; Tatagiba, 2008), sem contudo, torná-los foco de pesquisa. Por outro, apontamos uma lacuna no que se refere a estudos que tratem do processo deliberativo de forma geral e do processo deliberativo dentro dos conselhos, nessa primeira década dos anos 2000. Uma exceção são as pesquisas coordenadas por Leonardo Avritzer com conselhos de algumas capitais brasileiras (2009) e cidades do Nordeste (2007). Entretanto, esses estudos usam principalmente as atas de reuniões como forma de análise do processo deliberativo, o que, a nosso ver, deixa de fora uma série de contribuições verbais e não-verbais que caracterizam as situações de debate.

1. TEORIA DELIBERATIVA, CONSELHOS, PESQUISAS E CRÍTICAS

1.1. A TEORIA DELIBERATIVA

A democracia e suas possibilidades há tempos têm sido tema de preocupação intelectual, tendo muitos teóricos já oferecido modelos para a descrição e normatização do sistema democrático. Max Weber e outros autores posteriores, como Joseph Schumpeter e Giovanni Sartori, apresentaram certo consenso sobre a impossibilidade dos cidadãos participarem ativamente do processo democrático, em grande parte devido à descrença de que a massa seria portadora de uma racionalidade que a permitisse tomar decisões políticas com discernimento. Essas teorias, agrupadas pelo rótulo de “elitismo democrático”, tendem a “ênfatar a estabilidade às custas da participação popular” (Bohman; Rehg, 1997: XI, tradução livre⁴), afirmando que apenas as elites seriam capazes de se responsabilizar pelo processo político, representando dessa forma, os interesses da população. Ao povo, ficaria reservado o direito à escolha de seus representantes através do voto em eleições periódicas (Avritzer, 1996). O que esses teóricos não deixaram claro foi como uma população vista como irracional poderia fazer escolhas eficientes na hora do voto. É apenas na obra de Downs que se conseguiu propor uma explicação para esta questão.

⁴ No original: “[...] to emphasize stability at the expense of popular participation.”

Em 1957, em seu livro *An Economic Theory of Democracy*, Anthony Downs chega a defender certa racionalidade entre a massa, o que ficou conhecido como a teoria da escolha racional ou teoria econômica da democracia. Esse autor entendia o sistema político democrático como uma espécie de mercado no qual os indivíduos seriam capazes de organizar minimamente seus interesses, fazendo suas escolhas baseados no balanço entre custos e benefícios, ideia esta representada no conceito de *homo economicus*.

Segundo esse modelo, os eleitores traduzem, através de seus votos, um auto-interesse mais ou menos esclarecido, que se apresenta na forma de pretensões dirigidas ao sistema político; ao passo que os políticos, que gostariam de adquirir ou manter cargos, *trocam* esses votos pela oferta de determinadas políticas (Habermas, 1997: 62).

Entretanto, o espaço reservado à população no processo político continuaria se limitando ao voto, enquanto o processo decisório em maior escala deveria manter-se privilégio de elites.

Segundo Avritzer (1996), é o americano Robert Dahl quem propõe uma teoria intermediária entre o elitismo democrático e concepções alternativas da democracia. Ainda que suas formulações tenham sido iniciadas em seu *Um Prefácio à Teoria Democrática*, publicado originalmente em 1956, foi na obra *Poliarquia: participação e oposição*, de 1971, que Dahl desenvolveu sua proposta mais claramente. Ainda segundo Avritzer (1996), já em seu *Um Prefácio* [...], Dahl rompe com a oposição análise empírica/teoria normativa

combinando essas duas concepções ao utilizar-se do conceito de *maximização*. Neste, ficava implícita a intenção de Dahl de “descobrir quais são as características das democracias reais, descrever essas características e tomá-las como condições necessárias e suficientes para maximização da democracia” (Moreira, 2010: 13).

Dahl visa assim, em primeiro lugar, analisar que traços das democracias existentes contribuem para o seu fortalecimento. Segundo sua proposta, duas características cumprem esse papel, a saber, a inclusão/participação política da população e o estabelecimento de competição pelo poder no processo político. Partindo desses dois pressupostos, o autor propõe uma classificação dos sistemas políticos em quatro níveis de intensidade democrática: hegemonias fechadas, hegemonias inclusivas, oligarquias competitivas e poliarquias. Nessa proposta quanto mais um sistema político é inclusivo e competitivo, mais ele se enquadra no ideal de *poliarquia*. Para este autor, se de fato o governo deveria ser mantido sob a direção de grupos melhor preparados escolhidos através do processo eleitoral, “tal [governo] pode [...] ser mais ou menos legítim[o] dependendo do processo de discussão anterior à própria eleição” (Avritzer, 1996: 115). Dahl começa a apontar assim, os questionamentos que cresceram no decorrer dos anos e décadas seguintes sobre a validade e legitimidade da perspectiva elitista que afirmava que apenas um pequeno grupo seria capacitado a governar e sobre a possibilidade real desse grupo conseguir responder às necessidades da população.

De acordo com Vitullo (1999), as obras que vieram a formar o arcabouço teórico das propostas alternativas de democracia começaram a ser esboçadas ainda nos anos de 1960, respondendo em grande parte, à

necessidade de sistematização das reivindicações dos movimentos universitários, de fábricas e das grandes cidades. Mas é apenas nas décadas de 1970 e 1980 que essas propostas foram tomando uma forma mais definida (Pateman, 1992; Macpherson, 1982; Habermas, 1999, Manin, 1987), sendo as vertentes da Democracia Participativa e da Democracia Deliberativa as que mais se destacaram, alcançando também espaços nos processos políticos de vários países. A chamada crise da democracia representativa, com questionamentos sobre a capacidade desse modelo em responder às necessidades sociais, bem como o aumento progressivo das taxas de abstenção eleitoral, contribuiu grandemente para o fortalecimento dessas teorias (Silva, 2010).

A proposta participativa de democracia visa sobretudo, uma pluralização dos centros de poder de forma a possibilitar que mais pessoas possam participar diretamente dos processos de decisão. Nesse sentido, Pateman argumenta, por exemplo, que a democracia nos moldes participativos deve ultrapassar os processos políticos e atingir também outros aspectos da vida social, como a família, a escola e, especialmente, o local de trabalho. Segundo seu argumento, “a participação em estruturas de poder não governamentais é necessária para alimentar e desenvolver as qualidades psicológicas [...] requeridas para participação a nível nacional” (Pateman, 1992: 72).

Uma característica fundamental dessa teoria, também presente em outras teorias alternativas de democracia, diz respeito ao tipo de cidadão necessário para um modelo de democracia participativa. Além das mudanças procedimentais e institucionais, seria necessária uma transformação na maneira de pensar e de tomar decisões: os cidadãos deveriam relativizar suas preferências e necessidades individuais, sendo

mais tolerantes às perspectivas alheias e valorizando as prioridades coletivas. Segundo essa proposta, a própria participação seria benéfica no sentido de produzir uma conscientização do outro, promover uma educação cívica em que o público é reinterpretado e revalorizado, produzindo também mais conhecimento sobre os processos políticos que envolvem a vida de um grupo ou de uma sociedade mais ampla. Nesse sentido, é necessária “uma mudança na percepção das pessoas”, diz Macpherson,

[...] de verem a si mesmos e agirem essencialmente como consumidores para verem a si mesmos e agirem como usuários e desfrutadores do emprego e desenvolvimento de suas próprias capacidades. Este é um requisito não apenas para o surgimento, mas também para ao funcionamento da democracia participativa. Esta última auto-imagem carrega consigo um senso de comunidade cuja primeira não traz (Macpherson, 1977: 99, tradução livre⁵).

Autores dessa corrente indicaram possíveis mudanças institucionais para que a proposta participativa pudesse ser executada. Nesse sentido, David Held sugere que haja, por exemplo,

⁵ No original: “[...] a change in people’s consciousness [...], from seeing themselves and acting as essentially consumers to seeing themselves and acting as exerters and enjoyers of the exertion and development of their own capacities. This is requisite not only to the emergence but also to the operation of a participatory democracy. For the latter self-image brings with it a sense of community which the former does not.”

[...] participação direta dos cidadãos na regulação das instituições chave da sociedade, incluindo-se o lugar de trabalho e as comunidades locais; reorganização dos sistemas de partidos, fazendo os dirigentes do partido diretamente responsáveis perante seus afiliados; funcionamento dos “partidos participativos” na estrutura parlamentar ou do congresso [...] (Held, 1992: 315, tradução livre⁶).

Porém, como fica subentendido na citação anterior, é possível averiguar que alguns teóricos afirmam claramente que o objetivo não seria uma democracia direta por completo, sendo necessário manter-se, principalmente a nível nacional, “algum tipo de sistema representativo” (Macpherson, 1977: 95, tradução livre⁷).

Segundo Avritzer (2000), é John Rawls quem traz a primeira contribuição na direção de uma teoria democrática deliberativa. Desde Weber e durante todo o desenvolvimento das teorias elitistas, argumentos como a pluralidade cultural, a complexidade social, o despreparo político e intelectual dos cidadãos, e a eficiência burocrática, contribuíram para que o termo deliberação fosse usado para indicar o momento da decisão ou “a própria decisão” (Manin, 2007: 24), como

⁶ No original: “[...] participación directa de los ciudadanos en la regulación de las instituciones clave de la sociedad, incluyendo el lugar de trabajo y la comunidad local; reorganización del sistema de partidos, haciendo a los cargos del partido directamente responsables ante sus afiliados; funcionamiento de los ‘partidos participativos’ en la estructura parlamentaria o del congreso [...].”

⁷ No original: “[...] some kind of representative system.”

utilizado por Rousseau e na “linguagem comum” (Manin, 2007: 23). Nesse contexto, deliberar significava decidir, e quem deveria decidir eram as elites. Como Bernard Manin viria a propor de forma mais clara anos mais tarde, o termo deliberação contém em si também o significado de discussão, “o processo de formação da vontade, o momento particular que precede a escolha, e na qual o indivíduo pondera diferentes soluções antes de se filiar a uma delas” (Manin, 2007: 23), utilizada por Aristóteles e no vocabulário filosófico. Rawls considera essas duas concepções, recuperando os elementos argumentativos da deliberação na construção de sua teoria democrática e destacando-se assim, como um autor de transição entre as duas tradições teóricas.

Outra característica da formulação rawlsiana seria a diminuição da importância de discussões ocorridas entre cidadãos ou em organizações da sociedade civil, como aquelas encontradas nas associações e clubes. Para esse autor, a esfera pública, e portanto, também a razão pública e o processo deliberativo, estão localizados no Estado e suas organizações. “Nesses [...] aspectos”, afirma Benhabib,

[...] o modelo rawlsiano diverge do modelo deliberativo: o modelo deliberativo não restringe a agenda de debate público. Na verdade, encoraja o discurso sobre os limites que separam o público do privado. Segundo, o modelo deliberativo situa a esfera pública na sociedade civil e está muito mais interessado nos modos como os processos

políticos e a “cultura de base⁸” interagem (Benhabib, 1996: 76, tradução livre⁹).

Ainda que o termo deliberação tenha sido difundido já na década de 1980 por Joseph Bessette (1980) (Bohman; Rehg, 1997; Tullis, 2000), foi na década de 1990 que ocorreu a virada deliberativa no campo de teoria democrática (Silva, 2010; Dryzek, 2003), momento em que o desenvolvimento normativo da proposta deliberativa alcançou “sua maior expressão” (Silva, 2010: 25). A máxima partilhada pelos teóricos ligados a essa temática é a de que uma decisão somente deve ser considerada democrática quando todos os potencialmente afetados por ela, ao usarem de sua racionalidade, possam aceitá-la como justa (Habermas, 1997; Cohen, 2007; Dryzek, 2004). Apesar do recente surgimento de pesquisas sobre possíveis incompatibilidades entre participação e deliberação (Mutz, 2007; Fung; Cohen, 2007), alguns autores afirmam que a defesa por uma democracia deliberativa surge como uma retomada do ideal participativo – do qual Rousseau é um exemplar clássico (Fung; Cohen, 2007) – mas que, ao invés de enfatizar “o seu elemento ativista – a disposição em participar e a falta de

⁸ Rawls contrapõe a “cultura de base”, originada na sociedade civil, à “cultura política pública”, proveniente da esfera pública. Para mais esclarecimentos ver Rawls (1993).

⁹ No original: “In these [...] respects, the Rawlsian model diverges from the deliberative model: the deliberative model does not restrict the agenda of public conversation; in fact it encourages discourse about the lines separating the public from the private; second, the deliberative model locates the public sphere in civil society, and is much more interested in the ways in which political processes and ‘background culture’ interact.”

incentivos em despertá-la” – [concentra-se sobretudo, em] seus elementos cognitivos e reflexivos” (Araújo, 2004: 157).

Vitullo resume a dinâmica deliberativa da seguinte forma

[...] a discussão pública leva a moralizar as preferências, novas soluções e propostas surgem no curso do debate, os indivíduos descobrem informações que previamente não tinham, tornam-se mais informados, adquirem maior confiança e segurança em si mesmos, formam melhor suas opiniões, consolidam ou mudam suas opções de acordo com os argumentos que oferecem outros participantes do debate, moderam suas posições para adequar-se aos desejos dos demais, todos os potencialmente afetados são escutados antes de ser tomada uma decisão, as preferências que não podem ser defendidas em forma pública tendem a ser excluídas e aumentam as possibilidades de descobrir e corrigir erros de raciocínio e erros fáticos no curso da discussão (Vitullo, 1999: 13).

De acordo com Silva, porém, é importante ressaltar que para

[...] autores como John Rawls, Bruce Ackerman, Amy Gutmann e Dennis Thompson, é possível mobilizar certos elementos teóricos da democracia deliberativa para corrigir alguns defeitos do liberalismo. Por outro lado, existe um segundo conjunto de autores que se revê na tradição da

teoria crítica. [...] Aqui, a democracia deliberativa é vista como uma concepção alternativa e crítica do modelo dominante liberal: a ênfase é colocada não tanto nos direitos individuais como na noção de soberania popular, ou pelo menos, como em Habermas, na tentativa de se alcançar um compromisso entre ambos (Silva, 2010: 18).

Nessa perspectiva, seria possível se falar em uma corrente deliberativa liberal e uma corrente deliberativa crítica¹⁰. Nesse mesmo sentido, Dryzek argumenta que

Em seu senso mais amplo, a teoria crítica está preocupada em mapear a emancipação progressiva dos indivíduos e da sociedade em relação a forças opressivas. Contudo, tais forças são mais contingências ideológicas do que necessidades estruturais [...]. O que os liberais falham em reconhecer é que adquirir constituições e direitos baseados em leis é apenas metade da batalha. Eles falham em reconhecer os agentes

¹⁰ De fato, apesar de essa divisão parecer consenso, a classificação de diferentes teóricos não é decisão unânime. Enquanto, por exemplo, Fung e Cohen (2007) inserem Habermas no projeto radical democrático, Dryzek argumenta que a teoria habermasiana “não cabe perfeitamente nos requisitos de uma teoria crítica de democracia” (2008: 21, tradução livre*), afirmando que sua proposta não se dá a favor, nem tampouco contra “o Estado liberal (ou qualquer outro Estado)” (2003: 22 tradução livre**).

*No original: “[...] does not quite fit the requirements of a critical theory of democracy”.

**No original: “[...] the liberal (or any other) state”.

extra constitucionais de distorção que não podem ser facilmente combatidos através desses meios. Entre esses agentes incluem-se os discursos e ideologias dominantes, frequentemente entrelaçados com forças econômicas estruturais. [...] A teoria crítica da democracia não diz respeito apenas à identificação de tais forças e à ponderação sobre o que pode ser feito para combatê-las. Está preocupada também com a competência dos próprios cidadãos em reconhecer e se opor a tais forças, a qual pode ser fomentada através da participação em políticas democráticas autênticas (Dryzek, 2003: 20-21, tradução livre¹¹).

Fung e Cohen inserem esse último modelo da proposta deliberativa em sua formulação do projeto radical democrático. De acordo com esses autores, o projeto radical democrático define-se por:

¹¹ No original: "In its broadest sense, critical theory is concerned with charting the progressive emancipation of individuals and society from oppressive forces. It follows that such forces are ideological contingencies rather than structural necessities [...]. What liberals fail to recognize is that getting constitutions and laws right is only half the battle. They fail to recognize extra-constitutional agents of distortion that cannot easily be counteracted through such means. These agents include dominant discourses and ideologies, often intertwined with structural economic forces. [...] The critical theory of democracy is not just about the identification of such forces and contemplation of what might be done to counteract them. It is also concerned with the competence of citizens themselves to recognize and oppose such forces, which can be promoted through participation in authentically democratic politics."

Primeiramente, [...] os democratas radicais estão comprometidos com uma participação mais ampla nas decisões públicas. Os cidadãos devem ter uma atuação direta mais importante nas escolhas públicas ou, ao menos, engajar-se mais profundamente nas questões políticas substantivas, tendo a garantia de que suas preocupações e opiniões serão efetivamente ouvidas e atendidas por parte dos administradores públicos. Em segundo lugar, os democratas radicais enfatizam a deliberação. Ao invés de uma política de poder e interesse, são a favor de uma democracia mais deliberativa, em que os cidadãos abordam os problemas públicos por meio de um pensar conjunto sobre a melhor maneira de resolvê-los – e em que, como disse Jürgen Habermas [...], não há força em ação exceto a do melhor argumento (Fung; Cohen, 2007: 222).

Dentre os autores que teorizam sobre a democracia deliberativa, e entre os mais referenciados, encontra-se o alemão Jürgen Habermas. Para este autor, o processo deliberativo deve ocorrer mantendo-se algumas características fundamentais. A primeira delas é que o debate se realiza de forma argumentativa através da troca de razões e tem como objetivo o entendimento mútuo de cidadãos com diferentes perspectivas. Dessa forma, mesmo que haja uma pluralidade de visões – e a liberdade de pensamento e escolha deve, de fato, para Habermas, ser garantida legalmente – o processo deliberativo deve servir como ferramenta para a busca de algo em comum, de um acordo que possa ser compartilhado.

Sem a possibilidade de remeter a uma única concepção de bem comum que baseie a tomada de decisões, em uma política deliberativa os argumentos são julgados pelo seu caráter público, ou seja, sua capacidade de produzir justiça social de forma mais generalizada, relativizando os interesses particulares de cada um dos envolvidos no debate. Dessa forma, argumenta Habermas, uma política deliberativa colocar-se-ia entre uma concepção liberal de política – que visa apenas à organização de interesses conflitantes – e uma visão comunitarista de política – onde os julgamentos sobre o que é justo e injusto, certo ou errado, baseiam-se em uma “eticidade concreta de uma determinada comunidade” (Habermas, 1997: 46). Com a ação comunicativa voltada ao entendimento, Habermas resolve o problema destacado por teóricos elitistas desde Weber, possibilitando a coexistência entre pluralismo cultural e a obtenção de decisões populares conjuntas (Avritzer, 2000).

Ao tentar argumentar que a política não deve ser apenas uma competição entre interesses conflitantes, Habermas propõe que um processo deliberativo ideal não pode restringir-se apenas à medição da vontade através da contagem de votos, mas configura-se como

[...] uma discussão racional entre indivíduos iguais fazendo uso de suas razões. Nesse sentido, [...] [n]ão é suficientemente legítimo dizer à minoria que ela possui menos votos. O que é preciso é chegar a uma posição racional no debate político que [...] satisfaça [essa minoria] (Avritzer, 2000: 20).

Para tanto, esse debate deve incluir todos aqueles possíveis afetados pelas decisões que dele decorrerão ou, no mínimo, oferecer a possibilidade para que estes possam participar de forma equitativa. Condições prévias ao debate não deveriam afetar as chances dos indivíduos participarem e influírem nas discussões, sendo que a “tomada de posição [...] é motivada somente pela força não coercitiva do melhor argumento” (Faria, 2000: 61, tradução livre¹²). Segundo Habermas, essa situação é alcançada nas sociedades “onde se configura um direito positivo, uma política secularizada e uma moral racional, e que encorajam os seus membros a assumir um enfoque reflexivo em relação às suas próprias tradições culturais” (Habermas, 1997: 38).

Um conceito importante para entender-se qual o papel destinado aos cidadãos na teorização de Habermas é o de esfera pública, descrita como

[...] uma caixa de ressonância onde os problemas a serem elaborados pelo sistema político encontram eco. Nesta medida, a esfera pública é um sistema de alarme dotado de sensores não especializados, porém, sensíveis no âmbito de toda a sociedade (Habermas, 1997: 91).

É na esfera pública que ocorre a identificação e problematização dos impasses que ocorrem no âmbito da sociedade e da vida privada, que passam então a ser tema de deliberação pública. E para que essa

¹² No original: “[...] toma de posición [...] está motivada solamente por la fuerza no coercitiva del mejor argumento [...].”

deliberação produza resultados justos e racionais, é necessário garantir que haja um “fluxo de informação relevante cuja utilização não deve ser obstruída” (Habermas *apud* Faria, 2000: 60, tradução livre¹³). Nessa necessidade – bem como naquela relacionada às liberdades de pensamento e escolha, citada anteriormente –, encontra-se parte da justificação da importância dada por Habermas à ligação entre democracia e Estado de Direito.

Ainda segundo a teoria habermasiana, a esfera pública apresenta duas dimensões, e que aparecem de forma mais clara nas noções de *esfera pública geral* e de *esfera pública política* (ou esfera pública politicamente regulamentada) (Kritsch, 2010). Na esfera pública geral, os atores não podem

[...] exercer o poder, mas apenas exercer influência [...]. [T]al influência de uma opinião pública discursiva, constituída por meio das controvérsias públicas, pode, [na opinião de Habermas], mover algo. Estes influxos comunicativos formados na esfera pública geral, no interior do mundo da vida, são transmitidos, a partir de canais abertos à opinião pública, para a *esfera pública política* (isto é, ao parlamento), que é responsável por filtrar tais influxos e transmiti-los adiante nos processos de formação dos direitos positivos (ou da lei) (Kritsch, 2010: 337)

¹³ No original: “[...] flujo de información relevante cuya utilización no debe ser obstruída.”

Nesse caso, então, à sociedade civil é reservado o papel de problematizar os questionamentos advindos da vida privada, debatê-los publicamente de maneira que “propostas, informações e argumentos podem ser elaborados de forma mais ou menos racional” (Habermas, 1997: 94). Esse debate racionalmente orientado e originado na esfera pública geral acaba por formar uma opinião pública que deverá ser levada em consideração, influenciando a esfera pública política nas suas tomadas de decisões. De qualquer forma, o posicionamento da sociedade civil em relação às controvérsias tornadas públicas, só é transformado em decisão de governo e leis “quando se deposita nas convicções de membros *autorizados* do sistema político” (Habermas, 1997: 95, grifo no original). Assim, à sociedade civil cabe “apenas” problematizar e publicizar as demandas, mas não resolvê-las.

Note-se aqui que a definição de sociedade civil utilizado por Habermas, e por toda a tradição deliberacionista, é a mesmo que ganhou notoriedade nos anos de 1990, ficando conhecida pelo conceito da “nova sociedade civil”. Nesta perspectiva, da qual Jean Cohen e Andrew Arato são dois dos principais e mais influentes pensadores, a sociedade ganha uma divisão tripartite – mercado, Estado e sociedade civil – em que cada setor funciona com sua lógica própria. De forma simplificada, no mercado predominaria uma lógica de busca pela maximização dos lucros; as ações do Estado seriam guiadas pela obtenção e manutenção do poder e, no terceiro pólo, a sociedade civil, atuaria uma lógica de comunicação horizontal e construção de consensos. Segundo Laval, a despeito das diferenças existentes, a análise da literatura desse período permite encontrar certos traços comuns às diferentes linhas de estudo sobre a “nova sociedade civil”:

[...] primeiro, sua natureza coletiva e horizontal [...]; segundo, o caráter legítimo de suas demandas ou propósitos, concebidos em termos de ‘interesse geral’ [...]; terceiro, a adesão e separação livre e espontânea de seus membros [...]; quarto, a importância dos processos de comunicação na formação da vontade coletiva e nas estratégias para suscitar a atenção pública [...]; e, por fim, seu papel de mediação entre a sociedade não-organizada e os poderes econômico e político (LAVALLE, 2003: 97-98).

Com a divisão da esfera pública em duas dimensões, Habermas tenta resolver outro problema apontado pelos teóricos contrários à participação direta da população nas discussões e decisões políticas: como conciliar a participação de públicos cada vez mais numerosos com uma estrutura burocrática por sua vez também cada vez mais complexa? Ao utilizar a estratégia de “duas vias” (Dryzek, 2004: 47), Habermas aponta a existência de um espaço alargado de discussão, capaz de abrigar a participação de todos os interessados no debate e na formação da opinião pública, que apenas depois é afunilada nos mecanismos formais de decisão.

Outro autor que tem se dedicado a pensar sobre as possibilidades e limitações da democracia deliberativa é Joshua Cohen. Cohen compartilha de grande parte dos pressupostos de Habermas, principalmente no que diz respeito ao núcleo central da teoria deliberativa, a saber, de que a legitimidade democrática baseia-se na

justificação de decisões através de um processo de argumentação racional e que tenha o potencial de incluir todos os interessados e afetados por aquelas decisões. Cohen, porém, a exemplo de Dryzek (2004), acredita que o modelo habermasiano de uma esfera pública dividida em papéis de influência e de poder não é capaz de estabelecer o contexto necessário à soberania popular. Para ele, se a discussão e argumentação racionais são a fonte da legitimidade democrática, as “instituições nas quais as conexões entre deliberação e resultado sejam mais evidentes [são preferíveis àquelas] nas quais tais conexões sejam menos claras” (Cohen, 1997: 73, tradução livre¹⁴).

Cohen argumenta que para a realização do governo popular legítimo é preciso garantir-se três condições. Primeiramente, é necessário que se permita e estimule *inputs* que reflitam experiências e preocupações que podem ocupar a agenda de discussões. Segundo, são necessárias avaliações disciplinadas de propostas através de deliberações que envolvam valores políticos fundamentais. Por último, é importante garantir-se espaços mais institucionalizados, moldados para abrigar a participação dos cidadãos na tomada de decisões coletivas e para o aumento da qualidade das discussões na esfera pública informal (Lüchmann, 2002; Faria, 2000). Os espaços nos quais é possível encontrar-se esses três elementos são chamado por Cohen, Poliarquias Diretamente Deliberativas (PDD)¹⁵.

¹⁴ No original: “[...] institutions in which the connections between deliberation and outcomes are evident to ones in which the connections are less clear.”

¹⁵ Em outros trabalhos, Cohen utilize-se também das expressões “governabilidade participativa empoderada” e “arranjos participativos deliberativos” (Fung; Cohen, 2007).

O objetivo das PDDs seria então, não apenas fomentar a discussão informal e difusa na esfera pública geral, mas apresentar-se como um espaço capaz de abrigar a discussão política entre os cidadãos, vinculando diretamente de modos diversos, os resultados dessas discussões com as decisões na esfera da política formal. As PDDs também demandariam outras características. A busca de soluções deve ser feita localmente através da deliberação pública. Cohen argumenta que a discussão para a resolução de problemas locais possibilita a canalização do conhecimento e valores locais relevantes para os problemas em foco, facilitando também a análise dos impactos das decisões coletivas sobre a vida das pessoas afetadas por elas. Para que as decisões locais não sejam resultado de discussões demasiadamente limitadas, o autor propõe que as PDDs estejam em constante contato com outras PDDs locais, com o intuito de trocar experiências e ideias entre elas e possibilitando a busca e execução de melhores soluções para os problemas locais. Um empoderamento popular através de PDDs demandaria também uma adaptação das instituições políticas tradicionais. A essas instituições, como o Legislativo, por exemplo, caberia facilitar o trabalho das PDDs, disponibilizar os recursos, dar suporte na troca de informação entre as diversas instituições envolvidas no processo, etc. (Faria, 2000).

Para além desse foco na existência de espaços institucionalizados que abriguem as discussões públicas, Cohen utiliza-se do conceito de “pluralismo razoável” para explicar o processo de produção de acordos entre os cidadãos, argumentando que

[...] há concepções de valor distintas, incompatíveis, cada uma razoável, segundo as quais as pessoas se sentem sob condições favoráveis para o exercício de sua razão prática. A boa fé no exercício da razão prática por pessoas que estão razoavelmente preocupadas em conviver com as outras segundo os termos que outras podem aceitar não leva à convergência sobre uma filosofia de vida particular (Cohen, 2007: 117).

Dessa forma, Cohen acredita que pessoas que portam diferentes éticas, valores e ideias são capazes de conviver e debater sobre problemas públicos, sem que para isso seja necessário encontrar “o melhor argumento” ou “a melhor decisão” sobre determinada controvérsia. O que é preciso, é que as decisões sejam suficientemente justificáveis a todos, que possam ser vistas como justas por quaisquer pessoas, ainda que essas possam manter a sua preferência por outra solução para os conflitos que se apresentam.

Apesar da constatação do pluralismo razoável, Cohen esforça-se em mostrar que a existência de valores e racionalidades diversas e irreconciliáveis nas sociedades modernas não torna a democracia deliberativa um sistema procedimental relacionado meramente à forma como as decisões são tomadas. Para tanto, a democracia deliberativa deve garantir os valores da liberdade e da igualdade, contidas nos princípios da inclusão deliberativa, do bem comum e da participação.

O princípio da inclusão deliberativa referir-se-ia à garantia de que todas as falas, mesmo aquelas que não têm a intenção de intervir no

debate público (como um parecer técnico ou um testemunho), têm o direito de serem expressas nos processos de tomada de decisão coletiva. Para além disso, Cohen afirma que a liberdade de expressão deve ser garantida também àquelas justificativas e escolhas baseadas nas demandas morais e/ou religiosas dos cidadãos. “A falha em não proceder assim”, diz o autor,

[...] constituiria uma negação da condição de igualdade [...]. Como indica a expressão “princípio de inclusão”, [as] *liberdades* expressam a condição de *igualdade* dos cidadãos como membros de um corpo coletivo cuja autorização é exigida para o exercício legítimo do poder público (Cohen, 2007: 129-130, grifo nosso).

O princípio do bem comum, por outro lado, pauta-se na ideia de igualdade entre os cidadãos, que se torna o pano de fundo que deve permear todas as discussões e decisões tomadas pelo grupo. Dessa forma, o pressuposto da igualdade acaba por impor os limites sobre quais argumentos e decisões podem ser considerados justos ou injustos, definindo também os resultados do processo de discussão.

Por último, sobre o princípio de participação, Cohen afirma que

[...] a escolha democrática – institucionalizando o vínculo entre justificação deliberativa e o exercício do poder público – deve assegurar direitos de participação iguais, incluindo direito de votar, de associação e de manifestação política,

com um pressuposto forte contra as restrições sobre o conteúdo ou o ponto de vista da expressão; direito de ocupar cargos públicos; um pressuposto forte em favor da ponderação igualitária dos votos; e uma exigência mais geral de igualdade de oportunidades para a influência efetiva (Cohen, 2007: 132-133).

Segundo o autor, a garantia de direitos instrumentais convencionais, como o voto, ajudaria na defesa de outros direitos políticos porque serve como um lembrete de que os cidadãos têm que ser tratados como iguais na deliberação pública. Além disso, em um sistema deliberativo, grande parte das justificações que historicamente produziram exclusão política – como aquelas baseadas no gênero ou etnia – não conseguiria ser sustentada em um processo de discussão pública, fomentando, dessa forma, as oportunidades de participação generalizada.

Uma iniciativa de promoção de deliberação pública bastante comentada na literatura sobre o assunto diz respeito às enquetes deliberativas promovidas por James S. Fishkin e colaboradores (Fishkin; Luskin, 2005; Fishkin; Rosell, 2004). Nesta metodologia, propõe-se que seja feita uma averiguação das opiniões de uma amostra aleatória de cidadãos sobre um determinado assunto. Após esse primeiro procedimento, o mesmo grupo é levado a um local isolado, com o intuito de estarem submetidos a um período de imersão informativa cuidadosamente balanceada. Além de material didático, os indivíduos têm acesso a debates com outros cidadãos, onde são encorajados a “pesar argumentos que contrastam com os seus em discussões com interlocutores heterogêneos” (Fishkin; Luskin, 2005: 287, tradução

livre¹⁶), sendo também possível fazer consultas a *experts* no assunto ou políticos envolvidos com aquela questão. Ao final do período de isolamento, um novo levantamento é feito, facilitando considerações no sentido da capacidade de um processo deliberativo alterar as noções prévias dos cidadãos. Segundo Fishkin “as enquetes deliberativas oferecem uma imagem do que seria a opinião pública se a população fosse mais informada e mais engajada em uma determinada política pública ou questão política” (Fishkin; Rosell, 2004: 57, tradução livre¹⁷).

Uma das características que torna as iniciativas de Fishkin interessantes, a saber, um experimento controlado de deliberação, é também apontada como uma de suas maiores fragilidades. Respondendo a alguns anseios da teoria deliberativa, principalmente no que diz respeito à livre circulação de informações (Habermas, 1997), igualdade (através da seleção por amostragem) (Fishkin; Luskin, 2005) e a não coerção durante o processo de discussão, essas enquetes por outro lado, afastam-se das práticas deliberativas reais, dando margens a questionamentos sobre a aplicabilidade das conclusões formuladas a partir desses experimentos a contextos políticos onde o processo deliberativo ocorre de forma mais espontânea (Mutz, 2006). Nesse sentido, ainda que as enquetes de Fishkin possam ser vistas como uma ferramenta possível para resolver o problema da “economia da

¹⁶ No original: “[...] to weigh opposing arguments in discussions with heterogeneous interlocutors [...]”

¹⁷ No original: “Deliberative polls offer a picture of what public opinion would be like if the public were more informed and more engaged in a particular public policy or political issue.”

deliberação” (Dryzek, 2004), já que seria impossível consultar toda uma população de forma deliberativa sobre determinada decisão pública (Fung; Cohen, 2007), questiona-se em que medida os posicionamentos construídos numa situação desse tipo podem ser representativos de uma coletividade maior, como desejariam seus proponentes (Fishkin; Rosell, 2004). A participação na imersão informativa proposta nesses espaços possibilita uma ponderação sobre os diversos pontos de vista, processo esse que, de forma geral, seria mais custoso/espórádico na vida cotidiana do cidadão. Dessa forma, argumenta Ryfe,

Na medida em que o aprendizado ganha espaço, os indivíduos deixam de representar a comunidade da qual eles foram retirados. Ironicamente, preenchendo um requisito deliberativo (aprendizado), o método provoca um curto circuito no outro (representatividade) (2005: 53, tradução livre¹⁸).

Uma situação desse tipo pode ser exemplificada quando, em 6 de novembro de 1999, a população australiana foi chamada a votar para decidir sobre a substituição ou não do sistema monárquico australiano por uma república. Ainda que a proposta republicana tenha tido um “sucesso esmagador” em um contexto de enquete deliberativa, através do referendo os australianos aprovaram a continuidade da monarquia,

¹⁸ No original: “To the extent that learning takes place, individuals cease to represent the community from which they were drawn. Ironically, by fulfilling one deliberative principle (learning), the method short-circuits another (representativeness).”

caracterizando o que Dryzek chamou de um “fracasso deliberativo em nível nacional” (2004: 43).

Mutz (2006) também aponta algumas lacunas no que ela chama de “validade externa” e “validade interna” desse método. A validade externa referir-se-ia à generalização das conclusões obtidas nas enquetes deliberativas controladas a situações deliberativas reais, no mesmo sentido dos argumentos de Ryfe e Dryzek. Além disso, a autora aponta as dificuldades para se estabelecer uma relação causal entre os diversos fatores que são manipulados ao mesmo tempo nos testes de uma enquete deliberativa (validade interna). “Infelizmente”, escreve Mutz,

[...] por enquanto, não fica claro a partir das pesquisas, se os resultados são devidos aos esforços educacionais associados às enquetes, à atenção individual que as elites políticas dão aos [cidadãos] comuns durante esses eventos, à deliberação entre os cidadãos, à quantidade de conversas transversais nessas deliberações ou a algum outro aspecto dos fóruns (Mutz, 2006: 59, tradução livre¹⁹).

Nesse sentido, a autora aponta também que não é possível garantir se as possíveis mudanças nas opiniões e posicionamentos dos cidadãos

¹⁹ No original: “[...] it is unclear from research to date whether results are due to the educational efforts associated with the polls, the direct personal attention political elites give to ordinary [...] during these events, the deliberation among citizens, the extend of crosscutting conversation in those deliberations, or some other aspect of the forums.”

tenham sido resultado das trocas de informação durante as enquetes deliberativas, ou se outros fatores e fontes podem ter influenciado os indivíduos no período entre o primeiro levantamento de opinião e o momento de isolamento. Essa falta de acurácia, segundo Mutz, tem impactos importantes no que diz respeito às interpretações sobre o processo deliberativo.

Por exemplo, se o material educativo enviado é responsável por efeitos desejáveis, então, o que nós temos é um argumento a favor de campanhas públicas informativas. Por outro lado, se a presença de políticos especialistas [...] nas sessões deliberativas é o que conduz a resultados desejáveis, então, nós temos um argumento a favor de uma visão mais verticalizada sobre como a democracia deve operar mais benéficamente. Finalmente, se resultados positivos são um trabalho das discussões dos participantes com outros de igual posição em um arranjo social, então, nós teríamos evidências em suporte da deliberação como um meio para o aprimoramento dos cidadãos (Mutz, 2006: 59, tradução livre²⁰).

²⁰ No original: “For example, if the educational material that are mailed out are responsible for desirable effects, then what we have is an argument in favor of public information campaigns. On the other hand, if the presence of the political experts [...] at the deliberative sessions is what drives the desirable outcomes, then we have an argument for a more top-down view of how democracy might operate most beneficially. Finally, if positive outcomes are a function of participants’ talking to others of equal status in a civil setting, then

Ainda que os teóricos apresentem um consenso sobre as linhas gerais da teoria deliberativa (como a necessidade da livre informação, igualdade nas oportunidades de participação, ausência de coerção anterior e durante o processo de discussão, publicidade dos temas, etc.), alguns autores apresentam propostos complementares, em grande parte, respondendo a críticas direcionadas por pensadores do liberalismo e da teoria da escolha social (Knight; Johnson, 2007).

Dryzek, por exemplo, aponta a impossibilidade de que todos os indivíduos, ou mesmo de que muitos deles, participem de forma direta de decisões coletivas nos Estados-nação contemporâneos, ou de que os cidadãos disponham do tempo necessário para debater sobre as questões complexas que envolvem decisões de larga escala, indicando assim o que ele chama de “limitações da economia da deliberação” (Dryzek, 2004).

Alguns autores deliberacionistas já tentaram encontrar soluções para esse problema. Primeiramente, como em John Rawls e Bruce Ackerman, as situações deliberativas poderiam ser restritas a uma gama limitada de assuntos. Em segundo lugar, poder-se-ia restringir o número de cidadãos envolvidos em cada situação deliberativa, sendo estes selecionados por eleição popular ou amostragem (como nas enquetes de James Fishkin, nos *minipopulus* de Robert Dahl e nas demarquias de

we would have evidence in support of deliberation as a means to enrich citizens.”

John Burnheim), ou ainda, como na concepção rawlsiana singular e universal de razão pública em que

[...] seus termos são idênticos para todos, e todos os indivíduos que a exercerem chegarão às mesmas conclusões. [...] Assim sendo, [...] tudo o que é realmente preciso é um indivíduo que delibere sobre [determinado tema] (Dryzek, 2004: 45).

Outra proposta para resolver o problema da economia da deliberação seria a desenvolvida por Robert Goodin, que indica a necessidade de que os envolvidos em uma deliberação tenham em mente aquelas que supõe serem as preferências dos indivíduos não presentes, de forma que estes tenham suas necessidades incluídas no debate. Por último, Dryzek aponta a solução habermasiana das “duas vias”, em que a esfera pública é bifurcada em esfera pública geral e esfera pública política (Kritsch, 2010), alargando os limites da segunda e assim possibilitando uma participação massiva da população, como já descrito anteriormente²¹. Seja por depositarem a legitimidade deliberativa em eventos dos quais a maior parte dos cidadãos pode nunca ter a oportunidade de presenciar, seja por oferecerem formulações “imprecisas e intangíveis” (Dryzek, 2004: 48) de esfera pública, entre outros motivos, para Dryzek, essas propostas não seriam as mais adequadas para garantir a legitimidade das

²¹ Para um maior detalhamento dessas propostas e das críticas do autor a cada uma delas, ver Dryzek (2004: 41-48).

decisões coletivas e ao mesmo tempo resolver os impasses da economia da deliberação.

Dryzek propõe então, uma mudança de foco do indivíduo para os discursos como forma de garantir a viabilidade de uma democracia deliberativa, que, a partir dessa passagem de foco, passa a denominar-se democracia discursiva (Dryzek, 2004; 2003). Esse autor parte do pressuposto que a esfera pública é um espaço que abriga uma permanente disputa de discursos, os quais podem ser definidos como

[...] um modo compartilhado de se compreender o mundo [através da] linguagem. Nesse sentido, um discurso sempre apresentará determinadas assunções, juízos, discordâncias, predisposições e aptidões. Estes termos comuns significam que os aderentes a um dado discurso serão capazes de reconhecer e processar estímulos sensoriais em histórias ou relatos coerentes, os quais, por seu turno, podem ser compartilhados de uma maneira intersubjetivamente significativa (Dryzek, 2004: 48-49).

Dessa forma, a legitimidade de uma democracia discursiva não residiria na participação de todos os indivíduos interessados e afetados por determinada política pública, mas na presença de todos os discursos representativos das opiniões de todos os indivíduos interessados em um determinado tema de discussão. A legitimidade discursiva é alcançada quando uma decisão coletiva estiver em conformidade com uma opinião pública formada através da competição de discursos refletida por

cidadãos competentes na esfera pública, influenciando o Estado por diversos meios, entre eles, mas não primordialmente, o processo eleitoral.

Um elemento trazido por Dryzek e até agora pouco abordado por teóricos da democracia deliberativa diz respeito à inclusão de agentes não humanos no processo político, o que o autor chama de “democracia verde” (Dryzek, 2003:140, tradução livre²²)²³. Segundo esta proposta, se a democracia deseja ser um sistema não coercivo e inclusivo, deve também considerar as necessidades daqueles que não são capazes de defender seus direitos, quebrando os limites entre seres humanos e não-humanos. Ainda assim, Dryzek argumenta que qualquer “ecocentrismo” ou “biocentrismo” que substituísse o atual antropocentrismo na política, não seria a solução ideal para a inclusão dos agentes não humanos na política e na resolução da crise ambiental contemporânea. Para o estabelecimento de uma política verde, diz o autor, é necessário que se estabeleça não apenas valores ecológicos²⁴, mas uma estrutura política verde²⁵. Por “estruturas políticas verde” não se deve entender a adoção de qualquer tipo de modelo social encontrado no mundo natural, mas considerar

²² No original: “green democracy”.

²³ Para exceção, ver Eckersley, 2000.

²⁴ No original: “green values”. Por valores ecológicos ou verdes, o autor entende argumentos e ações em defesa da natureza, os quais, ainda que inovadores, podem ser trabalhados dentro das estruturas políticas já estabelecidas.

²⁵ No original: “green political structure”.

[...] uma variedade de níveis e tipos de comunicação aos quais nós humanos devemos tentar nos adaptar. A chave aqui é diminuir “centrismos” de qualquer sorte e ao invés disso, focar nos modos de interação que podem ocorrer através das fronteiras entre humanidade e natureza [...] procurando um intercâmbio mais igualitário no limite humano/natural. Resumidamente, uma democratização ecológica é dessa forma, uma questão de integração mais efetiva da comunicação política e ecológica (Dryzek, 2003: 146, tradução livre²⁶).

Ainda que em uma democracia deliberativa, ou discursiva, como propõe Dryzek, a produção de acordos baseados na exposição de razões e argumentos dos sujeitos interessados seja o principal objetivo da comunicação, o autor argumenta que os interesses da natureza podem estar inseridos nas discussões de duas formas. Primeiro, através da representação em que atores humanos traduzem as necessidades do meio natural em discurso político humano razoável. Em segundo lugar, é preciso aprender-se a comunicar através da diferença humano/não humano, e similarmente à comunicação através de outros tipos de

²⁶ No original: “[...] a variety of levels and kinds of communication to which we humans might try to adapt. The key here is to downplay ‘centrism’ of any kind, and focus instead on the kinds of interactions that might occur across the boundaries between humanity and nature. [...] seeking more egalitarian interchange at the human/natural boundary [...]. In short, ecological democratization here is a matter of more effective integration of political and ecological communication.”

diferença, a habilidade de efetivamente se ouvir é o elemento essencial e principal nesse processo. Segundo a razão de Dryzek, ainda que a natureza não seja capaz de estar presente em um debate para apresentar razoavelmente suas necessidades e preferências, ela é capaz de se comunicar quando, por exemplo, ocorrem

Interrupções nos [processos ecológicos que transcendem os limites das espécies, como a criação, modificação ou destruição de nichos, ou ciclos envolvendo oxigênio, nitrogênio, carbono e água] [, que] ocasionalmente chamam a nossa atenção, na forma de (digamos) mudanças climáticas, desertificações, desflorestamentos e extinção de espécies (Dryzek, 2003: 149, tradução livre²⁷).

O conteúdo da comunicação política entre natureza e humanidade, esclarece Dryzek,

[...] deve envolver a atenção aos sinais de resposta que emanam dos sistemas naturais. Nesse caso, o desafio prático no que diz respeito ao modelo institucional torna-se a desconstrução das barreiras para tal comunicação. É importante

²⁷ No original: "Disruptions in [ecological processes which transcend the boundaries of species, such as the creation, modification, or destruction of niches; or cycles involving oxygen, nitrogen, carbon, and water] [...] occasionally capture our attention, in the form of (say) climate change, desertification, deforestation, and species extinction."

também, prestar atenção aos sinais de resposta daqueles mais próximos a danos ambientais (Dryzek, 2003: 154, tradução livre²⁸).

Nessa perspectiva oferecida pelo autor, ainda que à natureza falte a auto consciência que produz a subjetividade, esta também não é material bruto: “[...] a natureza não é passiva, inerte e plástica. Ao invés disso, esse mundo é verdadeiramente vivo e impregnado de significados” (Dryzek, 2003: 148, tradução livre²⁹) sendo dessa forma, como os humanos, agente. O reconhecimento de agência na natureza garante, no mínimo, respeito pelos objetos naturais e os processos ecológicos, afirma Dryzek.

Um dos principais argumentos apontados pelo autor como indício da agência da natureza e da necessidade de se fomentar a comunicação entre esta e o mundo político é a hipótese de Gaia, lançada pelo cientista britânico James Lovelock na década de 1970, na qual se propõe que as interações dos processos biológicos e físicos no planeta Terra estão intimamente interligados, agindo como uma inteligência auto reguladora que busca o equilíbrio necessário para a sua própria continuidade. Desse processo, o homem é parte essencial, e assim, uma política que trate do homem, não poderia deixar de tratar também da natureza.

²⁸ No original: “[...] might involve attention to feedback signals emanating from natural systems; in which case, the practical challenge when it comes to institutional design becomes one of dismantling barriers to such communication. It is also important to attend to the feedback signals emanating from those closest to environmental damage.”

²⁹ No original: “[...] nature is not passive, inert, and plastic. Instead, this world is truly alive, and pervaded with meanings.”

Ainda de acordo com Dryzek, dizer que é preciso reservar um espaço para a “fala da natureza” no processo político não significa dizer que seja necessário considerar a democracia como algo natural. Nas palavras do autor,

Existem muitas razões para que a democracia em geral e a democracia deliberativa em particular sejam desejáveis, e apenas poucas delas são ecológicas. [...] A questão [aqui é mostrar] um argumento adicional a favor da democracia deliberativa, [na medida em que] esta pode ser estendida em uma direção ecológica, e que a melhor maneira de fazer isso é reconhecendo-se as capacidades comunicativas que natureza e humanidade compartilham (Dryzek, 2003: 151, tradução livre³⁰).

Assim, continua o autor, não há razões para supor que o alargamento do raciocínio promovido pelo exercício deliberativo deve ficar confinado aos limites do mundo humano. Se a democracia visa neutralizar estruturas de autoritarismo, uma política mais igualitária demandaria também uma descolonização da natureza.

³⁰No original: “There are many reasons why democracy in general and deliberative democracy in particular are desirable, only some of which are ecological. [...] the issue is [...] an additional argument in favour of deliberative democracy [...] it can be extended in an ecological direction, and that the best way to do this is through recognizing the communicative capacities that nature and humanity share.”

Alguns autores, como Ryfe (2005) têm apontado as dificuldades frente à realização empírica da teoria deliberativa no que diz respeito à mobilização de indivíduos dispostos a uma reflexão mais complexa sobre temas públicos. Baseando-se naquilo que chamou de “revolução cognitiva³¹”, Ryfe sugere que o conceito de “heurística” poderia ser útil para se entender como se desenvolvem as discussões em espaços deliberativos, ou muitas vezes, porque elas não acontecem. Baseando-se em uma série de pesquisas anteriores, Ryfe aponta a relutância do cidadão comum à deliberação e o seu hábito cotidiano de apelar para “atalhos de informação” e pressuposições, que tornam os raciocínios e decisões cotidianos mais fáceis, mas mais irrefletidos³². “Especialmente, diante de assuntos difíceis e complexos, as pessoas buscam ‘passar a bola’ na tentativa de evitar a responsabilidade de uma tomada de decisão” (Ryfe, 2005: 51, tradução livre³³). “Resumidamente”, diz o autor,

[...] a ideia é que, em qualquer situação dada, os indivíduos irão raciocinar usando analogias de informação. Ao invés de captar e avaliar todas as informações relevantes, os indivíduos escolhem atalhos informativos, confiando em algum subgrupo de informação para fazer um

³¹ No original: “cognitive revolution”.

³² Alguns dos trabalhos citados por Ryfe são: Lupia *et al.* (2000), Mondak (1994), Mutz *et al.* (1996), Sniderman *et al.* (1991) e Sears (1993; 2001), entre outros.

³³ No original: “Especially in the face of difficult, complex issues, people seek to ‘pass the buck’ in the effort to avoid responsibility for decision making.”

juízo, e descartando o resto. [E] os pesquisadores têm encontrado esse processo funcionando em todos os níveis de tomada de decisão (Ryfe, 2005: 55, tradução livre³⁴).

Para além do nível individual, as pesquisas apontadas por Ryfe revelam que a interação em pequenos grupos também frequentemente funciona através dos atalhos de informação. Os indivíduos envolvidos em discussões de grupo tenderiam a esquivar-se de conflitos, identificando pontos de conhecimento em comum, que servirão de base para o desdobramento da discussão, permitindo que mais provavelmente sejam encontradas decisões pouco esclarecidas do que julgamentos propriamente deliberativos³⁵.

Ryfe sugere então que algo crucial para a superação desses hábitos confortáveis do cotidiano seria a motivação daqueles envolvidos em um processo deliberativo. “Quando dizemos que os indivíduos obtiveram sucesso em deliberar, nós queremos dizer que eles estiveram motivados a superar impedimentos históricos, estruturais e psicológicos com o intuito de uma reflexão intencional” (Ryfe, 2005: 56 tradução

³⁴ No original: “In a nutshell, the idea is that, in any given situation, individuals will reason by using information cues. Instead of taking in and evaluating all relevant information, individuals take an information shortcut, relying on some subset of information to make a judgment and discarding the rest. Researchers have found this process at work in every level of choice making.”

³⁵ Alguns dos trabalhos citados por Ryfe no que diz respeito ao uso de atalhos de informação nas discussões em grupo são: Davis *et al.* (1989), Gigone; Hastie (1993, 1997), Schulz-Hardt *et al.* (2000) e Wittenbaum *et al.* (1999), entre outros.

livre³⁶). Seguindo o raciocínio, o autor sugere que em um *continuum* motivacional que vai do “manter opiniões prévias” a “obter conclusões apuradas”, uma atitude deliberativa estaria fortemente vinculada à segunda opção. Ainda segundo as pesquisas citadas, Ryfe aponta que três mecanismos tenderiam a motivar os sujeitos a manter uma atitude deliberativa/vontade de obter conclusões apuradas: responsabilização (*accountability*), alta participação e diversidade.

Trabalhos experimentais têm mostrado que indivíduos avisados que deverão discutir seus julgamentos publicamente tendem a processar mais informações de forma mais objetiva. Relacionada a essa noção, mas menos documentada, é a ideia de que a percepção das consequências também influenciará a motivação. Se as consequências são percebidas como sendo grandes e diretas, então convém que os indivíduos gastem mais energia para encontrar decisões corretas. Finalmente, [...] outros trabalhos têm mostrado que a deliberação é mais provável em grupos diversificados. [...] Sob certas condições, membros de grupos minoritários podem oferecer novos pontos de vista que levam os membros da maioria a aprender – isto é, a afastarem-se de roteiros estabelecidos em direção a ponderações

³⁶ No original: “When we say that individuals succeed in deliberating, we mean that they have been motivated to overcome historical, structural and psychological impediments to intentional reflection.”

mais profundas sobre novas ideias (Ryfe, 2005: 57, tradução livre³⁷).

Entre as críticas feitas ao modelo deliberativo, encontra-se também aquela feita por Iris Marion Young, na qual a autora abala um dos pressupostos centrais dessa teoria: a exposição racional de argumentos como a forma mais justa e inclusiva de resolução de problemas públicos e de tomada de decisões coletivas.

No seu trabalho intitulado *Comunicação e o Outro: Para além da Democracia Deliberativa*³⁸, Young propõe um alargamento da proposta deliberativa. Ainda que mantendo suas principais características, Young critica alguns aspectos dessa vertente, entre eles, a ideia de que restringindo o conceito de deliberação a argumentos crítico racionais, os

³⁷ No original: “Experimental work has shown that individuals who are told they will have to discuss their judgment publicly are more likely to process more information more objectively. Related to this notion, but less well documented, is the idea that perception of consequences will also influence motivation. If consequences are perceived to be great and direct, then individuals ought to expend more energy to get decisions right. Finally, [...] other work has shown that deliberation is more likely in diverse groups. [...] Under some conditions, minority group members can offer novel views that spur majority members to learn—that is, to veer from established scripts toward a deeper consideration of new ideas. Similarly, [...] political participation increases the diversity of one’s social networks. Moreover, there is some evidence that diversity of social networks prompts a more deliberative frame of mind. By taking people out of their comfort zones, these conditions may instigate more considered judgment.”

³⁸ Tradução livre. No original: “*Communication and the Other: Beyond Deliberative Democracy*” (Young, 1996).

deliberacionistas aumentam as chances de excluir ou diminuir a participação de certos grupos nos debates³⁹.

Para Young, uma primeira virtude de uma democracia deliberativa é a de que ao produzir uma valorização do uso da razão em relação a influências de poder, esse modelo pode apresentar-se mais inclusivo e justo do que a proposta agregativa de democracia, ainda que – como outros autores dessa corrente também argumentam –, a decisão por meio da contagem de preferências possa apresentar-se como uma ferramenta viável em momentos de impasse, porque mesmo quando “os participantes apelam à votação, o resultado é um julgamento coletivo mais do que a agregação de preferências privadas” (Young, 1996: 122, tradução livre⁴⁰). Porém, para a autora, o fato de a discussão estar isolada de influências de poder e de dinheiro não é capaz de tornar os participantes iguais:

Os teóricos da democracia deliberativa tendem a acreditar que isolar os poderes econômico e político seja suficiente para tornar os debatedores

³⁹ Outra crítica importante colocada por Young nesse artigo, mas não abordado no presente trabalho de forma mais extensiva, diz respeito a uma suposta unidade (pré ou pós-debate), claramente colocada ou indiretamente implícita nas argumentações de grande parte dos teóricos deliberacionistas. Segundo a autora, os proponentes dessa vertente acreditam que o processo de discussão deve “começar de significados já compartilhados ou ter o bem comum como sua meta” (Young, 1996: 120, tradução livre*). Para uma negação da unidade vista por Young, ver Dryzek (2003).

* No original: “[...] begin with shared understandings or take a common good as their goal.”

⁴⁰ No original: “[...] participants resort to voting, the result is a collective judgment rather than the aggregate of private preferences.”

iguais. Essa suposição falha em perceber que o poder social que impede os debatedores de serem iguais deriva não apenas da dependência econômica ou da dominação política, mas também de uma noção internalizada sobre o direito que determinada pessoa tem ou não de falar, além da desvalorização das formas de discurso de algumas pessoas e da valorização de outras. O ideal deliberativo tende a assumir que quando nós eliminamos a influência do poder econômico e político, as maneiras como as pessoas falam e compreendem serão a mesma. Mas isso será verdade apenas se nós eliminarmos as suas diferenças culturais e diferentes posições sociais. O modelo da democracia deliberativa, dessa forma, tende a assumir que a deliberação é tanto culturalmente neutra quanto universal (Young, 1996: 122-123, tradução livre⁴¹).

⁴¹ No original: "Deliberative theorists tend to assume that bracketing political and economic power is sufficient to make speakers equal. This assumption fails to notice that the social power that can prevent people from being equal speakers derives not only from economic dependence or political domination but also from an internalized sense of the right one has to speak or not to speak, and from the devaluation of some people's style of speech and the elevation of others. The deliberative ideal tends to assume that when we eliminate the influence of economic and political power, people's ways of speaking and understanding will be the same; but this will be true only if we also eliminate their cultural differences and different social positions. The model of deliberative democracy, that is, tends to assume that deliberation is both culturally neutral and universal."

Assim, Young defende que o próprio modelo de argumentação racional é culturalmente tendencioso. Segundo a autora, as instituições que deram origem ao entendimento do que venha a ser uma comunicação racional tiveram origem no mundo ocidental pós Iluminismo e foram espaços elitizados, frequentados quase exclusivamente por homens, e em sociedades diferenciadas por classe e etnia, por homens brancos de classes mais altas.

Ainda construindo o seu argumento, a autora cita os debates parlamentares ou dos argumentos em corte, onde a troca de razões ganha um viés competitivo e o objetivo deixa de ser o entendimento mútuo para tornar-se a vitória de um argumento sobre um “adversário” que não foi hábil para contra argumentar. Um debate desse tipo privilegiaria aqueles que simpatizam com a comunicação como disputa e que sabem como fazê-la. Para Young, essa situação, por exemplo, privilegiaria os estilos de discurso masculino sobre o feminino. Em outras situações, a formalidade dos debates privilegiaria pessoas com maior nível educacional, diminuindo as possibilidades de participação de outros grupos, intimidados pelas regras da argumentação racional.

As normas da deliberação também privilegiam o discurso formal e geral, o discurso que siga da introdução à conclusão de uma forma ordenada, estabelecendo claramente que a estrutura das suas conclusões é melhor que a de outro discurso. Também é melhor afirmar os posicionamentos em termos generalizáveis e princípios que se aplicam

a situações particulares. Essas normas de “articulação”, entretanto, devem ser aprendidas: elas são culturalmente específicas e [...] em nossa sociedade, exibir tal estilo de fala é um sinal de privilégio social (Young, 1996: 124, tradução livre⁴²).

Além disso, as regras da deliberação privilegiam discursos que não contenham a expressão de emoções ou expressões corporais. Na visão de Young, identifica-se erroneamente objetividade com a ausência desses elementos. Assim, expressões de raiva, dor e euforia, bem como o uso do corpo no discurso – com gestos bruscos e movimentos corporais que indiquem nervosismo ou outras emoções – gerariam uma desvalorização dos argumentos que os acompanham, ao serem interpretados como sinais de fraqueza, falta de objetividade e de controle. “De novo”, diz a autora, “na nossa sociedade, essas diferenças na valorização de certos tipos de discurso correspondem a outras diferenças nos privilégios sociais” (Young, 1996: 124, tradução livre⁴³). Nesse caso, os homens brancos de classe média também se

⁴² No original: “The norms of deliberation also privilege speech that is formal and general. Speech that proceeds from premise to conclusion in an orderly fashion that clearly lays out its inference structure is better than other speech. It is also better to assert one’s position in terms of generalities and principles that apply to particular instances. These norms of ‘articulateness’, however, must be learned; they are culturally specific, and [...] in our society exhibiting such speaking styles is a sign of social privilege.”

⁴³ No original: “Once again, in our society these differences of speech privilege correlate with other differences of social privilege.”

enquadrariam melhor no perfil, enquanto os discursos culturais de mulheres e minorias étnicas tenderiam a ser mais “exaltados e com expressões corporais, valorizando expressões de emoção, o uso de linguagem figurada, modulação no tom de voz e movimentos bruscos” (Young, 1996: 124, tradução livre⁴⁴).

Dado esse contexto, a autora conclui que é necessário ampliar as formas e estilos de fala aceitos para que haja uma democracia baseada na comunicação e no acordo formado entre cidadãos com igualdade de oportunidade de influência. Nesse sentido, Young utiliza-se do conceito de “teoria comunicativa” ou “democracia comunicativa” para indicar a valorização de qualquer tipo de discurso e elementos que tenham como objetivo alcançar o entendimento mútuo.

Enquanto o argumento é um elemento necessário no esforço de discutir e persuadir um ao outro sobre questões políticas, este não é o único modo de comunicação política e pode ser expresso em uma pluralidade de formas, intercaladas ou ao lado de outros meios comunicativos (Young, 1996: 125, tradução livre⁴⁵).

⁴⁴ No original: “[...] excited and embodied, more valuing the expression of emotion, the use of figurative language, modulation in tone of voice, and wide gesture.”

⁴⁵ No original: “While argument is a necessary element in such effort to discuss with and persuade one another about political issues, argument is not the only mode of political communication, and argument can be expressed in a plurality of ways, interspersed with or alongside other communicative forms.”

A partir dessas críticas, Young propôs um alargamento dos estilos de comunicação aceitáveis em um debate público para além da argumentação crítico racional, com o objetivo de possibilitar que pessoas com diferentes posições sociais sejam capazes de se comunicar para decidirem juntas quais as soluções mais justas para os problemas coletivos vividos. São três os elementos comunicativos sugeridos pela autora: saudações (*greetings*), retórica e o contar-histórias (*storytelling*).

Quando um público contiver grupos diferenciados culturalmente, visões e valores diferentes [...] essas formas comunicativas complementam a argumentação ao providenciar maneiras de falar através da diferença, ainda que na ausência de um compartilhamento de significados expressivo (Young, 1996: 129, tradução livre⁴⁶).

A autora classifica uma série de elementos como saudações que consistiriam no “discurso necessário à comunicação, mas que não *diz* nada – não faz afirmação e não tem conteúdo específico: ‘bom dia’, ‘como vai você?’, ‘bem vindo’, ‘até depois’, ‘cuide-se’” (Young, 1996: 129, itálico no original, tradução livre⁴⁷). Em saudações poder-se-ia incluir também formas de bajulação, acalento de egos, expressões

⁴⁶ No original: “Where such a public contains group-based cultural, social perspectival, and valiative differences [...] these communicative forms supplement argument by providing ways of speaking across difference in the absence of significant shared understanding.”

⁴⁷ No original: “[...] speech necessary to communication that does not *say* anything – it makes no assertion and has no specific content: ‘Good morning’, ‘How are you’, ‘Welcome’, ‘See you later’, ‘Take care’.”

respeitosas, gestos de cortesia e linguagem não verbal como sorrisos, apertos de mão, abraços e confraternização com alimentos. Diz a autora:

Especialmente quando as partes em um diálogo diferem em muitos sentidos, [...] o seu esforço para resolver os conflitos ou chegar a um acordo [...] não pode começar sem preliminares nas quais as partes estabeleçam confiança e respeito. Essas preliminares frequentemente consistem em várias formas de bajulação e discursos introdutórios que mencionem outros por títulos honoríficos, reconheçam a grandeza de suas realizações e ideais, e assim por diante (Young, 1996: 129, tradução livre⁴⁸).

Ainda segundo a autora, os teóricos da deliberação definem o discurso racional como sendo uma sequência de afirmações acompanhadas pelas razões que as justifiquem e a conexão lógica entre elas. Por essa perspectiva, a argumentação racional é vista como oposta à mera retórica, considerada como uma técnica mais preocupada em agradar e bajular a audiência do que em expor argumentos que possam vir a provocar aflição ao direcionar as pessoas ao confronto de seus

⁴⁸ No original: "Especially when parties to dialogue differ in many ways, [...] their effort to resolve conflict or come to agreement [...] cannot begin without preliminaries in which the parties establish trust or respect. These preliminaries often consist in various forms of flattery, introductory speeches that name the other with honorific titles, acknowledge the greatness of their achievement or ideals, and so on."

“erros confortáveis de perspectiva” (Young, 1996: 128, tradução livre⁴⁹).

Para Young, a oposição entre discurso racional e retórica desvaloriza aspectos necessários à comunicação. Em uma situação em que pessoas diferentes tentam encontrar soluções conjuntas, diz a autora, tão importante quanto alguém que apresente afirmações e suas justificativas é o fato de esse alguém conseguir ser escutado. A permissão de elementos de retórica possibilitaria, então, o uso de formas e estilos de fala que considerem a atenção da audiência. A autora foca em dois aspectos: a contextualização da fala e o poder de atração do discurso.

A retórica introduz o contexto da comunicação. Com figuras de retórica um discurso constrói a posição do orador em relação àqueles na audiência. Através da retórica o orador apela a atributos ou experiência dos ouvintes, e a sua própria localização em relação a eles. A retórica também constrói a ocasião do discurso – hoje nós comemoramos, ou nós acabamos de receber um telefonema urgente, ou existe uma discussão sobre política em andamento. A retórica constrói orador, audiência e ocasião, evocando ou criando sentidos, conotações e símbolos específicos, e exerce esse propósito de conexão, dividam

⁴⁹ No original: “[...] comfortable falsehoods.”

significados ou não, o orador e a audiência (Young, 1996: 130, tradução livre⁵⁰).

Por outro lado, continua a autora,

[...] persuasão é em parte, sedução. Uma função da retórica é prender e manter a atenção. Os mais elegantes e verdadeiros argumentos podem falhar em obter aprovação se forem entediantes. Humor, jogos de palavra, imagens e figuras de linguagem dão corpo e cor aos argumentos, fazendo com que a discussão atraia os pensamentos através do desejo (Young, 1996: 130-131, tradução livre⁵¹).

Uma última fonte de comunicação defendida pela autora seriam as narrativas ou o contar-histórias (*storytelling*). Para Young, ainda que

⁵⁰ No original: "Rhetoric announces the situatedness of communication. With rhetorical figures a speech constructs the speaker's position in relation to those of the audience. Through rhetoric the speaker appeals to particular attributes or experience of the audience, and his or her own particular location in relation to them. Rhetoric also constructs the occasion of the speech – today we commemorate, or we have just had an urgent phone call, or there is an ongoing policy discussion we are having. Rhetoric constructs speaker, audience, and occasion by invoking or creating specific meanings, connotations, and symbols, and it serves this connecting function whether the speaker and audience share meanings or not."

⁵¹ No original: "[...] persuasion is partly seduction. One function of rhetoric is to get and keep attention. The most elegant and truthful arguments may fail to evoke assent if they are boring. Humor, wordplay, images, and figures speech embody and color the arguments, making the discussion pull on thought through desire."

discussões onde as perspectivas dos participantes não tenham nenhum ponto em comum sejam raras, frequentemente desacordos, falta de compreensão sobre as perspectivas alheias e até uma total ignorância sobre quem são os interlocutores estão presentes, principalmente quando essas situações envolvem grupos diferenciados por classe ou cultura. As narrativas poderiam ajudar a transpor esses obstáculos de três formas.

Primeiramente, a

[...] narrativa pode promover compreensão enquanto mantém o distanciamento [porque] revela experiências próprias de uma localização social, experiências que não podem ser compartilhadas por aqueles situados diferentemente, mas que eles devem entender para poder fazer justiça [...] (Young, 1996: 131, tradução livre⁵²)

, permitindo aos participantes perceberem que, sob e para além daquelas experiências que foram expostas, existe sempre algo mais a ser dito.

Em segundo lugar, o contar-histórias revela as fontes dos valores, cultura e visões dos grupos sociais. As

[...] narrativas podem servir para explicar o que as práticas, lugares ou símbolos significam para as

⁵² No original: “[...] narrative can evoke sympathy while maintaining distance [...] reveals the particular experiences of those in social locations, experiences that cannot be shared by those situated differently but that they must understand in order to do justice [...].”

pessoas que os sustentam. Valores, diferentemente de normas, muitas vezes não podem ser justificados através de argumentos. Mas também não são arbitrários. Suas bases frequentemente emergem do contexto histórico de um povo (Young, 1996: 131-132, tradução livre⁵³).

Por último, Young defende que as narrativas têm o potencial de apresentar não apenas as visões dos sujeitos que as expõem, mas visões compartilhadas por aqueles que ocupam a mesma posição social. Além disso, através das narrativas, os sujeitos expressam perspectivas sobre outras situações sociais que de alguma forma afetam a sua experiência. “Assim”, diz a autora, “a narrativa das diferentes perspectivas produzem uma sabedoria social coletiva não disponível da posição social de ninguém” (Young, 1996: 132, tradução livre⁵⁴).

Possibilitando essa articulação na comunicação entre grupos sociais diversificados, o contar-histórias teria um papel importante na argumentação, tornando-se uma importante ferramenta para demonstrar as necessidades e direitos dos diferentes grupos envolvidos na discussão, além de publicizar as consequências que uma decisão traria para cada um deles. Somado a isso, a autora vê as narrativas como uma

⁵³ No original: “[...] narrative can serve to explain to outsiders what practices, places, or symbols mean to the people who hold them. Values, unlike norms, often cannot be justified through argument. But neither are they arbitrary. Their basis often emerges from the situated history of a people.”

⁵⁴ No original: “Narrative thus exhibits the situated knowledge available from any one position.”

forma de comunicação potencialmente mais igualitária que o padrão de discussão deliberativa.

Porque todos têm histórias para contar, com diferentes estilos e significados, e porque cada um pode contar sua história com igual autoridade, as histórias têm valor equiparado em um processo comunicativo (Young, 1996: 132, tradução livre⁵⁵).

É importante ressaltar aqui que a recomendação desses elementos que permitiriam a comunicação através da diferença não significa para Young, uma etapa intermediária até que todos os grupos fossem capazes de se comunicar igual e exclusivamente através da argumentação racional. Para esta autora, a diferença deveria sempre estar presente como um recurso que, trazendo novas informações, possibilita que as visões inicialmente sustentadas sejam alteradas. O entendimento mútuo, dizia Young,

[...] não implica [...] identificação. Entender outras posições sociais pode [...] significar que houve sucesso em se expressar uma experiência ou perspectiva de forma que outros em diferentes posições sociais aprendam, e parte do que eles aprendem é que existem mais coisas por trás

⁵⁵ No original: "Because everyone has stories to tell, with different styles and meanings, and because each can tell her story with equal authority, the stories have equal value in the communicative situation."

daquela experiência e perspectiva, que ultrapassam a sua própria subjetividade (Young, 1996: 127-128, tradução livre⁵⁶).

As críticas de Young à teoria deliberativa não passaram despercebidas. John S. Dryzek dedicou um capítulo inteiro do seu livro *Democracia Deliberativa e Além – Liberais, Críticos e Contestações*⁵⁷, para responder a quem chama de “democratas da diferença”, dos quais, segundo ele, Young é a que mais claramente foca sua crítica no processo de deliberação argumentativa como ferramenta potencial para reforçar hierarquias já existentes. Concordando em grande parte com a argumentação da autora, Dryzek apóia a inclusão de elementos como a retórica, saudações e o contar-histórias, afirmando que estes

[...] certamente agem em primeira instância, para revelar mais dimensões de uma escolha coletiva [...] [e] introduzir dimensões adicionais pode fazer as escolhas coletivas mais maleáveis. Esses modos de comunicação podem ajudar a revelar dimensões que estavam previamente contidos em uma única escolha, tornando-se assim, mais provável que as respostas possam ser trabalhadas

⁵⁶ No original: “[...] does not imply [...] identification. Understanding another social location can [...] mean that there has been successful expression of experience and perspective, so that other social positions learn, and part of what they understand is that remains more behind that experience and perspective that transcends their own subjectivity.”

⁵⁷ Tradução livre. No original: “Deliberative Democracy and Beyond - Liberals, Critics, Contestations”.

considerando-se as várias dimensões em questão. [...] Deliberação diz respeito a uma boa e autêntica comunicação e [...] expandir os modos de comunicação aceitáveis também expande os motivos pelos quais posições particulares podem não sobreviver a uma análise deliberativa minuciosa, não existindo assim, razões para supor que tal expansão fará as escolhas sociais mais, ao invés de menos difíceis (Dryzek, 2003: 73-74, tradução livre⁵⁸).

Porém, Dryzek faz ressalvas em relação à introdução desses elementos. Segundo o autor, nada garante que a retórica, as saudações e o contar-histórias não possam servir, eles próprios, como formas de perpetuar hierarquias pré-existentes, ou dificultar a comunicação de algum modo. A dúvida em relação à retórica já é de longa data discutida pelos teóricos da democracia, não apenas pelos deliberacionistas⁵⁹. Nesse sentido, a retórica estaria ligada à manipulação emocional e à

⁵⁸ No original: "Certainly, they act in the first instance to reveal additional dimensions of collective choice [...]. [...] introducing additional dimensions can make social choices more tractable. These modes of communication can help to uncover dimensions that were previously compressed into a single choice, thus making it more likely that responses can be crafted responsive to the various dimensions at issue. Deliberation is about good and authentic communication, and [...] expanding the kind of communication admissible also expands the grounds on which particular positions may not survive deliberative scrutiny, so there is no reason to suppose that such expansion will make social choice more rather than less difficult."

⁵⁹ De fato, a própria Young mostra-se consciente dessa crítica no trabalho descrito anteriormente (Young, 1996).

demagogia, produzindo também coerção. As saudações também poderiam funcionar como sinais de intimidação. “Pense, por exemplo”, escreve Dryzek, “em um aperto de mão de esmagar os ossos” (Dryzek, 2003: 69, tradução livre⁶⁰), ou ainda em cumprimentos secretos de grupos fechados que diferenciam, imediatamente a partir desses sinais, aqueles que pertencem ao grupo e aqueles fora dele, dificultando assim o estabelecimento da igualdade entre os participantes, pressuposto essencial à proposta deliberativa. Por fim, o contar-histórias seria potencialmente coercitivo e prejudicial ao processo deliberativo quando houver a presença de normas que limitem os tipos de histórias aceitáveis no contexto da discussão. Por outro lado, pessoas com mais facilidade em transformar suas experiências em histórias interessantes poderiam ganhar mais espaço durante o processo deliberativo.

Para Dryzek, todos esses elementos de comunicação – retórica, contar-histórias, saudações e mesmo, argumentos – e ainda outros – como humor, emoção e fofoca (2003: 01) – precisam ser submetidos a dois testes para que o seu uso seja considerado benéfico à deliberação.

Primeiro, qualquer comunicação que envolva coerção ou a ameaça de coerção deveria ser excluída. Segundo, qualquer comunicação que não possa conectar o particular ao geral deveria ser excluída [...]. Esses dois testes podem ser aplicados a qualquer forma de comunicação, seja o contar-histórias, [...] a retórica, a saudação – e

⁶⁰ No original: “Think, for example, of the bone-crushing handshake”.

mesmo o argumento (Dryzek, 2003: 68, tradução livre⁶¹).⁶²

Para esse autor, contudo, assim como para a própria Young, a argumentação ainda ocuparia lugar central nas discussões. Outros modos de comunicação não seriam, dessa forma, alternativas ao uso de argumentos, mas elementos complementares a este. Dryzek acredita que, ainda que um determinado argumento seja passível de falhar nos dois testes propostos, o

[...] argumento é [...] capaz de expor essas falhas – em si mesmo, mas também [no contar-histórias], nas saudações e na retórica. Se um grupo censura histórias, a maneira de ultrapassar essa coerção poderia ser contar uma história inaceitável – mas se daí resultar um impasse, argumentos podem, através da discussão, desfazer o impasse sobre os critérios para admissão de histórias. Se uma saudação é agressiva, esta pode ser desafiada com um abraço ou por um argumento sobre agressão. Se a retórica agita a paixão diretamente contra um grupo externo, aquela pode ser desafiada por uma

⁶¹ No original: “First, any communication that involves coercion or the threat of coercion should be excluded. Second, any communication that cannot connect the particular to the general should be excluded [...]. These two tests can be applied to any form of communication, be it storytelling, testimony, rhetoric, greeting—and even argument.”

⁶² Para detalhes sobre os mecanismos de controle endógenos à deliberação ver Dryzek (2003), p. 46-47.

retórica mais inclusiva – mas também, por um argumento que aponte as consequências da exclusão. Quando se trata da questão fundamental “o que é preciso fazer?” sobre as falhas comunicativas [...] aqui discutidas, a argumentação sempre exerce um papel central. Quando se trata de “o que é preciso fazer?” em termos de ação coletiva respondendo a um problema social, o emprego de argumentação também deve ser considerado. Assim, a presença de argumentos deve sempre ser central à democracia deliberativa. As outras formas podem estar presentes, e existem boas razões para que sejam bem vindas, mas o seu *status* é levemente diferente, porque elas **não precisam** estar presentes (Dryzek, 2003: 71, grifo nosso, tradução livre⁶³).

⁶³ No original: “argument is [...] capable of exposing these failings—in itself, but also in testimony, greeting, and rhetoric. If a group censors storylines, the way to overcome that censorship could be to tell an unacceptable story—but if impasse then results, argument can break the logjam through discussion of the grounds for admitting stories. If a greeting is aggressive, it can be challenged with a hug; or by an argument about aggression. If rhetoric whips up passion directed against an out-group, that can be challenged by more inclusive rhetoric—but also by an argument pointing to the consequences of exclusion. When it comes to the key question ‘what is to be done?’ about communicative failures of the kind [...] discussed here, argument always plays a central role. When it comes to ‘what is to be done?’ in terms of collective action in response to a social problem, argument also must enter. Thus argument always has to be central to deliberative democracy. The other forms can be present, and there are good reasons to welcome them, but their status is a bit different because they do not have to be present.”

Operando através de um raciocínio bastante parecido com o proposto por Young e Dryzek, David M. Ryfe também advoga pelo uso de narrativas no processo deliberativo. O autor parte do pressuposto de que, ainda que

[...] uma estrutura básica da razão humana [seja] um patrimônio de todo ser humano [...], um crescente grupo de trabalhos argumenta que formas mais complexas de raciocínio são culturalmente e socialmente condicionadas. [...] Outras evidências mostram que a maneira como os indivíduos mobilizam e organizam a memória em tarefas complicadas diferencia-se em cada cultura (Ryfe, 2005: 58, tradução livre⁶⁴).

A partir desses dados, Ryfe afirma que nem mesmo a argumentação racional poderia escapar de ser contextualizada nas circunstâncias social e cultural, e no tempo e espaço em que ocorre. Dessa forma, um processo deliberativo necessariamente combinaria “cognição (a ação de fazer sentido) com cultura (a ação de produzir significado), [e assim]

⁶⁴ No original: “[...] a basic structure of human reasoning is the birthright of every human [...], a growing body of work argues that more complex forms of reasoning are culturally and socially conditioned. [...] Other evidence show that the way individuals mobilize and organize memory in complicated cognitive tasks differs across cultures.””

provavelmente se parece mais com narrativas do que argumentação” (Ryfe, 2005: 58, tradução livre⁶⁵).

Ryfe (2005) aponta também outros elementos, os quais, ainda que não digam respeito à comunicação em si, seriam mecanismos fortemente associados a deliberações eficazes. Segundo esse autor, além das narrativas, também seriam importantes ao processo deliberativo as regras, lideranças, a alta participação e o aprendizado por orientação⁶⁶. As regras seriam importantes porque como, de forma geral, as pessoas parecem relutantes a deliberar, o estabelecimento de regras formais e informais de civilidade, igualdade e inclusão, por exemplo, poderiam ajudar a sustentar iniciativas de deliberação, ao balancearem a “ameaça” e o “desconforto” que um processo deliberativo pode representar⁶⁷. As lideranças seriam, na opinião de Ryfe, atores importantes no processo deliberativo, instigando os grupos a aderirem a deliberações legítimas e estimulando-os a evitarem as rotinas e hábitos cognitivos que resultam em raciocínios superficiais. O terceiro elemento apontado por Ryfe seria um alto nível de participação. “Os indivíduos são mais suscetíveis a sustentar uma conversação deliberativa quando os resultados importam para eles” (Ryfe, 2005: 63). Segundo o autor, indivíduos que participam das discussões sobre a formulação de uma política pública desde o começo tendem a permanecer mais envolvidos no processo do que aqueles chamados apenas para escolher entre uma gama de opções pré-

⁶⁵ No original: “[...] cognition (the act of making sense) with culture (the act of making meaning), it probably looks more like storytelling than argumentation”.

⁶⁶ No original: *storytelling, rules, leadership, high stakes e apprenticeship*.

⁶⁷ Para uma argumentação que define regras pré-estabelecidas como elementos não essenciais ao processo deliberativo, ver Dryzek (2003).

existentes. “Em poucas palavras”, diz o autor, “a deliberação funciona melhor quando os indivíduos estão envolvidos com seus resultados” (Ryfe, 2005: 64, tradução livre⁶⁸). Por último, o autor aposta no aprendizado por orientação direta de cidadãos já experientes em deliberação, como uma forma de promover o fortalecimento de uma cultura que substitua as decisões respaldadas por raciocínios já familiares por outras verdadeiramente deliberativas.

Alguém pode possibilitar tal aprendizado em qualquer contexto de tomada de decisões públicas, simplesmente estabelecendo mecanismos deliberativos, produzindo líderes verdadeiros e guiando pessoas comuns durante este processo (Ryfe, 2005: 64, tradução livre⁶⁹).

Esclarecemos aqui, que a ideia de um “aprendizado guiado” (*apprenticeship learning*) é emprestada por Ryfe de Lave (1988) e Lave e Wenger (1991), quando estes trabalham os conceitos de *situated learning* e *community of practice*, que teriam uma tradução próxima a aprendizado contextualizado e comunidade de prática ou comunidade de treino, respectivamente. As análises desses autores sugerem que tarefas realizadas conjuntamente por pessoas experientes e iniciantes seriam

⁶⁸ No original: “[...] deliberation works best when individuals are invested in the outcome”.

⁶⁹ No original: “One might enable such learning in any context of public decision making, simply by establishing deliberative mechanisms, providing effective leaders, and guiding ordinary people through the process”.

mais eficientes como ferramentas de produção e transferência de informações sobre determinada área de conhecimento.

Aprendizes [devem] inevitavelmente [participar] em comunidades de praticantes e [...] o domínio do conhecimento e habilidade exige que os novatos movam-se em direção à participação plena nas práticas sócio-culturais de uma comunidade [de conhecimento]. A “participação periférica legítima” fornece um modo de falar sobre as relações entre novatos e experientes, e sobre atividades, identidades, ferramentas e comunidades de saber e prática. As intenções de uma pessoa em aprender são assimiladas [no contexto da comunidade de conhecimento] e o significado do aprender é configurado através do processo de tornar-se um participante pleno em uma prática sócio-cultural. Este processo social inclui – na verdade, subordina – o aprendizado das habilidades mais complexas (Lave; Wenger, 1991: 29, tradução livre⁷⁰).

⁷⁰ No original: “Learners inevitably participate in communities of practitioners and [...] the mastery of knowledge and skill requires newcomers to move toward full participation in the socio-cultural practices of a community. ‘Legitimate peripheral participation’ provides a way to speak about the relations between newcomers and old-timers, and about activities, identities, artefacts, and communities of knowledge and practice. A person’s intentions to learn are engaged and the meaning of learning is configured through the process of becoming a full participant in a socio-cultural practice. This social process, includes, indeed it subsumes, the learning of knowledgeable skills.”

Ainda que atualmente seja possível encontrar uma vasta produção de estudos relacionados ao modelo democrático deliberacionista, Silva aponta, em artigo recente (2010), uma estagnação no que diz respeito ao desenvolvimento normativo da teoria democrática deliberativa. Diz o autor:

[...] a produção acadêmica desenvolvida no quadro [do modelo deliberativo] nas últimas décadas pode ser vista como se de uma onda se tratasse. O início dessa onda tem uma data específica, 1980, altura que Joseph Bassette cunhou o termo. [...] Na década de [19]90, altura em que várias figuras centrais da teoria política desenvolveram suas próprias propostas neste domínio, a onda deliberativa atingiu a sua maior expressão. Acontece, porém, que se acumulam os indícios de que tal onda estará agora esvaziando-se. [...] A democracia deliberativa deixou de estar no centro da agenda, o grau de inovação conceitual diminuiu consideravelmente e os resultados das pesquisas empíricas são inconclusivos. [...] No entanto, acreditamos que, por força das provas que foram sendo aduzidas sobre os seus benefícios, os mecanismos deliberativos continuarão a complementar a democracia representativa a nível local, regional e internacional. Acreditamos para além disso, ser importante manter o atual enfoque na investigação

empírica nesta área, na medida em que há ainda muito por esclarecer quanto às melhores condições para por em prática métodos deliberativos eficazes e benéficos (Silva, 2010: 25-29).

Ryfe (2005) argumenta no mesmo sentido de Silva, quando afirma que a democracia deliberativa tem sido na maior parte de sua trajetória, “um pequeno e rarefeito sub campo da teoria política” (Ryfe, 2005: 49, tradução livre⁷¹), mas que nos últimos anos tem sido impulsionado por estudos empíricos. Segundo Ryfe, “nós [precisamos] saber mais sobre como as pessoas realmente deliberam umas com as outras” (Ryfe, 2005: 54, tradução livre⁷²). “Surpreendentemente”, segue o autor,

[...] essa questão permanece um vácuo na literatura. [...] os teóricos continuam silenciosos sobre como a deliberação se apresenta na base, onde pessoas reais discutem questões concretas. Talvez ainda mais surpreendentemente, a literatura empírica também não tem abordado o problema. Os pesquisadores têm estado menos interessados na deliberação em si mesmo do que em medir seus efeitos (Ryfe, 2005: 54, tradução livre⁷³).

⁷¹ No original: “[...] a small, rarefied subfield of political theory”.

⁷² No original: “[...] we [...] learn more about how people actually deliberate with one another”.

⁷³ No original: “[...] Surprisingly, this issue remains of a void in the literature. [...] theorists remain silent about what deliberation looks like on the ground,

O problema referente à prática do processo argumentativo não é o único apontado pelos partidários de uma política deliberativa. Dryzek, por exemplo, chama atenção para a necessidade de se confirmar se as críticas feitas pelos teóricos da diferença, apesar de teoricamente coerentes, de fato acontecem na prática, e se os elementos propostos podem realmente aprofundar a democratização nas deliberações/comunicações.

A força de todas essas críticas à deliberação permanece algo como uma questão em aberto aguardando investigações embasadas empiricamente que mostrem em que grau as afirmações sobre o que realmente acontece em uma deliberação realmente descrevem a realidade. [...] Assim, por mais plausíveis que essas reivindicações possam parecer, sua afirmação por parte dos teóricos não substitui sua investigação empírica em contextos de casos reais de deliberação. Trabalhos que investiguem conversas em grupos, observando questões como quem fala mais, quem interrompe mais e quem é mais interrompido já existem [...]. Mas até onde meu conhecimento alcança, nenhum desses trabalhos

where real people discuss concrete issues. Perhaps more surprisingly, the empirical literature has not addressed the issue either. Researchers have been less interested in deliberation itself than in measuring its effects.”

foca diretamente as propostas desenvolvidas pelos democratas da diferença no que diz respeito à deliberação (Dryzek, 2003: 65-66, tradução livre⁷⁴).

1.2. OS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Para além dos esforços intelectuais, o tema da (re)democratização do Estado parece ter ocupado boa parte das lutas sociais e esforços intelectuais das últimas décadas do século XX, seja nos continentes americanos ou na Europa. A (re)democratização, aqui, não se refere apenas a uma frente contra uma ditadura como ocorreu em muitos países latino-americanos, mas também a uma mudança sobre a concepção do papel dos cidadãos e cidadãs na manutenção e refinamento do Estado Democrático de Direito. Segundo Nobre, as críticas ao *Welfare State* – “[...] resultado de uma ampla negociação entre movimentos sociais, sindicatos, entidades patronais, partidos políticos e burocracia estatal”

⁷⁴ No original: “The force of all these criticisms of deliberation remains something of an open question pending sustained empirical investigation of the degree to which the claims about what actually happens in deliberation actually do describe reality. [...] So however plausible these claims might seem, their assertion on the part of theorists is no substitute for their empirical investigation in the context of actual cases of deliberation. A body of work does exist that investigates talk in groups, looking at issues such as who talks most, who interrupts most and gets interrupted most (see e.g. Barbour and Kitzinger, 1999). But to the best of my knowledge none of this work addresses directly the propositions advanced by difference democrats about deliberation in particular.”

(Nobre, 2004: 26-27), em que o Estado foi responsabilizado pela implementação de uma série de direitos sociais e execução de uma ampla gama de políticas públicas – estavam em parte relacionadas ao papel passivo destinado aos cidadãos, tornando-os uma espécie de clientes das políticas estatais. As demandas configuraram-se, então, como esforços para o fomento e garantia de uma cidadania mais autônoma e de espaços de participação e deliberação que pudessem aumentar a interação entre o Estado e outros atores sociais na administração de bens públicos, criação de leis, decisões de governo, etc.

No Brasil não foi diferente. Essa remodelação da cidadania – que passou a incluir também a exigência por novos direitos, como os culturais (Nobre, 2004) e os ambientais (Avritzer, 1997) – ganhou no país ainda mais força dado o término da ditadura militar instaurada em 1964. Como resultado desse processo, promulga-se a constituição brasileira de 1988 que refletiu um esforço para a transformação da relação entre Estado e sociedade civil, ao garantir espaços destinados à participação popular na discussão e adoção das políticas públicas. A partir desse marco, passa a haver um incentivo – e por vezes, obrigatoriedade – para que as decisões, antes tomadas de forma vertical, sejam discutidas com os atores beneficiários dessas decisões: a sociedade civil e suas instituições representativas. Dessa forma, vemos, por exemplo, o Artigo 194 da carta magna que, dispondo sobre a chamada Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social), define que esta tem como objetivo, entre outras coisas, manter um “caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa, com a

participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empresários e aposentados⁷⁵” (Brasil, 1988).

Em meio a essas mudanças, ao longo da década de 1990 foram criados os primeiros conselhos gestores de políticas públicas que, prevendo a inclusão da população em seu quadro de conselheiros, apresentou-se como uma das ferramentas institucionalizadas capazes de abrigar as demandas de participação e democratização das decisões públicas na escolha do que seria mais prioritário para a promoção do bem-estar e justiça social (Côrtes, 2005a; Santos Junior, 2003). Segundo Tatagiba, com essas instituições

[a] sociedade poderia exercer um papel mais efetivo de fiscalização e controle estando “mais próxima” ao Estado, assim como poderia imprimir uma lógica mais democrática na definição da prioridade na alocação dos recursos públicos (Tatagiba, 2002: 47).

Uma característica definidora dos conselhos gestores de políticas públicas é que sua criação e funções gerais são estabelecidas por lei. Disso decorre que, diferentemente de outros formatos de espaços de participação – a exemplo do Orçamento Participativo – a existência

⁷⁵ Após a Emenda Constitucional nº 20 de 1998, esse item passa a ter a seguinte redação: “caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados” (Brasil, 1998a).

dessas instituições independe do projeto político mantido pelos grupos que alcançam o poder a cada eleição (Lüchmann; Borba: 2007).

É possível encontrar essas instituições nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal), porém sua presença em cada nível está relacionada às leis específicas de cada política pública. Dessa forma, temos por exemplo, a Lei federal nº 9.615 de 1998 (Brasil, 1998b) – conhecida como Lei Pelé – que estabelece a existência do Conselho Nacional do Esporte (CNE)⁷⁶ e obriga os estados e o Distrito Federal a criar seus próprios sistemas de desporto – formados, entre outras instituições, pelos conselhos de esporte estaduais e do Distrito Federal, respectivamente – facultando, porém, aos municípios a criação dos sistemas de desporto municipais e conseqüentemente, de seus conselhos.

Em relação à política nacional de turismo, a situação é outra. A Lei nº 11.771 de 2008 (Brasil, 2008a) estabelece o Sistema Nacional de Turismo, criando o Conselho Nacional de Turismo que compõe o sistema junto à Embratur⁷⁷ e outros órgãos, mas deixando em aberto a participação de conselhos estaduais e municipais de turismo, além de outras “instâncias de governança macrorregionais [e] regionais” (Brasil, 2008a, Art. 8º, § 1º, III).

⁷⁶ Mais exatamente, a lei de 1998 cria o Conselho de Desenvolvimento do Desporto Brasileiro (CDDB). Uma lei posterior substituiu o CDDB pelo atual CNE (Brasil, 2003c).

⁷⁷ O Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur) funciona como uma autarquia do Ministério do Turismo, sendo responsável pela execução da Política Nacional de Turismo no que diz respeito a promoção, *marketing* e apoio à comercialização dos destinos, serviços e produtos turísticos brasileiros no mercado internacional. Teve sua atribuição direcionada exclusivamente para a promoção internacional a partir de 2003, com a criação do Ministério do Turismo (Embratur, 2012).

Ainda uma terceira situação possível é a que ocorre com os Conselhos de Promoção da Igualdade Racial. Uma lei recente, datada de 20 de julho de 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial – ou EIR, afirmando que

[o] Poder Executivo priorizará o repasse dos recursos referentes aos programas e atividades previstos nesta Lei aos Estados, Distrito Federal e Municípios que tenham criado conselhos de promoção da igualdade étnica (Brasil, 2010, Parágrafo Único).

Dessa forma, apesar do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial ter sido criado e regulamentado em 2003 (Brasil, 2003b; Brasil; 2003a), a lei de 2010 incentiva a criação de conselhos em âmbito estadual, do Distrito Federal e municipal, sem contudo, torná-los obrigatórios (Brasil, 2010, Artigo 50º).

Os conselhos gestores de políticas públicas ligadas aos direitos sociais mais fundamentais são os que alcançam mais sistematicamente os três níveis de governo. Temos aqui como exemplo, os conselhos de saúde, de assistência social e dos direitos das crianças e dos adolescentes. No caso da saúde, a Lei nº 8.142 de 1990 que, entre outras coisas, dispõe sobre a participação da comunidade no Sistema Único de Saúde (SUS), cria e define as funções do Conselho de Saúde em nível federal, deixando claro, no seu Artigo 4º, que este repassará os recursos

do Fundo Nacional de Saúde⁷⁸ apenas aos estados e municípios que possuem seus próprios conselhos (Brasil, 1990a).

As políticas nacionais de assistência social foram unificadas na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) que insere, através de seu Artigo 16º, o conselho nacional, os conselhos estaduais e municipais de assistência social no “sistema descentralizado e participativo de assistência social” (Brasil, 1993). Outros artigos, alíneas, etc., atribuem aos conselhos, nas três esferas, funções importantes para o funcionamento como um todo da política de assistência social, afirmando, ainda que indiretamente, a existência dessas instituições. A lei também é clara no que diz respeito ao repasse de recursos financeiros. Vemos no Artigo 30º da LOAS que

[é] condição para os repasses, aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal, dos recursos [do Fundo Nacional de Assistência Social⁷⁹], a efetiva instituição e funcionamento de: I - Conselho de Assistência Social; II - Fundo de Assistência Social, com orientação e controle dos respectivos Conselhos de Assistência Social [...] (Brasil, 1993).

⁷⁸ Os recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde são “originários do Orçamento da Seguridade Social, de outros Orçamentos da União, além de outras fontes [e são] administrados pelo Ministério da Saúde” (Brasil, 1990b, Artigo 33º, § 1º).

⁷⁹ O Decreto nº 91.970 cria em 1985, o Fundo Nacional de Ação Comunitária (Brasil, 1985) que se transforma a partir da LOAS, em Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS).

Por fim, citamos a política pública voltada à proteção de crianças e adolescentes, também unificada em uma lei conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (Brasil, 1990c). O ECA é uma lei extensa, apresentando 267 artigos, dentre os quais inúmeros versam sobre as funções dos conselhos federal, estaduais e municipais na execução dessa política. Como a LOAS, o ECA torna regular o repasse de verbas – nesse caso, do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente – aos estados e municípios “tão logo estejam criados os conselhos dos direitos da criança e do adolescente nos seus respectivos níveis” (Brasil, 1990c, Parágrafo Único). No caso da política para a proteção das crianças e adolescentes, os conselhos municipais ganham ainda mais importância, já que o Artigo 88º aponta a municipalização do atendimento como uma de das diretrizes do ECA. Dessa forma, os conselhos nesse nível ganham tarefas essenciais à política, como o registro das entidades prestadoras de serviço (Artigo 91º), a aprovação e reavaliação bienal dos programas de atendimento (Artigo 90º, § 3º), e a responsabilidade pela execução do processo de escolhas dos membros do(s) conselho(s) tutelar(es) do município (Artigo 139º)⁸⁰.

Outra característica marcante dessas instituições diz respeito à sua composição. Como destacado anteriormente, um dos objetivos dessa e outras instituições participativas é o compartilhamento do poder estatal

⁸⁰ Os conselhos tutelares são órgãos também criados pelo ECA, com o intuito de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente. Segundo essa lei, cada município deverá contar com pelo menos um conselho tutelar, composto por cinco conselheiros remunerados, escolhidos pela comunidade para exercer o cargo por três anos. As funções dos conselhos tutelares são definidas pela lei através de seus Artigos 131º a 140º.

com aqueles que serão os afetados pelas decisões públicas. O ECA, por exemplo, assegura a participação dividida igualmente entre Estado e sociedade civil nos conselhos federal, estaduais e municipais de defesa da criança e do adolescente (Brasil, 1990c, Artigo 88º, II). Fixa assim, portanto, a paridade de representação a partir de lei federal. O modelo paritário para os três níveis de conselho também é garantido por lei federal para os conselhos de assistência social (Brasil, 1993, Artigo 16º, I, II, III⁸¹, IV), conselhos do idoso (Brasil, 1994, Artigo 6º) e conselhos para a promoção da igualdade racial (Brasil, 2010, Artigo 50º).

É possível, contudo, encontrar conselhos que não seguem fielmente esse modelo paritário. O Conselho das Cidades (ConCidades), instituição vinculada ao Ministério das Cidades e que “tem por finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, bem como acompanhar e avaliar a sua execução” (Brasil, 2006b, Artigo 1º), por exemplo, é formado por 86 integrantes dos quais 37 são representantes do Estado (incluindo-se os três níveis de governo) e 49 da sociedade civil (Brasil, 2006b, Artigo 3º; Ministério das Cidades, 2011). A exemplo do ConCidades, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) também prioriza a participação popular. Atualmente são 16 órgãos do Governo Federal e 24 representantes da sociedade civil (21 instituições titulares e três suplentes) ligados à defesa dos direitos da

⁸¹ Diferentemente do ECA, que cita a existência apenas dos conselhos federal, estaduais e municipais para a execução dessa política pública, o item III do Artigo 16º da LOAS explicita também a existência do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal como fazendo parte do sistema nacional de assistência social e portando, devendo respeitar a regra da paridade de representação entre Estado e sociedade civil.

mulher e luta contra a discriminação de gênero (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012). Outro exemplo de conselho que prioriza a participação comunitária são os conselhos de saúde. A participação nesses espaços segue um modelo tripartite, o qual destina 50% das vagas a organizações de usuários do SUS (Brasil, 2006a, Artigo 3º, I), 25% a representantes de entidades de profissionais de saúde (incluída a comunidade científica da área de saúde) (Brasil, 2006a) e outros 25% para um terceiro grupo composto por representantes do governo, entidades prestadoras de serviço e entidades empresariais com atividades na área de saúde⁸² (Brasil, 2006a, Artigo 3º, § 1º, II). É possível perceber assim, que a exemplo dos conselhos citados anteriormente, os conselhos de saúde também têm sua representação definida a partir de lei federal, não cabendo aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios definir como se dará a divisão das vagas (Brasil, 1990a, Artigo 4º, II)⁸³.

Chamamos a atenção porém, que no caso da legislação que versa sobre os conselhos, o conceito de sociedade civil não pressupõe,

⁸² Destaca-se aqui, que o Artigo 1º desse decreto, diz que a representação dar-se-á por “representantes do governo, dos prestadores de serviço, profissionais de saúde e usuários”, agrupando portanto, as entidades prestadoras de serviço e as empresas com atividades na área de saúde como “prestadores de serviço”, possibilitando assim, uma descrição quadripartite da participação.

⁸³ Esclarecemos aqui, que Artigo 4º dessa lei não obriga que os conselhos estaduais, do Distrito Federal e municipais tenham uma participação paritária entre sociedade civil e os outros segmentos, mas torna esse modelo um requisito obrigatório para o recebimento de verbas do Fundo Nacional de Saúde. O que a nosso ver, dificulta – se não extingue – a possibilidade de encontramos em qualquer esfera de poder, esforços para a criação de um conselho de saúde que não siga essa divisão da representação.

geralmente, aquela divisão tripartite utilizada pelos teóricos da deliberação, comentada na seção 1.1. Frequentemente, o termo é utilizado binariamente em oposição ao Estado e engloba em si também o mercado. Uma exceção deste uso seria o caso dos conselhos de saúde, os quais destinam uma porcentagem específica para representantes do mercado, como citado anteriormente.

De forma geral, a presença popular dentro dos conselhos gestores de políticas públicas, dá-se através de associações e organizações da sociedade civil (Tatagiba, 2002; Santos Junior, 2003; Lüchmann; Borba, 2007), amenizando as dificuldades de compatibilização entre representação e participação – frequentemente vistos empírica e teoricamente como opostos – como tem sido discutido em estudos recentes (Lüchmann, 2007)⁸⁴. Mas também é possível encontrar exceções. Citamos aqui novamente o Conselho Nacional de Esporte e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nesses dois casos são reservadas vagas para personalidades envolvidas com os temas tratados por cada conselho: “três representantes do desporto nacional, designados pelo Presidente da República” (Brasil, 2002, Artigo 2º, X), no caso do CNE, e “três mulheres com notório conhecimento das questões de gênero e atuação na luta pela promoção e defesa dos direitos das mulheres” (Brasil, 2008b, Artigo 3º, III), no caso do CNDM. Nesse último conselho, atualmente é reservada também uma vaga para conselheira emérita (Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012).

⁸⁴ Para uma desconstrução da oposição entre representação e participação, ver também Plotke (1997).

Os conselhos podem ser deliberativos ou consultivos. Os conselhos consultivos são aqueles que se limitam à formação de sugestões ou encaminhamento de demandas. Os deliberativos

[...] abrangem a deliberação sobre as diretrizes das políticas públicas temáticas, a aprovação da normatização e da regulação das ações do governo e a aprovação da proposta orçamentária. Incidem portanto, na definição de macro prioridades e na formulação de políticas públicas regulatórias (Santos Júnior, 2003: 101).

Nesse caso, lembrando da construção de Manin (2007) exposta anteriormente, o termo “deliberativo” é usado no sentido decisionístico, e não em referência ao processo de discussão. Como exemplos de conselhos deliberativos, podemos citar aqueles vinculados à política de assistência social (Brasil, 1993, Artigo 17º), os conselhos de saúde (Brasil, 1990a, Artigo 1º, § 2º) e dos direitos da criança e do adolescente (Brasil, 1990c, Artigo 88º). O Conselho Nacional de Educação segue na mesma direção, sendo responsável pela normatização e supervisão da educação no país e suas instituições de ensino (Brasil, 1996, Artigo 9º, IX, § 1º). Por outro lado, temos como exemplo de conselhos consultivos aqueles ligados à promoção da igualdade racial nas três esferas de governo e do Distrito Federal (Brasil, 2010, Artigo 50º).

Indicamos aqui, porém, que na redação da legislação brasileira que dispõe sobre os conselhos, o uso do termo “deliberativo” nem sempre possui o mesmo significado. Vemos isso, por exemplo, no Decreto Federal nº 4.201 de 2002 que afirma em seu Artigo 1º que O

CNE é “órgão colegiado de deliberação, normatização e assessoramento” (Brasil, 2002), para logo em seguida afirmar que é “prerrogativa do Ministro de Estado do Esporte [...] rejeitar as proposições aprovadas pelo CNE” (Brasil, 2002, Artigo 2º, § 2º). Dessa forma, observa-se que, nesta legislação, um “conselho deliberativo” pode referir-se tanto a conselhos destinados a criação de resoluções com força de lei, quanto a conselhos destinados a produzir “sugestões” aos gestores públicos sobre a temática na qual trabalham, sendo, como no caso do CNE, deliberativo sinônimo de consultivo.

1.3. O PROCESSO DELIBERATIVO NOS CONSELHOS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E UMA PESQUISA PRELIMINAR NO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FLORIANÓPOLIS

Durante a década de 1990, diversas pesquisas na área apontaram que os conselhos, como espaços deliberativos, não estavam ainda sendo capazes de exercer toda a sua potencialidade democratizante. Segundo Tatagiba, a grande maioria desses estudos apontava “a baixa capacidade de inovação das políticas públicas a partir da participação da sociedade civil nos conselhos, sugerindo que essa participação assume contornos mais reativos que propositivos” (Tatagiba, 2002: 92).

Entre os vários aspectos apontados pelos autores como fonte de falhas nos processos deliberativos está a constatação de que a divisão paritária entre sociedade civil e Estado não foi capaz de se estabelecer como um mecanismo de equilíbrio no que diz respeito às influências

sobre a dinâmica de debate e de tomada de decisões. Nas palavras de um idealizador do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Embora acredite que a paridade foi uma fórmula feliz [...], a prática tem revelado distorções [...]. Paridade numérica não significa paridade política. Acreditar nisso foi uma ingenuidade de nossa parte. Isso não se resolve mexendo na lei, mudando o cálculo dos representantes do governo e da sociedade. Isso vai mudar com certeza, mas quando a atividade política for elevada a um patamar ético que ela hoje não tem (Stanisci *apud* Tatagiba: 2002, 59).

Num processo ideal, todos deveriam ter as mesmas possibilidades de participação e deliberação. Porém, ainda que algumas pesquisas indiquem que problemas de capacitação atingem todos os segmentos (Lüchmann, 1997), os conselheiros que representam o governo acabam por apresentar um maior conhecimento da máquina estatal, com sua burocracia e prática administrativa. Segundo indicam as pesquisas, é muito comum a maior capacitação dos primeiros sobre os segundos (Perissinotto, 2004; Tatagiba, 2002).

Outro ponto contra o estabelecimento de um processo deliberativo ideal é o fato dos representantes estatais falarem por um único ator social, reforçando sua hegemonia, enquanto a sociedade civil, frequentemente, precisa enfrentar as disputas entre seus próprios representantes (Teixeira, 2000). O domínio sobre a escolha da pauta é também uma dinâmica que favorece os representantes do Estado. Na

década de 1990, segundo as pesquisas de Tatagiba (2002), em cerca de 90% dos casos, o presidente do conselho era também o secretário da pasta em questão, definindo o que deve ou não ser discutido pela instituição⁸⁵. Por último, citamos também a dificuldade dos atores estatais em reconhecer a validade desses novos espaços participativos e, por consequência, a representação da sociedade civil, alegando sua legitimidade ganha através do voto popular (Tatagiba, 2002).

No que se refere à produção acadêmica sobre essa temática, ressalta-se uma lacuna de trabalhos que tenham como foco a observação da dinâmica deliberativa no que se refere à atividade dos conselhos gestores de políticas públicas na primeira década dos anos 2000. As pesquisas parecem ter se voltado, nesse período, para o tipo de participação e do desenho institucional de diferentes espaços participativos (Lüchmann; Borba, 2007); para a dinâmica de inserção dos conselhos na produção e implementação de políticas públicas (Teixeira; Tatagiba, 2008) ou ainda, para argumentações relacionadas à coexistência de mecanismos de participação e representação nessas instituições (Lüchmann, 2007).

Dadas as análises pessimistas em relação ao processo deliberativo nos conselhos gestores de políticas públicas, em 2007, alunos de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina propuseram uma pesquisa inicial com objetivo de analisar qual

⁸⁵ Para escapar desse desequilíbrio, alguns conselhos têm adotado estratégias como a criação de mesa diretora – incluindo diretor, vice e secretaria – com representação mista (d’Aquino; Rossi; Santos, 2007) ou ainda uma alternância entre diretores governamentais e não-governamentais (d’Aquino; Souza, 2010).

seria o grau de envolvimento dos conselheiros nas discussões dentro do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis (CMAS-Florianópolis)⁸⁶. Para isso, os pesquisadores participaram de duas plenárias e seis reuniões de comissão/grupos de trabalho (GT).

As plenárias são as reuniões formais, nas quais devem comparecer uma maioria dos conselheiros, e os espaços (teoricamente) privilegiados para as discussões e tomadas de decisão. São nessas ocasiões que ocorrem as votações para a aprovação das decisões discutidas em conjunto pelos conselheiros. As plenárias, chamadas por vezes de assembleias, são previstas pelo estatuto de todos os tipos de conselhos de políticas públicas. Por outro lado,

As comissões dentro do CMAS-Florianópolis são grupos que se responsabilizam por deliberar sobre pontos específicos relacionados a quatro áreas de abrangência: 1. Inscrição; 2. Finanças; 3. Políticas e 4. Divulgação e Comunicação. [...] Os grupos de trabalho referem-se principalmente a temas de curta duração, como conferências e outros eventos (d'Aquino; Rossi; Santos, 2007: 11).

Para entender de que forma os conselheiros e outros participantes inseriam-se nos debates, os pesquisadores criaram uma metodologia de análise de discurso que dividiu as falas dos participantes em três

⁸⁶ Pesquisa solicitada como requisito para aprovação na disciplina SPO 5252 no primeiro semestre de 2007 e supervisionada pelos professores Dr. Julian Borba e Dr.^a Lígia H. Hahn Lüchmann, vinculados ao Departamento de Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina.

categorias – sugestão/proposta, questionamento e esclarecimento – observando-se as seguintes regras.

1. Só foram registradas as falas que se dirigiram claramente à mesa como um todo, sendo ignoradas as conversas e comentários paralelos.

2. As entradas foram divididas em três tipos: sugestão/proposta, questionamento e esclarecimento. O item *sugestão/proposta* se refere às falas que trouxeram alguma estratégia de resolução para os itens apontados ou que complementaram uma sugestão/proposta feita anteriormente (seja nesse ou em outro encontro). O item *questionamento* se refere a qualquer pergunta feita em relação à sugestão/proposta ou a alguma decisão já acolhida anteriormente. Foram ignoradas perguntas irrelevantes à discussão como: quando? Aonde? O que foi decidido? Etc. O item *esclarecimento* refere-se a qualquer informação adicional trazida à mesa que esteja relacionada diretamente ao item que estava sendo discutido.

3. Quando houve discussão generalizada, cada participante recebeu uma entrada no item *esclarecimento*. Mesmo nesse tipo de discussão, os presentes que não participaram [do debate], não receberam tal “ponto” (d’Aquino; Rossi; Santos, 2007: 12-13).

Segundo as informações levantadas, grande parte do tempo das plenárias foi destinada a informes, notícias e relatos, além da aprovação de decisões previamente tomadas (incluindo aquelas tomadas nas reuniões de comissões e grupos de trabalho) e da ata da plenária imediatamente anterior. De acordo com a pesquisa, foi preponderante a não-interferência dos conselheiros durante as exposições feitas.

Uma quantidade muito pequena de questionamentos acerca dos pontos relatados ou dos itens a serem aprovados foi feita. As falas foram nitidamente dominadas pelo presidente e pela secretária executiva presentes, não porque esses tivessem uma maior capacidade de proposição, mas pelo simples fato de serem responsáveis pela leitura da pauta (d'Aquino; Rossi; Santos, 2007: 09-10).

Os dados levantados sobre a plenária corroboraram, num primeiro momento, com as observações feitas por Tatagiba quando a autora aponta que “em geral, as avaliações mais comuns presentes na literatura são de que os conselhos não estão cumprindo sua vocação deliberativa” (2002: 92). Perissinotto também aponta conclusões nessa direção. Este autor afirma que, em pesquisa feita no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba entre 1999 e 2001, concluiu-se que essa instituição “delibera sem debate ou contestação” (2004: 69)⁸⁷.

⁸⁷ Chamamos atenção aqui para o fato de que, nesse caso, Perissinotto trabalha com um conceito de deliberação que remete a tradição rousseauiana e que foi seguida pelos teóricos do elitismo-democrático, em

A novidade parece ter vindo nas reuniões de comissão e nos grupos de trabalho.

Desde a primeira reunião na qual estivemos presentes, foi nítida a diferença de participação nos debates em relação às plenárias. Sem que a pauta tivesse uma grande demanda de divulgação de informes e notícias, nem a votação para a aprovação de pontos pré-estabelecidos, as discussões de pontos específicos sobre temas relacionados à Comissão/GT ocorreram logo após o início das reuniões (d'Aquino; Rossi; Santos, 2007: 11).

Segundo os pesquisadores, nessas reuniões foi possível observar uma intensa discussão sobre as ideias e propostas, bem como questionamentos sobre as informações trazidas pelos participantes.

Outro dado interessante exposto nessa pesquisa é a presença de colaboradores não-conselheiros/não-suplentes nessas reuniões. Esses participantes seriam pessoas com conhecimentos notórios sobre os assuntos das reuniões de comissão/GTs. O que chamou a atenção foi que os colaboradores participaram ativamente das discussões e das

que deliberação é sinônimo de decisão (Avritzer, 2000), e por isso pode ser realizada, ainda que sem a presença de debate ou contestação. Neste trabalho, adotamos uma perspectiva em que deliberação pressupõe a troca de razões (Fung; Cohen, 2007) e onde, portanto, “sem debate ou contestação” não há deliberação. Apesar da confusão de termos, utilizamos o comentário de Perissinoto, considerando que suas conclusões seguem na mesma direção daquelas produzidas pelos trabalhos previamente citados.

decisões tomadas, aumentando ainda mais a pluralidade do debate naqueles espaços. Contestando em parte o que foi levantado por uma pesquisa anterior sobre aquele CMAS (Coelho, 2005), na qual a autora indicava que os colaboradores não teriam direito a voto, o trabalho aponta que, tendo em vista a quase invariável aprovação em plenária das decisões tomadas pelas comissões/GTs, os colaboradores acabam tendo uma influência equiparada a dos conselheiros e suplentes nas dinâmicas decisórias do CMAS de Florianópolis.

Assim, o trabalho traz como uma de suas conclusões que “[...] essas reuniões têm uma tendência ao avanço democrático da discussão” se comparadas às plenárias, “[...] que em tese, seriam o palco privilegiado para as argumentações deliberativas públicas” (d’Aquino; Rossi; Santos, 2007: 15) dentro dos conselhos.

Os pesquisadores levantaram algumas hipóteses para explicar essa diferença na dinâmica entre as plenárias e as reuniões de comissão/GTs. A primeira explicação possível seria o menor número de participantes nesses encontros. Durante a realização da pesquisa, a média de presentes por reunião foi de sete pessoas, sendo que em uma ocasião chegou ao número de quinze presentes. As plenárias, por outro lado, são acompanhadas por um grupo maior, já que, apenas os conselheiros, somam vinte e oito pessoas. Esse contexto poderia criar um clima de maior proximidade entre os envolvidos no debate, proporcionando maior liberdade e segurança para aqueles que desejam contribuir com sua fala. A maior frequência com que esses eventos ocorrem também ajudaria nesse aspecto. A segunda hipótese seria o fato de que, dada a vinculação voluntária, as pessoas participantes desses grupos teriam uma maior afinidade com os temas debatidos. Porém, as

pesquisas não continuaram para que essas hipóteses fossem refutadas ou confirmadas.

Lembramos aqui que as hipóteses levantadas por essa pesquisa vão ao encontro de propostas já feitas por importantes teóricos da democracia deliberativa. Por um lado, Iris Young (1996) critica a restrição feita por grande parte dos teóricos da democracia deliberativa que apontam a argumentação lógico-racional como única forma válida de justificação das opiniões e decisões públicas. Para essa autora, mesmo que os pressupostos da democracia deliberativa não devam ser descartados, outros tipos de linguagem – como as saudações (*greetings*); elementos de retórica, onde quem fala preocupa-se em ser entendido (*situatedness*) e em usar um estilo que consiga atrair a atenção da audiência (*link to desire*), autorizando a expressão de emoções e linguagem figurativa; e ainda, o contar-histórias (*storytelling*), que promove um conhecimento mútuo entre indivíduos de origem social diferente, além de promover uma distribuição equitativa de autoridade – deveriam ser incluídos no leque de elementos capazes de construir justificativas aceitáveis. Segundo argumenta, essa pluralização nas formas de comunicação possibilitaria que outros grupos possam participar mais equitativamente do debate, já que o modelo racional tem sido tradicionalmente vinculado a um grupo social específico, o dos homens brancos de alta classe. Segundo essa autora

O modelo deliberativo de comunicação deriva de contextos institucionais específicos do Ocidente moderno. [...] Suas formas institucionais, regras e estilos retóricos e culturais tem definido o próprio

sentido de razão [...]. Como instituições dominantes, entretanto, elas têm sido elitistas e exclusivas, e essas exclusões marcam suas concepções muito específicas de razão e deliberação [...]. Desde sua adesão ao Iluminismo, elas têm sido instituições dominadas por homens, e em sociedades diferenciadas por classe e raça, elas tem sido dominadas por indivíduos brancos e de alta classe (Young, 1996: 123, tradução livre⁸⁸).

A hipótese levantada na pesquisa inicial segue na mesma direção das críticas de Young ao creditar ao tamanho reduzido do grupo e à maior frequência de reuniões, um ambiente mais íntimo e informal, que permite aos envolvidos expressarem-se de forma mais espontânea, sem um excesso de preocupação com a forma ou a inquestionabilidade de suas declarações e, conseqüentemente, participarem mais ativamente do debate.

Por outro lado, os pesquisadores apontaram que a divisão temática dos trabalhos poderia aumentar as chances de que os assuntos debatidos fossem de maior interesse e/ou conhecimento dos

⁸⁸ No original: "The deliberative model of communication derives from specific institutional contexts of the modern West [...]. Their institutional forms, rules, and rhetorical and cultural styles have defined the meaning of reason itself [...]. As ruling institutions, however, they have been elitist and exclusive, and these exclusions mark their very conceptions of reason and deliberation [...]. Since their Enlightenment beginnings they have been male-dominated institutions, and in class- and race-differentiated societies they have been white- and upper class-dominated."

participantes, motivando-os a estarem inseridos de fato nos debates que ocorrem nessas ocasiões. Nessa mesma direção, Fung e Cohen argumentam que “melhorar a qualidade da deliberação pode trazer prejuízo para a participação pública” (Fung; Cohen, 2007: 227), já que o número de pessoas com o domínio de temas específicos é menor, ou ainda, porque quanto mais pessoas presentes numa discussão, mais difícil uma contribuição direta de cada uma delas ao processo deliberativo.

2. CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA: DEMOCRACIA DELIBERATIVA, DEMOCRACIA COMUNICATIVA, PLENÁRIAS E REUNIÕES EXTRA- PLENÁRIA

Em levantamento feito para esta pesquisa, encontramos 22 conselhos municipais e 16 conselhos estaduais, dos quais 10 municipais e 13 estaduais correspondem ao tipo de conselho abordado neste trabalho (Anexo A; Anexo B). Dos conselhos municipais válidos, sete afirmaram ter reuniões extra plenária e apenas dois disseram não contar com esses espaços nas suas discussões. Não foi possível contatar um dos conselhos municipais que se encaixaria no perfil requerido. Nos conselhos estaduais, o padrão se repete: dos 13 conselhos válidos para esta pesquisa, sete afirmaram ter reuniões extra plenária e quatro afirmaram não as ter. Desses últimos, a proposta para a formação dessas reuniões já estavam previstas na pauta das discussões da próxima plenária em pelo menos um deles. Não conseguimos contato com dois dos conselhos que corresponderiam ao perfil desejado. Nesse sentido, tem-se que 70% dos conselhos municipais e 53% dos conselhos estaduais considerados contam com as reuniões extra plenária em forma de comissões temáticas e/ou grupos de trabalho, ou ainda, que quase 61% do total de conselhos abordados consideram esses espaços de discussão nas suas decisões.

Dados os indícios sobre a importância dos espaços de discussão extra plenária apresentados, propusemos expandir e refinar a pesquisa que aqui é relativa, especificamente, ao Conselho Estadual do Idoso de

Santa Catarina. Antes de abordar este Conselho, apresentamos, a seguir, a metodologia de análise desenhada para este estudo.

2.1. CONSTRUÇÃO DAS FERRAMENTAS DE ANÁLISE DE DISCURSO: RELATÓRIO, ANÁLISE PRESENCIAL, TRANSCRIÇÃO, ANÁLISE PÓS-DEBATE E QUESTIONÁRIO

A análise comparativa do processo deliberativo presente nas reuniões extra plenária e nas plenárias deu-se baseada nos principais pressupostos da democracia deliberativa. Ainda relacionados à dinâmica de discussão, foram medidos elementos informais de comunicação, como proposto por Young (1996). Baseamos essa medição na averiguação e análise das três alternativas apontadas pela autora: saudações, retórica e contar-histórias.

A descrição dos itens analisados e as ferramentas utilizadas para identificação de cada um, descritas mais adiante, ficam como segue:

Quadro 1 – Descrição dos Itens Analisados e Indicação das Ferramentas

Correspondentes

Fonte: Autor, 2012

1) Discurso Racional (DD)

O discurso racional [...] consiste em se fazer afirmações, dando-lhes razões consistentes e expondo com clareza as conexões lógicas entre elas (Young, 1996: 30).

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

2) Igualdade de condições de participação (DD; DC)

Foi definida por três indicadores.

1. Quando TODOS se manifestem, mesmo que com frequências diferentes entre cada participante.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

2. Pela percepção dos participantes sobre a existência de igualdades de participação. Divide-se em duas vias: a) a participação de todos os potenciais afetados pela política (via mecanismo de representação) e b) a participação dos representantes nos processos deliberativos abrigados no conselho estudado.

Ferramenta: Questionário

3. Pela ausência de sinais que indiquem falas que acabam não sendo expostas ou que sejam interrompidas. Este item basear-se-á na observação do pesquisador, sendo aplicado de forma complementar aos itens anteriores.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial e Quadro 2 – Análise Pós-Debate

3) Não constrangimento (DD; DC)

Foi definido por três indicadores.

1. Quando TODOS se manifestem, mesmo que com frequências diferentes entre cada participante.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

2. Pela percepção dos participantes sobre a existência de igualdades de participação. Divide-se em duas vias: a) a participação de todos os potenciais afetados pela política (via mecanismo de representação) e b) a participação dos representantes nos processos deliberativos abrigados no conselho estudado.

Ferramenta: Questionário

3. Pela ausência de sinais que indiquem falas que acabam não sendo expostas ou que sejam interrompidas. Este item basear-se-á na observação do pesquisador, sendo aplicado de forma complementar aos itens anteriores.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial e Quadro 2 – Análise Pós-Debate

4) Pluralidade de Visões (DD; DC)

Foi definida por dois indicadores:

1. Através do surgimento de divergência ou oposição de ideias. Nesse caso, todos os envolvidos na divergência pontuaram nesse item.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

2. Quando houve um acordo de que todos os potenciais afetados pela política estão presentes no debate (via mecanismo de representação).

Ferramenta: Questionário

5) Produção de acordos (DD; DC)

Indicou o desfecho de uma divergência de ideias (identificado no item “Pluralidade de Visões”) ou quando algum item tenha sido expressamente colocado em votação, sendo aprovado, e somente nesses casos. O acordo velado, sinalizado, por exemplo, quando a exposição de ideias segue sem ser interrompida ou questionada não foi considerado nesse item. Todos os envolvidos receberam uma entrada em “Produção de Acordo”, desde que tenha sido verbalmente exposto o acordo ou que a discussão tenha seguido o rumo proposto por algum dos envolvidos na polêmica. Nos casos em que isso não ocorreu, os participantes receberam uma entrada no item “Não

Acordo”. O descontentamento de algum participante em relação à decisão tomada, o registro de voto negativo à proposta, ou a ausência de uma conclusão conjunta, também incidirá em uma entrada no item “Não acordo”.

Quadro 2 – Análise Pós-Debate

6) Capacidade de alteração de perspectivas (DD; DC)

Apontada quando, após a identificação de divergências ou oposições, os discursos produzidos fizeram com que ALGUMAS ou TODAS as pessoas envolvidas na divergência (indicada pelo item 4) aceitassem um determinado ponto de vista. Neste caso, o participante que ofereceu a perspectiva aceita foi aquele que recebeu a pontuação nesse item.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

7) Saudações (*greetings*) (DC)

Dividiu-se em:

1. Cumprimentos Verbais. Ex.: Bom dia; Bem vindo; Oi.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

2. Adulação (*flattery*): elogios pessoais.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

3. Deferência: expressões respeitosas.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

4. Linguagem Não verbal (*nonlinguistic gestures*), subdividida em: apertos de mão, abraço/beijo e confraternização com alimentos.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

8) Retórica (DC)

Maneira de conduzir o discurso que se preocupe com o

compartilhamento de sentidos (*situatedness*) e que prenda a atenção da audiência (*link to desire*) (Young, 1996).

1. O compartilhamento de sentidos foi apontado pelo fornecimento verbal de explicações, esclarecimentos referentes a falas ou a ideias expostas, e ainda, quando foram oferecidas respostas a dúvidas expressas por qualquer dos participantes.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

2. A atenção da audiência foi sinalizada pela permanência dos participantes na reunião e a ausência de atividades ou falas paralelas. Por questões práticas, esse item foi mensurado pelo item “Exceção” que indicou a desatenção de participantes.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

9) Contar-Histórias (DC)

Foi caracterizado por narrações que produziram trocas de informações sobre modos de vida, cultura, necessidade e direitos de grupos sociais diferentes, produzindo familiaridade e conhecimento de indivíduos entre si, indivíduos e grupos sociais, e grupos sociais entre si. Não foram consideradas nesse item, falas que narram uma situação vivida, mas que não representam informações mais completas sobre experiências de vida (ex.: “ontem eu fui à secretaria e separei esses documentos para a reunião de hoje”). Destaca-se aqui, que cada fala através de narrativas foi pontuada nesse item, ainda que diferentes falas tenham se referido à mesma narrativa. Nesse sentido, a presença do item contar-histórias significa mais uma insistência nesse tipo de comunicação, do que a quantidade de histórias contadas.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

10) Expressão de Emoções (DC)

A expressão de emoções foi identificada quando houve a presença de falas exaltadas, “expressões de raiva, dor ou paixão” (Young, 1996) ou mudanças nítidas no tom de voz. Ainda que, por vezes, alterações no tom da voz possam referir-se mais a elementos de retórica do que expressão de emoções, optamos por encaixá-las no item “Expressão de Emoções”, já que não haveria possibilidade de considerá-las nos critérios previsto para “Retórica” (“Compartilhamento de Sentido” e “Atenção da Audiência/Exceção”). Mesmo que essa triagem flexibilize o conceito, acreditamos que indicar a presença de elementos que comunicam algo sem obedecer aos critérios de neutralidade sugeridos pelos teóricos da DD, seja significativo no contexto dessa pesquisa. De qualquer forma, nos quadros de análise presencial, ficará indicado entre parênteses quantas das ocorrências do item “Expressão de Emoções” referem-se a mudanças no tom de voz. Esses elementos foram triados na transcrição, porém listados no quadro da Análise Presencial, sendo identificados por estarem sublinhados.

Ferramentas: Quadro 1 – Análise Presencial

11) Linguagem Figurada (DC)

Entre as diferentes possibilidades de linguagem figurada (hipérboles, metáforas, etc.), foram identificadas as ocorrências de ditados populares nas falas dos participantes.

Ferramenta: Quadro 2 – Análise Pós-Debate

12) Publicidade

O caráter público das plenárias e reuniões extra plenária foi investigado por meio de três indicadores:

1. Temas tratados.

Ferramenta: Quadro 1 – Análise Presencial

2. Entrada aberta à comunidade.

Ferramenta: Entrevista informal.

3. Capacidade de comunicação com a sociedade através de documentos, jornais, imprensa e/ou internet.

Ferramenta: Entrevista informal.

A análise do processo de discussão iniciou-se com a observação de plenárias e reuniões extra plenária. Em cada uma dessas oportunidades foi produzido um relatório onde ficaram registrados os elementos propostos no quadro de Análise Presencial, apresentado a seguir. Esses relatórios abrangeram os momentos que antecedem e o decorrer dos debates, tendo por objetivo medir a presença de elementos não registráveis pelo equipamento de mídia. Apesar de não ser a ferramenta principal para análise da parte verbal da deliberação, nesse relatório foram registrados sucintamente as falas do início ao fim das reuniões, como forma de garantir parte dos dados necessários para os itens “Igualdade de Condições” e “Não constrangimento”, e também, como forma de auxiliar a identificação dos atores no momento da transcrição, descrita adiante. Os outros elementos, porém, foram analisados somente dos momentos precedentes à reunião ao momento em que cessou o uso do gravador.

Quadro 2 – Análise Presencial

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		

Igualdade de Condições e Não Constrangimento	Publicidade Temática
<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Sim
<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não

Nas plenárias e reuniões extra plenária foi utilizado gravador de áudio a partir do início formal dos debates, indicado pela leitura da pauta ou começo da discussão sobre os assuntos previstos. Optamos por padronizar o tamanho das amostras, utilizando o gravador durante uma hora, evitando assim que o resultado das análises esteja relacionado à diferença de duração das reuniões. A gravação de áudio foi transcrita na íntegra, servindo então para a análise dos elementos estabelecidos pelo quadro de Análise Pós-Debate, apresentado abaixo.

Os quadros de análise presencial e pós-debate serão apresentados de três formas. A primeira, na sua forma completa, registro a registro e fala a fala, respectivamente (Anexos D, F, H, J, M, O, Q e S). Segundo, de forma agrupada, mostrando as somatórias de entradas por participante e elemento de análise em cada reunião analisada (exposto na seção 2.3). Por último, serão expostos os totais dos elementos analisados considerando-se separadamente as comissões e as plenárias, possibilitando a análise comparativa entre essas duas situações de debate (também exposto na seção 2.3). Tanto os relatórios quanto as transcrições usados para alimentar os quadros de Análise Presencial e Análise Pós-Debate, ficarão disponibilizados para consulta, sendo que as falas identificadas como adequadas aos itens propostos pelos quadros, encontrar-se-ão destacados.

A utilização desses quadros de análise de discurso oferece duas importantes vantagens. A primeira delas é que, ao registrar a sequência de manifestações verbais e não verbais, essa ferramenta possibilita a identificação dos elementos que cada participante traz ao debate. É possível assim identificar quem contribuiu com qual elemento e quantas vezes o faz em cada encontro analisado. A segunda vantagem dessa ferramenta é que para cada contribuição dada pelos participantes, podem ser registrados mais de um dos elementos analisados, não limitando a manifestação, portanto, a apenas um de seus aspectos.

A segunda ferramenta de coleta de dados foi um questionário com perguntas fechadas, semi-abertas e abertas, formulados com o objetivo de levantar informações capazes de indicar-nos a validade da nossa sub-hipóteses de trabalho: se um maior conhecimento/interesse nos assuntos debatidos e a menor quantidade de pessoas nos espaços

extra plenária são – pelo menos em parte – responsáveis pelo debate mais rico e plural que ocorre nas reuniões extra plenárias, como indicou a pesquisa preliminar feita no CMAS de Florianópolis. Além disso, o questionário visou encontrar indícios que nos ajudassem a apontar a existência ou ausência de coerção e igualdade de condições de participação, bem como a presença ou não da pluralidade de visões nos processos de discussão dos conselhos analisados, complementando a análise de discurso das deliberações⁸⁹. Essa ferramenta também será utilizada para traçar o perfil sócio-econômico e político dos conselheiros, titulares e suplentes, do CEI/SC.

As ferramentas de pesquisa foram utilizadas entre novembro de 2011 e abril de 2012, em quatro situações: duas assembleias gerais ordinárias e duas reuniões de comissão. Optamos por não divulgar as datas exatas em que estes encontros aconteceram, bem como o nome das comissões abordadas nesta pesquisa, com o intuito de resguardar o máximo possível a identidade dos atores envolvidos. Tentamos garantir, assim, a fidelidade à proposta de pesquisa apresentada ao e aprovada pelo CEI/SC, em que afirmamos que o objetivo seria fazer um estudo exclusivamente sobre o processo de discussão, e não analisar qualquer um dos sujeitos envolvidos naquele conselho. Por esse motivo também, tanto nas transcrições quanto nos relatórios, os nomes dos conselheiros foram substituídos por números ou letras, bem como foram substituídos os nomes das instituições ou localidades, caso fosse possível identificar os envolvidos através desses elementos.

⁸⁹ Para mais detalhes ver itens 2, 3 e 4 do **Quadro 1**.

Esclarecemos aqui, que esta metodologia foi criada especialmente para esta pesquisa, sendo, dessa forma, pela primeira vez aplicada de forma extensiva. A partir de uma primeira proposta de quadro de análise de discurso, foram necessárias aproximadamente cinco reuniões para que pudéssemos chegar a uma proposta exequível. Apesar das vantagens já citadas anteriormente, é importante marcar que esta metodologia ainda permite algumas falhas. A principal delas diz respeito à dificuldade de julgar objetivamente, fala a fala, quais dos elementos propostos estiveram presentes. Pense-se, por exemplo, no que deve ou não ser considerado “argumentação racional”. Consideremos o caso de uma afirmação com uma lógica interna, mas que foi colocada em momento inoportuno, estando deslocada do contexto do debate. É possível classificá-la como “argumentação racional”? Ainda nesse caso, existe ainda a dificuldade de avaliar com precisão se de fato, esse momento era ou não oportuno. Outro exemplo seria o “contar-histórias”. Qual seria o limite entre uma narrativa que traz em si informações importantes sobre a vida de seus interlocutores e aquelas que apenas descrevem uma ação ou situação vivida, sem maiores conteúdos a serem percebidos? Por esse motivo, acreditamos que muito provavelmente, diferentes pesquisadores que se utilizem desses quadros de análise de discurso, poderão encontrar resultados estatísticos diferentes. Ainda assim, pensamos que a análise atenciosa e o refinamento dos critérios que definem cada um dos elementos propostos feito à medida que as análises foram acontecendo, foram eficazes em minimizar os erros provenientes do uso inevitável da subjetividade. Nesse sentido, ainda que os resultados numéricos pudessem sofrer alguma alteração a partir

da análise de outros pesquisadores, cremos que a direção e o padrão dos resultados seriam mantidos.

Outra dificuldade seria a identificação dos participantes quando do momento de transcrição dos arquivos de áudio, principalmente no que diz respeito às plenárias, frequentadas por um número relativamente grande de pessoas. Tentamos superar esse obstáculo por quatro meios: 1. antes do início da sequência de reuniões selecionadas para análise, já havíamos frequentado previamente outras plenárias, de forma a irmos conhecendo os conselheiros. De fato, isso facilitou muito o trabalho de identificação já que existe um grupo que se expressa com mais frequência, tornando mais provável a familiaridade com suas vozes e mesmo seus nomes; 2. durante as plenárias usamos dois gravadores localizados em diferentes pontos da sala como forma de minimizar as distorções sonoras durante as falas. Ainda que isso tenha ajudado muito, o uso de pelo menos mais dois gravadores poderia ter contribuído para o esclarecimento de algumas falas que acabaram restando incompreensíveis; 3. como comentado anteriormente, no relatório registramos sucintamente todas as contribuições no decorrer da reunião de forma que esse pudesse nos ajudar na identificação das falas/vozes identificadas na gravação e, por fim, 4. a cada reunião analisada (e isso também se refere principalmente à plenária) registramos a chegada dos participantes fazendo referência a alguma característica física ou do vestuário que viesse a mente no primeiro olhar como, por exemplo, “cabelos encaracolados”, “blusa de flores”, “bigode”, etc. Isso facilitou muito na velocidade com que os registros puderam ser feitos, já que não conhecíamos todos os participantes e uma pausa para chamar à memória os nomes conhecidos atrasaria a dinâmica de registro, tornando o

relatório pouco eficiente. Tentamos a princípio, fazer um registro por número de acordo com a ordem de chegada, o que se mostrou até mais difícil do que a identificação pelo nome. Com esses quatro cuidados, reduzimos bastante a quantidade de falas as quais não foi possível identificar o interlocutor.

O questionário, por outro lado, foi respondido por 14 conselheiros: 11 titulares, 2 suplentes e 1 não identificado, dos quais 6 homens e 8 mulheres. Desses, 5 são governamentais (5 titulares) e 7 são não governamentais (4 titulares, 2 suplentes e 1 não informado). Dois conselheiros titulares não informaram sua origem. As respostas obtidas pelos questionários também se encontram disponíveis como anexo. Porém, alteramos a ordem das respostas em algumas questões, também com o intuito de preservar a identidade dos nossos colaboradores. Às questões que foram manipuladas dessa forma, foi acrescentado um comentário indicativo como forma de identificar a alteração.

2.2. O CEI/SC: INFORMAÇÕES GERAIS

O Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina foi criado em 25 de setembro de 1990 (Estado de Santa Catarina, 1990), através da Lei Estadual nº 8.072 e regulamentado pelo Decreto Lei nº 6.527 de 26 de fevereiro de 1991 (Estado de Santa Catarina, 1991). Dada a mudança freqüente no organograma do governo estadual, o Conselho Estadual do Idoso/SC já esteve vinculado a diversos órgãos estaduais, como à Casa Civil (Estado de Santa Catarina, 1990), à Secretaria de Estado da Justiça e Administração (Estado de Santa Catarina, 1991) e à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família (Estado de Santa

Catarina, 1996), fazendo parte hoje, da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação.

Além de discutir as ações e orçamentos, e ser responsável pela organização das conferências estaduais relacionadas às políticas de atenção à pessoa idosa, o CEI/SC é responsável pela inscrição e fiscalização de instituições e programas de assistência ao idoso de abrangência estadual, bem como pela inscrição e fiscalização das instituições e programas municipais de assistência ao idoso localizados em municípios sem conselho municipal do idoso. Segundo o Artigo 2º da Lei Estadual nº 8.320 de 5 de setembro de 1991, compete ao Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina:

[...] I - definir a política social do idoso a partir de estudos e pesquisas que levem em conta fundamentalmente a interrelação da causa do idoso com o sistema social vigente;

II - propor medidas que assegurem o exercício dos direitos do idoso;

III - oportunizar processo de conscientização da sociedade em geral, com vista à valorização do idoso;

IV - estimular a mobilização e a organização das comunidades para equacionamento da questão do idoso;

V - promover a integração de instituições que atuem em favor da causa social do idoso;

VI - promover o intercâmbio de informações com instituições públicas e privadas, municipais e estaduais, nacionais ou internacionais que desenvolvam programas e atividades relacionadas com o idoso.

A representação no CEI/SC é paritária, sendo 14 vagas destinadas a conselheiros governamentais e outras 14 a associações e organizações representantes da sociedade civil. Os membros de cada instituição designada, governamental ou não governamental, são nomeados para um mandato de dois anos, permitindo um mandato consecutivo.

Chama a atenção neste conselho, que a representação não governamental é definida a partir de lei e não a partir de eleições em fóruns da sociedade civil ou assembleias convocadas especificamente para este fim, como normalmente é previsto nos estatutos dessas instituições, a exemplo do Conselho Nacional dos Direitos Idoso (Brasil, 2004, Art. 4º). Dessa forma, desde 2002 (Estado de Santa Catarina, 2002), a participação da sociedade civil no CEI/SC dá-se através das seguintes instituições: 1 . Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE); 2. Representação das Igrejas Evangélicas (AMAS); 3. Associação Nacional de Gerontologia (ANG/SC); 4. Associação das Entidades Filantrópicas de Santa Catarina (ASSEF/SC); 5. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/Reg. Sul (IV-CNBB); 6. Conselho Regional de Serviço Social/12ª Região (CRESS); 7. Federação das Associações de Aposentados e Pensionistas de Santa Catarina (EAPESC); 8. Federação Espírita Catarinense (FEC); 9. Fundação Nova Vida; 10. LIONS (Distrito LD-9); 11. Ordem dos Advogados do Brasil/SC (OAB); 12. Sociedade de Geriatria e Gerontologia/SC (SBGG); 13. Serviço Social do Comércio/Região SC (SESC) e 14. Associação dos Pré-Aposentados do Sistema FIESC (APAS-FIESC) (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2012c).

A representação governamental, também definida pela lei de 2002, fica como segue: 1. Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC); 2. Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE); 3. Instituto Nacional de Seguro Social/SC (INSS); 4. Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina (IPREV⁹⁰); 5. Santa Catarina Turismo (SANTUR); 6. Secretaria de Estado da Agricultura e Desenvolvimento Rural (SAR); 7. Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação; 8. Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação (SST); 9. Secretaria de Estado da Educação (SED); 10. Secretaria de Estado da Fazenda (SEF); 11. Secretaria de Estado da Saúde (SES); 12. Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania; 13. Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC); 14. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2012c). Note-se aqui, que a participação da Secretaria de Estado de Coordenação e Articulação e da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação não estão, a princípio, previstas na lei de 2002, em decorrência da mudança de nomes desses órgãos, vindo a substituir as antigas Casa Civil e Secretaria de Desenvolvimento Social e da Família.

O CEI/SC é dirigido por uma mesa mista, formada por presidente, vice-presidente, e 1º e 2º secretários. A presidência do conselho, bem como o cargo de 1º secretário, são ocupados hoje, por mulheres representantes da sociedade civil. Os cargos de vice-presidente e de 2º secretário são ocupados por homens representantes governamentais. A mesa diretora tem essa configuração desde a plenária

⁹⁰ A lei de 2002 faz referência a IPESC, antiga sigla usado pelo Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina.

de 24 de abril de 2012, quando foram escolhidos o vice-presidente e o 2º secretário (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2012a). Além da mesa diretora, o conselho conta com uma secretária executiva e uma auxiliar administrativa para gerenciar suas atividades.

Das 56 vagas para conselheiro disponíveis no CEI/SC, 40 são ocupadas por mulheres (11 titulares e 8 suplentes governamentais/11 titulares e 10 suplentes não governamentais) e 13 ocupadas por homens (3 titulares e 4 suplentes governamentais/3 titulares e 3 suplentes não governamentais). Três vagas permaneciam desocupadas na época do levantamento. Dos questionários respondidos, 35,7% disseram ter pós-graduação completa, representando o maior índice dentro das opções de resposta. Em segundo lugar, tivemos 28,5% das pessoas com nível superior incompleto e em terceiro lugar, 14,2% que responderam ter pós-graduação incompleta. Chamamos atenção aqui para o nível educacional altíssimo no CEI/SC, principalmente se comparado à realidade brasileira, em que a população tem em média, aproximadamente sete anos de estudo (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2007)⁹¹, o que representa menos do que o necessário à conclusão do ensino fundamental. O alto nível educacional também já foi apontado em diversas pesquisas anteriores sobre os conselhos gestores de políticas públicas (Lüchmann; Borba, 2007; d'Aquino, Rossi; Santos, 2007; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2012). Nenhum dos conselheiros respondentes pode ser considerado de baixa renda, sendo que 92% responderam ter uma renda familiar acima de R\$ 2.500,00. Outro dado interessante sobre o perfil dos conselheiros é que,

⁹¹ Média de anos de estudo na população com 25 anos ou mais no ano de 2007.

apesar de 28,4% terem respondido que são simpáticos a algum partido político, apenas um afirmou ser filiado a uma sigla. Por fim, ainda que 35,7% dos respondentes afirmaram estar representado o governo, 71% dos respondentes afirmou estar participando de ao menos uma associação ou organização da sociedade civil.

Atualmente o CEI/SC prevê a realização de uma plenária ordinária mensal, na última terça-feira de cada mês, com início previsto para as 13:45 horas em primeira chamada e 14 horas, em segunda chamada. Quando necessário, organiza-se também plenárias extraordinárias. Em ambas as ocasiões o regimento da instituição demanda a presença de pelo menos 15 conselheiros (maioria simples) para que a reunião possa acontecer. As plenárias são locadas em uma sala ampla, sendo aberta a entrada e saída de qualquer pessoa interessada, na condição de ouvinte. Contribuições verbais de presentes não conselheiros também são aceitas, sem contudo, terem direito a voto.

Para além das plenárias ordinárias e extraordinárias, o CEI organiza, desde outubro de 2011, suas atividades em seis comissões temáticas com o objetivo de “subsidiar o CEI/SC no cumprimento de suas competências” (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2011). São elas: 1. Comissão de Capacitação de Conselheiros e Apoio Técnico aos Conselhos Municipais do Idoso; 2. Comissão de Comunicação e Divulgação; 3. Comissão de Enfrentamento à Violência; 4. Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas; 5. Comissão de Políticas do Idoso, Estudo e Pesquisa; 6. Comissão de Orçamento e Financiamento.

As comissões temáticas são formadas por conselheiros titulares e suplentes escolhidos ou homologados em plenária, que podem participar

enquanto durarem seus mandatos, podendo também contar com convidados colaboradores esporádicos ou permanentes. Ainda que as comissões não tenham um número de participantes definido, as reuniões precisam de um quórum mínimo de três conselheiros, não sendo considerados nessa contagem, os participantes convidados. As reuniões de cada comissão acontecem pelo menos uma vez por mês, podendo essa frequência aumentar de acordo com as demandas de trabalho. As comissões têm poder de decisão, sendo necessário, porém, referendar as deliberações em plenária.

2.3. PLENÁRIAS E REUNIÕES EXTRA PLENÁRIA NO CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA

Estruturamos a análise comparativa da seguinte forma: descrevemos isoladamente cada uma das reuniões baseando-nos nos quadros de análise presencial e pós-debate agrupada, trazendo informações como o número de presentes, os dados estatísticos relevantes e contribuições individuais significativas. Em cada uma das quatro descrições, analisamos separadamente os itens 2, 3 e 4 do **Quadro 1**, que além dos quadros de análise presencial, demandam informações dos questionários. Ainda, junto às descrições, analisamos o item 12, que se baseia nos quadros de análise presencial, bem como em dados levantados nas entrevistas informais. Já nessa descrição, fizemos os primeiros apontamentos comparativos, principalmente relacionando as reuniões de mesmo tipo.

Na seção seguinte, apresentamos a análise comparativa entre os dois tipos de reunião, dessa vez usando os números totais de cada um

deles, obtidos através da soma dos dados estatísticos das reuniões extra plenária de um lado e das plenárias, de outro.

2.3.1. Reuniões extra plenária

Estavam presentes na primeira reunião extra plenária analisada três pessoas, das quais dois conselheiros e um colaborador (conselheiro suplente que não fazia parte da comissão) recém chegado ao CEI/SC, não alcançando assim o quórum mínimo para a tomada de decisões. Ainda assim, os participantes deram continuidade aos trabalhos, enviando o resultado das discussões como sugestão à plenária. Os três conselheiros eram representantes não governamentais.

Como é possível notar através do quadro, todos os presentes contribuíram para as discussões. Interessante aqui ressaltar que o participante 3 é o não conselheiro, e que ainda assim teve uma atuação equiparada aos outros presentes. Nesse sentido, chamamos a atenção para a quantidade de falas desse indivíduo enquadradas no tipo de comunicação contar-histórias: 18 falas do participante 3 corresponderam a este padrão, enquanto o participante 2 contribui com apenas duas falas desse tipo, e o participante 1 não se utilizou desse meio. Apontamos assim, um indício empírico para a argumentação de Young, quando esta aponta os modos alternativos de comunicação como ferramentas de aproximação e comunicação através da diferença.

Quadro 4 – Análise Pós-Debate Agrupada Comissão I**Fonte:** Autor, 2012

Cod. Part.	Comp.de Sign.	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
1	34		4	3	1	1	4	3	34		84
2	48	2	10	8	2	6	7	14	68	3	168
3	37	18	6	5	1	2	3	12	41	1	126
	119	20	20	16	4	9	14	29	143	4	378

A atuação marcante do participante 2 também merece algumas considerações. Foi possível observar durante os debates não apenas uma contribuição quantitativa desse conselheiro, como mostra o quadro, mas também uma participação qualitativa, no sentido do fornecimento de informações importantes ao debate, como pode ser averiguado na transcrição dessa reunião (Anexo E). Pode-se observar isso, por exemplo, através do item compartilhamento de significado, no qual a contribuição desse participante representou 40% das entradas totais, ou ainda, quando este esteve envolvido nas 10 situações de controvérsia que se apresentaram no decorrer das discussões, e quando no surgimento de 8 acordos, este foi responsável pelos argumentos para a convergência de ideias em 6 deles. Interessante por outro lado, perceber, que este mesmo participante foi responsável por 47,5% das interrupções durante a reunião. Ainda que neste número estejam inclusas interrupções “normais” na dinâmica de uma conversa, como aquelas quando os interlocutores começam as falas praticamente ao mesmo tempo, apontamos, sem sombra de dúvida, uma atitude coercitiva desse participante, principalmente no que diz respeito ao convidado (participante 3). Esse comportamento, que estava bastante presente no começo, foi diminuindo no decorrer da reunião. Lembrando aqui a proposta de Dryzek (2003), não afirmaríamos que esta atitude represente algum problema de caráter ou “maldade” do participante 2, mas uma impaciência relacionada às freqüentes vezes em que o participante 3 mostrou dificuldade em fazer o vínculo entre os casos particulares narrados e as discussões que estavam sendo feitas. Esclarecemos aqui também, que o participante 2 era uma mulher, encaixando-se assim,

naquele estereótipo que Young argumenta ser historicamente aplicável aos homens.

Quadro 5 – Análise Presencial Agrupada Comissão I

Fonte: Autor, 2012

Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz) ¹	Fala Não Exposta		
	Atenção da Aud. Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo				Confr. c/ Aliment.
1		1		1		19 (16)		21
2				1		36 (34)		37
3		1				23 (19)	1	25
		2		2		78 (69)	1	83

Igualdade de Condições e Não Constrangimento	Publicidade Temática
() Sim	(x) Sim
(x) Não	() Não

No que diz respeito ao uso de argumentação racional, estrutura principal da proposta deliberativa, é possível observar um número significativo de contribuições desse tipo. Por outro lado, esse elemento está longe de ser o mais usado no processo de discussão. O compartilhamento de significados, pontuado quando do fornecimento de explicações, esteve muito mais presente do que a argumentação racional, ainda que por vezes esta última possa estar inserida no

primeiro⁹². Nesse sentido, tendemos a concordar com Ryfe (2005), quando este afirma que um processo deliberativo necessariamente combinaria cognição (a ação de fazer sentido) com cultura (a ação de produzir significado), mesclando assim, a argumentação racional a outros elementos de comunicação.

O quadro de análise presencial traz duas informações principais. Primeiro, aponta que todos os participantes fizeram uma primeira aproximação através da troca de saudações, ainda que não tenha sido percebido um cumprimento entre os participantes 2 e 3. O outro dado interessante diz respeito à expressão de emoções. Ainda que a maior parte das manifestações nesse sentido tenham se apresentado através da alteração do tom de voz (aproximadamente 88,5%), foram observados também risos e falas de indignação, entre outras manifestações.

Consideremos agora os três indicadores propostos para a definição da igualdade de condições (item 2) e do não constrangimento (item 3). O primeiro deles, a observação de pelo menos uma contribuição ao debate de todos os presentes, pode ser encontrado. O segundo indicador, a percepção dos participantes sobre a existência da igualdade de condições para a participação, foi dividido em duas vias, ambas baseadas nas respostas obtidas com o questionário: a) a participação de todos os potenciais afetados pela política (via mecanismo de representação) e b) a participação dos representantes nos processos deliberativos daquele conselho. Dos nove conselheiros que responderam ao questionário e participavam de grupos de discussão

⁹² Lembramos aqui, que a utilização dos quadros permite que sejam considerados mais de um dos elementos propostos em cada uma das falas analisadas.

extra plenária, oito afirmaram que os participantes das comissões não conseguem representar todos os afetados pela política em discussão. Apenas um conselheiro assinalou positivamente a essa pergunta. Quando perguntados se os grupos extra plenária ofereciam as condições para que todos pudessem se expressar, os nove conselheiros responderam que sim. Ainda nesse sentido, perguntamos se a origem social dos conselheiros contribuía ou atrapalhava de alguma forma a sua participação nas reuniões extra plenária: quatro responderam que não, e cinco responderam que sim. Interessante aqui ressaltar que os cinco conselheiros que assinalaram positivamente essa questão, atribuíram consequências positivas em relação a sua participação, como melhor detalhado no Anexo T. O último indicador, a saber, a inexistência de falas interrompidas ou não expressas, como visto através do **Quadro 5**, foi marcado no sentido da presença de constrangimento e da desigualdade de condições de fala.

A pluralidade de visões (item 4) foi definida por dois indicadores. O primeiro, analisado a partir da presença de divergências/oposições de ideias, foi registrado através do quadro de análise presencial. O segundo indicador, procurado através do questionário, diz respeito à representação dos afetados pela política em questão no conselho estudado, a exemplo dos itens 2 e 3, recém discutidos. Nesse sentido, sugerimos que a pluralidade de ideias nessa ocasião, tenha se apresentado principalmente nas divergências encontradas entre os participantes 2 e 3. O primeiro, parecendo-nos bastante confortável na dinâmica de raciocínio legal-burocrático e institucional do CEI/SC, e o segundo, pouco acostumado a esse padrão, mas com considerável atuação na resolução de problemas relacionados a pessoas idosas de seu

município, divergiram, com uma frequência considerável, sobre a melhor maneira de se pensar/resolver as questões apresentadas na discussão. Salvo exceção, as divergências em que o participante 1 se envolveu foram logo resolvidas, por dizerem respeito principalmente à interpretação do texto em discussão. Em relação ao segundo indicador, como já apontado anteriormente, os conselheiros respondentes afirmaram não acreditar que os diferentes segmentados sociais afetados pela política na qual o Conselho Estadual do Idoso/SC está inserido estão fielmente representados nas reuniões extra plenária.

Por fim, no que diz respeito à publicidade (item 12), também divida em três indicadores, afirmamos que: 1. os temas tratados na reunião tiveram de fato, caráter público. Ainda que muitas vezes opiniões e posicionamentos pessoais fossem expressos, a temática esteve sempre relacionada à pauta proposta, essa mesma, relacionada à política pública em questão; 2. a entrada da comunidade, ainda que oficialmente aberta, sofreu constrangimento em alguns sentidos. Primeiro, a comissão I, como grande parte das reuniões extra plenária, aconteceu em sala com espaço restrito, junto à secretaria executiva do conselho. Segundo, essa reunião não aconteceu no térreo do prédio, próxima à porta principal da secretaria de estado a que o CEI/SC está vinculado, de forma que para chegar ao local da reunião, qualquer indivíduo interessado precisaria acessar o interior do prédio. Terceiro, e o que explica mais claramente o porquê de as duas primeiras características serem consideradas coercitivas no contexto das comissões, a presença nessas reuniões, precisa, ainda que informalmente, ser comunicada ao CEI/SC através de seus representantes ou funcionários; e 3) a comunicação entre sociedade e

comissão (a I e qualquer outra) foi considerada restrita. Em primeiro lugar, todas as decisões tomadas nessas reuniões precisam necessariamente ser homologadas em plenária, e somente a partir daí são publicizadas através da ata desta última. Apesar de manterem seus próprios registros, apenas as atas das plenárias são disponibilizadas eletronicamente no *site* do conselho. Qualquer indivíduo interessado nos registros das comissões terá, necessariamente, que se dirigir a integrantes ou técnicos do CEI/SC e pedir autorização para acessar esses documentos. Em segundo lugar, sugerimos que os trabalhos e decisões das comissões são diluídos nos esforços do conselho como um todo. Por exemplo, ainda que uma cartilha educativa tenha sido proposta, planejada e executada pelos integrantes da Comissão de Comunicação e Divulgação, isso, de forma geral, será traduzido socialmente como uma “estratégia de conscientização utilizada pelo Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina”, e não como uma publicação dessa comissão isoladamente. Outro exemplo da indistinção entre o contato comissão-sociedade e o contato plenária/CEI-sociedade dá-se através do *site* que disponibiliza apenas um documento nomeadamente relacionado às comissões temáticas, a saber, a Resolução nº 02, de 25 de outubro de 2012, que as cria (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2011). Nenhum outro documento faz referência direta às comissões, incluindo-se a planilha do planejamento anual, que diz respeito, sobretudo, a ações previstas para os grupos extra plenária, o qual é disponibilizada pelo título “Planejamento CEI 2012” (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2012b).

Na segunda reunião de comissão observada também estiveram presentes três participantes, todos conselheiros, atingido assim, o quórum mínimo necessário às decisões.

Observa-se, pelo **Quadro 6**, que os conselheiros 2 e 3, ambos representantes da sociedade civil, tiveram uma participação significativa e aproximada, enquanto o participante 1, conselheiro governamental, deu menos contribuições ao debate, ainda que todos tenham participado em menor ou maior grau das discussões. De fato, esse último, apesar de já ter participado de algumas reuniões dessa comissão, era recém chegado ao conselho e há pouco havia deixado o cargo de conselheiro suplente para ocupar a vaga deixada pelo antigo titular. O participante 2, ainda que estivesse pela primeira vez presente em uma reunião atual dessa comissão, possuía uma vasta experiência nesse conselho e em políticas públicas de assistência social. Pelas contribuições dadas pelo participante 3 nessa ocasião e nas plenárias observadas, pode-se concluir que este também tem uma vasta experiência, pelo menos no que diz respeito à política de assistência e proteção ao idoso.

Chama a nossa atenção nesses dados, também, a frequência da não produção de acordos entre os participantes 2 e 3. Ambos bem informados e embasados em suas ideias, não conseguiram chegar a um ponto de convergência em 4 das 5 situações de pluralidade de visões em que estiveram envolvidos juntos, ainda que o participante 3 tenha sido mais eficiente em oferecer argumentações racionais para seus pontos de vista.

No que diz respeito às falas interrompidas, é possível observar que o participante 2, uma mulher, interrompeu quase duas vezes mais que o participante 3, homem. Nesse sentido, lembrando a análise semelhante do debate na comissão I, aponta-se uma possível relação padrão envolvendo conhecimento, sexo feminino e coerção. Seria interessante ressaltar porém, que nesse caso, diferente da situação observada na comissão I, as interrupções pareceram-nos menos uma questão de movimento em relação ao outro/à fala do outro, do que um ímpeto comunicativo próprio à personalidade desse conselheiro. Também no que concerne a esse elemento, aponta-se que, ainda que expressiva, a quantidade de interrupções feitas pelo participante 1 tem um significado muito menos atribuível à coerção, dado que grande parte dessas interrupções foi feita no sentido de colocar perguntas sobre as colocações dos outros participantes. Chamamos atenção, aqui também, que a diferença do total de entradas das duas comissões deve-se, em grande parte, à diminuição das interrupções feitas na comissão II.

Durante essa reunião foi observada também uma diminuição nas entradas totais da expressão de emoções. Apesar do que possa parecer à primeira vista, porém, o que de fato diminuiu foi a frequência na alteração de voz durante as falas, sugerindo assim uma possível relação entre coerção e alterações de voz. Outros tipos de expressão de emoções, e nesse caso em particular, os risos, foram mais frequentes do que no primeiro debate analisado. Observou-se nesse encontro também a confraternização com alimentos, em parte, fornecidos por um dos participantes espontaneamente, sugerindo agora, um ambiente de

informalidade e cordialidade, como apontado pela pesquisa no CMAS-Florianópolis.

Quadro 7 – Análise Presencial Agrupada Comissão II

Fonte: Autor, 2012

Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz) ¹	Fala Não-Exposta		
	Atenção da Aud. Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo				Confr. c/ Aliment.
1					1	7 (3)		8
2	2	2			2	10 (9)		16
3					1	10 (2)		11
	2	2			4	27 (14)		35

Igualdade de Condições e Não Constrangimento	Publicidade Temática
() Sim	(x) Sim
(x) Não	() Não

No que diz respeito aos indicadores de igualdade de condições e de não constrangimento, o primeiro indicador proposto mantém-se estável em relação à comissão I: todos os presentes se manifestaram com menor ou maior frequência. O segundo indicador também permanece estável, por estar baseado nas respostas do questionário: os conselheiros que participam de reuniões extra plenária afirmam não ver as comissões como espaços fidedignos à representação dos afetados pela

política em questão. Por outro lado, todos os que participam das reuniões extra plenária, afirmaram que esses espaços apresentam as condições necessárias para que todos possam se expressar e que sua condição social não influi, ou influi positivamente na sua participação nessas reuniões. O terceiro indicador, referente à inexistência de falas interrompidas ou não expressas, também mantém o padrão da comissão I, onde foi assinalada a presença de constrangimento e da desigualdade de condições de fala, principalmente no que se refere à quantidade de interrupções durante as exposições.

No que concerne à pluralidade de visões (item 4), observou-se seis situações de conflito de ideias, das quais cinco tiveram a participação dos conselheiros 2 e 3. Interessante ressaltar que em quatro dessas últimas, os conselheiros envolvidos não conseguiram chegar a um acordo, algumas vezes destacando o ponto controverso para ser levado à consultoria da plenária ou de algum técnico. Chama atenção também que, a despeito de o participante 3 ter se expressado com uma frequência consideravelmente maior através da argumentação racional, esse só foi capaz de alterar a perspectiva de outros envolvidos em duas situações, sendo que, pelo menos a controvérsia envolvendo o participante 1, foi de menor importância, dado que o próprio conselheiro logo se posicionou como “inexperiente” no assunto tratado (Anexo I). Lembra-se aqui, da defesa de Young pelo uso da retórica, quando esta propõe que os melhores argumentos podem não obter aprovação, caso não sejam colocados de forma suficientemente persuasiva. O segundo indicador, encontrado através do questionário e que considera a pluralidade de visões através da representação dos potenciais afetados pelas políticas trabalhadas pelo CEI/SC nas reuniões extra plenária,

como já comentado nos itens 2 e 3, foi, em sua maior parte, assinalada negativamente pelos conselheiros.

A publicidade na comissão II, último item proposto para a análise, também se mantém estável em relação à comissão I. Como marcado no quadro de análise presencial, as temáticas que envolveram as discussões eram de interesse público vinculadas à política em questão; a participação da sociedade, ainda que oficialmente aberta, sofre pequenos constrangimentos e, por fim, a publicização das discussões dessa comissão terá que necessariamente ser afuniladas através da plenária e sua ata, ou mescladas totalmente a outros esforços do CEI/SC, no sentido de seus resultados não serem publicamente creditados à comissão.

2.3.2. Plenárias

Na primeira plenária analisada, estiveram presentes 23 participantes. A reunião começou em segunda chamada. Excetuando alguns casos, não foi possível afirmar através das nossas ferramentas de pesquisa, quais dos presentes eram conselheiros governamentais e quais eram representantes da sociedade civil. Observa-se pelo **Quadro 8**, que o debate teve uma contribuição preponderante do participante 1, que não coincidentemente é o presidente da instituição e responsável pela coordenação da reunião. Nessa plenária e durante o período de tempo previsto para análise⁹³, apenas outros dois conselheiros e a secretária do

⁹³ Lembramos aqui que padronizamos o tempo de áudio gravação em uma hora.

conselho fizeram contribuições expressivas, pelo menos no que diz respeito à frequência com que trouxeram às discussões os elementos propostos nessa pesquisa. Nesse sentido, indagamo-nos se seria possível relativizar a expressiva abstenção de vários dos participantes argumentando que os quadros limitam o tipo de contribuição que pode ser registrado. Pensamos que sim e não. Sim no sentido de que muitas contribuições de fato, acabam não se enquadrando nos elementos propostos, não sendo, portanto, registradas e contabilizadas. Por outro lado, o item “compartilhamento de significados” foi delimitado de forma a ter uma abrangência bastante flexível, aumentando as chances de diferentes contribuições serem triadas neste item, e por isso, diminuindo possíveis “injustiças” decorrentes da estruturação dos quadros.

Uma das primeiras características que chama a atenção na dinâmica de reunião das plenárias, é que, como facilmente pode ser observado através das transcrições (Anexos N e R), as falas são mais extensas e sofrem menos interrupções do que nas reuniões extra plenária. Existe uma formalidade nos debates que demanda, por exemplo, que os participantes de forma geral, inscrevam-se antes de dar sua contribuição. Nesse sentido, ainda que possa ser observado com certa frequência conversas paralelas, as falas dirigidas à assembleia como um todo e que portanto, baseiam o debate, têm maiores chances de serem expressas do começo ao fim sem sofrerem interferências. Esse padrão, porém, pareceu mudar nas duas ocasiões a partir de determinado momento das discussões (aproximadamente duas horas após seu início), no qual já havíamos parado as análises. Uma soma de fatores, incluindo a sequência de pontos polêmicos que surgiram no decorrer dos debates,

Quadro 8 – Continuação...

Cod. Part.	Comp.de Sign.	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Lingua. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
15											
16	1	1						1	2		5
17											
18	3		1		1		2	1	3		11
19	2						1	1			4
20	2							1		1	4
21											
22											
23											
?			1	1					1		4
Votação 1				Todos							
Votação 2				Todos							
Votação 3				Todos							
	75	8	6	4	2	2	16	25	57	12	3
											210

Ainda que tenha sido notada a presença de divergências de ideias, observa-se através do quadro de análise pós-debate que todos os pontos colocados em votação nessa reunião foram aprovados por

unanimidade, a exemplo do apontado pelas pesquisas no CMAS de Florianópolis (d'Aquino; Rossi; Santos, 2007). Apenas uma divergência de ideias, envolvendo os participante 1 e 18, não foi resolvida. Interessante aqui destacar que nessa situação não julgamos as falas dos conselheiros como argumentação racional, selecionando-as como compartilhamento de significado, na medida em que forneceram informações adicionais sobre seus pontos de vista iniciais, sem contudo responderem àquelas características definidas por Young (afirmações com razões consistentes que as expliquem, expondo com clareza a conexão lógica entre elas).

Através do quadro podemos notar também uma presença significativa de discurso racional, ainda que este esteja longe de ser a principal forma de comunicação no decorrer dos debates. Aqui também, o compartilhamento de significados teve a frequência mais expressiva de todos os elementos analisados.

Chamamos a atenção também para a frequência significativa em que a linguagem figurada, através dos ditados populares, esteve presente. Essas expressões, exemplificadas por falas como “num piscar de olhos”, “meu Deus!” e “bancar o bobo da corte”, estiveram bastante presentes dando corpo às contribuições dos participantes, ainda que um considerável nível de formalidade tenha sido mantido.

Através do quadro de análise presencial podemos ter algumas informações interessantes. Vê-se por exemplo, que dos 23 participantes registrados, para apenas cinco deles não foi registrada nenhuma manifestação de saudação. Percebe-se também que, apesar da presença de discussões mais formais nas plenárias, as saudações mais informais, representadas por abraço e beijo, foram as mais frequentes, indicando

assim, uma relação de proximidade entre aqueles que participam dessa instituição. Ainda relacionado aos elementos sugeridos pela proposta da democracia comunicativa, foi possível observar as expressões de emoções, mas estas estiveram ligadas principalmente a alterações de voz durante as falas.

Outra característica bastante importante da plenária analisada, rapidamente comentada anteriormente, diz respeito à frequência com que os conselheiros se dispersam da discussão principal, envolvendo-se em diálogos ou atividades paralelas. Ainda que entre essas incidências possamos encontrar “dispersões justificáveis” (telefonemas importantes ou diálogos paralelos sobre o próprio assunto discutido), essas atividades sem dúvida, atrapalharam o andamento das discussões ao promover uma disputa de sons, onde por diversas vezes, o interlocutor que ganhou direito à voz através de inscrição prévia, precisou interromper a sua fala até que alguém se manifestasse contrário ao barulho ou este cedesse espontaneamente.

Durante a plenária observou-se também a confraternização com alimentos (café, água, bolacha), como sugerido pela argumentação de Young. Aqui porém, a confraternização ganha menos espaço do que a alimentação em si. Isso porque os alimentos ficaram disponíveis em uma mesa na lateral da sala de reunião, sendo acessados aleatoriamente pelos participantes no decorrer da reunião. Dessa forma, ainda que por vezes os conselheiros tenham se encontrado junto a essa mesa, permitindo uma troca de palavras ou outro tipo de interação, frequentemente estavam sozinhos, ou acompanhados, mas atentos à discussão.

Quadro 9 – Análise Presencial Agrupada Plenária 1

Fonte: Autor, 2012

Cod. Part.	Retórica		Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz) ¹	Fala Não-Exposta	
	Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abrço e beijo	Confr. c/ Aliment.			
1	1	3		3		13 (9)		20
2	1	1	4	1		1 (1)		8
3		1	1	1				3
4			3	2				5
5	5	1	1	2	1		1	11
6	4	1		8	1	6 (3)	1	21
7		2		3				5
8	4			1				5
9		1				1		2
10	3			1				4
11	8	1						9
12	5	1			1			7
13	1		1		1			3
14	3	1						4
15				1				1
16	2						1	3
17	1							1
18	2			1		4 (3)		7

Quadro 9 – Continuação...

Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
		Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
			Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
19			1	1			2
20	1					2	3
21	2	2		1			5
22							
23							
43	15	11	26	4	25 (16)	5	129

Igualdade de Condições e Não Constrangimento	Publicidade Temática
<input type="checkbox"/> Sim	<input checked="" type="checkbox"/> Sim
<input checked="" type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Não

Em relação à igualdade de condições de participação e não constrangimento, tem-se que: 1. nem todos os participantes contribuíram para as discussões, e portanto, nesse sentido, o indicador 1 foi caracterizado negativamente; 2. quando perguntados se achavam que as divisões de assentos no conselho representavam fielmente os segmentos afetados pela política em questão, 61,5% (8) das respostas válidas (13) foram assinaladas positivamente contra 38,5% (5) de respostas negativas. Por outro lado, quando perguntados se sua origem social

contribuía ou atrapalhava de alguma forma a participação nas plenárias, sete conselheiros responderam que não e cinco responderam que sim, sendo todas as respostas positivas relacionadas a visões otimistas da relação origem social/consequências à participação. Ainda nesse sentido, 10 de 12 respostas válidas, apontaram que os conselheiros consideram as plenárias como espaços com as condições necessárias para que todos possam se expressar. Por fim, o indicador 3 dos itens igualdade de condições e não constrangimento, foi também assinalado negativamente, já que foi possível observar interrupções nas exposições dos participantes, não surpreendentemente feitas principalmente pelo presidente do CEI/SC, que foi quem mais fez o uso da palavra no decorrer da reunião.

Quanto ao item 4, pluralidade de visões, dividido em dois indicadores podemos afirmar que: 1. ainda que todas as votações propostas tenham sido aprovadas por unanimidade, foi possível observar a presença da divergência de ideias em algumas ocasiões, das quais, em pelo menos uma, não se conseguiu chegar a um acordo sobre a ideia debatida e 2. no que diz respeito à presença da pluralidade de visões através da representação dos diversos segmentados afetados pela política debatida no CEI/SC, como mostrado no parágrafo anterior, apenas um pouco mais do que a metade dos conselheiros respondeu positivamente a essa questão.

A publicidade foi garantida na plenária, considerando-se os temas tratados durante essa reunião. No que diz respeito à presença dos cidadãos, consideramos a plenária totalmente aberta e de livre entrada para qualquer pessoa interessada. As plenárias são locadas em ampla sala, localizada no térreo e ao lado da porta de acesso principal daquele

prédio, contando com diversos assentos. Nesse sentido, qualquer cidadão que queira testemunhar as discussões, ou mesmo oferecer contribuições, desde que respeitadas as regras de inscrição, pode acessar e abandonar a reunião a qualquer momento que desejar, sem que para isso precise pedir permissão de qualquer espécie. A capacidade de comunicação das plenárias, como a exemplo das comissões, é confundida com a comunicação do conselho como um todo. A exceção dá-se no sentido da disponibilização eletrônica das atas dessas reuniões.

A segunda plenária analisada para essa pesquisa contou com a participação de 29 pessoas. Nessa reunião, na qual foram debatidos temas que já vinham sendo discutidos há algum tempo no CEI/SC, pode-se observar uma presença bastante representativa de pelo menos seis participantes. Da mesma forma como na plenária analisada anteriormente, as falas foram nitidamente dominadas pelo conselheiro presidente, participante 13, que novamente foi o responsável pela coordenação dos trabalhos de discussão, contribuindo com nada menos que 38% do uso dos elementos considerados pelo quadro de análise pós-debate.

Chama a atenção nesse quadro, a frequência com que os participantes se envolveram em divergência de ideias. Por outro lado, praticamente todos os impasses foram solucionados, com exceção de uma situação envolvendo os participantes 5 e 13, que tomou proporções de uma votação aberta a todos os presentes votantes (votação 2), confirmando assim a proposta colocada em pauta pelo participante 13. Destaca-se aqui que a diferença entre votantes (16) e participantes registrados (29) diz respeito ao atraso de muitos conselheiros, que chegaram depois dos debates serem iniciados. Ainda em relação à

pluralidade de visões, observa-se que das quatro votações propostas, três foram aprovadas por unanimidade. Apesar disso, não apontamos essas votações como indício da falta de pluralidade de visões, dado que a votação 1 dizia respeito a um assunto menor (mudança da ordem dos pontos da pauta) e a votação 3 foi precedida de inúmeras manifestações dos conselheiros. Apenas a votação 4 tratava de uma questão relevante, a saber, a transferência da votação de um ponto polêmico para a próxima plenária.

Destacamos aqui também o uso elevado de deferências, representadas por expressões respeitosas como “senhor” e “senhora”, agradecimentos e pedidos de licença quando da interrupção de falas, etc., mostrando-se assim, como elemento importante na construção de um maior nível de formalidade nessas reuniões, já anteriormente comentado. Ainda que a princípio, considerando a análise das duas plenárias, tenhamos levantado a possibilidade de que a alta frequência desses elementos estivesse relacionada à presença considerável de divergência de ideias, essa hipótese não se sustentou quando da comparação às comissões I e II, que também tiveram uma presença considerável de divergências (20 e 12, respectivamente), sem contudo, ser observada uma grande presença de deferências (4 e 4, respectivamente). Por outro lado, considerando as quatro situações analisadas, apontamos a possibilidade de uma relação positiva entre divergências, deferências e quantidade de pessoas, no sentido de que quanto mais público o debate em consequência do maior número de presentes, mais os participantes preocupam-se em utilizar expressões de respeito e consideração ao outro, na tentativa de amenizar o desconforto

causado pelas divergências, a exemplo do que coloca Ryfe (2005) sobre a necessidade de regras formais e informais no debate.

Quadro 10 – Análise Pós-Debate Agrupada Plenária 2

Fonte: Autor, 2012

Cod. Part.	Comp. de Sign.	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
1	5								3	1	9
2	1	1								1	3
3											
4		1									1
5	16	2	4	3	1	2		3	3	1	35
6	7		1	1			1		5	1	2
7											
8	1	1								2	1
9											
10	1	1								1	3
11	2	1									3
12											
13	22	1	7	6	1	5	2	8	16	20	2
14		1								1	2
15	7	2	1	1				1	8		20

Quadro 10 – Continuação...

Cod. Part.	Comp. de Sign.	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
16									1		1
17											
18	5	1	1	1				2	6	3	19
19											
20											
21											
22	1	1									2
23											
24											
25	1	1								1	3
26											
27											
28											
29											
?	2										2
Votação 1				Todos							
Votação 2				(11)	(5)						16
Votação 3				Todos							
Votação 4				Todos							
	71	14	14	23 (11)	7(5)	7	3	14	42	32	6
											233

A apresentação de argumentação racional seguiu o mesmo padrão das outras reuniões analisadas: ainda que com uma presença considerável, esteve longe de ser o elemento mais utilizado durante as discussões. Ainda nesse sentido, o compartilhamento de significados, identificado através do fornecimento de explicações e informações sobre

um determinado posicionamento, fala ou ponto de vista, teve um uso expressivamente mais elevado que qualquer dos outros elementos previstos.

Dois dados nos chamam atenção no quadro de análise presencial da plenária 2. A primeira refere-se à escolha preponderante dos participantes por cumprimentarem-se através de saudações informais, como abraços e beijos. Essa forma de saudação representou 67% dos registros, contra 16,5% de cumprimentos verbais e outros 16,5% de apertos de mão, mantendo assim, o indicativo de proximidade entre os participantes, como já apontado quando da análise da plenária 1.

Outro dado relevante, que também corrobora as observações feitas sobre a plenária 1, diz respeito à frequência de situações que caracterizaram uma desatenção de um ou mais participantes em relação às discussões que se desenrolaram. Chamamos atenção aqui para os participantes 5, 15 e 19 que estiveram envolvidos em um número considerável de conversas paralelas.

De acordo com o primeiro indicador escolhido para apontar a igualdade de condições e o não constrangimento, a saber, a manifestação de todos os presentes em menor ou maior grau, novamente se tem um indício negativo para esses dois itens. A percepção dos participantes sobre a inclusão de todos os potenciais afetados pela política (via mecanismo de representação) e sobre a igualdade de oportunidade para a participação dos representantes nos processos deliberativos abrigados no CEI/SC, levantada pelo questionário e já discutida na análise da plenária 1, ficou como segue: pouco mais da metade dos conselheiros (61,5%) acredita que os segmentos afetados são bem representados pelos conselheiros do CEI/SC; a maior parte dos

conselheiros apontou também que sua origem social não contribui ou atrapalha de alguma forma sua participação, e todos que responderam positivamente a essa questão, relatam apenas relações favoráveis entre sua origem social e sua participação no CEI e, por fim, mais de 83% deles disseram acreditar que as plenárias oferecem as condições necessárias para que todos possam se expressar. Por último, e seguindo o padrão de todas as outras reuniões analisadas, não foi possível assinalar positivamente o terceiro indicador dos itens 2 e 3, dado a presença ainda significativa de interrupções nas falas dos participantes.

Quadro 11 – Análise Presencial Agrupada Plenária 2

Fonte: Autor, 2012

Cod. Part.	Retórica		Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz) ¹	Fala Não-Exposta	
	Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.			
1	1	1	1	5				8
2		1	1	5				7
3		1						1
4	4	1		4				9
5	7	2	2	3	1	1		16
6	5	1		8	2			16
7	3	1		4	1			9
8			2	3	1			6
9						1		1
10	1	1						2
11	1	1	1	4	1	1		9
12	2	1		5				8

Quadro 11 – Continuação...

Cod. Part.	Retórica		Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz)†	Fala Não-Exposta	
	Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.			
13	2		1	11		10 (7)		24
14	2					1		3
15	7	2	7	1		1 (1)		18
16	1			1	1			3
17								
18	4	2		5	1	1 (1)	1	14
19	6				1			7
20	3			8				11
21								
22								
23			1					1
24	3		1					4
25	2	1						3
26	2							2
27	1	1				1	2	5
28								
29				2				2
	57	17	17	69	9	17 (9)	3	189

Quadro 11 – Continuação...

Igualdade de Condições e Não Constrangimento	Publicidade Temática
() Sim	(x) Sim
(x) Não	() Não

No que diz respeito à pluralidade de visões definida no item 4, apontamos um número significativo de divergências, que ainda assim puderam ser resolvidas, salvo exceção. Consideramos também a pluralidade de visões quando da percepção dos conselheiros sobre a inclusão dos segmentos afetados via representação. Com um representativo 48,5% dos conselheiros afirmando que essa representação não é fidedigna, fica assinalada assim, uma fragilidade no que concerne a este indicador.

Sobre a publicidade, garantida por três indicadores, pode-se dizer:

1. os temas tratados durante essa reunião foram em sua totalidade discussões públicas relacionadas à política em que o CEI/SC está inserido;
2. consideramos que o acesso da comunidade à essa plenária é livre, da mesma forma como à plenária anteriormente analisada, não sofrendo nenhuma restrição significativa e
3. a capacidade de comunicação com a sociedade dessa plenária segue os padrões já mencionados: com exceção da ata publicada *online*, qualquer outro processo comunicativo (*site*, cartilhas, cartazes e outras publicações esporádicas) mesclam os esforços do CEI/SC como um todo, não sendo possível distinguir outra publicidade específica à plenária.

2.3.3. Plenária e reuniões extra plenária: análise comparativa

Após a descrição individual das quatro situações de debates previstas, iremos expor os valores totais dos quadros de análise presencial e pós-debate das comissões, com o intuito de fazer a análise comparativa com os totais dos quadros das plenárias, permitindo assim um diálogo entre a prática deliberativa no CEI/SC e a proposta dos teóricos deliberacionistas, bem como uma reflexão sobre o grau de validade da hipótese e da sub-hipótese que guiaram essa pesquisa.

Primeiramente, propomos nessa pesquisa investigar em que medida as plenárias e reuniões extra plenárias enquadram-se no tipo de discussão advogada pelos teóricos da democracia deliberativa. Em segundo lugar, baseando-nos em pesquisas que apontavam a baixa frequência de discussões nas plenárias e a existência de um debate rico e plural nas reuniões de comissão e GTs do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, partimos da hipótese que os espaços extra plenária sejam capazes de melhor abrigar as discussões nos conselhos, na medida em que otimizam as contribuições de seus participantes, tornando os diálogos mais inclusivos, ricos e dinâmicos. Para além disso, propomos como sub-hipótese, que essas características das reuniões extra plenária devem-se por: 1) um ambiente de informalidade que permite os participantes expressarem-se de forma mais livre e espontânea na medida em que esta promove uma diminuição das preocupações com a autoexposição. Uma frequência maior dos encontros, também ajudaria nesse sentido. Nesse sentido, tentamos captar a suposta informalidade através dos elementos

propostos pela democracia comunicativa de Young (1996). Por outro lado, sugeriu-se que, dada a vinculação espontânea dos conselheiros aos grupos extra plenária, esses deveriam apresentar um interesse e/ou conhecimento maiores nas temáticas debatidas, contribuindo isto também, em relação à participação plena nas discussões.

Vejamos, item a item proposto, o que podemos afirmar sobre essas questões.

Podemos dizer que a utilização de argumentação racional foi ligeiramente equilibrada nos dois espaços de debate analisados, com exceção da plenária 2, onde este elemento esteve um pouco menos presente. Atente-se porém, para o fato de que nessa reunião, uma parte considerável das contribuições dadas dentro do período de tempo proposto para a análise, refere-se à leitura de documentos e procedimentos burocráticos (ata, pauta, comunicados, etc.) que não demandavam maiores argumentações. Ainda sobre o discurso racional, aponta-se que em ambas as situações, este elemento não se apresenta como a forma comunicativa mais freqüente entre os participantes.

Sobre o segundo e o terceiro item propostos, a saber, a igualdade de condições de participação e o não constrangimento, afirmamos que, como sugerido pela pesquisa no CMAS-Florianópolis, todos os participante envolvidos nas duas reuniões extra plenária, manifestaram-se em menor ou maior grau. Por outro lado, nas duas plenárias analisadas, os debates tiveram a participação preponderante de poucos conselheiros, principalmente do presidente da instituição responsável pela coordenação dos trabalhos, uma participação inexpressiva de muitos conselheiros, e a total ausência, salvo os momentos de votação, de alguns conselheiros. A partir desse indicador, apontamos portanto,

uma aproximação das reuniões extra plenária aos ideais de igualdade de condições de participação e não constrangimento propostos pelos teóricos deliberacionistas.

O segundo indicador dos itens 2 e 3, a percepção dos participantes sobre a existência de igualdades de participação, foi dividido em duas vias. Primeiro, questionados sobre a participação de todos os potenciais afetados pela política em questão por meio da representação, 88% dos respondentes afirmou não acreditar que as reuniões extra plenária possibilitam uma representatividade fidedigna a esses grupos. Esse índice cai para 38,5% no que diz respeito às plenárias. Vale lembrar aqui, que 42,85% dos conselheiros que responderam ao questionário tem mais de 60 anos. Ainda que por sua situação econômica e educacional aumentem suas chances de não precisarem utilizar-se dos serviços de assistência ao idoso os quais discutem, cremos que sua idade e a iminência das restrições advindas dessa, promove uma identificação ao menos em parte, como por exemplo, em relação às legislações mais abrangentes no sentido de proteção e benefícios.

Por outro lado, quando perguntados sobre a presença das condições necessárias à expressão, todos os conselheiros respondentes que participam de reuniões extra plenárias (9) afirmaram encontrar as condições necessárias à sua participação no debate desses espaços. Apesar de não unânime, a opinião dos conselheiros em relação à plenária, mantém o mesmo padrão: aproximadamente 83% dos respondentes acreditam que as plenárias oferecem todas as condições necessárias à sua participação.

Quadro 12 – Totais Análise Pós-Debate Comissões

Fonte: Autor, 2012

Reunião	Comp. de Sign. (Expl.)	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
Comissão I	119	20	20	16	4	9	14	29	143	4	378
Comissão II	108	9	12	4	8	2	4	25	89	4	267
	227	29	32	20	12	11	18	54	232	8	645

Quadro 13 – Totais Análise Pós-Debate Plenárias

Fonte: Autor, 2012

Reunião	Comp. de Sign.	Contar Histór.	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
Plenária 1	75	8	6	4	2	2	16	25	57	12	3
Plenária 2	71	14	14	23 (11)	7 (5)	7	3	14	42	32	6
	146	22	20	27 (11)	9 (5)	9	19	39	99	44	9

Ainda em relação à percepção sobre a igualdade de condições de participação, os conselheiros foram questionados se sua origem social atrapalhava ou contribuía de alguma forma sua participação em cada uma das duas situações de debate analisadas. Os agrupamentos de resposta foram praticamente o inverso, mas muito próximos: enquanto cerca de 44,5% dos conselheiros respondeu negativamente a essa questão e 55,5% a respondeu positivamente em relação às reuniões extra plenária, 58,5% respondeu negativa e 41,5% respondeu positivamente em relação às plenárias. Interessante aqui colocar, que em ambas as situações, em todas as respostas positivas os conselheiros fizeram referência a consequências benéficas à sua participação. O último indicador desse item, a saber, a inexistência de falas interrompidas ou não expressas, não pode ser marcado positivamente em nenhuma situação analisada. Ainda que um movimento coercitivo tenha sido sentido de forma mais intensa na comissão I, em todas as reuniões observou-se certo nível de intrusão nas falas alheias durante a dinâmica dos debates.

Baseando-nos em nossos indicadores, sugerimos que não seria possível falar-se em igualdade de condições, tampouco em não constrangimento nos processos de discussão do CEI/SC de forma plena. Ainda que os conselheiros afirmem perceberem as condições necessárias para sua expressão em ambas as situações analisadas e apenas consequências positivas de sua origem social, a quantidade de interrupções feitas nas exposições dos conselheiros, o baixo nível de contribuição nas plenárias e a baixa representatividade dos segmentos afetados pela política nas reuniões extra plenária, testemunham

negativamente em relação a esses dois elementos, o que é abrandado pela participação total dos conselheiros nas reuniões extra plenárias e um aumento na representatividade dos segmentos afetados nas plenárias.

O elemento pluralidade de visões foi definido primeiramente quando da presença de divergências ou oposições de ideias durante os debates. Nesse sentido, percebe-se que, impulsionadas pela comissão I, as reuniões extra plenária mostraram uma maior tendência a abrigar as diferentes perspectivas, pelo menos no que diz respeito às diferentes perspectivas dos participantes presentes. Vemos que, a despeito da percepção dos conselheiros em relação à otimização da manifestação em ambas as situações, por algum motivo, ficam facilitados os debates controversos nessas reuniões. O segundo indicador da pluralidade de visões, a saber, um acordo de que todos os potenciais afetados pela política estão presentes no debate (via mecanismo de representação), como já discutido anteriormente, encontra maior reflexo nas plenárias, ainda que essa opinião esteja longe de ser unânime. De posse dessas informações, afirmamos que a pluralidade de visões está parcialmente presente no CEI/SC, não sendo possível selecionar, entretanto, um dos dois espaços analisados como ambiente privilegiado para esse elemento.

No que diz respeito à produção de acordos, percebe-se que em ambas as situações existe uma tendência à resolução dos conflitos que se apresentam, ainda que as plenárias tenham se mostrada um pouco mais receptivas nesse sentido. É importante salientar aqui, entretanto, que a não produção de acordo não significa necessariamente um fato indesejável. Considerando-se o extenso conhecimento de ambos os participantes envolvidos nos conflitos da comissão II, reunião essa onde houve maior dificuldade de resolução dos impasses, aponta-se aí um

indício empírico do conceito de “pluralismo razoável”, trabalhado por Cohen (2007), em que esse autor argumenta, entre outras coisas, pela possibilidade da existência de várias racionalidades legítimas que baseiem as diferentes perspectivas dos atores em uma sociedade complexa, minimizando assim a necessidade de um consenso (Dryzek, 2004). Por outro lado, mesmo que esses dois participantes não tenham chegado a uma única conclusão compartilhada ainda que por diferentes razões, ideia também inclusa no conceito de pluralismo razoável, esses conselheiros concordaram em parar as discussões que se mostravam infrutíferas, decidindo de comum acordo levá-las à plenária ou a outras pessoas com o conhecimento necessário para a tomada de tal decisão. Nesse sentido, cremos que a dinâmica de discussão, tanto nas plenárias, quanto nas reuniões extra plenária, apresentam-se como aptas a produzir os acordos demandados pela democracia deliberativa.

Bastante vinculado ao elemento anterior, a capacidade de alteração de perspectiva foi necessariamente assinalada para um dos participantes a cada produção de acordo. Nesse sentido, reproduzimos aqui as mesmas conclusões propostas no item anterior, a saber, que ambos os espaços estudados, e portanto o CEI/SC e seus conselheiros, são receptivos a esse pressuposto da proposta deliberativa. Interessante destacar que não conseguimos encontrar uma relação estável entre capacidade de alteração de perspectiva e discurso racional como se poderia esperar. Nas situações em que surgiram divergências de ideias, pode-se encontrar desfechos com relações do tipo “mais argumentação/mais capacidade de alteração de perspectiva” (comissão I/ participante 2), passando por “uso de razão/ausência de capacidade de alteração de perspectiva” (comissão II/ participante 2), e até “ausência

de discurso racional/capacidade de alteração de perspectiva” (plenária 2/ participante 15). Dessa forma, apontamos que qualquer padrão detectado na relação desse elemento com a argumentação racional demandará necessariamente, ao menos mais uma variável.

Quadro 14 – Totais Análise Presencial Comissões

Fonte: Autor, 2012

Reunião	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções (alt. de voz)	Fala Não-Exposta	
		Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.			
Com. I		2		2		78 (69)	1	83
Com. II	2	2			4	27 (14)		35
	2	4		2	4	105 (83)	1	118

Quadro 15 – Totais Análise Presencial Plenárias

Fonte: Autor, 2012

Reunião	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções (alt. de voz)	Fala Não-Exposta	
		Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal					
			Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.			
Plenária 1	43	15	11	26	4	25 (16)	5	129
Plenária 2	57	17	17	69	9	17 (9)	3	189
	100	32	28	95	13	42 (25)	8	318

De acordo com a proposta da democracia comunicativa de Young, subdividiu-se as saudações em cumprimento verbal, apertos de mão, beijo/abraço, adulação, deferência e confraternização com alimentos. Tidos pela autora como “ferramentas” para “quebrar o gelo” entre participantes diferentes entre si, todos os itens propostos, salvo o aperto de mão, foram encontrados com relativa frequência em ambas as situações analisadas. Ainda que o aperto de mão não tenha aparecido nas comissões, e que o uso de cumprimentos verbais e abraços/beijos tenha apresentado leve equilíbrio nessas ocasiões, acreditamos que a pequena quantidade de pessoas envolvidas nas reuniões extra plenária nos desautoriza a traçar qualquer tipo de padrão. Não obstante, podemos afirmar que todos os presentes nas duas comissões observadas utilizaram-se, ao menos uma vez, de algum dos cumprimentos previstos (verbal, aperto de mão ou abraço/beijo). Dessa forma, no que diz respeito aos três tipos de cumprimento, não vemos qualquer indício de que estes encontrem em qualquer um dos dois espaços analisados, abrigo mais eficiente. Por outro lado, seria interessante destacar que, considerando-se a maior formalidade das plenárias, surpreende a significativa preferência dos participantes por cumprimentarem-se através de abraços/beijos, o cumprimento mais informal previsto nesta análise, seguida pelo uso de cumprimentos verbais, e por último, por apertos de mão, a nosso ver, o cumprimento mais formal entre as possibilidades previstas.

A adulação e a deferência também são encontradas em ambas as situações. Ainda assim, foi possível perceber uma frequência maior, sobremaneira da deferência, nas plenárias. Como já comentado anteriormente, não foi possível traçar uma relação direta entre a

presença da divergência de ideias e o uso de deferências/adulações, no sentido de uma tentativa de amenizar o desconforto causado pelo confronto de perspectivas. Entretanto, parece-nos plausível a possibilidade de esses dois elementos estarem gradualmente mais vinculados entre si à medida que aumenta a quantidade de pessoas envolvidas nas discussões. Nas reuniões extra plenária, outros elementos podem estar atuando no sentido de balancear o mal estar de uma controvérsia, como por exemplo, um contato visual direto, a proximidade física, a possibilidade de tons de voz mais brandos, entre outros. A despeito de não podermos confirmar essa relação triangular, resta cristalino o uso mais freqüente desses dois elementos nas plenárias.

A confraternização com alimentos não pareceu adquirir maior importância nas reuniões extra plenárias, tampouco nas plenárias. De fato, uma única situação de real confraternização através do compartilhamento de alimentos pode ser observada em uma das reuniões de comissão. Nas plenárias, como já mencionado, a ingestão de alimentos é feita quase sempre isoladamente, não adquirindo contornos de confraternização.

Outra proposta da democracia comunicativa, o uso de retórica, foi dividida nas duas características destacadas por Young: o compartilhamento de sentidos (*situatedness*) e o uso de uma comunicação atraente, captada nesta pesquisa, através da atenção dos participantes. No que se refere ao compartilhamento de sentido, definido aqui como o fornecimento verbal de explicações, esclarecimentos referentes a falas ou a ideias expostas e respostas a dúvidas expressas por qualquer dos participantes, sugerimos que este seja o elemento mais presente em ambos os tipos de reunião tratados nessa pesquisa. A

flexibilidade do conceito, capaz de abrigar em si vários dos outros elementos analisados, em especial, o contar-histórias e o discurso racional, sem dúvida contribuiu para a sua intensa presença. Ainda assim, se como diz Young, um processo comunicativo eficiente passa necessariamente pela possibilidade do interlocutor ser ouvido, e se, como acreditamos, para ser ouvido com eficiência, o interlocutor precisa ser capaz de fazer a audiência acompanhar o desenvolvimento de sua exposição, a flexibilidade desse conceito não diminui de forma alguma a sua importância. Apesar de uma significativa diferença entre as frequências desse elemento nas duas situações analisadas, percebe-se que proporcionalmente ao total de entradas, a utilização do compartilhamento de sentidos se dá de forma equiparada nas plenárias e reuniões extra plenária.

O outro indicador do uso de retórica, diz respeito à atenção da audiência ao debate ou à fala. Para torna-se uma proposta executável, optamos por medir a desatenção dos participantes, principalmente considerando a existência de conversas paralelas à discussão. Conquanto uma primeira observação dos quadros de análise presencial possa indicar-nos uma situação favorável ao uso de comunicação atraente nos encontros extra plenária, já que poucos registros de desatenção foram feitos nessas reuniões, indicamos uma análise inconclusiva a partir dos dados obtidos, já que as duas ocasiões analisadas contaram com a presença de apenas três pessoas. Nesse sentido, qualquer conversa entre dois participantes, logo ganha grande chance de prevalecer no ambiente, dado que resta apenas uma única outra pessoa, que provavelmente não continuará falando sem ouvintes. De fato, os dois registros feitos para esse indicador nas duas reuniões de comissão analisadas referiram-se ao

uso de telefone celular, e não a conversas paralelas. Por outro lado, como mencionado na seção 2.3.2, a frequência relativamente alta da comunicação verbal entre conselheiros durante as falas dos interlocutores inscritos coloca-se nitidamente como um aspecto negativo das plenárias, ficando dessa forma, o uso de retórica, pelo menos no segundo sentido advogado por Young, dificultado nesses encontros.

O contar-histórias também esteve presente em todas as situações analisadas, ainda que com uma frequência relativamente maior nas reuniões extra plenárias, impulsionada pelas contribuições do participante 3 na comissão I. Cabe mencionar aqui, que a maior parte das falas consideradas nesse item referiu-se principalmente ao relato de experiências que indiretamente transmitiam algumas informações importantes sobre seus interlocutores, e não a narrativas mais densas, como nos parece ser a proposta de Young, através das quais seus interlocutores revelam sua identidade, valores e trajetórias de forma (talvez, quase) consciente. Nesse sentido, sugerimos que, novamente, ganha destaque o participante 3 da comissão I, que por algumas vezes esteve mais próximo ao padrão de história advogado pela autora.

Vemos também, de acordo com os dados trazidos pelos quadros de análise presencial, que a expressão de emoções, principalmente através de alterações no tom de voz, encontra fácil abrigo nas discussões do CEI/SC, tanto no que se refere às plenárias, quanto no que diz respeito às reuniões extra plenária. Embora os valores totais possam sugerir que nos espaços extra plenária essa dinâmica seja ainda mais provável, percebe-se que a frequência do uso de expressão de emoções mantém-se estável em três reuniões (comissão II, plenária 1 e 2), estando a diferença em relação à comissão I, bastante vinculada à

atuação do participante 2, ainda que nessa reunião, todos os envolvidos tenham se utilizado da expressão de emoções com uma frequência significativamente maior que qualquer participante nas outras situações consideradas, incluindo-se o presidente do conselho, o qual como já mencionado, teve atuação preponderante nas falas analisadas nas plenárias. Seria pertinente destacar aqui, que em todas as reuniões consideradas nessa pesquisa, a expressão de emoções esteve fortemente vinculada a alterações no tom de voz, que representou de 52% (comissão II) a 88,5% (comissão I), alcançando um percentual médio de 73,5% dos totais de entrada neste item. Dessa forma, tem-se que, não obstante a aparição de risos (Anexo P, sequência 62), expressões de indignação (Anexo E, sequência 221) e medo (Anexo L, sequência 68), uma parcela considerável do que foi triado nesse item pode estar vinculado mais a elementos de retórica, do que a expressão de emoções propriamente ditas, como comentado na seção 2.1.

O último elemento sugerido para uma democracia comunicativa, o uso de linguagem figurada, foi restringido nessa pesquisa, ao uso de ditados e expressões populares. Ainda assim, foi possível encontrar esse elemento com uma relativa frequência equilibrada entre ambas as situações de debate, sem contudo, ficar identificado um padrão em relação a outros elementos ou mesmo nas comissões entre si ou nas plenárias entre si. Por outro lado, destaca-se que a presença desse elemento não teve de forma geral, relação com a atuação de nenhum participante em particular, salvo as discussões na plenária 1, em que o uso de linguagem figurada ficou destacado nas falas do conselheiro presidente, participante 1.

Por fim, o último item analisado aqui, demanda da democracia deliberativa, diz respeito à publicidade das discussões no CEI/SC, dividida em três indicadores: os temas tratados, a capacidade de comunicação com a sociedade e o acesso da comunidade. Quanto ao primeiro indicador, afirma-se que os temas debatidos em todas as reuniões observadas, foram, sem exceção, vinculadas à política pública trabalhada por aquele conselho ou relacionadas às dinâmicas, ações e problemas internos à instituição. A capacidade de comunicação, como já discutido anteriormente, sofre pouca variação entre plenárias e reuniões extra plenária: as discussões de ambas as situações mesclam-se sobremaneira, vindo a público traduzidas como esforços institucionais conjuntos do conselho como um todo. A exceção é a disponibilização das atas das plenárias no *site* do conselho, que ao relatar todas as decisões tomadas nesta reunião, relata também a homologação das decisões das reuniões de comissão, colocando-se, portanto, como uma intermediária entre os grupos extra plenária e o público, diminuindo assim, a possibilidade do contato direto entre esses. De qualquer forma, como documentado no Anexo N, os próprios conselheiros entendem que existe um déficit de informação nesse sentido: o *site* do conselho é vinculado ao da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação, sendo inclusive dependente do corpo técnico dessa para disponibilizar seus conteúdos eletronicamente; o orçamento do conselho não permite que se faça um intenso trabalho no que diz respeito à, por exemplo, publicação de cartilhas informativas, tornando esse trabalho esporádico e, quando executado, feito em tiragem reduzida; ou, o que parece ter sido mudado recentemente, a dificuldade do CEI/SC em comunicar suas decisões e resoluções aos conselhos municipais do

idoso, o que dificultaria a execução da política como um todo, já que esses últimos devem subordinar-se às definições do primeiro. O mais significativo no item 12 parece ser o indicador 2 que diz respeito ao acesso da comunidade às reuniões. Dada a discussão anteriormente feita sobre esse indicador, afirmamos sucintamente que as plenárias mostraram-se mais receptivas a uma livre circulação de indivíduos não vinculados ao conselho, ainda que, de forma geral, as reuniões extra plenária estejam oficialmente disponíveis aos interessados, salvo situações de discussão de questões sigilosas, a exemplo de denúncias de violência contra a pessoa idosa (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2011).

3. COMENTÁRIOS FINAIS

O presente trabalho teve como intuito descrever e analisar o processo de discussão dentro do Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, que a exemplo de inúmeros outros conselhos, divide sua dinâmica de discussão em dois momentos: as plenárias e as reuniões extra plenária. Nosso primeiro intuito foi analisar em que medida esses dois espaços reproduzem os pressupostos que formam a proposta deliberativa de democracia. Em segundo lugar, baseando-nos em indícios de pesquisas anteriores, partimos da hipótese de que as reuniões extra plenária mostram-se como espaços mais aptos a abrigar uma discussão rica e plural. Vinculado a isto, propomo-nos a analisar a validade de nossa sub-hipótese de trabalho, a saber, que um ambiente de informalidade alimentado pela maior frequência das reuniões e pelo número reduzido de participantes, captados através dos elementos da proposta de democracia comunicativa de Iris Marion Young (1996), poderia estar impulsionando esse dinamismo nas discussões dos grupos extra plenária. Além disso, um maior interesse e conhecimento sobre os assuntos debatidos nesses espaços também poderia estar agindo no sentido de fomentar um melhor debate nessas reuniões, a exemplo do que argumentam Fung e Cohen (2007).

Vejam os que as informações levantadas pela pesquisa nos permitem dizer sobre essas questões.

Afirmamos, em primeiro lugar, que às perguntas “o CEI/SC abriga discussões nos moldes da democracia deliberativa?” e “no CEI/SC, são as plenárias ou as reuniões extra plenária que abrigam

melhor as discussões nos moldes da democracia deliberativa?”, só é possível responder “depende em que sentido”. Considerando-se o âmbito da proposta deliberativa – o uso da argumentação racional como base para a justificação de decisões –, a percepção dos conselheiros sobre as condições de expressão e sobre as consequências de sua origem social para participação nos debates, a produção de acordos, a capacidade de alteração de perspectivas e a publicidade temática de suas discussões, podemos dizer que o CEI/SC, através de suas plenárias e reuniões extra plenária está sendo capaz de alcançar os requisitos solicitados pela teoria. Em contrapartida, os dois espaços falham sobremaneira em garantir a não coerção, principalmente no que diz respeito à significativa presença de interrupções nas falas dos participantes. A partir daí, todos os outros indicadores analisados pendem positivamente ora para as plenárias, ora para as reuniões extra plenária.

Ainda assim, acreditamos que as informações levantadas nos autorizam a dizer que, de forma geral, o CEI/SC aproxima-se, conquanto não garanta a plenitude, dos ideais da democracia deliberativa. Para além disso, dada a escolha dos indicadores de fidelidade aos segmentos afetados via mecanismo de representação, afirmamos que os dados nos sugerem uma dinâmica ainda mais próxima às definições da democracia discursiva de Dryzek (2003, 2004), a despeito de não vermos espaço nessa instituição para os novos desdobramentos da democracia verde propostos pelo autor.

Por outro lado, baseando-nos nas observações feitas para esta análise, não vemos como reafirmar as conclusões da pesquisa preliminar no CMAS-Florianópolis, a qual indicou um debate mais “rico e plural” nas reuniões extra plenária em comparação às plenárias. Ainda que

nestas situações todos os participantes tenham dado contribuições e que nas plenárias os debates tenham incluído poucos conselheiros, cremos que o número muito reduzido de participantes nas reuniões extra plenária torna inválida uma conclusão baseada somente nesse aspecto. Por outro lado, como pode ser visto através das transcrições, salvo os momentos de trabalho burocrático, as plenárias do CEI/SC são bastante dinâmicas e geram discussões significativas, não sendo um espaço destinado basicamente a referendar as decisões já tomadas pelas comissões ou oficializar posicionamentos já previamente homogêneos. É significativo nesse sentido, que dos 14 conselheiros que responderam aos questionários, 10 tenham afirmado que as plenárias têm a quantidade de debate necessária (5) ou muito debate (5), enquanto apenas dois disseram considerar pouca a quantidade de debates nesses encontros.

Isto, contudo, não invalida um aspecto das reuniões extra plenária já citado pelos pesquisadores do CMAS-Florianópolis: a importância desses espaços para o funcionamento dos conselhos. Pense-se por exemplo, que as seis comissões do CEI/SC antecipam trabalhos e discussões, que de outra forma, necessitariam estar todos inclusos nas pautas das plenárias, o que definitivamente inviabilizaria a eficiência destas reuniões, visto que, já no contexto atual, os conselheiros apresentam alguma dificuldade em esgotar as pautas apresentadas para essas reuniões. Como o dito pela secretária executiva do Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis, Sr.^a Adair Silveira, quando do levantamento inicial dos conselhos, “o que impulsiona os conselhos são as comissões. Se as comissões param, os conselhos param.” Essa

importância fica bem exemplificada também na fala do conselheiro presidente do CEI-Santa Catarina, exposta no Anexo R, sequência 63.

Ainda que nossa hipótese tenha sido descartada, reafirmamos certo nível de informalidade nas reuniões de comissão, exemplificada por exemplo, quando os trabalhos seguem sem o quórum solicitado, as pausas para confraternização com alimentos ou uma distribuição equânime de espaço para a participação entre conselheiros e colaboradores (no sentido de haver pouca diferenciação entre eles na dinâmica das discussões). Todavia, as análises aqui feitas, desabilitam claramente qualquer afirmação no sentido de creditar essa informalidade à utilização dos elementos propostos pela democracia comunicativa. Como visto, as saudações, o contar-histórias, a linguagem figurada, a expressão de emoções e especialmente a retórica, através do compartilhamento de sentidos, estão equilibradamente presentes em ambas as situações analisadas. Segue de tudo isso, que nossa sub-hipótese de trabalho também foi descartada.

Por outro lado, o dinâmico processo de discussão e o uso freqüente dos elementos da democracia comunicativa nas plenárias, apresentam-se como um indício empírico de que a proposta de Young pode ser promissora no que diz respeito à análise de situações reais de debate público. Nesse sentido, apontamos também que a proximidade demonstrada nas plenárias através da expressiva presença de abraços e beijos está, ao menos em parte, vinculada ao relativamente longo mandato para qual os conselheiros são eleitos, o que une a hipótese de Young (1996) a visão de Ryfe (2005) sobre o papel da participação prolongada como um mecanismo favorável a um processo deliberativo bem sucedido.

Parece-nos porém, importante deixar alguns comentários registrados em relação à invalidação da sub-hipótese de trabalho. Propomos, baseando-nos nas conclusões da pesquisa no CMAS de Florianópolis, que as reuniões extra plenária abrigariam melhor os debates devido a um ambiente de informalidade e familiaridade produzida pelo menor número de pessoas presentes e a maior frequência dessas reuniões. Um maior interesse/conhecimento também contribuiria nesse sentido. Porém, de acordo com os questionários respondidos, 57% das reuniões frequentadas pelos conselheiros ocorriam uma vez ao mês, mesma frequência das plenárias ordinárias; 14% respondeu que suas reuniões acontecem duas vezes ao mês e apenas 7% disse que os encontros acontecem duas vezes por semana. Ainda em relação à construção da sub-hipótese, os conselheiros mostraram um leve descontentamento em relação ao número reduzido de pessoas nas reuniões extra plenárias, com 55,5% deles respondendo que as comissões têm poucas pessoas para um bom debate. Os indícios em relação ao conhecimento/interesse também obtidos através do questionário, tampouco são muito animadores. Das respostas válidas, 58,5% dos conselheiros afirmou estar participando das reuniões extra plenária de dois a cinco meses; três conselheiro responderam estar participando há um ano (17,5%); apenas dois, há dois anos (12%) e dois, de três a quatro anos (12%). Em relação a treinamento específico para aquelas comissões, 11 das 18 respostas válidas, assinalaram negativamente essa questão. Perguntados se já haviam participado anteriormente no grupo extra plenária do qual faziam parte, 83% das respostas válidas foi assinalada negativamente. E ainda, apenas um conselheiro afirmou estar participando de reuniões extra plenárias

devido ao seu interesse nas temáticas das comissões (Anexo T, questão 25, questionário 8). Dadas essas informações, acreditamos que mais do que descartada, nossa sub-hipótese resta inconclusiva, já que as condições que seriam apontadas como produtora de melhores discussões nas reuniões extra plenária não estão colocadas nesse conselho. O único aspecto que poderia ser totalmente invalidado, pelo menos no que se refere ao CEI/SC, diz respeito à parte da sub-hipótese que credita aos elementos propostos pela democracia comunicativa o tipo de informalidade encontrada nesses espaços, descrita anteriormente, já que, como visto, nas plenárias também é possível encontrar esses elementos ainda que seja mantido um nível considerável de formalidade durante as reuniões.

Chamamos a atenção, aqui também, que as diferentes metodologias adotadas nesta pesquisa e na pesquisa do Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis podem ter contribuído sobremaneira para as (possivelmente aparentes) diferenças nos resultados. Ainda relativo à metodologia, questiona-se, após esta pesquisa, a produtividade de um indicador como o terceiro que definiu a igualdade de condições e não coerção, a saber, a ausência de falas interrompidas durante as reuniões. Não obstante a inclusão de interrupções próprias a uma dinâmica comunicativa, como já comentado anteriormente, indagamos até que ponto pode ser considerado vantajoso a irrestringibilidade do espaço para expressão na dinâmica de discussão abrigada em instituição semelhante ao CEI/SC. Conscientizamo-nos, no decorrer desta pesquisa, que sendo os conselhos instituições criadas para o exercício real da política e para perseguir objetivos que interferem na vida cotidiana de grupos sociais, e não instituições feitas para abrigar

um “exercício deliberativo educativo” como as enquetes de Fishkin, as reuniões colegiadas nesses órgãos têm demandas, pautas e cronogramas que precisam ser cumpridos, na ameaça de perderem-se os prazos, os momentos apropriados e os investimentos financeiros e humanos feitos, como por vezes foi observado nas dinâmicas do CEI/SC. Dessa forma, é um exercício bastante delicado mas, a nosso ver, necessário, fazer-se a diferenciação entre coerção e “gerenciamento” de reunião, caso se pretenda fazer justiça a produtividade deliberativa nessas instituições. Nesse sentido, como bem colocado por Dryzek (2003) e Ryfe (2005), é surpreendente perceber como os estudos não se propuseram a saber de que forma se processa uma deliberação em situações reais, tampouco como, ou se, acontece o uso dos elementos propostos pelos democratas da diferença, o que talvez pudesse ter contribuído bastante para a não estagnação da teoria deliberativa (Silva, 2010).

Parece-nos importante comentar ainda que, mesmo concordando com o posicionamento de Dryzek (2003) sobre a indispensável presença da argumentação racional por seu papel único de intermediário entre as diversas formas comunicativas, foi o compartilhamento de significados que se apresentou como elemento preponderante em todas as situações analisadas. Em relação a esse elemento podemos dizer também que, apesar de este ter sido incluído nesta pesquisa através da definição de retórica em Young, a nosso ver, seu uso empírico aproxima-se sobremaneira da definição do contar-histórias de Ryfe (2005). Lembramos aqui, que em sua argumentação, Ryfe defende que a comunicação deve necessariamente unir o “fazer sentido” com o “produzir significado”, o que para esse autor, soaria como o ato de contar-história. Nesta pesquisa, definimos o compartilhamento de

significados como o “fornecimento verbal de explicações, esclarecimentos referentes a falas ou a ideias expostas, e ainda, quando foram oferecidas respostas a dúvidas expressas por qualquer dos participantes”. A nosso ver, isso une a ação de “fazer sentido” com a ação de “produzir significado”.

Questionamos aqui ainda, se em algum momento, os teóricos clássicos da deliberação tenham de fato pensado que seria possível mover-se um debate baseado única e exclusivamente na argumentação racional. A despeito do conhecido temor pela retórica como possível ferramenta de manipulação e demagogia no debate público, acreditamos que, possivelmente, apenas a pergunta “argumentação racional e o que mais?” não foi melhor trabalhada até que pensadores como Young e Dryzek pudessem esclarecer essa questão.

Por fim, tentando uma aproximação aos cinco elementos vistos por Ryfe (2005) como particularmente associados a uma deliberação bem sucedida, a saber, o contar-história, as lideranças, a alta participação, o aprendizado guiado e as regras, sugerimos que seria possível localizá-los nas dinâmicas de discussão do CEI/SC e assim, oferecer indícios empíricos para a tese deste autor. O contar-história no sentido de Ryfe, como já colocado anteriormente, a nosso ver reflete-se no elemento compartilhamento de sentido, item de presença preponderante em todas as reuniões analisadas. As lideranças podem ser apontadas na atuação de conselheiros que se sobressaíram nos debates, ensinando a outros participantes sobre a construção de argumentos e decisões públicas, como quando o participante 2 na comissão 1 tentou mostrar seguidamente ao participante 3 a necessidade de tradução de eventos particulares em regras gerais (Anexo E), ou quando o

conselheiro presidente esforçou-se em argumentar para os integrantes das diferentes comissões sobre a importância de um planejamento de ações claro, que incluísse elementos como, “o que fazer”, “quando fazer”, “responsáveis”, “envolvidos”, “meta” e “custo” (Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, 2012b) para a viabilização de verbas concedidas pela Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação (Anexo N, falas intercaladas entre as sequências 31 e 71). Algo que merece destaque em relação à identificação das lideranças diz respeito ao perfil desses conselheiros. Ainda que nossas ferramentas de análise (relatórios, transcrições, quadros e questionários) não tenham sido construídas para uma identificação sistemática de cada participante, a observação das reuniões permite-nos afirmar que, com exceção da secretária executiva do conselho presente na plenária 1, todos os outros conselheiros que ganharam destaque nas análises eram representantes da sociedade civil (participante 2 e 3/comissão I, participantes 2 e 3/comissão II, participantes 1, 2 e 6/plenária 1 e participantes 5, 6, 13, 15 e 18/plenária 2), afastando assim, o CEI/SC do quadro percebido por Tatagiba (2002) quando, no decorrer da década de 1990, era possível apontar uma preponderância dos representantes governamentais nas dinâmicas de discussão abrigadas nos conselhos gestores de políticas públicas. A alta participação, como brevemente mencionado anteriormente, poderia ser percebida no mandato de dois anos, com possibilidade de uma consecução, durante o qual se prevê que os conselheiros estejam envolvidos nas discussões pelo menos uma vez ao mês. O aprendizado guiado, possivelmente encontra lugar nas interações de conselheiros com diferentes tempos de casa, como levantado pelo questionário, no qual os conselheiros afirmaram estar

participando de dois meses a quatro anos dessa instituição (Anexo T, questão 14). Por último, as regras formais podem ser claramente encontradas nas plenárias, como por exemplo, quando da inscrição solicitada para a manifestação verbal dos conselheiros, visando, além da organização da reunião, resguardar o espaço necessário à expressão de cada um dos participantes. Por outro lado, as reuniões extra plenária analisadas não apresentaram regras desse tipo, o que, talvez, poderia ser compensado pela existência de regras informais de igualdade e civilidade propostas por Ryfe (2005), que possivelmente podem ser identificadas na gradativa aceitação do participante 2 da não familiaridade do participante 3 (comissão I) em relação aos termos da discussão em um conselho.

Por fim, lembramos que, dada a análise de apenas um conselho, as informações encontradas durante esta pesquisa não se apresentam aptas a serem generalizadas. Conquanto possamos ver as discussões no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina de forma positiva, seja pela quantidade, seja pela qualidade do debate, ou pela sua aproximação às demandas da democracia deliberativa e comunicativa, a evolução em relação às análises da década de 1990 ainda precisa ser confirmada ao considerar-se estudos com outros conselhos municipais e estaduais, de temáticas variadas, bem como a instituições com participantes de perfil socioeconômico mais heterogêneo e menos elitizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Cícero. Razão Pública, Bem Comum e Decisão Democrática. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

AVRITZER, Leonardo (Coord.). **Relatório de Pesquisa: democracia, desigualdade e políticas públicas no Brasil**. Projeto Democracia Participativa, vol. II, Belo Horizonte, 2009. Disponível em <http://www.democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/democracia_desigualdade_e_politicas_publicas_no_brasil_-_finep.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2011.

AVRITZER, Leonardo (Coord.). **Relatório de Pesquisa: participação e distribuição nas políticas públicas do Nordeste**. Projeto Democracia Participativa, Belo Horizonte, março de 2007. Disponível em <http://democraciaejustica.org/cienciapolitica3/sites/default/files/a_participacao_social_no_nordeste.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2011.

AVRITZER, Leonardo. **Teoria Democrática e Deliberação Pública em Habermas e Rawls**. Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

AVRITZER, Leonardo. **Um Desenho Institucional para o Novo Associativismo**. In Lua Nova, n. 39, 1997. p. 149-174.

AVRITZER, Leonardo. **A moralidade da democracia**. Belo Horizonte: UFMG, 1996, p.99-124.

BENHABIB, Seyla. Toward a Deliberative Model of Democratic Legitimacy in BENHABIB, Seyla (Ed.). **Democracy and Difference: contesting the Boundaries of the Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 67-94.

BESSETTE, Joseph M. *Deliberative Democracy: The MAjority Principle in Republican Government* in GOLDWIN, Robert A.; SCHAMBRA, William A. (Ed.). **How Democratic is the Constitution?** Washington: American Enterprise Institute, 1980.

BOHMAN, James; REHG, William. Introdução in BOHMAN, James; REHG, William (Ed.). **Deliberative Democracy: Essays on Reason and Politics**. Cambridge: The MIT Press, 1997, p. IX-XXX.

BRASIL. **Lei nº 12.288**, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de julho de 2010. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12288.htm>. Acesso em 21 de maio de 2012.

BRASIL. **Lei nº 11.771**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico; revoga a Lei no 6.505, de 13 de dezembro de 1977, o Decreto-Lei no 2.294, de 21 de novembro de 1986, e dispositivos da Lei no 8.181, de 28 de março de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de setembro de 2008a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11771.htm>. Acesso em 18 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 6.412**, de 25 de março de 2008. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - CNDM, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de março de 2008b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6412.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 5.790**, de 25 de maio de 2006. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho das Cidades - ConCidades, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de maio de 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5790.htm#art22>. Acesso em 20 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 5.109**, de 17 de junho de 2004. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso (CNDI), e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5109.htm>. Último acesso em 24 de setembro de 2012.

BRASIL. **Decreto nº 4.885**, de 20 de novembro de 2003. Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial - CNPIR, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 21 de novembro de 2003a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4885.htm>. Acesso em 19 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.678**, de 23 de maio de 2003. Cria a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, da Presidência da República, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de maio de 2003b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.678.htm>. Acesso em 19 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 10.672**, de 15 de maio de 2003. Altera dispositivos da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de maio de 2003c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.672.htm#art4>. Acesso em 18 de maio de 2011.

BRASIL. **Decreto nº 4.201**, de 18 de abril de 2002. Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 de abril de 2002. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4201.htm>. Acesso em 12 de maio de 2002.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 20**, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de outubro de 1998a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc20.htm>. Acesso em 17 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 9.615**, de 24 de março de 1998. Institui normas gerais sobre desporto e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 25 de março de 1998b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial, 5 de janeiro de 1994. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8842.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.742**, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 8 de dezembro de 1993. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8742.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei nº 8.142**, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da

União, Brasília, 31 de dezembro de 1990a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 de setembro de 1990b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990c. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em 11 de maio de 2011.

BRASIL. Decreto nº 91.970, de 22 de novembro de 1985. Dispõe sobre a autonomia Administrativa e financeira limitada da Secretaria Especial da Ação Comunitária-SEAC, cria o Fundo Nacional de Ação Comunitária-FUNAC, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 22 de novembro de 1985. Disponível em <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91970-22-novembro-1985-442651-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 18 de maio de 2011.

COHEN, Joshua. Procedimento e Substância na Democracia Deliberativa. In WERLE, Denilson L.; MELO, Rúrion Soares (Org.).

Democracia Deliberativa. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

COHEN, Joshua. Deliberation and Democratic Legitimacy. In BOHMAN, James; REHG, William (Ed.). **Deliberative Democracy.** Cambridge: The MIT Press, 1997.

COELHO, Eliza. **Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Municipal de Assistência Social em Florianópolis: limites e possibilidades de participação.** 2005. Monografia (conclusão de curso) – Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Ciências Sociais, Florianópolis.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA. **Ata Assembléia Geral Ordinária do CEI-SC em 24 de abril de 2012.** Florianópolis, 2012a. Disponível em <http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cei/arquivos/ATA_DA_ASSEMBL EIA_GERAL_ORDINARIA_DO_CEI_abril%202012.pdf>. Último acesso em 25/set/2012.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA. **Planejamento CEI 2012.** Florianópolis, [2012b] Disponível em <<http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cei/arquivos/planej-cei-2012.pdf>>. Último acesso em 02/out/2012.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA. **Relação de Conselheiros CEI/SC.** Florianópolis, [2012c] Disponível em <http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cei/arquivos/relacao_conselheiros_cei.pdf>. Último acesso em 18/set/2012.

CONSELHO ESTADUAL DO IDOSO DE SANTA CATARINA. **Resolução nº 02,** de 25 de outubro de 2011. Cria as Comissões Temáticas do Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC. Disponível em

<<http://www.sst.sc.gov.br/conselhos/cei/arquivos/resolucao-02-com-cei.pdf>>. Último acesso em 18/set/2012.

CÔRTEZ, Soraya M. V. Arcabouço histórico-institucional e a conformação de conselhos municipais de políticas públicas. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 25, p. 143-174, 2005a.

CÔRTEZ, Soraya M. V. Fóruns Participativos e Governança: uma sistematização das contribuições da literatura. In LUBAMBO; Catia et al. (Org.) **Desenho institucional e participação política**. Ed. Vozes: Petrópolis, 2005b.

COSTA, Sérgio. Sociedade Civil e Espaço Público. In Costa, Sérgio. **As cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais**. Ed. UFMG: Belo Horizonte, 2002.

DAHL, Robert Alan (1971). **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 2005.

DAHL, Robert Alan (1956). **Um prefácio à teoria democrática**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.

D'AQUINO, Thaís A.; SOUZA, Ivanildo A. **Associação Comunitária Jardim Santa Mônica (ACOJAR) e Associação de Moradores da Ponta do Leal: uma análise comparada**. Revista Mosaico Social, ano 5, n. 5, 2010.

D'AQUINO, Thaís A.; ROSSI, Pedro V.; SANTOS, Lia dos. **Os limites democráticos do processo deliberativo no Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis: um estudo comparativo entre teoria e prática**. 2007. Pesquisa para a disciplina SPO 5252/2007.1- Universidade Federal de Santa Catarina, Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Sociologia Política, Florianópolis.

DAVIS, James H.; KAMEDA, Tatsuya; PARKS, Craig; STASSON, Mark; ZIMMERMAN, Suzi. **Some social mechanics of group decision making: The distribution of opinion, polling sequence, and implications for consensus**, *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 57, p. 1000-1012, dez/1989.

DRYZEK, John S. Legitimidade e Economia na democracia deliberativa. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

DRYZEK, John S. **Deliberative Democracy and Beyond - Liberals, Critics, Contestations**. Oxford: Oxford University Press, 2003. Disponível em <http://dx.doi.org.ezproxy.library.yorku.ca/10.1093/019925043X.001.0001>. Acesso em 7 de abril de 2011.

ECKERSLEY, Robyn. Deliberative Democracy Ecological Risk, and “Communities-of-Fate” in SAWARD, Michael (Ed.). **Democratic Innovation: Deliberation, Association, and Representation**. Londres: Routledge, 2000.

EMBRATUR. **Site Oficial**. Disponível em http://www.turismo.gov.br/turismo/o_ministerio/embratur/. Acesso em 21 de maio de 2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 12.502**, de 16 de dezembro de 2002. Altera a nomeação de entidades representativa no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina. Disponível em http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htm?CiWebHitsFile=%2Fale-sc%2Fdocs%2F2002%2F12502_2002_lei%2Edoc&CiRestriction=%28%28%40DocTitle+12502%29+OR+%28%40DocKeywords+12502%29%29&CiBeginHilite=%3Cstrong+class%3DHit%3E&CiEndHilite=%3C%2Fstrong%3E&CiUserParam3=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full. Último acesso em 18/set/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 10.073**, de 30 de janeiro de 1996. Altera a vinculação, estrutura e competência do Conselho Estadual do Idoso e dá outras providências. Disponível em <http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htw?CiWebHitsFile=%2Fale-sc%2Fdocs%2F1996%2F10073_1996_lei%2Edoc&CiRestriction=%28%28%40DocTitle+10073%29+OR+%28%40DocKeywords+10073%29%29&CiBeginHilite=%3Cstrong+class%3DHit%3E&CiEndHilite=%3C%2Fstrong%3E&CiUserParam3=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full>. Último acesso em 18/set/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 8.320**, de 05 de setembro de 1991. Dá nova redação à Lei nº 8.072, de 25 de setembro de 1990. Disponível em <http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htw?CiWebHitsFile=%2Fale-sc%2Fdocs%2F1990%2F8072_1990_lei%2Edoc&CiRestriction=%28%28%40DocTitle+8072%29+OR+%28%40DocKeywords+8072%29%29&CiBeginHilite=%3Cstrong+class%3DHit%3E&CiEndHilite=%3C%2Fstrong%3E&CiUserParam3=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full>. Último acesso em 18/set/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Decreto nº 6.527**, de 26 de fevereiro de 1991. Aprova o Regimento Interno do Conselho Estadual do Idoso. Disponível em <http://www.pge.sc.gov.br/index.php?option=com_wrapper&Itemid=163>. Último acesso em 18/set/2012.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Lei Estadual nº 8.072**, de 25 de setembro de 1990. Cria o Conselho Estadual do Idoso. Disponível em <http://200.192.66.20/ALESC/oop/qfullhit.htw?CiWebHitsFile=%2Fale-sc%2Fdocs%2F1990%2F8072_1990_lei%2Edoc&CiRestriction=%28%28%40DocTitle+8072%29+OR+%28%40DocKeywords+8072%29%29&CiBeginHilite=%3Cstrong+class%3DHit%3E&CiEndHilite=%3C%2Fstrong%3E&CiUserParam3=/ALESC/PesquisaDocumentos.asp&CiHiliteType=Full>. Último acesso em 18/set/2012.

FARIA, Cláudia F. El concepto de Democracia Deliberativa: um diálogo entre Habermas, Cohen e Bohman. **Metapolítica**, México, vol. 4, n. 14, p.58-75, abr./jun., 2000.

FISHKIN, James S.; LUSKIN, Robert C. **Experimenting with a Democratic Ideal: Deliberative Polling and Public Opinion**, Acta Politica Journal, n. 40, vol. 3, Setembro de 2005, p.284-298. Disponível em <http://www.palgrave-journals.com/ap/journal/v40/n3/pdf/5500121a.pdf>>. Acesso em 16 de junho de 2011.

FISHKIN, James S.; ROSELL, Steven A.. **ChoiceDialogues and deliberative polls: Two approaches to deliberative democracy** in SHEPERD, Denise; AMSLER, Terry (Ed.), National Civic Review, vol. 93, inverno/2004, p. 55–63.

FUNG, Archon; COHEN, Joshua. Democracia Radical. **Revista Política & Sociedade**, Dossiê Movimentos Sociais, Participação e Democracia, vol. 6, n. 11. p. 221-237, 2007.

FUNG, Archon. Receitas para esferas públicas: oito desenhos institucionais e suas consequências. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

GIGONE, Daniel; HASTIE, Reid. **The impact of information on small group choice**, Journal of Personality and Social Psychology, vol. 72, p. 132-140, jan/1997.

GIGONE, Daniel; HASTIE, Reid. **The common knowledge effect: Information sharing and group judgment**, Journal of Personality and Social Psychology, vol. 65, p. 959-974, nov/1993.

GUBA, Egon G. The Alternative Paradigm Dialog. In GUBA, Egon G. (Org.) **The Paradigm Dialog**. SAGE Publications: Newbury Park/London/New Delhi, 1990, p. 17-27.

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia: entre facticidade e validade**. Vol. II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, Jürgen. **Teoría de la acción comunicativa, I racionalidad de la acción y racionalización social**. Buenos Aires: Taurus Humanidades [1981], 1999.

HELD, David (1987). **Modelos de democracia**. Madrid: Alianza, 1992.

HOUTZAGER, Peter P.; LAVALLE, Adrián Gurza. ACHARYA, Arnab. Atores da sociedade civil e atores periféricos: participação nas novas políticas democráticas em São Paulo. In AVRITZER, Leonardo (Org.). **A participação em São Paulo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. O Conselho Nacional dos Direitos do Idoso na Visão de Seus conselheiros. Brasília: [S.n.], 2012.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **IpeaData**. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Último acesso 24/set/2012.

KRITSCH, Raquel. **Esfera Pública e sociedade civil na teoria política habermasiana**, Revista Brasileira de Ciência Política, nº 3, Brasília, janeiro-julho de 2010, p. 317-342.

LAVE, Jean. **Cognition in Practice: mind, mathematics and culture in everyday**. Cambridge: University of Cambridge Press, 1988.

LAVE, Jean; WENGER, Etienne. *Situated Learning. Legitimate peripheral participation*. Cambridge: University of Cambridge Press, 1991.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. O desenho institucional dos conselhos gestores. In: LYRA, Rubens Pinto (Org.). **Participação, democracia e segurança pública: A experiência brasileira**. 1a ed. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008, v. , p. 45-65.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **A representação no interior das experiências de participação**. Lua Nova, São Paulo, 2007, p. 139-170.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn; BORBA, Julian. **Estruturas de oportunidades políticas e participação: uma análise a partir das instituições emergentes**, Seminário “Estrutura social, ação coletiva e poder político”, 31º Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2007.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Possibilidades e limites da democracia deliberativa: a Experiencia do Orçamento Participativo em Porto Alegre**, 2002, 215 f., Tese (Doutorado), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas/SP.

LUPIA, Arthur; MCCUBBINS, Mathew D.; POPKIN, Samuel L. (Ed.). **Elements of Reason: Cognition, Choice, and the Bounds of Rationality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

MACPHERSON, Crawford B. **The life and times of liberal democracy**. Oxford: Oxford University Press, 1977.

MANIN, Bernard (1987). Legitimidade e Deliberação Política. In WERLE, Denilson Luis; MELO, Rúrion Soares (Org.) **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Ed. Singular, 2007.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Site Oficial**. Disponível em <<http://www.cidades.gov.br/index.php>>. Acesso em 20 de maio de 2011.

MONDAK, Jeffery J. **Cognitive heuristics, heuristic processing, and efficiency in political decision making**, Research in Micropolitics, vol. 4, 117-142, jan/1994.

MOREIRA, Marcelo Sevyabricker. **Poliarquia em debate: limites e contribuições da teoria democrática dahlsiana**, Anais II Seminário Nacional Sociologia & Política, vol. 1, Universidade Federal do Paraná, 2010.

MUTZ, Diana C. **Hearing the other side**. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2006.

MUTZ, Diana C.; SNIDERMAN, Paul M.; BRODY, Richard (Ed.). **Political Persuasion and Attitude Change**. Ann Arbour: University Michigan Press, 1996.

KNIGHT, Jack; JOHNSON, James. Agregação e deliberação: sobre a possibilidade da legitimidade democrática. In WERLE, Denilson L.; MELO, Rúrion Soares (Org.). **Democracia Deliberativa**. São Paulo: Editora Singular, Esfera Pública, 2007.

NOBRE, Marcos. Participação e Deliberação na Teoria Democrática: uma introdução. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra [1970], 1992.

PERISSINOTO, Renato M. Poder e participação no Conselho Municipal de Assistência Social de Curitiba (1999-2001). In FUKS, Mário *et al.* (Org.). **Democracia e participação: os Conselhos Gestores do Paraná**. Curitiba, UFPR: 2004. p. 45-103.

PLOTKE, David. **Representation is democracy**. *Constellations*, (4)1, p. 19-34.

RODRIGUES, Lia C.; MUSTARO, Pollyana N. **Levantamento de características referentes à análise de redes sociais nas comunidades virtuais brasileiras de jogos on-line**. [S.l]: [20--] Disponível em <<http://www.cin.ufpe.br/~sbgames/proceedings/aprovados/23629.pdf>>. Acesso em 19 de novembro de 2009.

RAWLS, John. **Political Liberalism**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

RYFE, David M. **Does Deliberative Democracy Work?** *Annual Review of Political Science*, Palo Alto, junho/2005, vol. 8, p. 49-71.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. Conselhos Municipais: um olhar sobre a experiência recente. In: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *et al.* (Org.). **Políticas Públicas e Gestão Local**. Rio de Janeiro: Fase, 2003, v. , p. 101-109.

SCHULZ-HARDT, Stefan; FREY, Dieter; LÜTHGENS, Carsten; MOSCOVICI, Serge. **Biased information search in group decision making**, *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 78, abr/2000, p. 655-669.

SEARS, David O. The role of effect in symbolic politics in KUKLINSKI, James H. (Ed.) **Citizens and Politics: Perspectives from Political Psychology**. Combridge: Cambridge University Press, 2001, p. 14-40.

SEARS, David O. Symbolic politics: A socio-psychological theory in YIENGAR, Shanto; MCGUIRE, William James (Ed). **Explorations in political psychology**. Durham: Duke University Press, 1993, p. 113-149.

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. **Site Oficial**. Disponível em <<http://www.sepm.gov.br/conselho>>. Último acesso em 20/set/2012.

SILVA, Filipe Carreira da. Democracia Deliberativa. In VIEGAS, José Manuel Leite; SANTOS, Susana; FARIA, Sérgio (Org.). **A qualidade da Democracia em Debate: deliberação, representação e participação políticas em Portugal e Espanha**. Lisboa, Ed. Mundos Sociais: 2010.

SNIDERMAN, Paul M.; BRODY, Richard A.; TETLOCK, Phillip E. (Ed.). **Reasoning and Choice: explorations in political psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1991.

TATAGIBA, Luciana. Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil. In DAGNINO, Evelina. (Org.). **Sociedade Civil e espaços públicos no Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 2002.

TEIXEIRA, A. C. C.; TATAGIBA, Luciana. **Dinâmicas participativas institucionalizadas e produção das políticas públicas**. In: 6º Encontro Brasileiro de Ciência Política, 2008, Campinas. 6º Encontro Brasileiro e Ciência Política, 2008.

TULLIS, Jeffrey. **Deliberation Between Institutions**, trabalho apresentado na conferência “Deliberating about Deliberative Democracy”, University of Texas em Austin, fev/2000. Disponível em <http://www.svet.lu.se/links/Demokratiresurser/papers_deliberativ_demokrati/deliberationbetinstit.pdf>. Último acesso: 12/set/2012.

WAMPLER, Brian; AVRITZER, Leonardo. Públicos Participativos: Sociedade Civil e novas Instituições no Brasil Democrático. In COELHO, Vera Schattan P.; NOBRE, Marcos (Org.). **Participação e Deliberação: Teoria Democrática e Experiências Institucionais no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

WITTENBAUM, Gwen M.; HUBBELL, Anne P.; ZUCKERMAN, Cynthia. **Mutual Enhancement: toward na understanding of the collective preference for shared informatio**, Journal of Personality and Social Psychology, vol. 77, nov/1999, p. 967-978.

VITULLO, Gabriel. **Teorias alternativas da democracia: uma análise comparada**. Cadernos de Ciências Políticas. Porto Alegre, n.3, 1999.

YOUNG, Iris M. Communication and the other: beyond deliberative democracy in BENHABIB, Seyla. **Democracy and Difference: Consteing the Bounderies of Political**. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 120-135.

ANEXO A – Conselhos Municipais de Florianópolis

Quadro 16 – Conselhos Municipais de Florianópolis

Fonte: Autor, 2012

CONSELHOS MUNICIPAIS	
Nome Endereço/contato	Grupos Extra Plenária
1. Conselho Municipal de Ass. Social (CMAS) Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3251-6245	1) Comissão de Políticas 2) Comissão de Finanças 3) Comissão de Inscrição 4) Comissão de Comunicação e Divulgação 5) Comissão do Programa Bolsa Família 6) Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária 7) Comissão de Acompanhamento do PMAS – 2010-2013 e do Plano de Providências do TCU (temporário) 8) Grupo de Trabalho – GT Convênios (temporário)
2. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3251-6219	1) Comissão de Normas e Monitoramento 2) Comissão de Políticas Públicas 3) Comissão de Finanças 4) Comissão dos Conselhos Tutelares 5) Comissão de Avaliação e Monitoramento de Projetos do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente
3. Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (COMDIM)	1) Comissão de Cultura, Educação e Comunicação 2) Comissão de Violências, Segurança

	<p>Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3251-6220</p>	<p>e Proteção 3) Comissão de Saúde Feminina 4) Comissão de Finanças e Projetos 5) Comissão de Execução Projeto de Fortalecimento e Reaparelhamento do COMDIM (temporária) 6) Comissão de Alteração da Lei do COMDIM (temporária)</p>
4.	<p>Conselho Municipal do Idoso (CMI) Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3251-6202</p>	<p>1) Comissão de Normas e Fiscalização 2) Comissão de Políticas Públicas 3) Comissão de Acompanhamento Orçamentário 4) Comissão de Divulgação e Informação 5) GT Fórum Eletivos das Organizações Não Governamentais (temporário) 6) Para conferências e eventos são organizados GTs ou comissões organizadoras.</p>
5.	<p>Conselho Municipal de Promoção da Igualdade Racial (COMPIR) Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar Centro – Florianópolis – SC Tel.: (48) 3251-6224</p>	<p>1) Comissão de Educação 2) Comissão de Trabalho e Renda 3) Comissão de História e Cultura 4) Comissão de Saúde 5) Comissão de Justiça e Cidadania</p>
6.	<p>Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CMDPD) Av. Mauro Ramos 1277 – 5º andar</p>	<p>Não foi possível fazer contato.</p>

	Centro – Florianópolis – SC Tel.: (48) 3251-6259	
7.	Conselho Municipal do Trabalho e Emprego Sem sede	Não considerado Não responde às características dos conselhos pesquisados: todos os conselheiros são escolhidos e nomeados pelo prefeito.
8.	Conselho Municipal da Educação (CME) Av. Ferreira Lima 82 Centro – Florianópolis – SC Tel.: (48) 2106-5915/ 2106-5903	1) Comissão de Educação Infantil 2) Comissão de Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos 3) Comissão de Legislação, Normas e Planejamento 4) Comissões especiais, com convidados (temporária)
9.	Conselho Municipal de Alimentação Escolar Rua Ferreira Lima 82 Centro – Florianópolis (não tem sede; funciona em uma sala de reuniões da Secretaria Municipal de Educação)	Sem comissões
10.	Conselho Municipal do FUNDEBE Sem sede. Reuniões em um dos prédios da Secretaria Municipal de Educação	Não considerado Desconsiderado por se tratar de um conselho para aplicação de um fundo e não da gestão de uma política pública.

	Rua Ferreira Lima 82 Centro – Florianópolis – SC	
11.	Conselho Municipal de Saneamento Básico Sem informações	Sem comissões
12.	Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social Sem informações	Não considerado Em estruturação na época do levantamento Criado em março de 2010 (Lei 8210) Nomeação em novembro de 2011 (Decreto 9425) Posse dos conselheiros em fevereiro de 2012
13.	Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CONDEMA) Sem informações	Não considerado Não foi possível obter informações
14.	Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Sem informações	Não considerado Desativado
15.	Conselho Municipal de	1. Comissão Intersetorial

	<p>Saúde (CMS) Praça Getúlio Vargas 312 Centro – Florianópolis (junto à Vigilância Sanitária) (48) 3212-3908</p>	<p>2. Comissão de Saúde do Trabalhador 3. Comissão de Saúde Menta; 4. Comissão de Acompanhamento de Demandas da Conferência</p>
16.	<p>Conselho Municipal de Entorpecentes (CONEM) Sem informações</p>	<p>Não considerado Desativado</p>
17.	<p>Conselho Municipal de Defesa Civil</p>	<p>Não considerado Inativo</p>
18.	<p>Conselho Municipal de Defesa do Consumidor</p>	<p>Não considerado Sem informações</p>
19.	<p>Conselho Municipal de Transportes</p>	<p>Não considerado Sem informações</p>
20.	<p>Conselho Municipal de Turismo</p>	<p>Não considerado Sem informações</p>
21.	<p>Conselho do FUNCINE</p>	<p>Não considerado Desconsiderado por se tratar de um conselho para aplicação de um fundo e não da gestão de uma política pública.</p>

22.	Conselho Municipal de Política Cultural	Não considerado Sem informações

ANEXO B – Conselhos Estaduais de Santa Catarina

Quadro 17 – Conselhos Estaduais de Santa Catarina

Fonte: Autor, 2012

CONSELHOS ESTADUAIS	
Nome Endereço/contato	Grupos Extra Plenária
1. Cons. Est. de Assistência Social (CEAS) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3648	1. Comissão de Política da Assistência Social 2. Comissão de Financiamento e Orçamento da Assistência Social 3. Comissão de Normas da Assistência Social 4. GTs (provisórios, sobre temas variados de acordo com a necessidade)
2. Cons. Est. dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3641	1. Comissão de Comunicação 2. Comissão de Normas (Legislação e Regulamentação) 3. Comissão de Orçamento e Finanças Públicas 4. Comissão de Políticas Públicas, Capacitação e Formação 5. GT Planejamento Estratégico 2011-2014 6. GT IX Conferência Estadual
3. Cons. Est. do Idoso (CEI) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3783/3229-3716	1. Comissão de Capacitação de Conselheiros e Apoio Técnico aos Conselhos Municipais do Idoso 2. Comissão de Comunicação e Divulgação 3. Comissão de Enfrentamento à Violência

		<p>4. Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas</p> <p>5. Comissão de Políticas do Idoso, Estudo e Pesquisa</p> <p>6. Comissão de Orçamento e Financiamento</p>
4.	<p>Cons. Est. dos Direitos da Mulher (CEDIM) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3767</p>	Sem comissões
5.	<p>Cons. Est. de Desportos (CED) Rua Comte. José Ricardo Nunes 79 Capoeiras – Florianópolis (48) 3271-1856/3271-1851</p>	Não foi possível fazer contato.
6.	<p>Cons. Est. dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (CONEDE) Av. Mauro Ramos 772 Centro – Florianópolis Tel: (48) 3229-3732</p>	<p>1. Comissão de Ética</p> <p>2. Comissão de Concursos Públicos</p> <p>3. Comissão do Disque Denúncias (100) (em formação)</p> <p>4. Comissão Conferência (provisório)</p>
7.	<p>Cons. Est. de Educação (CEE) Avenida Prefeito Osmar Cunha 183 Ceisa Center – Bloco B – 3o andar Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3224-0104</p>	<p>1. Comissão de Educação Básica</p> <p>2. Comissão de Educação Superior</p> <p>3. Comissão de Educação Profissional</p> <p>4. Comissão de Planejamento</p> <p>5. Comissão de Legislação e Normas</p> <p>6. Comissão Especial de Educação à Distância</p> <p>7. Comissão de Apoio aos Sistemas Municipais de Educação</p>

		8 Comissões Especiais (provisórias, sobre temas variados de acordo com a necessidade)
8.	<p>Cons. Est. de Saúde (CES) Rua Esteves Jr. 160 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3221-2277</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comissão de Comunicação, Divulgação, Articulação e Apoio Institucional 2. Comissão Permanente de Acompanhamento Orçamentário 3. Comissão de Saúde Mental 4. Comissão Permanente pelo Cumprimento dos Princípios Éticos e Legislação do SUS 5. Comissão de Vigilância em Saúde 6. Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia 7. GTs (provisórios, sobre temas variados de acordo com a necessidade)
9.	<p>Cons. Est. de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) Av. Mauro Ramos 772 Centro – Florianópolis Tel: (48) 3229-3770</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Comissão de Economia, Produção, Distribuição e Comércio Nacional e Internacional dos Alimentos 2. Comissão de Qualidade, Adequação Nutricional e Consumo de Alimentos 3. Comissão de Indicadores, Instrumentos de Ação, Avaliação e de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável 4. Comissão de Planejamento e Gestão da Política de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável 5. Comissão de Educação 6. Comissão Indígena (GT)
10.	<p>Cons. Est. de Entorpecentes (CONEN)</p>	Sem comissões (proposta em pauta na época do levantamento)

	Av. Mauro Ramos 1264 Centro - Florianópolis Tel.: (48) 3224-1101/3224-3556	
11.	Cons. Est. dos Povos Indígenas (CEPIN) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3798	Sem comissões
12.	Cons. Est. das Populações Afro Descendentes (CEPA) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3719	Não foi possível fazer contato
13.	Cons. Est. do Trabalho e Emprego (CETE) Av. Mauro Ramos 722 Centro – Florianópolis Tel.: (48) 3229-3627	Sem comissões
14.	Cons. Est. da Economia Solidária Tel.: (48) 3229-3643 Luis Carlos Teixeira	Não considerado Sem informações
15.	Cons. Est. da Cultura Vinculado Fund. Est. da Cultura Itacorubi	Não considerado Sem informações
16.	Cons. da Juventude Procurar Coordenadoria da Juventude na Casa Civil	Não considerado Sem informações

ANEXO C – Relatório Comissão I

1. Estou sozinha na sala. 9:35h chega #1. **Dá bom dia para mim.** Conversamos informalmente.
2. Chega #2. **#1 e #2 cumprimentam-se com beijo e abraço.**
3. #1 e #2 conversam sobre alguma instituição.
4. Chega **#3. Dá oi** aos presentes.
5. A reunião começa às 10h.
6. #2 apresenta uma listagem de nomes e pergunta a #1 se todos fazem parte daquela comissão. #1 responde que sim.
7. #2 questiona se a reunião terá quorum. #1 responde que não.
8. #1 pergunta se um determinado conselheiro faz parte da comissão. #2 e #3 respondem que sim. #1 diz: “eu pequei numa coisa”, explicando que não avisou o conselheiro dessa reunião. #3 interrompe #1, dizendo que o tal conselheiro encontrava-se viajando naquele momento.
9. Começam discutindo a resolução 003/2011, que dispõe sobre as instituições de atendimento ao idoso.
10. #1 propõe que se substitua a palavra “unidade” por “instituição”, sem dar explicação. #2 concorda.
11. #2 faz pergunta. #1 responde.
12. #1 faz uma sugestão. #2 não concorda. #2 explica. Ficam com a opinião de #2. (03:55)
13. #1 chama atenção para a modalidade “república” de atendimento, dizendo que desconhece o que isso seja no que diz respeito ao atendimento de idosos. #2 concorda com #1, afirmando também desconhecer tal modalidade de atendimento. #3 tenta explicar o que seria [no pensamento deles, é uma casa aonde se faça uma república de pessoas idosas... – sic]. #1 e #2 cortam #3, desconsiderando a explicação. #1 diz que se “república” refere-se a um lugar para moradia de idosos, já entra na modalidade “instituição de longa permanência”. #2 concorda, sugerindo que tirem o item. O item é retirado. (5:08)

14. #2 questiona a similaridade entre “instituição de curta permanência” e “casa lar”. #1 concorda. O item é retirado. (5:23)
15. #3 faz questionamentos sobre o funcionamento de uma casa lar, dizendo que a pergunta refere-se a uma situação vivida pela instituição que ele colabora. #2 dá as explicações necessárias. #3 interfere na fala de #2, antes que essa tivesse acabado, continuando a descrever sua situação. #2 dá mais algumas explicações, sendo interrompida por #3, que continua descrevendo a situação. #2 pergunta sobre a existência de conselho do idoso no município de #3. #3 afirma que há um conselho, continuando a descrição.
16. #2 pergunta se os idosos dormem na casa. #3 diz que sim. #2 dá, então, uma série de itens relativos a uma ILPI aos quais a instituição deve estar adequada. Diz que #3 deve procurar a resolução 283.
17. #3 continua descrevendo a situação da sua entidade no seu município: como ela está, os serviços que faltam, etc. #2 tenta interrompê-lo, mas não consegue. #3 continua. #2 interrompe-o, dando explicações. #3 continua a descrição. #2 interrompe-o, alterando a voz [mas é isso que eu tô dizendo! Ela está totalmente irregular! – sic].
18. #2 continua dando explicações de como proceder e o que deve ser feito. #3 faz uma pergunta. #2 responde.
19. #3 continua descrevendo a situação do conselho em seu município, pedindo desculpas pela crítica. #2 se exalta [não pode! Não tem isso, gente! – sic]. #3 explica sua visão e dá mais informações sobre sua situação. #2 dá mais explicações sobre os procedimentos que devem ser tomados.
20. #2 faz pergunta. #3 responde. #2 interrompe-o, refazendo a pergunta. #3 responde. #2 questiona. #3 responde, tentando explicar, mas #2 interrompe-o novamente. #3 continua a descrição. #2 questiona. #3 responde, continuando a descrição.
21. #2 dá mais explicações de como proceder. #2 questiona. #3 responde. **Todos riem** quando #3 diz que faz 6 meses que a entidade que alugou seu imóvel não paga o aluguel.
22. #2 dá mais explicações sobre como proceder.

23. #3 elogia a explicação fornecida por #2.
24. #1 fala algo. #2 faz uma pergunta. #1 responde. Ficam em dúvida.
25. #2 faz uma proposta. #1 interrompe-a, concordando com a sugestão. #1 e #2 disputam a fala. #1 prevalece. #2 explica sua posição. #1 e #3 concordam.
26. #1 lê uma parte da resolução, perguntando a opinião dos outros presentes. (13:56)
27. #1 e #2 fazem pergunta sobre um determinado tipo de serviço, dizendo não saber o que significam. #3 explica sobre os tais serviços, através de exemplos na sua própria instituição. #2 não concorda, interrompendo-o. #3 retoma a fala, ainda dando exemplos. #2 discorda. [Possível sinal de coerção interna. #2 parece ter muito mais conhecimento no assunto, desvalorizando demasiadamente a fala de #3.] #2 Lê algo na resolução em que trabalham, mostrando o porquê de não concordar com as afirmações de #3. #1 interrompe #2, corrigindo-a. #1 explica, baseando-se também na história de #3. #3 o complementa. #2 interrompe #1 e continua defendendo seu ponto de vista. #3 aproveita para explicar seu ponto de vista. #1 não concorda nem com a crítica de #2 nem com a proposta de #3, trazendo outra solução para o impasse. #2 concorda com #1, mas tenta aproximar a sugestão feita por esse da sua visão, argumentando. #1 traz um exemplo, questionando a explicação de #2. #2 interrompe #1. #1 interrompe #2.
28. #3 tenta dar explicações sobre seu ponto de vista, trazendo seu exemplo. #2 interrompe, mas #3 não permite, continuando suas explicações. #2 afirma que concorda, mas tenta argumentar, puxando para o seu ponto de vista. #3 interrompe-a, continuando suas explicações. Narra uma situação. #1 e #2 concordam com a explicação. (19:26)
29. #2 tenta falar. #1 toma a fala, argumentando. #2 corrige-o. #1 rebate a correção. #2 concorda com ele.
30. #3 argumenta para que seja feita uma campanha de divulgação para que a população saiba dos conselhos. #2 descreve demandas da atuação do conselho estadual que deverão ser cumpridas (sem dar

explicações práticas de como isso aconteceria), dizendo que o CEI vai precisar fazer uma campanha para a implementação de conselhos municipais do idoso. #2 dá maior detalhamento sobre as demandas. (22:35)

31. #3 concorda em parte, mas ainda assim, continua dando explicações de sua situação de “assessoramento”. #2 interrompe #3, continua não concordando com o seu posicionamento. #2 questiona #3. #3 responde. #2 continua dando explicações de como deve funcionar um conselho municipal e um assessoramento. #3 concorda com #2.
32. #3 explica mais coisas sobre sua instituição e a questão do assessoramento. #2 também traz um exemplo para confirmar a informação de #3. #3 continua descrevendo sua situação para justificar seu ponto de vista. #2 continua dizendo que o ponto de vista de #3 está errado (sua instituição ou outra não deve prestar assessoramento – modalidade de atendimento institucional que #2 acredita que deve ser retirada da resolução em discussão), sendo este o papel do conselho estadual. #3 concorda, **ainda que pareça apenas estar querendo encerrar a discussão**. (25:42)
33. #3 descreve a situação de uma visita que fez a **[cidade]** e **[cidade]**. Descreve também a sua forma de trabalhar. Ele também pede que a presidente do CEI participe escrevendo para o jornal deles a cada publicação, ajudando na divulgação do Estatuto do Idoso, argumentando porque isso seria importante. #1 concorda. #2 também concorda. (27:45)
34. #3 fala da tentativa de mudança do Estatuto do Idoso, proposta pelo Legislativo do governo Federal. Todos concordam sobre a situação “vergonhosa”. #2 diz que uma conferência nacional onde quem convoca é a presidente e quem assume é a ministra, não poderia mesmo dar grandes resultados.
35. #3 dá argumenta, falando porque é preciso se organizar. #2 interrompe-o. Usa a expressão “cambada de frouxo”. Começa a descrever a situação com o transporte de idosos em ônibus.
36. #3 a interrompe, dizendo que estava presente na reunião. #2 questiona. #3 responde. #2 continua descrevendo a situação de

- denúncias em relação ao transporte público. #1 questiona. #2 responde. #2 continua a narração.
37. #3 descreve uma situação que ocorreu consigo no transporte público também. #3 e #1 riem.
38. #3 explica a possível estratégia (política pública) para que idosos possam passar a catraca quando os lugares prioritários estiverem todos ocupados. #2 discorda. #3 continua explicando. #2 concorda com a explicação, usando ela a favor de seu ponto de vista. #3 concorda com #2. #2 discorda do desfecho do argumento de #3.
39. #3 discorda de #2, dizendo que sua proposta é viável de acontecer. #3 critica o veto do governador a uma lei que facilitaria a entrada dos idosos na parte posterior do ônibus quando os assentos da frente estivessem ocupados.
40. #2 discorda de #3, dizendo que uma lei estadual não pode se opor a uma lei federal. #3 retruca #2, dizendo que não pode se opor, mas pode regulamentar. #2 concorda, descrevendo a solução que foi dada em Florianópolis. #3 concorda.
41. #3 questiona uma informação. #2 explica, argumentando. #1 concorda.
42. #3 começa a dar informações sobre uma lei “intermunicipal” criada por Cesar Souza e engavetada. Explica que no RS, os idosos pagam 40% da passagem. Narra como, em época de eleição, foi feita pressão para que essas duas propostas fossem unidas. #3 ri.
43. #3 retoma o pedido de ajuda da presidente para publicação de informes no seu jornal, alegando a necessidade das pessoas terem conhecimento dessas leis.
44. #2 diz que a reunião não pode ser feita por falta de quorum. #1 concorda, justificando algumas faltas.
45. #1 diz que eles devem continuar trabalhando ainda que sem quorum e sem legitimidade decisória, levando as discussões como sugestão. #2 concorda.
46. #2 questiona. #1 responde. #2 faz uma sugestão/crítica a algo da resolução. #1 concorda. #1 faz um questionamento. #2 responde. #1 questiona. #2 dá explicações. #1 questiona. #2 responde e faz proposta. #1 concorda.

47. #1 lê. #2 faz pergunta. #1 lê novamente. #2 Faz uma correção na redação do item. #3 Pergunta. #2 responde.
48. #1 faz crítica. #2 concorda, argumentando.
49. #2 faz crítica, propondo mudança. #1 concorda. (44:05)
50. #2 faz crítica, propondo mudança. #1 concorda.
51. Vão lendo juntos. #2 faz uma pergunta crítica à redação de um item. #1 e #2 riem. #1 concorda com crítica de #2. #2 argumenta sua crítica.
52. #1 faz crítica à redação de um item, propondo juntar duas partes do texto. Todos concordam.
53. #1 faz crítica. #2 e #3 concordam. #1 explica.
54. #1 faz uma crítica generalizada. [meu Deus do céu! Tudo lá de cima isso aqui! Coisa esquisita! - sic]
55. #2 discorda que determinada parte da redação, refira-se ao item “lá de cima”, argumentando. #1 aceita a explicação, concordando com #2.
56. #2 faz uma pergunta. #1 responde. #2 traz mais explicações sobre o item. #1 tenta explicar o texto, mas concordando com a crítica. #2 mantém a crítica. #1 concorda.
57. #1 e #2 esclarecem-se mutuamente, trazendo informações e argumentando o porquê da redação de determinado item.
58. Vão lendo a resolução juntos.
59. #1 lê um item. #2 faz questionamento. #1 tenta explicar. #1 e #2 concordam que o item precisa de uma nova redação.
60. #1 questiona um item. #2 traz explicações. #1 concorda.
61. #2 dá explicações sobre a diferença entre 2 tipos diferentes de programas, justificando sua crítica anterior. #1 concorda.
62. #3 faz uma pergunta. #2 responde.
63. #3 interrompe #2, fazendo uma sugestão para a questão levantada. Dá alguns argumentos introdutórios, descrevendo uma situação que está passando agora. #2 concorda. #1 questiona. #3 responde e continua a narração. #1 faz pergunta. #3 responde. #2 pergunta. #3 responde e voltar a argumentar sobre a importância da divulgação dos conselhos e dos direitos dos idosos.
64. #2 traz informações sobre um programa da [empresa].

65. #3 fala de outro programa.
66. #3 se diz perdido em Florianópolis, dizendo que gosta de participar de reuniões da sociedade civil, mas que não conseguiu se “socializar” nesse sentido.
67. A reunião vai encerrando-se.

FIM DO QUADRO DE ANÁLISE PRESENCIAL

ANEXO D – Análise Presencial Comissão 1

Quadro 18 – Análise Presencial Comissão 1

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções (alt. de voz)	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
1	1			X					
2	1					X			
2	2					X			
4	3			X					
21	1						X		
21	2						X		
21	3						X		
32	3							X	
37	3						X		
37	1						X		
42	3						X		
51	1						X		
51	2						X		
66	3						X		

Quadro 18 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal		
		Aperto de Mão			Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.	
<u>51</u>	2					X	
<u>60</u>	2					X	
<u>87</u>	3					X	
<u>94</u>	2					X	
<u>108</u>	2					X	
<u>109</u>	3					X	
<u>141</u>	2					X	
<u>163</u>	1					X	
<u>165</u>	3					X	
<u>168</u>	2					X	
<u>191</u>	1					X	
<u>192</u>	2					X	
<u>209</u>	1					X	
<u>216</u>	1					X	
<u>221</u>	3					X	
<u>236</u>	3					X	

Quadro 18 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
					Aperto de Mão	Abraço e beijo		
<u>243</u>	2						X	
<u>263</u>	3						X	
<u>270</u>	1						X	
<u>278</u>	2						X	
<u>289</u>	2						X	
<u>307</u>	2						X	
<u>325</u>	2						X	
<u>347</u>	2						X	
<u>349</u>	2						X	
<u>354</u>	3						X	
<u>373</u>	3						X	
<u>375</u>	2						X	
<u>376</u>	3						X	
<u>380</u>	3						X	
<u>381</u>	1						X	
<u>382</u>	3						X	
<u>385</u>	3						X	

Quadro 18 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
		Aperto de Mão			Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
<u>386</u>	2						X	
<u>391</u>	1						X	
<u>393</u>	2						X	
<u>402</u>	1						X	
<u>415</u>	3						X	
<u>416</u>	2						X	
<u>418</u>	2						X	
<u>424</u>	2						X	
<u>427</u>	1						X	
<u>430</u>	2						X	
<u>431</u>	1						X	
<u>436</u>	3						X	
<u>440</u>	3						X	
<u>446</u>	3						X	
<u>450</u>	2						X	
<u>463</u>	2						X	
<u>480</u>	3						X	

Quadro 18 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				Confr. c/ Aliment.
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			
<u>486</u>	2						X		
<u>487</u>	3						X		
<u>503</u>	3						X		
<u>504</u>	1						X		
<u>525</u>	2						X		
<u>533</u>	2						X		
<u>553</u>	2						X		
<u>560</u>	1						X		
<u>563</u>	2						X		
<u>601</u>	2						X		
<u>623</u>	2						X		
<u>626</u>	1						X		
<u>645</u>	2						X		
<u>646</u>	1						X		
<u>652</u>	2						X		
<u>674</u>	2						X		
<u>684</u>	2						X		

Quadro 18 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
		Aperto de Mão			Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
<u>687</u>	1						X	
<u>702</u>	1						X	

ANEXO E – Transcrição Comissão 1

1. **0:00:12**
2. #2 Essa essa comissão é com todos esses aqui?
3. #1 São.
4. #2 E tem quorum?
5. # Normas, né? [nome], [nome], [nome], [nome]... é! [nome], [nome], [nome], [nome], [nome]...
6. #3 [interrompe #1] O [nome]? O senhor [nome] não estava aí?
7. #2 Não.
8. #1 Não. O senhor [nome]...
9. #2 [fala junto com #1] O [nome], acho que...
10. #1 [ganha fala sobre #2] Eu pequei numa coisa. Até, eu vou ligar para ele!
11. #3 Não! Ele está em Brasília. Falei com ele [incompreensível].
12. #1 Ele me disse que não iria poder mesmo. Porque, lembra que lá na plenária nós resolvemos...?
13. #2 Tu queres trocar de lugar? [conversa paralela com a pesquisadora enquanto #1 fala].
14. #1 ...que até era a [nome], ele e...
15. #3 [continua fala de #1] Isso!
16. #1 É, mas aí ficou ele, né? Porque...
17. #3 [continua fala de #1] É. Nós quatro.
18. #1 [incompreensível]
19. #3 É... o senhor [nome]. Por isso que eu liguei para ele. Para ver se... porque ele e a [nome]... [nome], né?
20. #1 É.
21. #3 Que estavam de... [não termina a frase].
22. #1 Eu estava em Curitiba. Eu tentei ligar, mas ele não atendeu. Então, já estava em Brasília. Ele foi quando, hoje?
23. #3 Está chegando lá.

24. #1 Ah... não sei. Pois é... porque nós precisamos definir isso aqui, né? E com os subsídios que a gente tem em mãos, né?
25. #3 [**direciona-se à pesquisadora**] Estás com uma cópia?
26. #2 É que a gente está... ela não é definitiva, né?
27. #1 Não.
28. #3 Aqui, como é que eu assino? Coloco embaixo, o nome?
29. #1 É, coloco o teu nome embaixo. **0:02:04**

INÍCIO FORMAL DAS DISCUSSÕES

30. #1 Tá. Porque o que gerou mais dúvidas aqui, é com relação [**lê o documento**] “...as entidades de atendimento à pessoa idoso são responsáveis pela manutenção das próprias unidades e devem especificar os regimes de atendimento observando os seguintes requisitos.” Já que está se usando o nome de “entidade”, deveríamos, no lugar de usar “unidade”, usar “instituição”.
31. #2 É “instituição”! Não se usa na realidade... Agora, por que ficou em vermelho aqui? Por que não foi decidido? Após...
32. #1 [**interrompe #2**] Não. Isso foi acrescentado, né?
33. #2 Ah!
34. #1 Não tinha, né?
35. #2 [**lê outro pedaço do documento de forma incompreensível**] “...poderá também a esses.” “A esses”! Mas eu acho que essa redação aqui não...
36. #1 [**interrompe #2**] Deixa me fazer em vermelho, já que isso aqui já está em vermelho.
37. #2 É.
38. #1 Então, aonde é “unidade” passa a ser “instituição”.
39. #2 [**vai lendo o documento e corrigindo-o**] ...instituição... instituição...
40. #1 “...devem especificar os regimes de atendimento observando os seguintes requisitos: [**lê documento de forma incompreensível**]”. Olha, aqui! Quando diz: “estar regularmente constituída...”
41. #2 [**disputa a fala com #1**] ...constituída...

42. #1 ...já depreende que demonstrar a idoneidade de seus dirigentes está incluso.
43. #2 Tu achas?
44. #1 **Eu acho que sim.** Ou não?
45. #2 **Não...**
46. #1 **[fala junto com #2, enquanto #2 continua sua explicação]**
Ah, é?
47. #2 ...**Porque ela tem que estar constituída frente: ao corpo de Bombeiros, à Vigilância Sanitária, ao conselho municipal...**
48. #1 **[fala junto com #2]** Ao CREA.
49. #2 ...ao CREA.
50. #1 Uhum... tá. **[lê o documento]** “As modalidades podem ser de orientação, apoio, acompanhamento sócio-familiar, instituição de longa e curta permanência, república...”
51. #2 **[interrompe #1, com voz de espanto]** República?!
52. #1 **Eu desconheço isso aí...**
53. #2 **[interrompe #1]** Olha...
54. #1 **[continua a fala]** Isso aí é meio...
55. #2 Uma que nós não temos, né?
56. #1 **Não.**
57. #2 Uma que nós não temos. Outra que a gente não conhece. Esse aqui eu não sei, aqui...
58. #1 Eu também desconheço.
59. #3 **O que eles querem, eu acho... que no pensamento deles é uma casa aonde se faça uma república de pessoas idosas...**
60. #2 **[interrompe #3]** Pois é... **[voz de desconsideração]**.
61. #1 Mas é complicado, né?
62. #3 Eu acho que... tu vê cada coisa que está acontecendo aí, que...
63. #1 Não dá.
64. #2 Tem uma estagiária aí, da Federal, que está fazendo para nós um... aliás, uma arquiteta. Ela está fazendo para nós, a planta do Centro Dia junto com um Centro de Convivência.
65. #1 Que bom!
66. #2 **[lê o documento de forma incompreensível].**

67. #1 Pois é. **Porque no caso, uma república... se ela é de longa permanência, se o pessoal vai morar lá...**
68. #2 **[interrompe #1]** Já é uma instituição.
69. #1 **...já é uma instituição.**
70. #2 Então, acho que isso aqui, não tem não...
71. #1 **[interrompe #2]** Tira fora.
72. #2 Eu acho que deveria tirar.
73. #1 Centro de Convivência, ok, Centro Dia, ok, Casa Lar, também...
74. #2 **[interrompe #1]** **Casa Lar! Mas Casa Lar e instituição é a mesma coisa. Só muda a nomenclatura,** é isso. **[lê o documento]** **“Instituição de longa e curta permanência”...**
75. #1 **É, a Casa Lar está inclusa.**
76. #2 **A Casa Lar está aqui.**
77. #3 Só uma perguntinha, aí. E a... **eu estou falando isso porque eu estou passando por isso.**
78. #1 Humm...
79. #3 Entende? Uma Casa Lar... qual é a norma que existe para ser uma Casa Lar?
80. #1 Pois é...
81. #2 **É a mesma que uma ILPI e um centro.**
82. #3 **[interrompe #2]** Tá... Mas aí, então, que eu falo que as coisas não funcionam. **Por exemplo, a minha casa em [nome da cidade], que está fechada lá... que estava fechada. E como eu só iria ficar três anos aqui, mas como me elegeram por mais quatro, não tem mais como deixar a minha casa fechada. A minha casa, né...? Modéstia a parte, eu fiz uma casa para moradia, hoje ela é muito bem para essas coisas. Só que assim, olha. Eu acho que tem... a minha casa tem uma... como é terreno acidentado, eu fiz vários patamares.**
83. #1 Certo.
84. #2 **Então, para começar, ela tem que estar estruturada... Tu tens que pegar a resolução 283 e se basear todo nela.**
85. #3 **[interrompe #2]** Exatamente. Mas então, não está havendo fiscalização. Porque a minha casa não seria... **0:06:24**

86. #2 **[interrompe #2]** **[nome da cidade]** tem conselho?
87. #3 **Tem conselho!** **[ênfase na voz]**
88. #2 Tem conselho, mas não funciona. Esse é o problema.
89. #3 **[interrompe #2]** **Por isso... essas coisas para nós são boas, eu estar aqui. Porque eu sou do interior...**
90. #1 **[fala junto com #3]** Sim.
91. #3 ...sou do interior como o pessoal diz, né?
92. #2 **[fala junto com #3]** Sim.
93. #3 **Mas nós vivemos muito mais isso...**
94. #2 **[interrompe #3]** Claro! É o dia a dia! **[exclamação]**
95. #3 **...do que quem está aqui. Entende?**
96. #1 **[fala junto com #3]** Lógico.
97. #3 Então...
98. #2 **[interrompe #3]** O que a gente **[incompreensível]**: grandes problemas que não...
99. #3 **[interrompe #2]** Por isso que eu estou falando. Qual é a...
100. #2 **[interrompe #3]** Eles dormem lá?
101. #3 ... **[incompreensível]** para me...?
102. #2 **[interrompe #3]** Eles dormem na instituição?
103. #3 **Sim, sim.**
104. #2 **Então, primeiro de tudo: ela tem que estar todas as adequações de uma ILPI.**
105. #1 **[fala algo incompreensível paralelamente a #2].**
106. #2 **Ela tem que estar adequada com pisos anti derrapante, com rampas, com banheiros adaptados, com o espaço entre uma cama e outra, tem que ser... a resolução 283 diz tudo.**
107. #1 **[fala junto com #2]** Os corrimãos, tudo isso aí.
108. #2 Então... pois é. Por isso que... não existe fiscalização e a gente se revolta contra determinados órgãos, por isso. Entende? Não é o TEU caso! **[altera a voz, enfatizando que a crítica não é especificamente para o caso de #3]**
109. #3 **[interrompe #2]** **Não, não. Mas não é isso! Eu quero que eles... eu gostaria que eles fossem lá e dissessem: olha, essa casa não está adequada!** **[voz enfática]**
110. #1 **[fala com #3]** Exatamente! Exatamente!

111. #3 Eu não quero... eu não estou alugando a casa... eu alugo para qualquer pessoa!
112. #2 Sim.
113. #3 Mas quem chegou lá foi uma ONG, entende?
114. #1 Aham.
115. #2 **[fala algo incompreensível paralelamente a #3].**
116. #3 Então, eu acho assim, que nós temos que cuidar hoje, as entidades... **Por exemplo, nós temos hoje a [nome de associação], que nós fazemos tudo isso. Desde a área da saúde, até assistência social, tudo... as associações.**
117. #2 **[interrompe #3]** Mas então, se a **[nome de associação]...**
118. #3 **[interrompe #2]** Exatamente! **Hoje, nós mandamos um ofício... Nós criamos um grupo de idosos dentro da associação justamente para nós entrarmos no Conselho do Idoso. Só que não aceitaram a gente como...**
119. #2 **[interrompe #3]** **Não, depende. Tem o Fórum das Não Governamentais.**
120. #1 **[fala junto com #2]** É... tem que ir através de...
121. #2 **Tem que participar do Fórum.**
122. #3 **[interrompe #2]** Participamos também.
123. #2 **[interrompe #3]** Daí, vai ter reeleição.
124. #3 **[interrompe #2]** **É que nós estamos sendo... como que podemos dizer? Nós estamos sendo os cobradores... [faz pausa]**
125. #1 Aham.
126. #3 **...das coisas que não fazem. E nós queremos ser cobrados também.**
127. #2 **[interrompe #3]** **Discordo.**
128. #3 **Porque assim, olha... a senhora vai entender um pouquinho, olha. Como é que um idoso vai morar na minha casa, descer uma escadaria que tem lá dentro... 0:08:31**
129. #2 **[interrompe #3]** **Mas é isso que eu estou dizendo! Ela está totalmente irregular! Não pode!**
130. #3 **[interrompe #2]** Mas é isso que o conselho...
131. #2 **[interrompe #3]** **Quem é que tem que ir lá? A Vigilância... primeiro o conselho tem que ir e chamar: Vigilância Sanitária...**

132. #3 [interrompe #2] Isso!
133. #2 ...Ministério Público, Bombeiro. Todos os órgãos [incompreensível].
134. #3 [interrompe #2] Isso! É isso que nós estamos querendo.
135. #2 Então, é o que nós fazemos aqui. Fazemos o relatório, encaminhamos para o Ministério Público.
136. #3 Então, a [nome de associação] teria que fazer um...
137. #2 [interrompe #3] Não. A [nome de associação] não tem essa competência.
138. #3 [interrompe #2] Pois é! Mas então, como é que...?
139. #2 [interrompe #3] Essa competência é do Conselho Municipal do Idoso ou do Conselho Estadual, em sua falta.
140. #3 Mas daí, vem outra questão assim, olha, do conselho do idoso, que nós temos que cuidar. O conselho do idoso, me desculpem, lá na... quem indica é a assistente social.
141. #2 [interrompe #3 bruscamente, com voz alterada] Não pode! Não tem isso, gente! No conselho são todos eleitos.
142. #3 [interrompe #2] Então, mas é isso que eu estou dizendo. Mas então. É isso que eu quero que as pessoas entendam. Quando eu entro para uma entidade, eu não estou atrelado a governo nenhum.
143. #2 Não! Isso não! Se tu fosses do governo, seria assistencial.
0:09:27
144. #3 Exatamente. Mas então, é isso que eu estou falando: que hoje, nós temos... o Conselho do Idoso quando forma no município, já diz: olha, o presidente é aquele dali.
145. #2 Então, nós temos que fazer o seguinte. O conselho tem que ver se, no município de [nome da cidade], existe um conselho... O Conselho Estadual tem que fazer contato com o Conselho Municipal para saber das fiscalizações e inscrições de atendimento ao idoso. Daí, vamos supor... como é o nome da sua instituição?
146. #3 [nome de associação]. É Associação [nome de associação]...
147. #2 [interrompe #3] Não, não, não! Lá, em [nome da cidade].
148. #3 É! Associação [nome de associação] de [nome da cidade].

149. #2 E eles fizeram uma casa para idoso com o nome da...?
150. #3 **[interrompe #2]** Não! Não! Eles não!
151. #2 Ah, não, não! Então, não. Eu estou perguntando se tem Conselho do Idoso.
152. #3 Eu estou falando o seguinte: que o Conselho do Idoso existe.
153. #2 **[interrompe #3]** Lá, em [nome da cidade]?
154. #3 **Lá, em [nome da cidade].** Exatamente. Só que, na minha opinião, não fiscaliza.
155. #2 **[interrompe #3]** E é obrigação nossa fazer.
156. #3 **É obrigação nossa fazer. Porque quando eu fui do Conselho de Assistência Social em [nome da cidade], eu fiz parte e nós fiscalizávamos. Nós íamos aos colégios...**
157. #2 **[interrompe #3]** Mas, então. É isso que eu estou lhe perguntando. Tem conselho municipal?
158. #3 **[fala junto com #2]** Tem conselho.
159. #2 **Então, se o conselho municipal não é atuante, tu tens que fazer uma denúncia para o conselho estadual. A nossa função é essa. Entende?**
160. #3 **[interrompe #2]** Então, vou pedir para o presidente da associação fazer.
161. #2 Ir lá e perguntar. Como é o nome da instituição que o senhor falou que alugou a sua casa?
162. #3 **É uma igreja. Agora... não sei, porque estava na imobiliária. Eu sei que é uma igreja. Porque fazem seis meses que não é pago o aluguel.**
163. #1 **[assobia, sinalizando susto com a informação]**
164. #2 **[fala algo incompreensível em tom de piada]** Então, assim, olha. A [nome de associação] tem que ir no Conselho Municipal, tá? Pedir a relação de todas as instituições de longa permanência do município. Eles tem... porque para estar legalmente constituída, ela tem que estar inscrita no conselho municipal. Nenhuma instituição pode funcionar, sem que esteja inscrita no Conselho Municipal.
165. #3 **[fala junto com #2]** No... Ah! Isso é interessante! **[exclamação]**

166. #2 **[interrompe #3]** Mas isso está no Estatuto do Idoso.
167. #3 Eu sei. Mas isso é interessante para nós termos alguma coisa, como é que fizeram... **[fala incompreensível]** Porque ele recebe vários tipos de verba da prefeitura. **0:11:37**
168. #2 **[interrompe #3 bruscamente, alterando a voz]** Não! Não! Não tem nada a ver! Se ele está inscrito no Conselho de Assistência é uma coisa. Mas para estar legalmente constituída, ela tem que estar inscrita no Conselho Municipal.
169. #3 Eu vou ter que ver bem certinho como é que... qual é o trabalho que eles estão prestando para a comunidade. Se é só para o idoso, se é para várias idades...
170. #2 **[interrompe #3]** Não pode... Essa inter geracionalidade que a gente tanto fala, né? Nas, para ILPI, não pode.
171. #3 Tá. Então, é isso aí que eu quero ver com...
172. #2 **A gente fala muito que o idoso deve estar interagindo com várias idades e tal, mas isso aí – né, #1? – não...**
173. #3 **[interrompe #2]** Ou é casa do idoso, ou é casa de adolescente, ou é casa de...
174. #1 Exatamente.
175. #2 **[interrompe #3]** Com certeza. Não tem como.
176. #3 **[fala junto com #2]** Tem que estar caracterizada... Tá legal! Tá bom! Boa explicação.
177. #1 Interessante aqui. Eu estava lendo o Estatuto e ele fala em unidade **[incompreensível]**.
178. #2 Unidade?
179. #1 **No artigo 48. [lê o documento]** “As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades”. **0:12:38**
180. #2 Tá. Mas é a lei ou é o Estatuto do Idoso?
181. #1 **A lei.**
182. #2 A lei?
183. #1 **Política de Atendimento ao Idoso.**
184. #3 Tá. Mas o Estatuto do Idoso vem depois da política?
185. #1 **Foi. Pois é. É a lei 10.**
186. #2 **[pergunta incompreensível]**

187. #1 [**fala incompreensível**]
188. #2 Mas eu acho que é uma questão de...
189. #1 [**interrompe #2**] Não, tudo bem. Eu também acho. Porque...
190. #2 [**interrompe #1**] ...das próprias instituições. Isso aí, é...
191. #1 [**interrompe #2**] ...eu te digo uma coisa. Fazem uma confusão entre entidade e instituição que é um absurdo, né? [**tom de indignação**]
192. #2 Não, não! [**tom de indignação**] Eu acho assim, olha. Se a gente quer normatizar, vamos substituir tudo. Assim como não se usa mais asilo, casa do vovô, casa da vovó. É tudo instituição de longa permanência para idoso.
193. #1 [**fala junto com #2**] Exatamente. [**fala incompreensível**]
194. #2 Não existe mais [**incompreensível**]. Não podemos mais dizer “asilo tal”, “asilo”... Não! Aqui é Asilo de Mendicância Irmão Joaquim. Continua sendo... É o nome dele. Mas é instituição de longa permanência Asilo Irmão Joaquim.
195. #1 Tá. Então, vamos caminhar. Então, aqui, olha. No quarto, [**lê o documento**] “demonstrar idoneidade”, ok. Parágrafo 1: “as modalidades de atendimento podem ser de”... O resto fica, né? “Programa educativos sociais, de saúde, esportivo e cultural”?
196. #2 **Sim.**
197. #1 Sim, né? “De assessoramento e defesa”. O que é isso?
198. #2 [**faz a pergunta junto com #1**] O que é esse “assessoramento e defesa”?
199. #1 **Não sei.**
200. #2 Eu não entendi isso aqui, tá? Esse aqui, eu não...
201. #3 “Assessoramento e defesa”. Posso até dar uma explicada. Assim, olha... ~~Isso aqui vem, então, caso, se referia do... essas... Assim...~~ A associação, ela está lá porque nós temos advogados, para defender...
202. #2 [**interrompe #3**] Tá. Mas aí, não está falando sobre a [**nome de associação**]. Está falando sobre a ILPI.
203. #3 [**interrompe #2**] Não... eu quero chegar lá na ILPI. O que está dizendo aqui, olha: “assessoramento e defesa” ~~O que tem que...~~ A defesa, por exemplo. Pelo que eu estou imaginando, né? ~~Que a~~

- pessoa... Por exemplo, nós tivemos um caso lá, que a pessoa mora aqui e o casal de idoso aqui. E aqui, tem um muro.
204. #1 As demandas então, né?
205. #3 **Exatamente.** E o que acontece? Essa pessoa aqui, como desses dois velhinhos, um não tinha perna, ela começou a pressionar para que eles vendessem aquilo ali.
206. #2 [**interrompe #3**] Não, não.
207. #3 Não é isso aí?
208. #2 **Não, não é.** Porque aqui faz parte do artigo segundo, que a “entidade de atendimento à pessoa idosa são responsáveis pela manutenção das próprias instituições”. Primeiro, “oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitação”...
209. #1 [**interrompe #2**] **Não, não.** O que ele está dizendo é outra coisa. Ali, eu estou entendendo, é uma demanda, [**dá um tom conclusivo à fala**] Tá? **Que teve lá...**
210. #3 [**fala junto com #1**] Tem!
211. #1 **...que alguém quis tirar os velhinhos de lá.** Forçando...
212. #2 [**interrompe #1**] Mas aonde?
213. #1 **De onde eles moravam. Da casa deles...**
214. #2 [**fala incompreensível**].
215. #3 [**interrompe #1**] **Começaram a pressionar para eles venderem...**
216. #1 [**interrompe #3**] **Aí, ele teria que ir ao conselho e o conselho TERIA [ênfase dando a entender que isso nem sempre acontece] que providenciar os meios para defendê-los.**
217. #2 [**interrompe #1**] **Mas nós estamos falando sobre ILPI, não é sobre...**
218. #1 [**interrompe #2**] Eu sei, [**incompreensível**].
219. #2 [**interrompe #1**] **a particularidade da...**
220. #1 [**interrompe #2**] **Então, isso não cabe aqui.**
221. #3 Mas são as particularidades que nós temos que ver gente! [**voz exaltada**]
222. #2 **Dentro da ILPI, não fora!**

223. #3 Então, mas exatamente. **Mas como eles não tem... como o Conselho do Idoso não está dando esse assessoramento, eles estão procurando outras fontes.**
224. #1 Eu não sei. Eu acho que aqui está fora mesmo, sabe?
225. #2 **[fala junto com #1]** Eu não sei... eu discordo.
226. #1 Não é aqui que vai entrar isso.
227. #3 **Tá, tudo bem. Mas nós temos que achar uma outra [incompreensível]...**
228. #1 **[interrompe #3]** Não, ótimo. Vamos ver. Mais para frente, a gente acha.
229. #2 **[começa a falar antes que #1 termine]** **Não, eu acho que sim! Eu acho que tem que ter isso aqui. Mas essa parte aí que o senhor fala, aí é Ministério Público.**
230. #1 É...
231. #2 **Vamos supor: eu tenho uma casa e ao meu lado, mora um casal de idosos que está ali sozinho. Qual é a nossa obrigação de cidadão? Denunciar que os filhos não estão protegendo os pais, que é obrigação da família... Certo? Então...**
232. #3 **[interrompe #2]** Eu entendo, perfeitamente...
233. #2 **[interrompe #3]** Isso cabe ao... assessoramento ainda... eu acho que... **0:16:44**
234. #3 **[interrompe #2]** Lógico. Por quê? O que aconteceu com essa casa aqui?...
235. #2 **[interrompe #3]** O conselho pode assessorar...
236. #3 **[interrompe #2]** Como?! **[voz de grande curiosidade]**
237. #2 **O conselho pode assessorar para... não a família. A instituição. E a família também, né?, óbvio. A família, não! A família é Ministério Público. A instituição, sim. Eles podem dar assessoramento como eles pedem lá no conselho. O que é preciso para fazer uma ILPI? Primeira coisa que eles fazem. Eles vão lá no conselho, nós damos todos os... tudo o que é necessário. Né? Então... isso aí, é um assessoramento. É uma maneira de assessorar. Defesa... porque a gente trabalha na fiscalização.**
238. #1 Agora, tem o seguinte. A **[nome de associação]**: é uma entidade que pode proporcionar esse... **[faz pausa]**

239. #2 Essa... inclusive essa assessoria...
240. #1 [interrompe #2] O assessoramento e a defesa. Aí, seria...
241. #2 [interrompe #1] Mas aí, se [incompreensível]...
242. #1 [interrompe #2, fala algo incompreensível] Eu estou vendo isso aí, né? Até aonde nós temos que regulamentar a nossa atividade como instituição, associação...
243. #2 [interrompe #1] Aonde você tem que expandir! [eleva o tom de voz]
244. #1 Como associação...
245. #2 É.
246. #3 Assim, olha. O que acontece? O conselho é um órgão, vamos falar, que o presidente, ele não dá expediente para nada, né?
247. #2 Ele não dá o que?
248. #3 Expediente de... aonde que eu vou estar, aonde que...
249. #1 [fala junto com #3] Não. Isso não.
250. #3 Não tem isso aqui. Que nem ele fala de associação... a associação, por exemplo, nossa: nós trabalhamos das oito ~~as~~ quinze horas... às dezessete horas...
251. #2 [interrompe #3] Mas é uma associação. O conselho é um órgão autônomo.
252. #3 [interrompe #2] Eu sei. Mas o que acontece? O conselho não está dando isso.
253. #1 [fala junto com #3] Não! É! Ele está dizendo aquilo [incompreensível]...
254. #2 [fala junto com #1 e #3] Eu concordo. Mas é que...
255. #3 [interrompe #2] Por exemplo, pra eu encaminhar eles para o Ministério Público. Eles não têm conhecimento dos velhinhos lá. Como é que eu vou ao Ministério Público? Como é que...?
256. #2 [interrompe #3] Mas aí... assim, olha...
257. #3 [interrompe #2] O assessoramento, o que é?
258. #1 [fala junto com #3] É acompanhar os velhinhos. É acompanhá-los.
259. #3 Espera aí, só para eu terminar esse caso aqui! Só para terminar esse caso aqui! Alguém se queixou para uma moça de um mercado. [incompreensível] Ah, tá... ligou para mim. Aquela

- época eu estava lá. “[nome de associação], está acontecendo isso, isso e isso, na rua tal, tal, tal”. Eu disse, poxa, aonde é que eu vou agora. Eu peguei meu carro e fui lá na casa. 0:19:02
260. #2 Fez o papel do conselho. E tem uma coisa...
261. #3 **[interrompe #2]** E que... também, né? **Eu quero ajudar. Eu quero é ajudar as pessoas. E por isso que eu digo assim: o conselho e nós temos que trabalhar juntos.**
262. #1 **[fala junto com #3]** Lógico que sim!
263. #3 **A Federação dos Aposentados, as associações de aposentados... JUNTOS! [dá tom enfático à voz] Porque nós sabemos muito mais coisas. Entende?**
264. #2 Mas assim, olha... como é o teu nome?
265. #3 **#3. Daí, nós terminamos o caso, justamente, no Ministério Público.**
266. #1 Aham.
267. #2 Assim, olha. Queres ver uma coisa...?
268. #1 **[interrompe #2]** E veja bem: nós somos “entes”.
269. #3 Exato!
270. #1 **Só não temos a ação. Não somos agentes. Mas nós temos acesso ao Ministério Público como cidadão. Qualquer um! [tom enfático]**
271. #2 **Não! Não! O conselho, não!**
272. #1 **Não! Eu estou dizendo, o cidadão.**
273. #2 **Ah, o cidadão! Sim!**
274. #1 O cidadão.
275. #3 **O que eu quero fazer é o seguinte. Nós temos que fazer uma grande campanha...**
276. #1 **[fala junto com #3]** Lógico!
277. #3 **...para que a população dos municípios saiba quem é a pessoa do conselho e que eu tenho que me dirigir a essa pessoa.**
278. #2 Com certeza! **[voz enfática]**
279. #3 É isso que eu quero!
280. #2 **Qual é o problema? Nós temos 293 municípios em Florianópolis... desculpa... em Santa Catarina. Desses 293, quantos têm conselho?**

281. #1 É. Sei lá. Não chega a 100.
282. #2 Quantos têm conselhos atuantes?
283. #1 Tem mais isso.
284. #3 [fala junto com #1] Não tem!
285. #2 Tá? Então, o que acontece? O Conselho Estadual vai ter que entrar nisso aí. Isso aí é muito sério. Está se proliferando. Então, o Conselho vai ter que entrar...
286. #1 É.
287. #2 ...de pés mesmo nos municípios para a implantação e implementação de conselhos. Primeira coisa: o conselho está legalmente constituído? Ele vai ter uma eleição, certo? Ele vai fazer um fórum das entidades não governamentais. Porque esse conselho tem que ser paritário. Metade governo, metade sociedade civil. E digo mais. A sociedade civil é quem tem força. Porque se deixar na mão do governo... [pausa]
288. #1 Não. A gente sabe disso.
289. #2 Nós estamos roubados. Por isso que a nossa presença no Conselho Estadual é “prioritariamente” [voz enfática] não governamental. Para evitar o problema que os conselhos sejam manipulados pelos gestores. Primeira coisa: o nosso é. Tá? Então... ele está constituído? Qualquer demanda tem que ser para ele. Quando é demanda institucional, é o conselho que toma parte. Quando é demanda individual – no caso aí, é particular, né? Porque é um casal – nós temos, aqui em Florianópolis, tem um Centro de Atenção... de Atendimento ao Idoso. Que é o [nome de associação]. Então, é o [nome de associação], com médico, psicólogo... não! Médico, não! É psicólogo, assistentes sociais, advogados... Eles têm esse poder de chegar lá na casa, pegar o idoso, junto com o Ministério Público e fazer com que a família ou assuma o seu idoso ou encaminhe para uma ILPI. Entende? Então, o município, ele tem que estar legalmente com essas... com esses órgãos constituídos. O Ministério Público, quando não tem conselho municipal, é o órgão que mais se aciona nesse caso. Entende? Agora, a [nome de associação] é uma associação... assim como a minha associação: [nome da associação] 0:22:32

290. #3 [interrompe #2] Não, não! Nós não... [pausa]
291. #2 [interrompe #3] Como associação, nós não podemos fazer nada.
292. #3 Não. Mas nós não nos metemos. Nós somente... aliás, agora, nós nos metemos, sim. Porque nós somos sessenta e dois grupos de idosos e conseguimos trazer.
293. #2 Como? Conseguimos trazer, como?
294. #3 Conseguimos trazer para o nosso lado. Porque como tu não tens aquilo que precisa, alguém vai fazer. E nós estamos fazendo. [incompreensível] você não entende nada deles.
295. #2 [interrompe #3] Tá. Assim, olha, senhor #3. Primeira coisa que o senhor tem que fazer: ver se em [nome da cidade] tem um conselho.
296. #3 Tem...
297. #2 Tem um conselho?
298. #3 Já tem.
299. #2 Ele está legalmente constituído?
300. #3 Está...
301. #2 Ele é formado pela sociedade civil e pelo governo?
302. #3 Aí, eu não sei.
303. #2 Então. Mas tem que estar. É cinqüenta por cento. É meio a meio. Daí, o que o senhor vai fazer? Se houve o fórum e a [nome de associação] está no conselho representando lá, no... [pausa]
304. #3 [tenta ajudar #2] ...município
305. #2 ...conselho do idoso. Assim, nós temos um colaborador da [nome de associação]. Que agora, não é mais o Sr. [nome]... Antes era aquele...
306. #1 O [nome].
307. #2 Não! [enfática] Brigava [incompreensível]... [pausa]
308. #1 O [nome].
309. #2 O [nome]!
310. #1 O [nome], é.
311. #2 O [nome] arregaçava a manga e não tinha para ninguém. Entende? Agora, o problema dele de saúde, como ele se incomodava muito... e ele era colaborador!

312. #3 Aham...
313. #2 Ele não era... entende?
314. #3 **[fala junto com #2]** Não, não! Nós só queremos colaborar.
315. #2 Então! Então, **o que vocês têm que fazer? Vocês têm que tentar se infiltra no conselho. Daí sim, vocês têm voz.** Entende? **Porque um conselho só...**
316. #3 **[interrompe #2]** Não, não! A gente sabe...
317. #2 **Ele só pode trabalhar quando tem alguém que realmente tome a frente e que entenda a questão do idoso.**
318. #3 **Como nós temos médicos, tem tudo isso... o idoso é uma grande demanda, né?**
319. #2 **[fala junto com #3]** Sim.
320. #3 Entende? **Então, o que acontece? O idoso, ele vem lá, consultar... arrumamos remédio, arrumamos o que precisa...**
321. #1 Hum...
322. #3 ...mas nós não... como se diz? Não foi mandando uma carta para nós entrarmos no conselho do idoso. **[incompreensível]** o seguinte: porque nós trabalhamos.
323. #2 **[interrompe #3]** Sim. Mas aí, é uma forma, inclusive, de vocês serem mais nós.
324. #3 Exato. Mas o que... mas nós **[incompreensível]**.
325. #2 **[interrompe #3]** Mas não é assim! Mas não é assim! É por uma eleição! **[tom de indignação]**
326. #3 Eu sei. Mas eles simplesmente não... não... **[pausa]**
327. #1 Não fizeram isso aí.
328. #2 É como aqui em **[localidade]**, cara.
329. #3 **[fala junto com #2 e #1]** Ali em **[localidade]**!
330. #1 É... **[fala junto com #3 e #2]**
331. #2 Em **[localidade]**, eles...
332. #3 **[interrompe #2]** Lá, tem uma que manda, em **[localidade]**.
333. #1 É. **0:25:02**
334. #3 Entende? Então, **[fala incompreensível]**.
335. #1 Tem... tem... é isso aí.
336. #3 Que quando a gente entra **[fala incompreensível]**
337. #1 Só o Ministério Público para resolver isso aí.

338. #2 É! O Ministério Público.
339. #3 Nós temos que dar atenção [incompreensível].
340. #2 [interrompe #3] Agora, esse casal de idosos aí, se eles está sofrendo qualquer tipo de violação dos seus direitos...
341. #3 [interrompe #2] Não, não...
342. #2 ...é direto para o Ministério Público.
343. #3 Até estamos ajudando eles agora, entende?
344. #1 Aham.
345. #2 Aham.
346. #3 Porque foram acertadas, as coisas. É isso que eu acho que é o papel. Se não deu aqui, encaminha para o Ministério Público...
347. #2 [interrompe #3] É o papel do Conselho Estadual! [voz enfática]
348. #3 ... [acaba a fala de forma incompreensível]
349. #2 É o papel do Conselho Estadual! [voz enfática] Estar vendo nos municípios, a demanda, a carência de conselho municipal...
350. #3 Aham.
351. #2 Entende? Isso aí é o que está faltando para nós.
352. #3 [começa a fala antes que #2 termine] ~~Inclusive, eu disse para...~~ ontem, eu fui a Forquilha e Siderópolis. Aí, o pessoal começou a se queixar e tal. Daí, eu falei: tem conselho do idoso aqui. "Ah, não, senhor." Então, vocês têm que, segunda feira, vocês já comecem a trabalhar para fazer o conselho do idoso, aqui em Siderópolis. Então, assim, olha: nós temos hoje... eu até vou levar para a presidente... que agora, eu vou começar a trabalhar. Porque antes, eu...
353. #1 [fala junto com #3] Sim...
354. #3 ...estava vendo como que funciona, como que é... ~~eu não sou muito de...~~ eu sou muito prático nas coisas. ~~Eu não gosto muito de...~~ Se é para fazer, vamos fazer! [voz enfática]
355. #1 Sim, entendo...
356. #3 E daí, o que acontece? Nós temos o nosso jornal da Federação, que vai para os municípios. Então, temos a nossa jornalista, entende? Então, eu gostaria que a presidente, a nossa presidente a... [pausa]

357. #2 A [nome]...
358. #3 A [nome]... Que a cada edição nossa, ela falasse alguma coisa sobre o idoso, a importância do conselho no município...
359. #1 Sim... Sim...
360. #3 Porque começa a girar o jornal.
361. #1 Lógico.
362. #3 E o jornal... quando não chega o jornal, eles ligam. E o nosso jornal é de dois em dois meses. Agora, vamos tentar fazer ele, todo mês. Mas justamente para isso. Tanto a associação, quando o conselho, tenham um... [pausa]
363. #1 Além do acesso eletrônico também, né?
364. #3 Não... tem o nosso site. Se ela quiser mandar também uma notícia para o nosso site, está ali. E vai [incompreensível] naturalmente, né?
365. #2 [interrompe #3] Eu acho que isso aí, é uma forma de estar divulgando...
366. #1 e #3 [conversam algo paralelamente a #2, incompreensível]
367. #2 ...a necessidade do [incompreensível]...
368. #3 [interrompe #2] Exato!
369. #2 ...o direito do idoso! 0:27:30
370. #1 É.
371. #3 Porque nós queremos isso. Que o Conselho em [nome da cidade], que o Conselho em Florianópolis, funcionem. Que não seja só de... Por exemplo, o Estatuto do Idoso tem que ser... [pausa]
372. #1 [ajuda #2] Divulgado, né? [incompreensível]...
373. #3 [interrompe #1] Divulgado! E não pode ser mudado como eles estão tentando mudar agora pra a Copa do Mundo. [voz de indignação]
374. #1 Aham. Exato.
375. #2 Sim! [aumento no tom de voz, concordando com #3]
376. #3 É uma coisa que nós conquistamos! [voz de indignação]
377. #1 Sim! Não!
378. #3 Os [incompreensível] por cento [incompreensível]...

379. #2 **[interrompe #3]** Isso foi feito **[incompreensível]**, lá em Brasília.
380. #3 Foi feito e vai ser votado agora, gente! **[voz de indignação]**
381. #1 Lógico! Aí, pronto! **[voz de indignação]** **[incompreensível]** os instrumentos, nós infelizmente...
382. #3 **[interrompe #2]** E nós não nos mobilizamos no Brasil inteiro! **[voz de indignação]** Para derrubar!
383. #1 É aquilo que eu disse...
384. #2 **[interrompe #1]** Mas foi feito isso na Conferência...
385. #3 **[interrompe #2]** Eu sei! Mas não adianta! **[voz de indignação]**
386. #2 Mas o que adianta uma conferência que quem convoca é a presidente do Conselho Nacional e quem assume é a Ministra...? **[voz de indignação]**
387. #1 Mas, olha aqui, Sr. ... **[pausa]**
388. #3 É **[nome]**...
389. #1 ...**[nome]**.
390. #3 É **[nome]**... **Eu estou falando o seguinte para vocês: nós temos experiência nisso. Se nós não nos mobilizarmos...**
391. #1 **[interrompe #3]** Mas é lógico! **[aumento do tom de voz]**
392. #3 **Fazer pressão, tudo vai passar no Congresso, lá.**
393. #2 Claro! **[aumento do tom de voz]**
394. #1 Com certeza.
395. #3 **Então, não adianta a gente ficar anos lutando por um Estatuto...**
396. #1 **[fala junto com #3]** É...
397. #2 **[interrompe #3]** Não! E outra coisa...
398. #3 **E agora, simplesmente...**
399. #2 E outra coisa: o pai...
400. #1 **[interrompe #2]** **[incompreensível]**
401. #2 **O pai do Estatuto estava lá na mesa, representando os idosos.**
402. #1 Pois é... pois é... **[voz de decepção]**
403. #3 O **[nome]**, né?
404. #2 Representando os idosos...
405. #1 **[interrompe #2]** Para que melhor do que ele?

406. #2 Ele fez o Estatuto do Idoso... está aí, uma coisa que já vem tramitando. Até tem pessoas nossa aqui, de Florianópolis – o seu [nome], né? – dizem que foi um que contribui para elaboração do [incompreensível], tá?
407. #1 [interrompe #2] Exatamente... muito antigo.
408. #2 Então... mas quem foi o pai da criança? Foi o [nome]. Por quê? Porque é uma cambada de frouxo que não leva à frente aquilo que tem que levar. Assim, somos nós aqui. Se nós não nos mobilizarmos, os ônibus...
409. #1 [fala com #2] Sim...
410. #2 As empresas de ônibus, agora...
411. #3 [interrompe #2] Eu estava na reunião com o pessoal que estava lá, nos ônibus.
412. #2 Lá na...? [pausa]
413. #3 Na Câmara
414. #2 Na Câmara?
415. #3 Estava! [afirmação com alteração do tom de voz]
416. #2 Pois é. E depois disso, o senhor precisa ver o que está surgindo de denúncia. E denúncia cabeluda! [aumento da voz] De prenderem a idosa dentro do ônibus no ponto final... olha só aonde a gente está se metendo!
417. #1 [interrompe #2] Meu Deus! Mas para quê?
418. #2 #1! [aumento da voz] A mulher perdeu o cartão do idoso, o passe rápido.
419. #1 Sei...
420. #2 E ela sentou na primeira bancada...
421. #1 Tá.
422. #2 Quando chegou no terminal... no... [pausa]
423. #1 Para sair...
424. #2 Na saída, era a última pessoa, porque iria sair no ponto final, ela ficou na frente. Aí, o cobrado [disse]: “senhora, o seu cartão”. Daí, ela revirou a bolsa e viu que não estava dentro da bolsa. E tu olhava para ela, a mulher tinha sessenta e sete anos. Tu via que já era uma pessoa de idade! [voz de indignação]
425. #1 Tá... e carteira de identidade?

426. #2 **Ela estava com documentos.** Mas não tem...
427. #1 **[interrompe #2]** Mas não tem! Lógico que [não]! **[voz de indignação]** Eu estou dizendo que não! Aí, tem que legislar a questão.
428. #2 **[começa a falar antes que #1 acabe]** Tem, tem! **Mas sabe o que o motorista fez? Trancou as duas portas do ônibus...**
429. #1 **[fala junto com #2]** Sim, eles trancam.
430. #2 **E não deixou a idosa saltar, chamando a idosa de vigarista, dizendo que queria burlar a lei... olha só! [voz de indignação]**
431. #1 Aí, não dá! **[voz de indignação]**
432. #2 **Depois de quinze minutos, ela abrindo a bolsa para procurar tudo, ela encontrou uma nota de dez reais, pagou a passagem e saiu.**
433. #1 Barbaridade.
434. #3 **Eu viajo... eu ando de ônibus todos os dias. Eu não venho de carro.**
435. #2 **[interrompe #3]** Olha...
436. #3 **Você vê cada coisa, assim, que... Até teve uma que eu discuti. Discuti, não... mas eu não aguntei, sabe? Eu pago o meu passe, eu tenho sessenta e dois anos. ~~Daí, quando é quarta feira...~~ Um dia, a senhora pegue o ônibus, na quarta feira, aí pelas cinco horas... quatro e meia, cinco horas... e vai. O próprio cobrador já diz “hoje é dia”, né? Porque tem gente que vai daqui para a missa lá em Santa Antônio, na igreja. **Meu Deus!** Aquilo enche! **[aumento na voz]** E encheu. Eu estava sentado assim, aí, uma senhora sentou na minha frente. E disse: “hoje, vem a velhara!” E eu quieto. Daí, uma senhora disse: “ah, eu vou pagar a minha hoje” e entrou. A outra também pagou e entrou. Para sentar atrás. E ela começou: “porque não sei o que... e porque isso... e porque aquilo!” Aí, eu disse: “quantos anos a senhora tem?”. Ela me olhou assim: “ué? Por que você quer saber a minha idade?”. “Porque aquelas pessoas lá, pelo o que eu vejo, têm acima de sessenta e cinco, setenta, oitenta. Não conseguem, às vezes, entrar no ônibus...” Daí, ela assim: “sim, mas o senhor é o que?”. Eu disse: “eu não sou nada”.**

437. #1 Sei...
438. #3 “Eu só estou andando aqui... Só que eu não posso ver falar assim, porque eu já tenho sessenta e dois”, eu disse. “Daqui uns tempos, eu vou ter setenta e como é que vão me tratar para eu entrar no ônibus? E a senhora, daqui a um tempo, também vai estar com sessenta e cinco, com a carteirinha lá na frente.”
439. #2 Aham... É.
440. #3 Essa mulher, ela começou **[incompreensível]**. **[vai diminuindo a voz]**
441. #2 **[interrompe #3]** Mas sabe que não faz mal, Sr. #3?
442. #3 Não. Mas eu fiquei assim porque, eu estava com o apoio de todo mundo, né, ali? Então, chega. Porque assim, olha, se você trata mal a pessoa que está ali entrando no ônibus... ~~como~~ a gente mandou... fez um projeto para abrir as catracas. E olha, vou dizer para vocês: a empresa aí, a Estrela, a outra de Biguaçu, nós fomos falar com eles. Isso para mim não tem problema. Abrir as catracas. Desde que, anotem, né?
443. #1 **[acompanha #1]** Lógico.
444. #3 Para saber quantos pessoas entraram.
445. #2 **[interrompe #3]** Não... não...
446. #3 Não! Mas a gente está certo! **[aumento no tom de voz]**
447. #1 Mas é lógico que sim!
448. #2 Não, gente, não!
449. #3 Mas se o Estatuto diz que é quatro, ele não pode abrir...
450. #2 Justamente! Então, não pode abrir! **[aumento na voz]**
451. #3 Eu tenho que ter uma justificativa para a pessoa entrar lá atrás.
452. #1 **[fala junto com #3]** Justamente.
453. #3 Porque às vezes, o ônibus está vazio...
454. #2 **[interrompe #3]** Mas daí, tem passe rápido para isso.
455. #3 ...lá está cheio.
456. #2 Para isso, eles têm que estar implantando em todos os ônibus aquele...
457. #1 **[interrompe #2]** Para isso tem que ter uma ação conjunta.
458. #3 Isso aí, é uma ação conjunta que eles aceitam. Para eles não tem problema.

459. #2 Mas é isso que tem que ser feito.
460. #3 **Para eles, não tem problema. Eles falaram...**
461. #2 **[interrompe #3]** A nossa luta aqui...
462. #3 **...“se o Ministério Público disser sim, nós vamos fazer, senão nós não vamos.”**
463. #2 **Não fazem, Sr. #3, não fazem! [voz de desânimo]**
464. #3 **Agora, esse rapaz aí, da empresa que nós fomos lá, é uma pessoa, pelo que se sente assim... [pausa]**
465. #2 **[ajuda #3]** Sensível.
466. #3 **Ele é uma pessoa sensível. Que ele sente o problema. Inclusive, ele disse para mim: “seria até melhor para os meus cobradores ter [o passe rápido]” 0:33:38**
467. #1 Aham.
468. #3 **Porque é o cobrador que fica ali, né? [incompreensível] não tem lugar mais lá atrás, paciência. Mas entraram, entende? Então, eu acho que essas coisas aí, que nós poderíamos voltar atrás. O governador vetou, né? Vetou porque ele queria saber mais... [pausa].**
469. #1 **[ajuda #3]** Detalhes.
470. #3 Porque era para se tornar uma lei estadual...
471. #2 O que?
472. #3 **É uma lei estadual, que ia ser feita.**
473. #2 Mas não... uma lei estadual, ela não pode sobrepor a lei federal.
474. #3 Não, mas... ele pode regulamentar uma.
475. #2 Regulamentar.
476. #1 Lógico.
477. #2 **Mas o que ele pode fazer? O que foi feito no município. A partir de sessenta e cinco anos, você pode tirar o...**
478. #3 **[interrompe #2]** A carteirinha vermelha.
479. #2 **...o cartão vermelho.**
480. #3 Claro! **[aumento da voz]**
481. #2 **Passa para dentro do ônibus, não tem problema nenhum.**
482. #1 Lógico.
483. #3 Mas se olhar o Estatuto, ele não é mais sessenta e cinco, né?

484. #2 **É sessenta e cinco.**
485. #3 Setenta anos.
486. #2 **Não! Setenta anos!** **[aumento da voz]** Mas na lei municipal...
487. #3 **[interrompe #2]** Só que até agora não conseguiram... Mas nós temos que regulamentar a lei municipal para sessenta! **[aumenta a voz]**
488. #2 **[interrompe #3]** Olha aqui...
489. #3 **[interrompe #2]** Não sessenta e cinco!
490. #2 Sim! Sim! Mas o que acontece? **Com a reunião com os empresários, o que eles disseram... “o país está envelhecendo. Se nós deixarmos a partir de setenta anos, nós não vamos mais...”. E eles visam é o lucro.**
491. #1 **[acompanha #2]** É. É lógico. Natural...
492. #2 Então, **[incompreensível]** setenta anos...
493. #1 Quem é que vai pagar isso aí?
494. #2 ...então, tem uma lei municipal, que já antes do Estatuto do Idoso, já tinha essa lei.
495. #3 **A lei 15.182, ela é intermunicipal. Se vocês pegarem lá. Ela é intermunicipal. Essa lei foi feita pelo César Souza e estava parada, engavetada lá [há] muitos anos. Daí, no Rio Grande do Sul, é quarenta por cento da passagem intermunicipal que [os idosos] pagam. Todos os idosos. Quarenta por cento. Daí, nós fizemos um projeto. Nós não sabíamos desse projeto do César Souza. Nós fizemos um, juntamente com um deputado ali, que assim: na reunião nós [fizemos o pedido] dos quarenta. O que vem, vem. Vem [incompreensível].**
496. #1 Claro.
497. #3 **Então, é o senhor mesmo. Está aqui. Abaixo assinados todos... presidente... O senhor encaminha. Ele encaminhou. Daí veio que já tinha tramitando na Casa uma lei tal tal tal, do César Souza Jr., e que iriam [juntar] esse projeto, do outro deputado, no dele. Aceitam? [Tudo bem], não tem outra saída, né? Foi passando, passando, passando. Aí, eu peguei na época das eleições e disse: vem cá, aquele projeto nosso assim, assim, assado? O cara me puxou e disse assim: está parado na comissão tal. Daí, eu fui na**

- comissão. Daí, o cara disse: “não, mas é que isso aqui, tatatá, [incompreensível]”. Daí, uma pessoa me chamou de canto e disse: “eu estava ouvindo você falar lá embaixo [incompreensível]” O cara disse...
498. #1 Sei.
499. #3 ...“Olha, vou te dar uma idéia. Passou pela comissão”, ele disse. “Essa que você estava lá, já passou. Só que assim: já passou o prazo regimental do presidente colocar em votação”.
500. #1 [fala junto com #3] Pois é...
501. #3 ...“Ele tem quatro votações. Portando, o senhor faça um ofício da Federação assim, assim, assim, para o presidente, pedindo para ele... como passou o prazo de ele colocar em votação, ele vai ter que colocar em votação.” Eu digo: “isso é sério? É sério? Mas como é que eu...?” Daí, ele pegou me redigiu...
502. #1 [fala junto com #3] Olha só...
503. #3 ...ele me redigiu o ofício! [afirma com força na voz] Está lá o ofício guardadinho, aquele lá! Nós levamos para o [presidente]. E deu um rolo!
504. #1 [assobia]
505. #3 Mas ele colocou em votação. E quem sancionou foi o Jorginho Melo. Que na época [incompreensível]. ~~Então, hoje, o idoso... a lei 15.182...~~ Por isso que a Kátia, nessas entrevistas que ela der para nós, a gente traz a lei. Porque tem muita gente que não sabe.
506. #1 Mas é lógico!
507. #3 E nós temos que divulgar isso aqui para ela, entende? Hoje, existe essa lei aqui. ~~E a pessoa vai...~~ Por exemplo, o nosso pessoal vem para as nossas reuniões, eles já sabem que a reunião vai ser dia tal, ele vai lá... [pausa]
508. #1 [ajuda #3] E já reserva.
509. #3 Já reserva a passagem. Por exemplo, eles vieram até aqui, pegaram daqui à Santo Amaro, tudo de graça.
510. #2 Oh, #1, eu estava vendo isso aqui. Essa nossa reunião não pode ser feita, sabia?
511. #1 Não tem quorum.
512. #2 Não tem quórum.

513. #1 Bom. O [nome], está doente.
514. #2 Tá.
515. #1 Então...
516. #2 A [nome], essa nunca vem. A [nome] não veio, [nome] não veio, [nome] não veio, a [nome] não veio, o Sr. #3 não... [pausa]
517. #3 [ajuda #1] Não era para estar.
518. #2 Está aqui, mas não é da comissão. [0:38:24]
519. #3 Exato.
520. #1 Só nós dois, né?
521. #2 Daí, não [incompreensível] aqui, olha.
522. #1 [começa a falar antes que #2 termine] Agora, aqui, tem o seguinte, o [nome] já tem uma explicação, porque ele dá aula de manhã e não pode...
523. #2 [interrompe #1] Não, não, eu sei!
524. #1 Então, menos dois. Não é? Então, nós somos 1...2...3...4...5...6...7...8... somos 9.
525. #2 Nove! [aumento de voz] Nós não podemos nem mexer nessa resolução.
526. #1 É.
527. #2 Paciência.
528. #1 Pois é. Mas eu ainda acho que a gente aqui, uma presença de peso, vamos dizer assim, que nós podemos dar a nossa sugestão, e a comissão aí...
529. #2 [interrompe #1] Ah, eu acho que a gente pode grifar e dizer que nós nos reunimos...
530. #1 [interrompe #2] E decidimos isso aí. A nossa sugestão é isso aí.
531. #2 É. Mas nós não podemos digamos assim, bater o...
532. #1 [interrompe #2] Não, não. Exatamente. Não tem. Nem podemos entregar nada. Nós ainda estamos discutindo isso aqui. Eu creio que seja importante a gente terminar, pelo menos, né?
533. #2 Sim, claro! [aumento de voz]
534. #1 Então, olha. No artigo terceiro, “os procedimentos e etapas da inscrição de programas de atendimento serão o que se segue...”. A não governamental... é isso aqui. Que já é exigido, né?

535. #2 Ah, mas aqui, olha aqui: “demonstrativo...”. Isso aqui não é para ILPI?
536. #1 **É para ILPI.**
537. #2 Então, tá. “Demonstrativo orçamentário e financeiro, sendo que, no caso específico de grupos de convivência...”. O que está fazendo grupos de convivência no meio da...? [pausa]
538. #1 **Não sei. Não cabe aqui. Isso aí está demais. Tem que sair.**
539. #2 Isso aqui não tem.
540. #1 Sai. [pausa] Porque o grupo de convivência nem precisa, né?
541. #2 **[faz som negativo]**
542. #1 **Não tem nada a ver.**
543. #2 Ele tem que estar inscrito no conselho. **0:40:30**
544. #1 No municipal?
545. #2 **No municipal.** Mas com todo o...
546. #1 **[interrompe #2, fala algo incompreensível]**
547. #2 Mas não passa nem por isso aqui.
548. #1 Tá. Mas e se não tem lá no município, o conselho municipal? Porque a idéia é essa, né? Aí, o Conselho Estadual como é que vai agir? Para um grupo de convivência, qual é a exigência de documentos?
549. #2 **É a mesma, né? Só que não... Quem é que vai exigir por uma coisa que não existe? Como é que um grupo vai ter documentos...? Só se for uma pessoa muito conceituada...**
550. #3 **[ajuda #2]** Ele não existe.
551. #2 **...para apresentar para quem?**
552. #1 **A idéia é que o Conselho Estadual faça o trabalho...**
553. #2 **[interrompe #1]** Claro! Lógico! **[aumento da voz]**
554. #1 **...do conselho municipal.**
555. #2 **Claro. Porque na falta do conselho municipal, quem assume é o Conselho Estadual.**
556. #1 **Então, ele também está incluído aqui nessa relação de documentação legal da entidade.**
557. #2 **[interrompe #1]** Mas, assim olha: eu ainda acho que ele tem que estar em outro... [pausa]
558. #1 **[ajuda #2]** ...parte, né? Tá.

559. #2 Em outro artigo.
560. #1 “Na junta comercial”. Isso aí, é óbvio. “Não governamental... assistência social... **[aumento da voz]** deverá apresentar a instituição no Conselho Municipal de Assistência Social”.
561. #2 Como é que é?
562. #1 **“A entidade não governamental, que é considerada de assistência social, deverá apresentar a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social, aonde tem sua sede...”**
563. #2 **[interrompe #1]** Ah, tá! Mas atenção! “A entidade não governamental, que é considerada de assistência...”. Sim! Ela tem que apresentar a inscrição no Conselho Municipal de Assistência **E [intensifica a voz]** no Conselho Municipal do Idoso. Aqui, olha... **[vai escrevendo, completando a redação do documento]** “e no Conselho...”
564. #1 **[interrompe #2]** Tá. Mas daí já depreende...
565. #3 **[interrompe #1]** E se não tiver conselho do idoso?
566. #2 **No CEI.**
567. #1 **No CEI, [pausa]** “Outras [incompreensível] definidas no inciso...”. Aí, tá. A governamental. “Ofício com requerimento do programa formulado [incompreensível]; relatório de atividades...”. Ok. “Demonstrativo orçamentário e financeiro, sendo que no caso específico de grupos de convivência...”, lá vem de novo! “Prestação de contas”. Nem tem nada, né? No caso daquela menina, é...
568. #2 **[interrompe #1]** **Não tem nada a ver! Gente, são coisas específicas!**
569. #1 É.
570. #2 Não. **São coisas separadas. Não tem nada a ver.**
571. #1 “Documentação legal da entidade da sociedade civil: CNPJ...”. Isso aqui é óbvio.
572. #2 Espera aí. “Documentação legal: ato de nomeação do gestor ou do responsável pelo programa governamental”. Ah, sim! Tá!
573. #1 É, né?
574. #2 Tá. **0:43:33**

575. #1 “Regulamentação do Programa”... “Entidades de longa permanência, além do disposto no inciso anterior, devem apresentar: [incompreensível]”. Isso aqui, nós já tínhamos visto.
576. #2 “Regime de funcionamento, controle de saída e entrada...”. No próprio regime de funcionamento pode ser incluído isso aqui.
577. #1 É.
578. #2 **Acho que o que abunda não...** [pausa]
579. #1 **[interrompe #2]** É que a RDC 283, ela já prevê isso.
580. #2 É. [pausa] “Atendimento multi...” Isso aqui é o que, hein? “Constituição do conselho diretor...”
581. #2 Espera aí, olha. “Atendimento multidisciplinar de no mínimo, seis horas semanais para cada profissional: médico, enfermeiro...”
582. #1 **[interrompe #2]** É, isso aí... ok.
583. #2 “Constituição do conselho diretor geral da entidade”. Certo.
584. #1 “Serviço e manutenção do prédio, assistência diária, em regime de plantão”. Não sei.
585. #2 “Serviço de manutenção do prédio”... [pausa]
586. #1 ...e de assistência diária...
587. #2 **[interrompe #1]** Vem cá... O que tem a ver... **desculpa!**
588. #1 Não! **Tem que ter alguém lá, que se quebrar uma lâmpada tem que ir lá trocar a lâmpada.**
589. #2 É óbvio. Mas olha aqui. “Serviço e manutenção do prédio e de assistência diária ao idoso, em regime de plantão”.
590. #1 **Meu Deus do céu!**
591. #2 Olha! Esse daqui eu vou colocar um ponto de pergunta, porque não...
592. #1 **[interrompe #2]** É. Esse daqui não tem nada a ver.
593. #1 “Serviço de assistência diária em regime de plantão”. Aí, tudo bem.
594. #2 Ah, sim. Olha aqui: “serviço especializado...”, é obrigado a ter corpo.
595. #1 Sim.
596. #2 Pode não ter assistência social...
597. #1 **[interrompe #2]** É que aqui está repetindo.

598. #2 Olha aqui: “serviço especializado para atendimento diário e continuado ao idoso, preferencialmente de assistência social e enfermagem”.
599. #1 Enfermagem... enfermagem tem que ter.
600. #3 Enfermagem tem que ter.
601. #2 É obrigado! **[aumento da voz]** Esse aí, não tem nem...
[pausa]
602. #1 Então, tá. “As unidades centro dias de atendimento especializado, referência de convivência, além do disposto, devem apresentar...”. Todo mundo tem que apresentar projeto, laudo do corpo de Bombeiros...
603. #2 **[incompreensível]!** **Se eles não podem abrir sem isso...**
604. #1 É. Então, esse quatro aqui, emenda no de cima, sabe?
605. #3 Aham.
606. #1 Tudo o que está aqui são exigências, olha. Tira esse quatro daqui e junta lá.
607. #2 Aham. **0:46:06**
608. #1 **[lê o documento, incompreensível]** Aqui repetiu...
609. #3 É o mesmo que o... **[pausa]**
610. #1 Tira o G.
611. #2 É o mesmo aqui. Tirar o G não, tirar o... é o G?
612. #1 **É o G**, olha. **O G é igual ao J lá.**
613. #2 “Serviço especializado para atendimento diário”. E o G?
614. #1 **“Serviço especializado para prestar atendimento continuado”...**
615. #2 **[interrompe #1]** Ah, tá, tá...
616. #1 “As organizações comunitárias e grupos de convivência, além do disposto, devem apresentar instalações físicas para reuniões e...”. **Meu Deus do céu!** É tudo lá de cima, isso aqui. Que troço esquisito isso aqui.
617. #2 É. **Mas aqui, olha. Quando fala: “as organizações comunitária e os grupos de convivência”, eu discordo que sejam no mesmo formulário.**
618. #1 Hum... tá.
619. #2 Entende? **Grupo de Convivência é uma coisa, ILPI é outra.**
620. #1 Certo.

621. #2 Então, a modalidade de inscrição é totalmente diferente. As exigências são totalmente diferentes de um grupo de idosos para uma ILPI.
622. #1 [interrompe #2] Pois então. Isso é o que você precisa trazer para incluir aqui, então. Eu vou anotar aqui. Você vai incluir essa [incompreensível], lá no conselho municipal.
623. #2 Totalmente diferente! [aumento da voz]
624. #1 Então, tá.
625. #2 Vou colocar uma observação aqui, olha. Observação: os grupos têm que inscrever-se de acordo com a sua categoria. Eu já mandei tudo isso aqui para a [nome].
626. #1 [assobia] O seis aqui, olha: “o Conselho Estadual do Idoso por meio da Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas deverá fazer visitas institucionais à entidade responsável pelo programa para avaliação dos serviços prestados”... [pausa]
627. #2 Aonde que está?
628. #1 Aqui, no sexto. O Conselho do Idoso, eu concordo.
629. #2 Tá. “o Conselho Estadual do Idoso por meio da Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas deverá fazer visitas institucionais à entidade responsável pelo programa para avaliação dos serviços prestados e condições das instalações.”
630. #1 Tá.
631. #2 No conselho municipal...
632. #1 [interrompe #2] Fazendo o papel do conselho [incompreensível].
633. #2 Do conselho. No conselho municipal não é a comissão de normas. [São] Os conselheiros. É tanto que eles passam por uma capacitação. E eu aqui, acho que não deve ser por meio da comissão, eu acho que...
634. #3 [interrompe #2] São os conselheiros.
635. #2 São os conselheiros capacitados.
636. #1 Certo. [pausa] É que eles depreendem que quem faz parte da comissão, entende do assunto.
637. #2 [interrompe #1] Não, não é assim.

638. #1 Até pode ser né? Mas não fica escrito.
639. #2 Claro [**fala junto com #1**].
640. #1 Ok. “Caberá à Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas...”
641. #2 [**interrompe #1**] Tá. Isso aí, tá.
642. #1 ...a análise, [**incompreensível**] de documentação, emissão”...
Está certo...
643. #2 [**interrompe #1**] Tá. Aí, está certo.
644. #1 “Recomendação quanto ao deferimento, apreciação e deliberação, a comissão de inscrição poderá requerer durante a tramitação, documentos e informações de outros conselhos”...
645. #2 [**interrompe #1**] Espera aí, espera aí! [**pausa**] “A comissão de inscrição poderá requerer durante a tramitação, documentos e informações de outros conselhos bem como órgãos [**incompreensível**] do governo, com o fim de melhorar [**incompreensível**] do processo”. [**aumento da voz**]
646. #1 [**assobia**] Isso aí...
647. #2 Espera aí. “A comissão de inscrição poderá requerer durante a tramitação, documentos e informações de outros conselhos”...
Quais outros conselhos?
648. #1 Pois é.
649. #2 **Os nossos são o conselho de assistência...**
650. #3 **É, eu acho que ele está se referindo a isso.**
651. #1 **Mas é só o de assistência. Não tem outro.**
652. #2 **Só o de assistência. Não tem outro conselho!** [**aumenta a voz**]
653. #1 **O da criança e do adolescente não cabe...**
654. #2 **Não cabe.** Só se for...
655. #3 [**interrompe #2**] “A outro conselho”...
656. #2 Não. Assim, olha, porque...
657. #3 [**interrompe #2, fala incompreensível**]
658. #2 **O conselho da saúde, o que ele faz? Nada. Em relação à ILPI.**
659. #1 **Não. Apesar de que...**
660. #2 [**interrompe #1**] Também tem a...
661. #1 **Ele vai como grupo de políticas.**
662. #2 **É.** Não! Mas daí, vai a fiscalização...

663. #1 [interrompe #2] Poder público. Ele acompanha...
664. #2 [interrompe #1] Vai a Vigilância.
665. #1 A Vigilância, né? É porque o certo é ir o Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal de Assistência Social...
666. #2 [interrompe #1] O Conselho Municipal, Conselho de Assistência, a ANVISA lá... [pausa]
667. #1 [ajuda #2] A ANVISA... Vigilância Sanitária.
668. #2 O corpo de Bombeiros...
669. #1 [fala junto com #2] O corpo de Bombeiros... o CREA...
670. #2 O Conselho de Assistência, se for uma instituição de assistência, o CREA.
671. #1 [interrompe #2] Mas daí, o Conselho de Assistência vai?
0:50:59
672. #2 É. Ou o Conselho de... deveria também, para mim... no nosso vai, Conselho Regional de Enfermagem, Conselho Regional de Fisioterapia...
673. #1 [interrompe #2] É isso que ele está falando... Conselho Regional de Medicina.
674. #2 É. Mas que para mim, não passa de uma perda de tempo.
[aumento da voz]
675. #1 É. Porque não tem o que fazer. Mas tudo bem. Isso aqui...
676. #2 [interrompe #1] Muito o que fazer tem, mas eles não fazem.
677. #1 ...teria que trabalhar melhor. Mas eu creio que...
678. #2 [interrompe #1] Isso aqui é “[precisa] nova redação”.
679. #1 É. Nova redação. [pausa] Oitavo, “Discussão e aprovação em plenária sobre a inscrição do programa, encaminhamento e [incompreensível]”. Ok.
680. #2 Certo.
681. #1 Lógico, “resolução concedendo ou negando a inscrição”.
682. #2 Ok.
683. #1 “Ao indeferimento da inscrição do programa, cabe recurso”.
684. #2 Não. “Ao indeferimento da inscrição do programa, cabe recurso à plenária do CEI”? **[voz de espanto]**
685. #1 [incompreensível] isso aí, né?

686. #2 Não, não. Ao indeferimento da inscrição do programa, não pode **[incompreensível]**.
687. #1 **[interrompe #2]** Senão vira bagunça esse negócio. **Tá louco! [aumento da voz]**
688. #3 Se foi indeferido, é porque deu, né? **[incompreensível]**
689. #2 **[interrompe #3]** Não, não.
690. #1 Daqui a pouco vamos ter um Supremo no...
691. #3 Tá louco!
692. #1 **[incompreensível]** “Parágrafo Único”. O resto e o outro está valendo né?
693. #2 Parágrafo único para mim, não tem **[incompreensível]**.
694. #1 “A Secretaria Estadual de Assistência Social, Trabalho e Habitação, responsável pela execução da política de atendimento ao idoso no Estado de Santa Catarina deverá disponibilizar apoio técnico, estrutural ao Conselho Estadual do Idoso para a efetivação das inscrições dos programas”...
695. #2 Ok.
696. #1 “As entidade não governamentais de atendimento à pessoa idosa abrangidos pela presente resolução terão cento e oitenta dias para proceder a inscrição dos programas”... Isso aqui é legal, né?
697. #2 **Sim.**
698. #1 “O CEI-SC aplicará os dispositivos do Estatuto do Idoso previstos no artigo setenta e cinco, incisos um e dois, parágrafo **[incompreensível]** quanto a não efetivação dos critério”...
699. #2 **[interrompe #1]** Ok.
700. #1 “Caberá ao CEI-SC através da Secretaria Executiva encaminhar aos serviços existentes de longa permanência e que não possuem Conselho Municipal, cópia”...
701. #2 **[interrompe #1]** Espera, espera, espera! “Caberá ao CEI-SC através da Secretaria Executiva encaminhar aos serviços existentes de longa permanência”... **[pausa]**
702. #1 **De longa permanência, é. [Os] que estão irregulares, mas estão funcionando, né? [assobia]** Está cheio por aí que **[incompreensível]**.

703. #2 **[interrompe #1]** Tá. Mas, então, é nova redação, porque olha aqui...
704. #1 **[interrompe #2]** Nova redação. Sem dúvida.
705. #2 ...“através da Secretaria Executiva encaminhar aos serviços existentes de longa permanência e que não possuem Conselho Municipal, cópia da presente resolução, estabelecendo prazo de sessenta dias”... aqui é... como é? Nova redação, né?
706. #1 **É. Nova redação. Porque a [nome], fez aquele levantamento das instituições e está cheio delas também, irregulares, aí. Atendendo por não ter os...**
707. #2 **[interrompe #1]** Nova redação. E essa nova redação nós só podemos fazer quando tiver quorum para... **[pausa]**
708. #1 Exatamente. “Aos municípios em que haja Conselho Municipal serão solicitadas cópias da resolução de inscrição dos mesmos”. Será?
709. #2 Mas aos municípios que haja... tá?
710. #1 **[fala com #2]** É... que haja.
711. #2 Foi aquilo que eu te falei ainda há pouco, tá certo?
712. #1 É.
713. #2 Ok.
714. #1 Bom, então, é isso aí.
715. #2 Só que tem uma coisa, como nós não temos...
716. #3 **[fala algo junto com #2, incompreensível]**
717. #1 **Não, está guardado aqui. Vai ficar conosco, quando tiver quorum...**
718. #2 **[interrompe #1]** É... Eu vou trazer...
719. #1 **...nós vamos apresentar já, as nossas sugestões de três...**
720. #2 **[interrompe #1]** ...aqui. **Porque a inscrição de grupos de convivência é totalmente diferente da ILPI.**
721. #1 Aí, tu traz. Isso aí, é importante.
722. #2 **Por quê? Porque o grupo de convivência, ele não tem vínculo, ele é autônomo. Entende? Muitos não são ligados à ILPI, à igreja, à instituição, a nada. Entende? Qual é o vínculo que eles têm? Eles são obrigatoriamente inscritos em conselhos. Por quê? É uma determinação legal.**

723. #1 Certo.

724. #2 Para ser um grupo legalmente constituído, ele tem que estar inscrito em um conselho municipal.

725. **0:55:04**

ANEXO F – Análise Pós-Debate Comissão 1

Quadro 19 – Análise Pós-Debate Comissão 1

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
32	1									X		
36	1									X		
41	2									X		
44	1	X										
45	2	X										
47	2	X										
51	2									X		
52	1	X										
53	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
56	1	X										
59	3	X										
60	2									X		
67,69	1								X			
68	2									X		
71	1									X		
74	2			X						X		
74	1			X								
74-76	2								X			
75	1				X							

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduiaç.
75	2				X		X					
77	3	X										
81	2	X										
82	3		X						X			
84	2	X										
85	3								X			
86	2								X			
87	3	X										
89	3									X		
89,93,95	3		X						X			
98	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
99	3									X		
100	2									X		
102	2									X		
103	3	X										
104	2	X										
106	2	X										
109	3	X								X		
116	3		X									
117	2									X		
118	3		X							X		
119	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
119,121,123	2								X			
122	3									X		
123	3									X		
124	3									X		
124,126	3		X									
127	2			X						X		
127	3			X								
128	3	X										
129	2	X								X		
130	3									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
131	2									X		
131,133	2	X										
134	3				X					X		
134	2				X		X					
135	2	X										
137	2									X		
137,139	2	X										
140	3										X	
141	2	X								X		
142	3	X								X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
143	2	X										
144	3	X										
145	2	X										
146	3	X										
147	2	X								X		
148	3	X										
150	3	X										
151	2	X										
152,154	3	X										
153	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
155	2									X		
156	3	X	X									
157	2	X								X		
158	3	X										
159	2	X										
160	3									X		
162	3	X										
164	2	X										
165	3									X		
166	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
168	2	X								X		
170, 172	2	X										
173	3									X		
175	2									X		
179	1	X										
181	1	X										
183	1	X										
185	1	X										
187	1	X										
189	1									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduiaç.
190	2									X		
191	1									X		
192,194	2								X			
194	2	X										
196	2	X										
199	1	X										
201	3	X										
202	2	X		X						X		
202	3			X								
203	3									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Faixa Inter.	Defer.	Aduľaç.
203,205	3	X	X									
206	2									X		
208	2	X										
209	1	X		X								
209	2			X								
210	3									X		
212	2									X		
213	1	X										
215	3	X								X		
216	1	X								X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
231,237	2	X							X			
232	3									X		
233	2									X		
234	3									X		
235	2									X		
236	3									X		
240	1									X		
241	2									X		
242	1									X		
243	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguaç. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
294	3		X						X			
295	2									X		
295,297,299, 301,305,315, 317	2	X							X			
316	3								X			
318,320	3		X									
323	2									X		
325	2									X		
332	3									X		
340	2									X		
341	3									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
417	1							X		X		
426	2	X										
427	1									X		
428	2									X		
434,436, 438,440	3		X									
435	2									X		
436	3							X				
441	2									X	X	
442	3	X	X									
442,444	3								X			
445	2			X						X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
445	3			X								
449,451,453,455	3								X			
454	2									X		
454,456	2								X			
456,458	2				X		X					
456,458	3				X		X					
457	1									X		
458	3	X										
460,462	3	X										
461	2									X		
463	2			X		X						
463	3			X		X						
464,466	3		X									
468	3	X							X			

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
472	3	X										
477,479, 481	2								X			
478	3									X		
484	2	X		X								
484	3			X								
485	2				X							
486	3				X		X					
487	3									X		
488	2									X		
489	3									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adiaç.
490	2	X							X			
495,497,499, 501,503,505	3		X									
497	3							X				
505,507	3								X			
507,509	3		X									
522	1	X										
523	2									X		
528-530	1	X										
529	2									X		
530	1									X		
532	1	X								X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
533	2	X										
536	1	X										
538	1	X										
541	2	X										
542	2							X				
545	2	X										
546	1									X		
549,551	2	X							X			
552,554	1	X										
552,554,556	1								X			
557	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
562	1	X										
563	2									X		
564	1									X		
565	3									X		
566	2	X										
567	1	X										
568	2							X				
568,570	2	X										
570	2							X				
578	2							X				

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduaç.
579	1									X		
582	1									X		
587	2									X	X	
588	1	X										
590	1							X				
592	1									X		
597	1									X		
603	2								X			
612	1	X										
614	1	X										
615	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	plurai de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
651,653	1	X										
655	3									X		
657	3									X		
659,661,663	1	X										
660	2									X		
663	1									X		
664	2									X		
666	2									X		
671	1									X		
672	2	X										
673	1	X								X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adiaç.
675,676	1			X		X						
675,676	2			X		X						
676	2									X		
678	2									X		
687	1							X		X		
689	2									X		
691	3							X				
697	2	X										
699	2									X		
701	2									X		

Quadro 19 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
702,706	1	X										
707	2									X		
717,719	1	X										
720,722, 724	2	X							X			

ANEXO G – Relatório Comissão II

1. **13:44h**
2. Chega #1. Não me dá oi. Pergunta se ninguém mais chegou.
3. Chega #2. Dá “boa tarde” para #1 e para mim.
4. Chega #3. Brinca com todos, mas não faz nenhum cumprimento explícito. Traz bolo para o lanche da reunião.
5. #3 ri, mas desiste de falar porque estava rindo quando lembrou-se do gravador.
6. #2 atende o celular.
7. #1 ri.
8. #2 sai para ligar para outro conselheiro. A falta desse conselheiro, que havia confirmado a presença, atrapalha o andamento dos trabalhos porque este possui os documentos que precisam ser estudados.
9. #3 ri.
10. #3 ri.
11. #2 e #3 riem quando #3 usa uma expressão (o que abunda não prejudica).
12. #1 ri.
13. Proposta de alteração da redação do documento para “princípios e diretrizes”. Proposta aceita por todos, sem manifestação verbal. Fazem a correção, escrevendo no documento.
14. #3 usa a expressão “casa da mãe Joana”. #1 ri.
15. #3 ri ao falar “consultar os universitários”.
16. #3 e #1 riem quando dizem que pela verba, todos os municípios providenciaram seus conselhos de assistência social rápido.
17. #2 toma café e come bolo. #2 atende o celular.
18. Parada para o café com bolo. #1, #2 e #3 comem.
19. **15:48h**

FIM DO QUADRO DE ANÁLISE PRESENCIAL

ANEXO H – Análise Presencial Comissão II

Quadro 20 – Análise Presencial Comissão II

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Aperto de Mão	Abraço e beijo		
3	2		X					
3	2		X					
5	3					X		
6	2	X						
7	1					X		
9	3					X		
10	3					X		
11	2					X		
11	3					X		
12	1					X		
14	1					X		
15	3					X		

Quadro 20 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
16	3						X	
16	1						X	
17	2	X				X		
18	1					X		
18	2						X	
18	3						X	
63	2						X	
128	3						X	
153	2						X	
177	2						X	
181	1						X	
183	1						X	

Quadro 20 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
<u>189</u>	3						X		
<u>194</u>	1						X		
<u>214</u>	2						X		
<u>234</u>	3						X		
<u>234</u>	3						X		
<u>289</u>	2						X		
<u>324</u>	2						X		
<u>335</u>	2						X		
<u>347</u>	2						X		
<u>360</u>	2						X		

ANEXO I – Transcrição Comissão II

1. **0:00:29**
2. #2 A pauta está aqui. **[lê o documento]** “Análise e proposição de alteração do projeto de lei que cria o CEI. 2. Revisão da resolução de inscrição de instituições de longa permanência para idoso.” Então, são só essas duas coisas. A Kátia deixou uma sugestão... **[pausa]**
3. #3 Posso rir? Ah! Está gravando, né?
4. #4 *Olha, não se preocupa, tá?*⁹⁴
5. #1 Tá. Essa apreciação...
6. #2 **[interrompe #1] [atende o celular]** O que você ia falar?
Desculpa...
7. #1 **A apreciação da resolução número 1, sobre a inscrição das ILPIs. A gente já tinha feito, não tinha?**
8. #2 **Tinha.**
9. #1 Por que não foi apresentado? Não entendi.
10. #2 **Porque a que foi apresentada foi uma antiga.**
11. #1 Mas essa daqui não foi a que a gente fez?
12. #2 **Não... essa pode ser a que a gente fez! Mas no dia da reunião, não foi essa que foi apresentada. Foi uma que misturava as coisas. ~~Eu acho...~~ desculpa, né? Eu acho, que se atrapalharam na hora e tiraram cópia da que não era.**
13. #3 Eu acho que alguém **[incompreensível]**.
14. #2 **[texto retirado para manter a privacidade do conselheiro]**
15. #1 Tá. Qual é a nossa? Para eu ver se eu tenho a nossa.
16. #2 **É isso que eu estou olhando. Eu não vim nessa última reunião. O [nome] que veio. E o [nome] é que sabe.**

⁹⁴ Diálogo não incluso na análise.

17. #1 Porque para mim, a nova é essa. **[mostra um documento em sua posse]**
18. #2 Exatamente. É isso aqui.
19. #3 **[fala seu nome], [fala a entidade que representa]. É a primeira vez que estou vindo à reunião. Então, eu só tenho acompanhado no que tem sido apresentado.** Daí, realmente, o #2 logo de cara notou que não era a produção da última reunião.
20. #2 **[interrompe #1] Não! Eu já sabia. ~~Porque uma das coisas que~~ No começo houve uma sugestão de se fazer uma resolução para instituições de ILPI, de programas de município, de programa de estado, para tudo...** **0:05:17**
21. #1 **[interrompe #2] É... que no começo era essa, né? [mostra um documento em sua posse]**
22. #2 **É. Que é muito longo, o negócio. E ele vai acabar misturando os negócios todos aí. As ILPIs são urgente.**
23. #1 **É. Aí, a gente resolver fazer uma só para ILPI e as outras em separado.**
24. #3 **E na verdade, nós temos que estabelecer resolução por serviço porque quem trabalha com centro de convivência não tem interesse em ter lá na sua resolução, todo o histórico das orientações, das diretrizes, do [incompreensível], para se trabalhar com uma instituição de longa permanência. Porque, no máximo, o que eles vão fazer é, mais tarde, fazer um encaminhamento para uma instituição de longa permanência.** **0:06:02**
25. #2 **[interrompe #3] Não... e se você quer mudar alguma coisa, é muito mais fácil: é aquela resolução, muda aquela resolução.**
26. #3 **Senão, tem que mexer no todo. Eu achei que procedeu a decisão do conselho.**
27. #1 **Tanto procedeu, que foi votado e aprovado.**
28. #3 **[interrompe #1] E teve a mudança. É...**
29. #2 **Exatamente. Então, como era exatamente essa aqui... Essa aqui não foi. Porque [a que começou a ser discutida em plenária] misturava as coisas... ~~Aí~~ e qual é a nova, então? Eu**

- não sei. Eu não estava na reunião. A reunião foi feita. O [nome]... [pausa]
30. #1 [incompreensível] Eu não sei quem foi que redigiu a nota. Porque da última reunião que a gente teve, a gente tirou algumas coisas e alguém ficou para redigir.
31. #2 Pois é. Foi o [nome]. Ele fez e mandou.
32. #1 A que eu recebi por email foi essa.
33. #2 Pois é... Agora esta aqui... [pausa] Está certo. Eu acho que por aqui... [pausa]
34. #3 Dá licença, #2.
35. #2 Pois não.
36. #3 Não seria importante fazer um telefonema para ele? De repente ele está a caminho... Ou nós pedimos para elas imprimirem ali... pelo menos, a gente toma conhecimento. Vê o que a gente pode sugerir em cima desse trabalho. Não é? Porque ler tudo isso aí, se vocês já trabalharam, já fizeram a modificação...
37. #2 É. Este aqui não é. Porque este aqui, olha: plano de ação obedecendo “não sei o que”, relatório de atividades, orçamento, registro da entidade civil...
38. #1 [interrompe #2] É. Está trocado.
39. #2 Está trocado. 0:07:51
40. #3 Você tem o telefone dele?
41. #2 Eu vou lá pedir para elas... [sai da sala]
42. #1 Aqui, olha. [incompreensível] Em cima dessa a gente trabalhou.
43. #3 E tem as sugestões aqui?
44. #1 É. [pausa] E depois foi passado igual, olha.
45. #3 Mas se foi passado igual, então, não fizeram as reformulações, né?
46. #1 Não... algumas reformulações caíram, olha. [pausa] Tanto que aqui, olha, depois do parágrafo único... Não. Mas ainda não todas... Porque aqui no parágrafo único tinha que conter... Depois do inciso 4, tinha que conter parágrafo único. Porque

- aqui, antigamente, continha todas as modalidades de atendimento, olha.
47. #3 Como hoje, é a primeira vez que eu estou vindo à comissão, para a elaboração dessa resolução... [pausa] Estás desde o início?
48. #1 Não. Eu só vim em uma. Mas eu participei da que estava sendo elaborada.
49. #3 Tem algum histórico.
50. #1 ãh?
51. #3 *Você é de onde mesmo?*
52. #4 *Eu estou fazendo uma pesquisa. Sou socióloga e estou fazendo uma pesquisa aqui no conselho de mestrado em Sociologia Política da UFSC.*
53. #3 *Legal.*
54. #4 #3! *Com a questão do gravador, tu não se preocupa, porque antes de publicar o trabalho, eu vou mandar todas as transcrições para vocês para caso ter alguma coisa que vocês não queiram que apareça, eu vou tirar.*
55. #3 *Não, fica tranquila. Muito pelo contrário. Lembra que eu te convidei para participar da nossa reunião de comunicação?*
56. #4 *Lembro, lembro.*
57. #3 *Não, não. Sou a favor. Quanto mais público, melhor se torna o trabalho. Mais consistente. Por que? Porque tem uma interlocução muito grande entre o fazer daqueles que estão trabalhando ou...*
58. #1 **[interrompe #3]** *Que fazem o trabalho de referência, né?*
59. #3 *...eu digo, de certa forma, militando na área - porque não deixa de ser uma militância de quem defende o direito da pessoa idosa - e outras categorias, com alguém que está na função, na execução. E nós estamos aqui pensando no como, é diferente. Tem uma diferença muito grande. Por isso, é importante visitar as instituições, é importante a pesquisa, exatamente por isso. Para saber como é que estão atuando.*

*Se estão levando em conta toda essa interlocução com a sociedade.*⁹⁵ **0:10:32**

60. #2 Estão tentando, porque está dando ocupado.
61. #3 Ela acredita que essa aqui tem uma diferença... entre a sua e a **[incompreensível]**.
62. #1 Tem. Tem uma diferença.
63. #2 **[interrompe #3]** Claro que tem! **[aumenta a voz]**
64. #3 Só que é uma pena, né? Se ele estivesse aqui para explicar, nós avançaríamos...
65. #2 **[interrompe #3]** Porque ele ficou com a cópia.
66. #1 Olha aqui. **Antes a resolução, que era a Resolução 03/2011, estava assim: ali no parágrafo único, mostrava todas as modalidades de atendimento, Ia da A a I. Aqui nessa resolução nova, a 01/2012, excluiu todas as modalidades. Só que o que a gente tinha visto na reunião anterior, não era excluir todas as modalidades. Só algumas. Olha aqui.**
67. #3 Porque...
68. #1 **[interrompe #3]** Eu fui riscando. **[pausa]** Não é? Manter essas daqui.
69. #3 Quais que se ficaram mantidas no seu entendimento?
70. #1 **A gente iria manter a “orientação, apoio e acompanhamento sócio-familiar”...**
71. #3 Correto. Tem que ter.
72. #1 **“Instituição de Longa Permanência”. Que seria a ILPI, né? E os “centro-dia”. Tudo na mesma resolução. Uma resolução para essas. E as outras, em outra resolução, que seriam as “repúblicas, os centros de convivência, casa lar, programas educativos, sociais, de saúde, esportivos e culturais, de assessoramento e defesa, e outros serviços não especificados anteriormente.”**
73. #3 **É. Mas quando nós votamos, nós votamos que essa resolução seria feita apenas para instituições de longa permanência.**

⁹⁵ Diálogo não incluso na análise.

74. #1 [interrompe #3] Para ILPI.
75. #3 E centro-dia não é instituição de longa permanência.
76. #2 É só ILPI...
77. #1 [interrompe #2] Não, mas ILPI... [pausa] Ah, tá.
78. #2 Entende?
79. #1 Então, [incompreensível] ILPI seria...
80. #3 E esse acompanhamento...
81. #1 [interrompe #3] Por isso que ele riscou, né? Mas então, foi feita outra...
82. #3 [interrompe #1] “Orientação, apoio e acompanhamento sócio-familiar” é uma ação dentro do serviço de atendimento de longa permanência. Por quê? Porque o idoso que está internado, às vezes, ele tem família. Só que essa família não tem condições. Então, precisa que também faça um acompanhamento sócio-familiar desses familiares. Até em função do relacionamento com esse idoso que está na instituição. Tem que ter esse serviço dentro da própria instituição.
83. #1 [interrompe #3] Então, não seria a mesma coisa... **0:13:13**
84. #3 [interrompe #1] Essa é a minha visão, como assistente social. Não é?
85. #1 Tá. Então, vamos supor. Eu como leiga, tá? Tratar duas coisas em alíneas...
86. #3 [interrompe #1] Dois serviços.
87. #1 É... dois serviços em alíneas separadas, mas sendo a mesma coisa. Não estaria sendo a mesma coisa?
88. #3 Não é a mesma coisa. Esse serviço, essa ação aqui de “orientação, apoio e acompanhamento sócio-familiar” procede nos “grupos de convivência, nos centros de convivência, na...”
89. #1 [interrompe #3] Independe de uma instituição [incompreensível], independe de uma casa física.
90. #3 Porque veja bem, você vai trabalhar com orientação, com apoio e acompanhamento sócio familiar desse idoso. É colocar em serviço...
91. #1 [interrompe #3] Na casa do próprio idoso...

92. #3 Não. Pode ser na instituição. Porque pode ser no local onde o idoso é atendido. Em média ou alta complexidade, todos os dois serviços devem ter esse acompanhamento sócio-familiar. Entendes? Porque esse idoso não vai para lá e vai ser esquecido. Não. Ele vai ter uma inter relação... ele vai continuar tendo uma inter relação – e deve ter – profunda com a família. Aí, nós vamos ter os abandonados. E mesmo assim, a gente constrói um relacionamento. Porque o abandono nem sempre é porque quer. É por algumas questões... ou de relacionamento no passado, mas que pode ser perdoado. Porque, às vezes, o pai abandona o filho. Na hora da velhice, o filho abandona o pai. Isso, a Constituição garante, mas na realidade... né?
93. #1 É...
94. #3 A Constituição garante que o pai tem que criar o filho e depois, na velhice, o filho cuida do pai. Mas isso não quer dizer que é uma realidade. Dependendo da educação dessa família, isso muda, né? Então, esse estudo, essa interação, do idoso, instituição, família e comunidade, nós temos que estar bem atentos para que eles se sintam cidadãos respeitados, dignos, mesmo na situação de internação.
95. #2 Voltando aí... Por que querem essa ação? Porque o que tinha de depósito de idoso por aí não está no gibi. Dizer que a Vigilância iria dar conta... [pausa] não dá.
96. #3 Não dá conta porque não é... [pausa]
97. #2 Exatamente.
98. #3 Uma prioridade, né?
99. #1 E eu acho que também não é o papel da Vigilância Sanitária, né?
100. #3 Se a Vigilância Sanitária desse conta de fiscalizar os locais que elaboram alimentos já seria assim... né? Hoje, eu fui em uma padaria que eu ia sempre. Não tive condições de entrar, porque achei que não devia. Então, o que é? O dono envelheceu, não se atualizou, não se preocupou. Com certeza, familiares partiram para outro ramo porque dá trabalho... e

- pela situação que lá estava, a Vigilância não tem fiscalizado. Porque se tivesse fiscalizado, fechava. A mesma coisa aqui.
101. #2 [**interrompe #3**] Isso aí.
102. #3 Nós vamos ter que ter um programa de ação, de atividade ocupacional, de atividade de valorização do idoso na instituição de longa permanência. Né? Então, por isso que é importante a gente definir não só as instalações – o que tem que ter, que profissionais que tem que ter – mas definir também, um mínimo de programação para essa instituição. Nós temos – né, #2? Infelizmente, nós vamos precisar resgatar – aqui, uma construção elaborada pelo Fórum da Região Sul. Nós reelaboramos todos em instrumentais e em serviços. É cada serviço desses que nós criamos – a gente criou todas essas áreas de atendimento ao idoso. Digamos assim, o centro-dia, o centro de convivência, a casa lar... a instituição de longa permanência era a única que existia e que se chamava asilo. Então, agora nós temos... [**pausa**] É uma pena que a gente perdeu isso, né? Porque aqui no Conselho, infelizmente, com as mudanças de secretário e com as vindas de pessoas estranhas ao conselho, não conhecia, não valorizando esse trabalho, não sei que rumo tomou.
103. #2 É teve um tal de [**apelido**] que pegou toda a documentação e pôs no lixo. Ou venderam como papel...
104. #3 Então, nós estamos construindo aquilo que nós já construimos. Nós estamos reconstruindo aquilo que nós já construimos, né? Mas isso é história. A história é assim: ela é movimento. Poderemos agora dar um passo bem superior, né? Porque temos lei para garantir isso. Antes, nós não tínhamos. Então, é muito importante que a gente saia com uma produção a melhor possível. Mas é importante que nós... [**pausa**] Olha... Sinceramente, eu vim com uma idéia. Mas eu queria conversar primeiro contigo. [**fala para #2**] A idéia é o seguinte: nós temos as associações e instituições de longa permanência. No encontro nacional, lá apareceram associações maravilhosas que nós temos aqui. E se nós

produzíssemos um seminário aqui, para discutir antes de aprovar isso. Porque essa resolução tem força de lei. No momento que ela entrar em vigor, ela tem força de lei. Por que? Porque o Conselho é instituído por lei e respeita a Constituição: artigo 204 da Constituição.

105. #2 [**interrompe #3**] [**incompreensível**] ordinária, nós podemos até fazer uma nova. Nós temos poder de lei. Só isso.
106. #3 Então, assim, vai depender aqui da nossa agilidade de não perder tempo, de investir...
107. #2 [**interrompe #3**] É. Era isso que eu estava voltando a falar. Na verdade, tem gente que está querendo inscrever porque não tem conselho no município... já vai estar fazendo [**incompreensível**]. E a gente não faz essa resolução. Não faz... A sorte que no Brasil... [**faz um sinal com as mão indicando não tem problema**]
108. #3 E nós podemos - né, #2? – apenas com uma folha fazer essa resolução. E depois fazer as melhorias que forem importantes.
109. #2 [**interrompe #3**] Esta é a minha idéia.
110. #3 Não podemos ficar discutindo... muita discussão...
111. #2 **Aí, o cara fica na clandestinidade. O Brasil é o país da clandestinidade mesmo. Então, ficam lá. Atendendo o idoso do jeito que eles acham, que eles querem. O que mudou um pouco isso foi que o Ministério Público começou a entrar em alguns lugares... 0:20:23**
112. #1 [**interrompe #2**] Fiscalizar...
113. #2 **Ele começou a chamar a gente e começou a exigir. Aí, o pessoal teve que se mexer. Com essa movimentação, criou um negócio que o pessoal chama, inclusive pelos próprios promotores e tudo, de ILPI itinerante. Sabe o que é isso?**
114. #1 **Não.**
115. #2 **Uma ILPI que é só para pegar dinheiro, para não sei o que, o idoso fica jogado lá. Aí, o Ministério Público vai lá em cima, autua e tal. Ela se muda para outro município, que não é da comarca. Eles sabem direitinho que é de outro promotor. Aí, começa tudo de novo. Então, eles chamam de itinerante. Sai**

- daqui, vai pra cá. O outro começa a encher o saco, ele muda para o outro lado e leva aqueles idosos, que geralmente é gente que não tem aonde morar mesmo, né? Mas ele com dez idosos, ele vai na prefeitura, arruma rancho, arruma dinheiro, arruma não sei o que. Teve um aqui, acho que foi em Palhoça, que ele dizia: “eu tenho oito idosos aqui, mas tem mais três da minha família. Aonde com oito, come mais três.”
116. #3 Por outro lado, nós também temos o excesso de ocupação do Ministério Público que deixa de lado o monitoramento. E o deixar de lado – estou colocando isso porque está sendo registrado, então eu já sei que está sendo registrado, está sendo gravado. Porque eu gosto de dizer, se for preciso a gente faz um debate com o Ministério Público... Mas o Ministério Público também, ele faz a fiscalização. Com o excesso de funções e pouco pessoal para trabalhar, como no Conselho Estadual do Idoso, ele não monitora o Termo de Ajuste de Conduta que ele fez com a instituição. Se ele não monitora, perde a credibilidade diante da instituição e a instituição não faz as mudanças que tem que fazer.
117. #1 Com certeza.
118. #3 Então, isso está faltando o que? Está faltando um Termo de Ajuste onde o CEI, o Ministério Público, a Vigilância Sanitária, o Corpo de Bombeiros, o Conselho Regional de Serviço Social, Conselho de Arquitetura e Engenharia, tá? É que aí, fique estabelecido um plano de ação para o monitoramento da...
119. #1 **[interrompe #3]** Para que qualquer um dessas instituições, desses órgãos possa fiscalizar...
120. #3 ...de qualquer instituição que foi estabelecido um Termo de Ajuste de Conduta. Para que é o Termo de Ajuste de Conduta? O Termo de Ajuste de Conduta é para que aquelas instituições que não conhecendo a história deixa de fazer uma ação que é importante para a dignidade daquele cidadão idoso que está ali internado. Então, o Ministério Público coloca isso no Termo de Ajuste, dá um prazo para ele fazer os acertos. Se

é um fogão que está vazando gás que pode vir a explodir, se o Corpo de Bombeiro constatou; se é a ausência desse serviço de apoio sócio-familiar, aí, esse idoso e a sua família... seja qualquer a ação que necessite, seja espaço para perambular que não tenha na instituição... Porque como o #2 falou, muitas organizações são feitas só para ganhar dinheiro. Então, não tem espaço, não tem recreação, não tem o mínimo de atividade para que esse idoso seja realmente considerado uma pessoa. Às vezes, fica lá, deitado numa cama, com remédio para dormir, que é para não incomodar a instituição. Porque daí, não precisa de recreador, não precisa de serviços complementares.

121. #1 [**interrompe #3**] Fisioterapeuta... [**incompreensível**], né?
0:24:20
122. #3 É. Então, esse Termo de Ajuste, nós temos que monitorar. Então, essa parceria que o Estatuto do Idoso diz que deve ser realizada compartilhadamente, nem sempre acontece.
123. #1 [**interrompe #3**] E teria que acontecer...
124. #3 Porque nem todos têm pessoal disponível para fazer. E mesmo...
125. #1 [**interrompe #3**] Tá. Mas todas essas instituições têm acesso às informações?
126. #3 Têm! Têm. É democrático. É um trabalho democrático.
127. #2 Primeiro, a grande exigência é da Vigilância. A Vigilância já publicou livros... diz que toda vez que o cara vai lá, dá tudo, o que é preciso, tudo mais...
128. #3 Nós somos exemplos na região Sul do Brasil, a Vigilância Sanitária de Santa Catarina. Exemplo. A [**ex-conselheira**], eu lamento muito a saída da [**ex-conselheira**] do Conselho Estadual, né? Muito. Eu lamento profundamente, porque era um exemplo. Quando ela falava, ela é doutora no assunto. E quando a gente levava para as reuniões de fora da região Sul, os três estados da região Sul, todos diziam, “a gente queria a [**ex-conselheira**] para nós. E nós tínhamos a [**ex-conselheira**] aqui no nosso conselho.”

129. #1 A [ex-conselheira] é aquela menina que saiu em [data]?
130. #2 É. Acho que foi... 0:25:42
131. #3 Não, foi agora, em [data].
132. #1 Foi agora, né? Em [data]...
133. #3 E foi em função da mudança de secretário, porque vieram duas pessoas que nunca estiveram no conselho. Não, não. Um teve...
134. #2 [interrompe #3] Mas não como conselheiro.
135. #3 Mas não como conselheiro. Teve como secretário... [pausa]
136. #2 Administrativo.
137. #3 Como administrativo, é. Não como secretário executivo, né?
138. #1 Eles não vêm?
139. #2 Não. Acabaram de dizer que não vão poder vir, nenhum dos dois.
140. #3 Acho que é importante...
141. #2 [interrompe #3] Bom, a gente pode começar a trabalhar...
142. #3 ...a equipe que começou... [pausa] Eu estou entrando, mas eu sempre estudei. A minha vida toda. Então, eu não vou incomodar muito, não. Mesmo assim, eu acredito que a gente deve continuar, né?
143. #2 Na verdade...
144. #3 [interrompe #2] Eu sou a primeira supervisora [incompreensível].
145. #2 ...eu não vim nesta última reunião, né? Até falei com o [nome] e ele disse: “não, fechamos tudo. Está tudo certinho” e tudo... [incompreensível] Aí, quando eu cheguei e olhei: “não é isso que [incompreensível]”. Por azar, o [nome] também não estava nesta reunião do conselho.
146. #1 Nessa última agora extraordinária?
147. #2 Não na última, na antepenúltima.
148. #1 Ah.
149. #2 ~~Nessa última,~~ eu inclusive... na antepenúltima, levantei, propus para as pessoas que estavam na reunião, que pudesse ser feita numa terça-feira de manhã a reunião. Não convocaram. Eu mandei um email...

150. #1 **[interrompe #2]** Pois é... eu também fiquei esperando, esperando, esperando...
151. #2 **Eu mandei um email dizendo que...**
152. #1 **[interrompe #2]** Foi marcada a Plenária de março e nada.
153. #2 É. **Eu disse que a Plenária tinha sugerido que fosse a critério da diretoria para não chocar com ninguém, marcasse um... Não marcaram! [voz de decepção] Aí, chegaram na hora: "cadê o [relatório de reunião da comissão]"?**
154. #3 E hoje, tem mais um dia já marcado?
155. #2 **Tem.**
156. #1 Uma extraordinária, né?
157. #3 **Não. Mas do conselho, né?**
158. #2 **Do conselho.**
159. #3 Da comissão também?
160. #1 **Da comissão não.**
161. #2 Da comissão nós iríamos estabelecer. Se precisava ou não.
162. #3 É. Porque eu lembro de alguma **[incompreensível]**.
163. #2 **[interrompe #3]** Eu falei que ia precisar. Uma só não ia dar.
164. #3 Tanto é que agora, nós ficamos...
165. #2 **[interrompe #3]** Então, nós temos que ver... Só a ILPI já leva o tempo todo, ou mais alguma coisa. Ainda tem que olhar a lei?
166. #1 **É.**
167. #2 O projeto de lei?
168. #3 **É.** Pra saber se não está...
169. #2 Aí, é o projeto de lei aqui, e tem mais um probleminha agora. No final, da reunião o **[nome de conselheiro]** apresentou uma proposta de nova lei.
170. #1 Essa daqui, né?
171. #2 **É.** Pra gente analisar.
172. #3 É só deliberar.
173. #2 Exatamente.
174. #3 Eu acho que o momento é de encaminhar o que está já...
[pausa]

175. #2 **Porque essa que está aqui, essa foi assim, muito estudo, dedicação de algumas pessoas encima disso...**
176. #1 **[interrompe #2]** Essa versão do **[nome de conselheiro]**?
177. #2 **Não. Essa não... Essa aí é [...] dele. [voz de descontentamento]**
178. #1 Ah, tá. Então, qual que você fala? A do regimento interno?
179. #3 **~~A que está...~~ Não! A proposta de lei que atualiza e democratiza o Conselho Estadual do Idoso. Porque até hoje, o nosso conselho é autoritário. Por quê? Ele é autoritário porque está na lei as instituições que devem participar do conselho.**
180. #2 Está nas leis estaduais...
181. #1 **[interrompe #2]** Isso a gente também tratou! **[voz de espanto]** Na última reunião.
182. #2 Sim, claro! **[aumenta o tom de voz]** Porque já está aprovado...
183. #1 **[interrompe #2]** Está aqui, olha! **[aumenta o tom de voz]** Eu até anotei a lápis para...
184. #2 **[interrompe #1]** Está aprovado...
185. #3 **[interrompe #2]** **Tem nove anos que o projeto de lei foi encaminhado para o governo e o governo manda sempre de volta para alterar.**
186. #2 **[interrompe #3]** **E foi aprovado pela Plenária. Este projeto está aprovado pela Plenária. Como não... como foi e voltou, e não sei o que, algumas coisas tem que ser modificadas. Mas são poucas coisas. Foi a Secretaria que ficou de fora, mudou de nome. Só são coisas assim.**
187. #3 **Mas foi aprovado em parceria com a Secretaria de Estado. Foi negociado até alguns itens. Nós abrimos mão de algumas prerrogativas para poder ver o projeto aprovado. [incompreensível] pra poder ver esse projeto aprovado. Aí, mudou o governo e ela não encaminhou.**
188. #2 **[interrompe #3]** Porque depois que for aprovado, você não pode mais modificar, pronto.
189. #3 Ela não encaminhou e mudou o governo. Quer dizer... agora, é todo o encaminhamento... **[voz de cansaço] 0:30:10**

190. #1 [interrompe #3] O que eu tinha, eu entreguei tudo para a [nome]... [nome], né? Eu cheguei a anotar ali: sai secretaria, entra outra, tinha que rever o número de...
191. #2 [interrompe #1] É. Exatamente o que [incompreensível] aqui.
192. #1 ...tinha que rever o número de membros.
193. #3 É. Essa Secretaria aqui...
194. #1 [interrompe #3] Aí, teriam dois números, um para a ACAFE, outro para a Federal. É... justamente. Eu escrevi tudo a mão! [voz de indignação] E...
195. #2 [interrompe #1] Não, mas isso está já foi aprovado pelo Conselho.
196. #1 Ah! Então, tá.
197. #3 [incompreensível]
198. #2 Uma das coisas que...
199. #3 [interrompe #2] E na verdade, órgão federal não pode participar do Conselho Estadual...
200. #2 [interrompe #3] Exatamente.
201. #3 Só podem participar órgãos do estado.
202. #1 Tá, e a Universidade Federal, como é que fica?
203. #3 Ela participava porque nós em reconhecimento a dona Neuza Mendes Guedes, que criou o Núcleo de Estudos da Terceira Idade...
204. #1 [interrompe #3] Núcleo de estudos é o NET, né?
205. #3 ...a gente deixou sempre na lei, como uma homenagem. Mas nós sabíamos que era inconstitucional. Alguém...
206. #2 [interrompe #3] Pode como convidado, mas não como membro.
207. #3 ...que quisesse entrar com ação e modificar, seria legítimo. Por quê? Porque não pode ter órgão federal. Aí, se ela é federal, ela não pode legislar no estado e nem no município.
208. #2 E nem a esfera do estado passar uma portaria nomeando a Universidade Federal.

209. #3 Então, ela ainda, colocando a gente, tudo bem. Agora, nós colando a esfera federal... quer dizer, nós mandando na esfera federal... É muito indelicado [incompreensível].
210. #2 [interrompe #3] Então, essa lei, era só mudar algumas secretarias que ficaram de fora e mudando lá, alguma coisa que tem no estado ali - que daí eu não sei, né?, o que é. É uma parte administrativa e de finanças – e só. Mais nada. Sobre o... Ah! Me lembrei o que era. Era sobre um fundo... [pausa]
211. #3 É o Fundo do Idoso.
212. #2 Do Idoso. Que tem que mudar algumas coisas. Parece que o nosso está inconstitucional, sei lá...
213. #3 É. ~~Eu~~ Na verdade, é um projeto, é outra lei. E nós colocamos ali porque nós passamos tanto trabalho, que a gente quis seduzir o Governador: na hora que aprovasse uma lei, já assinava as duas. Né? Mas a gente reconhece que são duas leis distintas. Mas eu acho que a gente deve continuar lutando para que seja... [incompreensível] para que o Conselho crie o Fundo.
214. #2 Não... mesmo porque isso foi aprovado! Em Plenária, gente, por favor. [voz exaltada]
215. #3 E estamos representando...
216. #2 [interrompe #3] Se a gente...
217. #3 Nós temos a representação do Governo.
218. #2 Outra coisa que eu digo: se nós, conselheiros, não damos prestígio à Plenária, então, o que nós estamos fazendo aqui?
219. #1 Seria um fundo específico para o idoso?
220. #3 É.
221. #2 [fala junto com #3] É. [incompreensível]
222. #3 Eu marquei já uma audiência. Nós já conversamos com o Tribunal de Justiça. E depois o [nome] e não sei mais quem, falamos com o desembargador. E depois nós fizemos aquele Seminário de Capacitação para Cidadania. Foi o desembargador, o irmão do [nome], e se comprometeu a nos apoiar nessa missão. E a gente... [pausa] aí, houve todas as mudanças e nós meio que...

223. #2 [interrompe #3] É. Tanto...
224. #3 É tanta mudança de secretário, que nós não tínhamos...
225. #2 [interrompe #3] Tanto que o próprio...
226. #3 ...mais argumento para continuar a luta, né?
227. #3 Tanto que o próprio Governo Federal, que já criou tudo, vai ter que modificar. Está tendo que modificar, porque também está errado. Não está de acordo com [incompreensível].
228. #1 Está tendo atrito, né?
229. #2 É. Com as três [incompreensível] de instância.
230. #3 Mas assim, olha: todas as ações que entrarem na Justiça no Estado de Santa Catarina e que o Estatuto diz que, no descumprimento, tem que atribuir multa, a multa que o juiz dá para quem fere o direito do idoso, está sendo destinado para quem, este recurso? Está sendo destinado para o caixa do Estado, que eu não sei qual o ramo que é posteriormente destinado.
231. #1 [interrompe #3] Se tiver fundo...
232. #3 O que nós queremos? Se nós tivermos o Fundo, o juiz vai fazer... o juiz não, o desembargador... o procurador... o promotor... o desembargador, é – que é o presidente o Tribunal de Justiça – ele vai fazer uma resolução e encaminhar a todos os juízes, que na sentença dada a quem violou um direito do idoso, a multa, se no caso proceder uma multa, essa multa vai ser... esse valor pago vai ser destinado ao Fundo do Idoso. Quanto dinheiro nós teríamos? Aí, como – que foi aquela discussão da semana passada – isso vai ser viabilizado, nós temos já a Lei da Assistência Social, que estabelece algumas ações. Eu sei que a da Saúde não pode. Não pode ser para a Saúde porque já tem a política de saúde do idoso..
233. #2 [interrompe #3] [incompreensível]
234. #3 ...é política universal, assim como a assistência é. E temos na Educação alguma coisa já para o idoso - que pode ter sido ampliado... eu desconheço – mas já tem alguma coisa. Nas outras políticas, nós precisamos saber que recurso é destinado

ao idoso. Se for... Se for! **[ênfase na voz]** Porque nós temos certamente, na assistência social e na saúde, e na educação. Tá? As demais políticas, nós temos dúvidas. Porque, em primeiro lugar, **[incompreensível]** nós damos conta de acompanhar todos os conselhos de políticas públicas. O interessante seria que o Governo se preocupasse com isso: na interlocução entre os conselhos de políticas públicas. Porque o conselho foi exatamente criado para que a sociedade participasse das definições das políticas públicas. Porque nós somos o alvo a que as políticas se destinam. Então, a nossa representação no conselho é representar todos os cidadãos do estado. Só que... E a idéia era que se fizesse um colegiado, que o Governo estabelecesse um colegiado... Nós até experimentamos, né? No começo da gestão do Luis Henrique, nós tivemos quatro anos históricos aqui. Porque a posse do Conselho nós fizemos lá no Centro Executivo, no auditório, com a presença do Governador e todos os secretários de Estado. E o Governador e todos os secretários de Estado assinaram um compromisso com o Conselho, chamado de Plano Integrado de Ações Governamentais para Execução da Política do Idoso no Estado de Santa Catarina. Quatro anos, nós tivemos reuniões mensais, com representantes das secretarias setoriais e o Conselho. Tá? Então, o Governo do Estado e o Conselho, nesse pacto. Foi maravilhoso! Tem um relatório que foi entregue para o Secretário seguinte e que, infelizmente, a gente não sabe mais do relatório. Então, é tanta mudança de secretário... porque depois mudou muito, né?, ~~no~~ primeiro...

235. #2 **[interrompe #3]** O que ficou aqui, que eles colocaram aqui... **[pausa]** tem só duas só duas cópias.
236. #1 Dá uma aqui para nós irmos acompanhando e ver o que tem de diferente aqui nessa.
237. #3 **[interrompe #2]** Só um minutinho, #2. O que ela informou do...?
238. #1 **Ele não vem.**

239. #2 [fala junto com #1] Não vem.
240. #3 Ah! Não vem. 0:37:55
241. #2 E, eu acho que, passa por aqui. Eu gostaria que vocês ficassem aí [com uma das cópias] e eu vou lendo aqui.
242. #3 Posso começar a ler?
243. #2 Pode, sim.
244. #3 Né? Porque é tão pouca coisa que é importante que a gente leia para...
245. #2 [interrompe #3] É verdade, é verdade.
246. #3 Queres começar?
247. #1 Não. Pode ir, pode ir.
248. #3 Eu acho que a gente tem que avançar, nem que seja uma fração...
249. #2 [interrompe #3] [incompreensível] esse aqui está mais enxuto.
250. #3 Então, a resolução é a 01/2012. [lê o documento] “Dispõe sobre critérios e procedimentos para a inscrição de programas de atendimento à pessoa idosa na Instituição de Longa Permanência para Idosos no Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina. [pausa] Oh, #2, vamos já, assim, qualquer coisinha que a gente encontrar, vamos... [pausa]
251. #2 Pois é. Melhor.
252. #3 Aqui, olha: instituição de longa permanência não seria: tracinho, ILPI - que é hoje, conhecido no Brasil inteiro?
253. #2 Tá. É... tracinho, ILPI.
254. #3 Senão, é bem capaz que alguém pergunte assim: o que é uma instituição de longa permanência? Não é? Então, hoje, a sigla é muito conhecida: já sabe que é atendimento em regime de internato, né? [pausa] Bom... [lê o documento] “O Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, em reunião Plenária, realizada no dia 27 de março de 2012, no uso de suas competências, que lhe confere o parágrafo único do artigo 48 da Lei n. 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, e pela Lei estadual n. 10.073 de 30 de janeiro de 1996, que institui o Conselho Estadual do Idoso – CEI/SC, e ainda,

considerando a Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, que prevê a obrigatoriedade das entidades governamentais e não-governamentais de assistência à pessoa idosa de inscreverem seus programas nos conselhos municipais da pessoa idosa e, em sua falta, junto ao Conselho Estadual da Pessoa Idosa; considerando o Decreto n. 1.948 de 3 de outubro de 1996, que regulamenta a Lei n. 8.842 de 4 de janeiro de 1994, que dispõe sobre a Política Nacional do Idoso e define em seus artigos 3 e 4 as entidades e modalidades asilares e não asilares de atendimento; considerando a Resolução n. 12 de 11 de abril de 2008 do Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI, que estabelece os parâmetros e diretrizes para a regulamentação do artigo 35 da Lei 10.741/2003, que dispõe sobre o contrato de prestação de serviço das entidades de serviço à pessoa idosa abrigada; considerando a Resolução 13 de abril de 2008, que dispõe sobre a relação de atendimento à idosos na modalidade denominada ‘família acolhedora’; considerando a Resolução da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária n. 283 de 26 de setembro de 2005 e que aprova o regulamento técnico **[incompreensível]** normas de funcionamento para instituições de longa permanência para idosos de caráter residencial; considerando o grande número de instituições de longa permanência nos municípios, a falta de implantação dos conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa e da necessidade de se estabelecer parâmetros para a inscrição de seus programas, resolve: artigo 1º: estabelecer que os municípios que não foram implantados ou que não estejam em funcionamento os conselhos municipais dos direitos da pessoa idosa, as instituições de longa permanência para idosos deverão inscrever seus programas junto ao Conselho Estadual do Idoso. Parágrafo primeiro: após a implantação do conselho municipal, o monitoramento e a fiscalização caberão a este. A avaliação de inscrição será de dois anos.”

255. #2 A validade...
256. #3 A validade. Como foi que eu li?
257. #2 **A avaliação.**
258. #1 **[junto com #2] Avaliação.**
259. #3 **Sabe por quê? Lendo e ao mesmo tempo raciocinando. É porque tem que fazer uma avaliação.**
260. #2 Tem.
261. #3 **O que não está sendo feito, né?** ~~A gente não está em...~~
[pausa] [lê o documento] “Artigo 2º: As instituições de longa permanência para idosos são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observados os seguintes requisitos: 1º: oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança. 2º: apresentar os recibos estatutários e plano de trabalho, compatíveis com os princípios de legislação vigente. 3º: estar regularmente constituído. 4º: demonstrar idoneidade de seus dirigentes. Artigo 3º: Procedimentos e etapas para a inscrição do programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência ficam assim definidos:”. **[pausa]**
262. #1 **[incompreensível] 0:43:33**
263. #3 **[lê documento]** “Procedimentos e etapas para a inscrição para o programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência ficam assim definidos”. Procedimentos.
264. #1 Está certo. Está certo.
265. #3 **[lê o documento]** “A ILPI deverá apresentar os seguintes documentos...” Ai, **desculpa.** Eu fiquei agora num devaneio aqui. Volta lá... artigo 3º. “Procedimentos e etapas para a inscrição do programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência ficam assim definidos”. Só um minutinho, tá?
266. #2 **[incompreensível]**
267. #3 Olha aqui... Assim... para mim faltou um negocinho. Por isso, eu voltei.
268. #2 Português...

269. #3 **[lê o documento]** “Procedimentos e etapas para a inscrição do programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência...”. Não é “o programa na instituição de longa permanência”. É a “inscrição dos programas de instituição de longa permanência no Conselho Estadual do Idoso.”
270. #2 Não, não. Daí, eu até... já diz que é no Conselho Estadual do Idoso lá em cima.
271. #3 **[interrompe #2]** O nome da resolução diz. Aqui não, olha... **[lê o documento]** “Artigo 3º: procedimentos e etapas para a inscrição do programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência ficam assim definidos.” **[pausa]** Vamos ver. **[incompreensível]** **[lê o documento]** “A ILPI deverá apresentar os seguintes documentos”. Tem que sempre estar por extenso e depois, a sigla, né?
272. #1 Ou então, se fosse assim, olha: “procedimentos e etapas para a inscrição do programa de atendimento à pessoa idosa **[pausa]** no Conselho... **[pausa]** para cumprimento do programa de longa permanência...”
273. #3 **[interrompe #1]** Assim, olha: “Artigo 3º: procedimentos e etapas para a inscrição no CEI do programa de atendimento à pessoa idosa na instituição de longa permanência ficam assim definidos”.
274. #1 ...no CEI do programa de atendimento...
275. #3 **[interrompe #1]** É. Porque a inscrição é no CEI. Tanto é que disse: quando tiver conselho, é no conselho municipal. Que talvez, tenha que dizer, repetindo isso, infelizmente, de novo. Né? No conselho municipal... na ausência desse, no Conselho Estadual. Acho que é interessante aqui, entre parênteses... né?
276. #1 **[interrompe #3]** **[incompreensível]**
277. #2 Acho que já foi dito ali, né?
278. #3 É. Mas...
279. #2 **[interrompe #3]** Mas tudo bem. É porque lá **[incompreensível]**.

280. #3 [interrompe #2] ...o que... como é? Se o [nome] estivesse aqui: “o que abunda”... [pausa]
281. #2 Não prejudica. 0:46:15
282. #3 Então... [lê o documento] “A ILPI deverá apresentar os seguintes documentos”. Tá vindo? É a ILPI. Então não é a instituição na ILPI. É a instituição no CEI.
283. #2 É...
284. #3 Por isso que é bom às vezes, uma pessoa de fora, né? Porque às vezes, começa a ver coisas assim, né? Pequenas coisas. Porque aqui, aliás, está muito bem. [lê o documento] “A. ofício com o requerimento de inscrição dos programas, cujo formulário deverá ser assinado pelo representante legal da entidade conforme modelo anexo n. 1. Relatório de atividades e plano de ação obedecendo aos princípios do Estatuto do Idoso”... Acho que “princípios” deveria... Princípios e diretrizes do Estatuto do Idoso. [lê o documento] “...e preenchido de acordo com o roteiro específico, anexo n. 2. Demonstrativo contábil”.
285. #1 [interrompe #3] [incompreensível] Princípios e...?
286. #3 [interrompe #1] Acho que demonstrativo... Tu que faz a fiscalização lá do LIC, não é demonstrativo financeiro e contábil? Não é? Para saber que recurso... A contabilidade tem a receita e a despesa, mas que recurso essa instituição tem, né? Não sei... me ocorreu agora. [lê o documento] “Documentação legal da entidade da sociedade civil, CNPJ, estatuto, ata de eleição da última diretoria registrada no cartório de registro de títulos e documentos e comprovante de fundação da entidade.
287. #2 Eu deixaria, a meu ver, “documento legal da entidade da sociedade civil”. Ponto.
288. #3 Daí poderia ter muito. Tem muito.
289. #2 Tem muitos! [aumento na voz] Aqui por exemplo, ela fala como se toda a ILPI fosse uma associação. E não é. [ênfase na voz] Tem ILPI que é...

290. #3 **[interrompe #2]** Como data da eleição da última diretoria. Por que associação?
291. #2 Porque associação que faz eleição de diretoria.
292. #3 Não, não. Nem sempre. Nem sempre.
293. #2 Quem?
294. #3 As empresas tem diretoria.
295. #2 Mas não... como se diz? Registro em cartório e não sei o que da ata. Isso não existe. Se ela é uma empresa...
296. #3 **[interrompe #2]** Eu não sei como é que...
297. #2 Se ela é uma empresa, ela tem que ter registrado...
298. #3 **[interrompe #2]** As fundações têm diretoria...
299. #2 ...na junta comercial.
300. #3 Pois é. Mas as fundações têm diretoria...
301. #2 Mas tem...
302. #4 **[interrompe #2]** Não é melhor colocar só “quando cabível”?
303. #2 Isso que eu digo...⁹⁶
304. #3 Coloca um ponto de interrogação aí. Porque eu acho que isso aqui tem que passar por advogado, jurista que sabe tudo isso. Porque eu lembro, #2, que nós mudamos o estatuto da **[nome de associação]** em cima do novo Código Civil.
305. #2 Não... eu sei...
306. #3 **[interrompe #2]** Então, em função do novo Código Civil **[incompreensível]**
307. #2 **[interrompe #3]** Mas, por exemplo, aqui, acho que são dois irmãos. Eles têm uma firma que faz atendimento. Eles têm que ter é a inscrição deles na junta comercial. Não tem associação, não tem nada.
308. #3 Tu sabe por que? Para evitar diretorias permanentes:...
309. #2 **[interrompe #3]** Isso existe de qualquer jeito.
310. #3... pai e filho, mãe e filho...

⁹⁶ Diálogo não incluso na análise.

311. #2 [interrompe #3] Mas isso pode. Nós temos associações, principalmente ONGs que recebem dinheiro, que o cara já é há vinte anos o presidente.
312. #3 É. E usa o dinheiro público como se fosse seu.
313. #2 Exatamente.
314. #3 Coloca no bolso e mistura tudo, né?
315. #2 Então, o que eu digo aqui, é que se é uma firma, tem que ter na junta comercial. Vou até colocar aqui.
316. #3 Mas olha, eu confesso para ti que eu acho que é um mínimo de documento. A ata... E assim, se nós não fizermos, nem [incompreensível] nós teríamos.
317. #2 Eu sei. Mas eu estou dizendo: o cara não vai poder se inscrever porque ele não tem ata. Ele é comércio. Ele é registrado na junta comercial. E ele tem direito a fazer...
318. #1 Eu sinceramente não sei como funciona.
319. #4 *Eu acho que [incompreensível]. Porque a associação, justamente para ela estar legitimada, ela tem que ter uma eleição de diretoria. Uma empresa não. Por isso que eu acho que, de repente, colocar “quando cabível” resolveria.*
320. #2 [interrompe #4] Exatamente. É o que eu digo.⁹⁷
321. #3 A maioria das organizações não tinham organização nenhuma.
322. #2 [interrompe #3] Então, eu sei. Mas tem várias...
323. #3 [interrompe #2] Foi graças às exigências que hoje, se tem uma diretoria constituída, Porque antes era...
324. #2 [interrompe #3] Mas tem várias que são entidades privadas. Mas não são poucas, não. São muitas! [ênfase na voz]
325. #3 Tá, mas tem que ter.
326. #1 Mesmo as privadas, elas tem que estar legalmente constituídas.
327. #2 Então. Mas daí, tem que ser na junta comercial. Entidade privada não faz registrinho em cartório e não sei o que.

⁹⁷ Diálogo não incluso na análise.

328. #3 **[interrompe #2]** Não, não. Na junta comercial. No caso da clínica do Dr. **[nome]**, né? Porque é uma clínica. Ela recebe **[incompreensível]**. **0:51:31**
329. #2 **[interrompe #3]** Não precisa ter dúvida. Eu tenho uma clínica de atendimento ou uma clínica de prestação de serviços para atender à pessoa idosa. E não é inscrição de cartório... Eu não vou fazer uma – posso fazer, mas...
330. #3 **[interrompe #2]** Mas tem uma diferença, #2. Nós estamos tratando das instituições de longa permanência...
331. #2 **[interrompe #3]** Longa permanência.
332. #3 Que não cobram o atendimento.
333. #2 Não. Isso não está escrito aqui.
334. #3 Mas é o que está dito aqui.
335. #2 Não! Não! **[ênfase na voz]**
336. #3 “Documentos de entidade da sociedade civil”.
337. #2 **Sociedade civil é tudo. Sociedade civil... eu, contigo, para fazer um atendimento, é uma sociedade civil.**
338. #3 Não. **Mas nós temos que legitimar.**
339. #2 **Legitimar na junta comercial como: #3 e #2...**
340. #3 **Não. Criamos o que? Nós vamos ter que estabelecer.**
341. #2 **Exatamente. Atendimento à pessoa idosa.**
342. #3 **Pois é. Mas o que é esse atendimento. Nós vamos ter que deixar claro. Qual o objetivo desse atendimento? Que organização é essa? É pública ou é privada?**
343. #2 **É privada.**
344. #3 **Então, vai ter que apresentar a ata da diretoria.**
345. #2 **Não existe ata de diretoria, #3.** O teu marido apresenta ata de diretoria para se inscrever no **[nome de instituição]**? Não.
346. #3 **Mas é porque ele não faz atendimento público sem cobrar. Ele cobra.**
347. #2 **Mas esses caras também cobram! [aumenta a voz]**
348. #1, #2 e #3 **[discussão incompreensível]**.
349. #2 Quem é que não cobra?
350. #3 Que a clínica que cobra...
351. #2 **Até a [nome de instituição] cobra.**

352. #3 A [nome de instituição] cobra, não. Ela... [pausa]
353. #1 [incompreensível].
354. #2 Mas é considerado pagamento.
355. #3 Mas ninguém prova isso.
356. #2 Prova.
357. #3 Não prova, #2. Porque “quer ficar”, doa parte dos seus rendimentos. E isso hoje, não [incompreensível].
358. #2 [incompreensível]. Pelo contrário. Eles cobram é total.
359. #3 É, é. Mas ninguém sobrevive. É um valor mínimo para manter um idoso numa...
360. #2 [interrompe #3] Por exemplo, essa que sobe o morro que é na [local]. É particular! [aumento na voz] Está cobrando. Tem uma outra que... a [nome de instituição] nem sei como está funcionando hoje, porque pertenceu a uma entidade [incompreensível].
361. #1 [interrompe #2] Mas mesmo assim. Particular. Eles têm que ter registro na junta comercial, porque dispõem de profissionais para atendimento...
362. #2 [interrompe #1] Exatamente. Tem que ter uma firma.
363. #3 Tá. Mas assim, olha. Em atendimento na área de assistência social, que é essa área aqui, é obrigado a ter [incompreensível].
364. #2 Tá. Mas isso não está escrito aqui. É para qualquer ILPI. Inclusive, o que tem gente pedindo aqui, não é de assistência, não. Cobra... dois mil...
365. #1 [interrompe #2] Independente de cobrar ou ser for gratuito, se for uma ONG ou não, tem que ter algum tipo de registro.
366. #2 Registro. Isso que eu digo. Não pode é fechar o registro. Daí o cara...
367. #1 Senão, vai virar casa da mãe Joana.
368. #2 Exatamente.
369. #3 [lê documento] “Documento legal da entidade da sociedade civil.” Então, acho que é o caso de se questionar, tá? Eu coloquei aqui, olha, ir consultar... Vamos fazer uma brincadeira aqui... os universitários.

370. #2 Vamos continuar para gente não perder tempo. A gente já está com o tempo correndo.
371. #3 **[lê documento]** “Modelo de cadastro e/ou prontuário utilizados para identificar as pessoas idosas. **[pausa]** Contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa e/ou representante legal constatando o comprovante de renda do idoso, conforme modelo disponibilizado pelo CEI, anexo terceiro. **[pausa]** Alvará da Vigilância Sanitária, alvará do Corpo de Bombeiros e no caso de ILPI enquadrada dentro da tipificação do serviço de assistência social, a inscrição de sua entidade no conselho municipal de assistência social.”
0:55:26
372. #2 Aí, tem assistência.
373. #3 Tá?
374. #1 **[interrompe #3]** Ah, é? E não havendo conselho municipal?
375. #2 **Não. Da assistência existe.**
376. #3 **Tem que ser nos dois.**
377. #1 Ah, tá.
378. #2 Que tem assistência, isso é óbvio.
379. #3 **Assistência tem.** O município...
380. #1 **[interrompe #3]** Ah, sempre tem?
381. #3 **O município que não tem conselho, não recebe recurso. Daí, querida, todos, num instantinho...**
382. #1 Aí, eles fazem.
383. #3 Bom. Agora, aqui, vem exatamente, o contrato de prestação de serviço com a pessoa idosa e o representante legal... Até o Estatuto não tinha esse contrato. Esse contrato foi elegido com o Estatuto do Idoso. **[lê documento]** “Constando o comprovante de renda do idoso, conforme modelo disponibilizado pelo CEI”. O Estatuto deve dar esse modelo aqui né?
384. #2 **Sim, [incompreensível]**
385. #3 **[lê documento]** “O Conselho Estadual do Idoso por meio da Comissão de Normas, Regulamentação e Inscrição de Programas deverá fazer visita institucional à ILPI, responsável

pelo programa, para a avaliação dos serviços prestados e condições das instalações físicas.” [pausa] Não poderia ser “em parceria com o conselho de assistência social daquele município onde não tem conselho municipal do idoso”? Para gente não ficar só... “em se tratando”... “nas instituições”... “no caso de ILPI enquadrada dentro da tipificação de serviços de assistência social, a inscrição da entidade no conselho municipal de assistência social”. Então, “O Conselho Estadual do Idoso por meio da Comissão de Normas” parará, parará, “responsável pelo programa, para a avaliação dos serviços prestados e condições das instalações físicas”. O conselho faz em tudo. Mas ele deve citar aqui, nos casos de serviços de assistência social, em parceria...

386. #2 [interrompe #3] Fazer em conjunto... Em parceria com a...
É. Isso aí, é bom.
387. #1 Fazer o... ah!
388. #3 “Conselho municipal de assistência social”. Depois fazer
isso por extenso. [pausa] Porque...
389. #2 [junto com #3] Mesmo porque... [pausa]
390. #3 Não existe...
391. #2 [interrompe #3] Mesmo porque em alguns casos, esse
negócio do contrato que tem que fazer, quem fiscaliza é o
conselho de assistência, e não o do idoso. 0:58:18
392. #2 Exatamente. Talvez [incompreensível], em primeiro lugar
pelo conselho. Se necessário, com a participação do Conselho
Estadual. Porque nós não precisamos ir à Maravilha, se em
Maravilha tem conselho de assistência que pode fazer e faz a
fiscalização.
393. #1 É.
394. #3 Só que eles estão fazendo sozinhos e nós estamos fazendo
sozinhos.
395. #1 Desde que eles mandem um relatório.
396. #3 [interrompe #1] No momento que isso aqui se transformar
em realidade, passa a ter força de lei e vai ter que ser

respeitado lá, pelo conselho municipal de assistência social porque a norma geral, o SUAS, estabelece isso.

397. #2 Vamos...

398. #3 [interrompe #2] Que ele fiscalize. Mas é da nossa área, a gente tem que ir junto, ou, senão, nós deixamos que eles façam e mandem o relatório para nós. E nós aqui avaliamos... aceitamos...

399. #2 [interrompe #3] Se vamos ou não vamos.

400. #3 É... se vamos ou não vamos.

401. #1 Tá.

402. **0:59:05**

ANEXO J – Análise Pós-Debate Comissão II

Quadro 21 – Análise Pós-Debate Comissão II

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
6	2									X	X	
7	1	X										
8	2	X										
10	2	X										
12	2	X									X	
16	2	X										
19	3		X									
20/22	2	X								X		
21	1									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
24	3	X							X			
25	2								X	X		
27	1								X			
28	3									X		
29	2	X										
30	1	X										
31	2	X										
34	3										X	
36	3	X							X			
38	1									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
73,75	3	X										
74	1									X		
77	1				X					X		
77	3				X		X					
81	1									X		
82	3	X								X		
83	3									X		
84	1									X		
86	1									X		
88	3	X										
89	1									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
90,92	3	X										
91	1									X		
92,94	3								X			
93	1	X										
100	3		X						X			
101	2									X		
102	3	2X	X									
104	3	2X							2X			
105	2									X		
107	2									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
107,111	2	X										
111,113	2	X	X									
112	1								X			
114	1	X										
115	2	X										
116,118	3	X							X			
119	1									X		
120,122, 124	3	2X										
121	1									X		
123	1									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
168	3	X										
171	2	X										
175	2	X										
176	1									X		
177	2	X										
179,185	3	X										
181	1									X		
183	1									X		
184	2									X		
185	3									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
186	2	X								X		
187	3	X										
188	2									X		
190	1									X		
191	2									X		
194	1									X		
195	2									X		
199	3									X		
200	2									X		
203,205,207,209	3	X							X			

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
269,270	3			X								
269,270	2			X								
271	3									X		
273	3									X		
275	3	X							X	X		
276	1									X		
279,280,281	2				X							
279,280,281	3				X		X					
279	2									X		
280	3							X		X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
284	3											X
285	1									X		
286	3								X	X		
287,288,289, 290,291,292	2			X								
287,288,289, 290,291,292	3			X								
289	2	X							X			
290	3									X		
291	2	X										
294	3	X										
295,297, 299	2									X		
296	3									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
298	3	X								X		
304	3	X										
306	3									X		
307	2	X								X		
308,310	3	X										
309	2									X		
311	2	X								X		
315	2	X										
316	3	X							X			
317	2	X							X			

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
346	3	X										
347	2	X										
351,352	2		X									
351,352	3		X									
354,355, 356,357	2		X									
354,355, 356,357	3		X									
357	3								X			
358	2	X										
359	3								X			
360	2	X								X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguaq. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduiaç.
361	1								X			
362	2									X		
363	3	X										
364	2	X										
365	1	X								X		
366	2	X										
367	1							X				
369	3					4X		X				
369	2					4X						
374	1									X		

Quadro 21 – Continuação...

Seq.	Cod. part.	Compar. de Sign. (Expl.)	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduaç.
375	2	X										
376,379,381	3	X										
380	1									X		
384	2	X										
385,392	3								X			
385	3							X				
386	2									X		
391	2	X							X	X		
396	3									X		
398	3	X								X		
399	2									X		

ANEXO L – Relatório Plenária 1

1. Chega #1. Assina a lista. A a apresenta para mim.
2. #1 me cumprimenta com um oi e sorri.
3. Chega #2. Assina a lista, dá-me oi.
4. Chega #3. Dá oi para #1 e conversam.
5. Chega #4. Dá beijo em #1. Elogia #1 pelo chapéu [Que bonitinha que ela tá! (sic.)] Conversam.
6. #3 me olha sem dizer nada.
7. #2 volta para sala e me cumprimenta com aperto de mão, fazendo o mesmo com #3 e #4.
8. #2 diz: que bom vê-lo! (sic).
9. Chega #5. Dá um “boa tarde” geral.
10. Chega #6. Dá “boa tarde” a todos, beija a #1, #2, #3, #4, #5 e a mim.
11. Chega #7. Dá oi para #3 e A. Dá beijo em #6.
12. Chega #8. Beija A, senta com #7. Conversam.
13. Mais conversa: #1, #5 e #6.
14. #2 e #4 conversam.
15. #3 fica isolada por algum tempo. Depois conversa com #7 e #6.
16. Chega 9 e dá “boa tarde” geral.
17. #5 aperta a mão de #4.
18. Chega #10. Fala com #8.
19. Chega #11. Cumprimenta a todos de forma geral.
20. Chega #12. Dá oi geral e senta-se com #11.
21. #13 e #12 tomam cafezinho juntos.
22. #2 e #13 apertam as mãos.
23. A, #7 #2 e #4 conversam.
24. A e #3 conversam.
25. Chega #14. Dá “boa tarde” geral.
26. #10 levanta-se e dirige-se à #6, beijando-a. Conversam um pouco.
27. #5 fala algo polêmico, fazendo os colegas retorcerem a feição. Conversam mais.

28. #1 começa a apresentação informal de alguns ofícios, dada a falta de quorum para a plenária.
29. Chega #15.
30. Chegam algumas pessoas que sentam no fundo da sala.
31. #2 argumenta sobre a relação de faltas. #1 explica.
32. #15 beija #5.
33. 9 dá mais informações sobre o rol de faltas.
34. #1 faz um sinal com a cabeça, perguntando para #5 que se encontra com o livro de presença, se já havia quorum para a assembléia. Ele sinaliza que sim. Ela comemora gestualmente.
35. #6 também argumenta a favor do controle de presença.
36. #5 também argumenta a favor.
37. **Começo da gravação de áudio.**
38. #1 cumprimenta a todos e dá início à assembléia.
39. #2 e #6 conversam paralelo enquanto #1 fala.
40. #1 lê a pauta. #1 faz uma sugestão de mudança para pauta. A sugestão é aceita por todos.
41. #1 pergunta se mais alguém deseja adicionar itens à pauta. #6 solicita que seja retirada a pauta o item referente à discussão de um determinado projeto de lei. Argumenta que o que havia sido decidido foi que apenas dois pontos específicos do projeto seriam trazidos à plenária, já que o resto do projeto já havia sido amplamente discutido e deliberado em plenária. Diz que “num piscar de olhos” (sic) alguém está tentando incluir o projeto pra debate outra vez.
42. #1 se põe contra a crítica de #6, explicando que a proposta em pauta não prevê a discussão do projeto, mas sim se esse projeto entra ou não no edital que será publicado. #6 concorda com #1. A pauta é aprovada por unanimidade.
43. #1 pergunta se todos os conselheiros leram ata da assembléia anterior. Sugere que se todos leram, não há necessidade de perder tempo relendo a pauta. Diz que as pessoas já podem trazer as alterações ou sugestões de casa. Pergunta claramente: “eu preciso ler novamente? Sim ou não?” (sic). #6 sugere que sejam feitas algumas alterações no ortográficas. #1 diz que

essas correções são mais simples e podem ser feitas depois. Diz que refere-se a correções de conteúdo. #1 faz a pergunta novamente. Ninguém se manifesta. A ata de novembro e a ata de dezembro de 2011 são colocadas em votação, sendo aprovadas por unanimidade.

44. A oferece pastinhas para os conselheiros guardar os papéis que foram fornecidos pela mesa diretora para a reunião.
45. #1 faz um apelo para que os conselheiros venham às reuniões da Comissão de Enfrentamento à Violência.
46. #? pergunta: “foi colocado o meu nome, né?”(sic.) #1 responde positivamente.
47. #1 sugere que alguns conselheiros se desloquem de outras comissões para a Comissão de Enfrentamento a Violência. Lista o nome dos conselheiros que supostamente participam da comissão, dizendo que apesar disso, as reuniões não estão acontecendo.
48. #1 pergunta qual das comissões quer começar a apresentar seu relatório. Sugere que seja a de políticas [Políticas? Pode ser, então, a de políticas que faça a apresentação do seu planejamento? (sic)] Todos concordando, #1 pergunta: Quem vai apresentar o relatório de políticas?(sic). #6 se habilita.
49. #1 corrige-se: de políticas não! De normas, desculpa. É de normas, né? (sic). 9 responde, afirmando que é mesmo a comissão de políticas.
50. #6 lê o planejamento da Comissão de Políticas para 2012.
51. #1 pergunta: “e quanto é o custo? Qual é a meta?” (sic). #6 diz que a comissão não chegou a discutir esses aspectos. #1 pergunta se a comissão chegou a receber a planilha modelo que foi enviada aos conselheiros. #6 responde que sim, mas que não foi possível trabalhar nela.
52. #1 pede uma planilha com orçamento, cronograma e outras informações e explica porque essa seria necessária. #6 pergunta quando acabaria o prazo. #1 responde que o prazo “já é agora”, informando que isso precisa ser entregue ao secretário para o recebimento de verbas.

53. #16 lembra que o governador foi à TV dizer que a Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação seria a “menina dos olhos dele” (sic). Pede que todos os conselheiros lembrem saibam disso para que “a fala de todo mundo seja igual: nossa, que bom que essa secretaria é a sua pupila!” (sic). Alguns riem.
54. #1 tenta retomar a fala. Há conversa paralela. #1 retoma a fala de descreve quais deverão ser as informações que deverão ser fornecidas pela comissão (discurso racional). Informa que o Conselho de Assistência recebeu uma verba muito boa para capacitação, que pode ser utilizada também pelo CEI. #1 faz uma sugestão de modificação para a pauta: explica que existe um item que prevê a discussão de normas para a construção de centros dia e que outro item posterior prevê a discussão sobre um edital para construção de centros dia. Sugere que esses itens sejam discutidos junto ao relatório da comissão de políticas, já que essa é uma temática da comissão. A plenária não aceita a sugestão. #1 informa que será necessário estabelecer um prazo para entrega do planejamento, sugerindo final de março. A comissão concorda sem argumentar.
55. A Comissão de Normas é chamada a apresentar suas deliberações. Ninguém se habilita.
56. #1 chama Comissão de Finanças. 9 interrompe #1, dizendo que essa deveria ser a última. 9 logo chama a Comissão de Capacitação. Faz piada dizendo que “daí fecha com o dinheiro!”. 9 ri. #1 pergunta quem vai apresentar a planilha da Comissão de Capacitação. #6 fala: [nome]?. #1 não gosta da falta de iniciativa e altera um pouco o tom de voz: “gente! A de capacitação, quem vai apresentar? (sic)”. #6 fala: [nome]? [nome]? Alguém vai apresentar?” (sic).
57. #8 e #11 conversam paralelo à #1.
58. #1 chama a atenção da relatora da comissão, criticando-a pela rapidez da leitura. Rispidez na voz. “Não tô entendendo nada! Tamanca a rapidez! Meu Deus, os outros não sabem! (sic)”
59. #6 ri e desculpa-se. Diz que quis ser rápida para dar mais tempo a coisas mais importantes. #1 responde que aquele era

- um assunto importantíssimo. #6 lê então, o documento outra vez mais devagar.
60. #1 faz novamente a crítica relacionada à importância da planilha e explica mais uma vez, porque esta é importante. Critica o orçamento do conselho: “É uma vergonha!” (sic).
61. #6 explica porque não foi possível fazer a planilha como solicitado.
62. 9 faz mais esclarecimentos, descrevendo o procedimento tomado em relação à distribuição da planilha. #1 interrompe a fala de 9, e fala: “Passado é passado!” (sic) e volta a repetir como fazer a planilha e porque ela é importante.
63. #8, #11 e #12 conversam enquanto #1 fala.
64. #17 e #18 conversam enquanto #1 fala.
65. #1 fala em tom alto para #18 que se encontra no fundo da sala: “Oh, #18 [fala o nome errado e na sequência, corrige-se], faz favor de sentar aqui.” (sic)
66. Alguém faz uma pergunta sobre as diárias para capacitação. #1 responde: “se tem capacitação, tem diária.” (sic) A mesma pessoa corta a fala de #1 e continua questionando sobre a forma de pedir as diárias.
67. #1 explica como é possível fazer. Cita o exemplo de #6, que já foi presidente, tendo uma vasta experiência em como proceder nesse caso. A mesma pessoa tenta interromper #1, mas ela retoma a fala e explica outra vez a importância da planilha.
68. #6 interrompe a fala de #1. Diz “eu vou até falar uma coisa, que talvez não devesse falar” (sic). Explica porque não foi feita a planilha (descumprimento do governo das demandas). Dá uma situação como exemplo. Exalta a voz, indignada com a situação.
69. #1 tenta interromper #6, mas #1 continua dando explicações.
70. #1 esclarece algumas informações, explicando como as coisas acontecem, tentando apaziguar #6. Sugere que se traga planilhas anteriores para capacitação de conselheiros, adaptando-as para agora. #6 parece concordar com a sugestão. #1 faz pergunta a #6. #6 responde.

71. É chamada a Comissão de Finanças. #1 fala: “por favor, aqui na frente, Sr. #2”.
72. #2 explica sobre a importância da Comissão de Finanças, dizendo que esta perpassa o trabalho de todas as outras. Descreve como foi feito o trabalho de averiguação de recursos disponíveis e da reunião dos dados fornecidos por outras comissões. Elogia o trabalho de “um companheiro” que ajudou os trabalhos.
73. #18 chega à mesa diretora e beija #1.
74. #11 e #12 conversam enquanto #1 e #2 falam.
75. #14 cochicha com #13 enquanto #2 fala.
76. #2 chega à sala falando ao celular.
77. #2 agradece à 9 por determinada ajuda [Muito importante! (sic)]
78. #16 atente o celular.
79. #6 sai da sala para atender o celular enquanto #2 fala.
80. #19 chega. Cumprimenta com a mão #4 e beija #7, sentando-se ao seu lado.
81. #11 e #12 conversam enquanto #2 fala.
82. #2 fala do orçamento previsto para 2012.
83. #18 esclarece uma informação dada por #2.
84. #5 sai da sala com o celular enquanto #2 fala.
85. #2 dirige-se a #18, pedindo a confirmação de que este seja presidente de um determinado grupo. #18 responde. #2 parabeniza-o por isso #2 continua a descrição das deliberações.
86. #1 faz pergunta sobre o conteúdo apresentado por #2 [voz de espanto]. #2 responde. #1 interrompe-o, continuando o questionamento. #2 responde à pergunta, explicando qual foi o procedimento tomado. #6 tenta esclarecer a pergunta de #1, reformulando-a. #2 responde. #6 faz uma pergunta. #1 concorda. 9 esclarece. #6 questiona 9 [voz de espanto]. 9 continua esclarecendo, sem responder a pergunta. #6 interrompe 9, refazendo a pergunta. 9 continua seu esclarecimento, sem responder. #6 insiste na pergunta, antes que 9 termine sua explicação. #6 é cortada por 9 [Posso terminar? (sic)] 9

- continua seu esclarecimento, justificando o procedimento. 9 responde a pergunta de #6.
87. #1 esclarece e argumenta. 9 apresenta documentos. Todos entendem.
88. #6 argumenta também.
89. #20 tenta falar pela segunda vez seguida, mas não ganha voz.
90. #11 e #8 conversam paralelamente enquanto #1, #2 e 9 falam.
91. #1 dá a palavra a #20. Ele explica algo sobre a questão do orçamento do conselho, ponto que estava gerando polêmica.
92. #20 e #10 falam paralelo à #2.
93. #2 diz que o governo estadual destinou 20 mil reais para ser distribuídos entre os eventos dos 10 conselhos daquela secretaria. #6 repete o valor [voz de espanto] e ri. #18 também ri. Alguém exclama: “vergonha!” (sic) Risos geral.
94. #5 entra e fala com #6 na mesa do café.
95. Chega #21. Cumprimenta verbalmente #6 e #5. #21, #6 e #5 conversam paralelamente a #2.
96. #11 e #12 conversam paralelamente a #2.
97. #2 agradece outra vez a ajuda dos conselheiros e da mesa diretora.
98. #7 começa o relato da Comissão de Comunicação. #10 conversa paralelamente. #6 pede silêncio [shhhhhhhh (sic)].
99. #10 faz um sinal com a cabeça, após #7 fazer uma pergunta direcionada a ela.
100. #1 faz algumas sugestões de trabalho para a relatora da Comissão de Comunicação.
101. #6 e #16 pedem voz. Não são percebidos a princípio. #16 fala. E #6 fala depois.
102. #11 e #12 falam paralelamente a #1.
103. #19 dá sugestões para o site. Esclarece outras coisas sobre os custos de comunicação.
104. #18 e #5 falam paralelamente a #1.
105. #11 e #8 falam paralelamente à #1.
106. #21 cumprimenta alguém com um beijo.
107. #18 argumenta sobre o que deve ser dito.

108. #10 e #14 conversam paralelamente a #1.
109. #5 reclama, dizendo que já há tempo para falar e que não havia ganhado voz.
110. #16, #14 e #21 conversam paralelamente a #5.
111. #18 descreve uma situação, contando um caso.
112. #1 fala paralelamente.
113. #16 e #21 continuam a conversa paralela.
114. 9 explica. #11 dá mais informações.

FIM DO QUADRO DE ANÁLISE PRESENCIAL

115. #19 argumenta de novo em relação à questão do site (ponto tratado pela Comissão de Comunicação), questionando se o conselho deve arcar com o trabalho de manter um site independente da Secretaria de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
116. #8 fala mais ninguém escuta.
117. #11 e #8 conversam paralelamente à #1 e #18.
118. #13 fala.
119. #23 lê planejamento da comissão de normas.
120. #11 levanta-se para aumentar a temperatura do ar condicionado. Conversa com #21, paralelamente.
121. #22 e #21 conversam paralelamente a #1.
122. #8, #5 e #16 unem-se na mesa de café.
123. Alguém chama por 9, pedindo voz, mas não é ouvido.
124. #18 levanta-se e sai falando ao celular.
125. 9 faz piada com os 2 mil já previstos para o orçamento. Alguns riem.
126. #14 levanta-se e vai embora.
127. #21 e #22 conversam paralelamente a #23.
128. #6 cumprimenta, beijando #19.
129. #5 faz piada ao perguntar qual a diferença entre “mesa diretoria” e “diretoria”.
130. #21, #22, #6 conversam paralelamente a #5 e #1. #1 pede atenção.
131. #12 levanta-se e pega café para #12 e para #11.

132. #1 descreve uma situação.
133. #1 usa a expressão “luta de foice”.
134. #21 e #15 conversam paralelamente a #1.
135. #12 e #11 conversam paralelamente a #1. #5 e #6 também o fazem.
136. #23 argumenta, elogiando o trabalho de #1.
137. #18 também interfere no assunto, alterando o tom de voz e gesticulando bastante, mas isso não pareceu causar qualquer impacto negativo nos presentes.
138. #16 fala sem ser ouvida. Falas paralelas. Discussão generalizada. Ninguém se entende. Não há sequer consenso sobre se deviam discutir o ponto em pauta naquele momento ou não.
139. #22 fala com #21 e #15 paralelamente a #1.
140. #5 também se manifesta, exaltado.
141. Xixá levanta o dedo e explica porque está votando contra a formação de uma comissão nos moldes propostos. #18 apóia-a.
142. #18 propõe que a Comissão seja formada por um representante de cada comissão do CEI. #21 propõe uma pré-comissão com um representante de cada comissão do CEI para dar subsídios à comissão formada por três pessoas (destinada a trabalhar com outras entidades fora do CEI para resolver determinada demanda).
143. #21 e #1 discutem. #21 levanta-se para falar, exaltada. #16 levanta-se para falar também.
144. #20 e #5 conversam paralelamente, enquanto #16 fala.
145. #19 tenta falar. Pede-se silêncio. Consegue voz.
146. #1 critica a proposta. #21 tenta explicar de novo, levantando-se para falar.
147. #11 ganha voz, reclamando que já havia se inscrito há mais tempo. Argumenta.
148. #18 discorda do argumento de #11.
149. Decide-se pela proposta de #21, somando-se apenas que a pré-comissão trabalhará com a Comissão de Políticas Públicas. #1 levanta-se para falar.

150. #5 faz piada [Tô de férias (sic), esvaindo-se de participar da comissão]. Alguns riem.
151. #23 pede silêncio [shhhhhhhhhhh (sic)].
152. #20 se propõe a participar.
153. #16 tenta falar, mas não consegue.
154. #11, #10 e #8 conversam paralelamente a #1 e #16.
155. Discussão: #1, #18, #5 e #23.
156. #4 coloca-se dizendo que foi definida uma comissão.
157. #11 desculpa-se por não poder entrar na comissão.
158. #21 faz outra sugestão.
159. Decide-se por uma comissão de quatro pessoas, aprovada por unanimidade.
160. #5 e #23 juntam-se na mesa do café.
161. #11 e #12 conversam paralelamente a #1.
162. #5 faz piadas sobre faltantes. Alguns riem.
163. Distribui-se calendário das plenárias do ano de 2012. Aprovado por unanimidade.
164. #18 fala ao celular.
165. #21 e #22 conversam paralelamente a #1.
166. 9 faz um desabafo em relação à situação das comissões.
167. #12 elogia a organização que a secretaria do conselho deu ao cronograma das comissões no fim do ano: todas no mesmo dia, em horários diferentes.
168. #2 e #10 conversam paralelamente a #1.
169. #21, #10, #8, #7 conversam paralelamente a #1.
170. A traz bolachas à mesa diretora. #1 oferece-as aos outros presentes mais próximos.
171. 9 vai à mesa de café. E fala de lá, fazendo piada [quem não aparece, não ganha bronca (sic)].
172. #20 vai à mesa de café, após pegar algumas bolachas.
173. #16 pega bolachas e café. #21 também o faz.
174. #19, #16 e #22 conversam paralelamente a #1 e #11.
175. Muita conversa paralela. Foi preciso pedir-se silêncio.
176. #8, #22 e #16 vão à mesa do café. #22 e #8 conversam paralelamente a #1.

177. #1 precisa se levantar para ganhar atenção.
178. #21, #7 e #16 conversam paralelamente a #1.
179. #12 faz proposta. Mais discussão.
180. #1 é chamada de senhora. Faz “cena”. Coloca o chapéu e faz cara de zangada. Faz piada [A gente vem de shortinho achando que tá abalando e é chamada de senhora! (sic)]. Muitos riem.
181. #1 e 9 riem porque 9 liga para celular de #1 durante a reunião.
182. #1 cala-se, esperando silêncio para voltar a falar. #1 se irrita com o barulho [ai, gente, que coisa! (sic)].
183. #1 levanta-se para ganhar atenção.
184. Vermelho?a? faz sugestão.
185. #4 e #2 conversam paralelamente a #1 e vermelho?a?
186. #11 e #8 conversam paralelamente a #1 e vermelho?a?
187. Vermelho?a? não gosta do que #1 fala, corrigindo-a exaltadamente. #1 retruca também exaltadamente.
188. #2 pede a palavra. #1 dá, mas não surge a oportunidade para a fala. #21 continua falando.
189. #2 ganha a palavra novamente.
190. #1 corta a fala de #2, dizendo que a fala diz respeito a algo que já foi ultrapassado nas discussões.
191. Vermelho?a? pede voz. #19 também.
192. #11 e #12 conversam paralelamente a #1.
193. #10 e #8 conversam paralelamente a vermelho?a?.
194. #2 retoma a palavra.
195. #16 manda beijos no ar para #21 e #22 e vai embora.
196. #1 levanta-se para ganhar atenção. Dá sua opinião. #23 não gosta do que #1 fala, corrigindo-a exaltadamente [não! (sic)]. #1 retruca também exaltadamente [é minha opinião! Posso? (sic)]. #23 logo se arrepende da intromissão, levando as mãos ao rosto.
197. #19 tenta entrar na discussão, mas é cortada também por #1.
198. #5 tenta argumentar seu ponto de vista.
199. #1 e #13 vão para mesa de café.
200. #8 e #12 conversam paralelamente a #21.
201. A reunião encerra-se sem um momento claro ou oficial. **Fim da gravação** **Total: 2h 46min**

ANEXO M – Análise Presencial Plenária 1

Quadro 22 – Análise Presencial Plenária 1

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz)	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
2	1		X				
2	1					X	
3	2		X				
4	3		X				
5	4				X		
5	1				X		
7	2			X			
7	2			X			
7	2			X			
7	3			X			
7	4			X			
9	5		X				

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
10	6		X						
10	6				X				
10	6				X				
10	6				X				
10	6				X				
10	6				X				
10	6				X				
10	1				X				
10	2				X				
10	3				X				
10	4				X				

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
10	5				X				
10	6				X				
11	7		X						
11	7		X						
11	7				X				
11	6				X				
12	8				X				
16	9		X						
17	5				X				
17	4				X				
19	11		X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
20	12		X						
21	13					X			
21	12					X			
22	2			X					
22	13			X					
25	14		X						
26	10				X				
26	6				X				
32	15				X				
32	5				X				
38	1		X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abrço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
39	2	X						
39	6	X						
56	9					X		
57	8	X						
57	11	X						
59	6					X		
60	1					X		
63	8	X						
63	11	X						
63	12	X						
64	17	X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Atenção da Aud./Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
					Aperto de Mão	Abraço e beijo		
64	18	X						
65	1					X		
68	6					X		
73	18				X			
73	1				X			
74	11	X						
74	12	X						
75	14	X						
75	13	X						
76	5	X						
78	16	X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
79	6	X						
80	19			X				
80	4			X				
80	19				X			
80	7				X			
81	11	X						
81	12	X						
84	5	X						
89	20						X	
89	20						X	
90	11	X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
90	8	X						
92	20	X						
92	10	X						
93	6					X		
93	18					X		
94	5				X			
94	6				X			
94	5	X						
94	6	X						
95	21		X					
95	21		X					

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
95	21	X						
95	6	X						
95	5	X						
96	11	X						
96	12	X						
98	10	X						
101	6						X	
101	16						X	
102	11	X						
102	12	X						
104	18	X						

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
104	5	X					
105	11	X					
105	08	X					
106	21			X			
108	10	X					
108	14	X					
109	5						X
110	16	X					
110	14	X					
110	21	X					
112	1	X					
<u>3</u>	1		X				

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
<u>63</u>	1						X	
<u>67</u>	1						X	
<u>71</u>	1						X	
<u>83</u>	6						X	
<u>98</u>	1						X	
<u>107</u>	6						X	
<u>147</u>	1						X	
<u>159</u>	6						X	
<u>163</u>	2						X	
<u>192</u>	1						X	
<u>219</u>	1						X	
<u>233</u>	1						X	
<u>236</u>	1						X	

Quadro 22 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
<u>237</u>	18					X	
<u>239</u>	18					X	
<u>240</u>	1					X	
<u>241</u>	18					X	

ANEXO N – Transcrição Plenária 1

1. Início da transcrição: **0:00:20**
2. 5 Eu acho que aqui o erro grande é o enunciado. Na verdade, a meu ver, eu colocaria assim: porque não houve assembléia nos dias tal, tal, tal e tal. Porque faltou fulano... A entidade, não a pessoa. Tal, tal, tal e tal. E quando a pessoa não vem, tem o suplente. Agora, não vem o titular, não vem o suplente. **[incompreensível]**.

INÍCIO FORMAL DAS DISCUSSÕES

3. 1 Tá, gente, olha. Primeiramente, boa tarde a todos e a todas. Quem está muito lá para trás, se puder passar para frente, seria ótimo. Até porque também pouparia a garganta da gente. A **[nome]** está com **[incompreensível]** ar condicionado. Então, gente, eu até queria trocar aqui a ordem, tá? O três passar para o dois. Começar por aquele edital de convocação. Tá? Se todos aprovam - tá? – que possa fazer uma alteração para começar pelo edital de convocação e depois para ata. **Posso trocar a ordem?** **[pausa]** Então... Instalação dos trabalhos: leitura, apreciação e votação do edital de convocação vira ordem do dia. Então, a ordem do dia é: instalação dos trabalhos; leitura, apreciação e votação do edital de convocação da ordem do dia; leitura, apreciação e votação da ata da assembléia geral de novembro de 2011 e reunião ampliada da mesa diretora de dezembro de 2012... Está faltando aqui, justificativa... leitura da justificativa dos conselheiros faltosos; 4. Planejamento 2012; 4.1. cada comissão apresenta as suas propostas; 4.2. mesa diretora apresenta plano, atendendo deliberação das conferências estadual e nacional; 4.3.

- aprovação do cronograma anual das plenárias e das comissões; 5. Momento das comissões; 5.1. discussão e aprovação da resolução 001/2012, instituições de LPI; 5.2. discussão e aprovação das alterações do projeto de lei [incompreensível]; 5.3. propostas de co-financiamento de centros dia; 5.4. aprovação de nominata de conselheiro para acompanhar o Ministério Público quando há fiscalização a entidades; 6. outros assuntos. Alguém tem alguma sugestão de modificação?
4. 6 Sobre a apreciação e discussão do projeto de lei, eu creio que tem que ter uma discussão maior porque já foi decidido e aprovado em assembléia. Era apenas alterar o número de conselheiros da secretaria e incluir aqueles que estavam faltando. Pelo o que eu vi, foi [incompreensível] votar tudo. Então, como eu contei, já foi amplamente discutido, debatido..
5. 5 Votado.
6. 6 ...aprovado e deliberado. *C'est fini.* Então, aqui, num piscar de olhos, alguém está querendo incluir novamente. Eu acho incorreto colocar em votação novamente. Já foi decidido.
7. 1 Tá, mas nós não estamos discutindo. Só estamos discutindo se vai constar esses assuntos ou não no edital. Eu acho que não chegamos nem na discussão do projeto de lei. Acho que essa...
8. 6 [interrompe 1] Tudo bem, tudo bem.
9. 1 Acho que isso aí, é pertinente quando chegar o momento. Mas agora, com relação à ordem do dia, todos concordam? Quem concorda, permanece como está. [pausa] Aprovado. [pausa] Queria saber, todos leram a ata? As atas? Porque foi mandado por email. Se todos leram, não há necessidade de reler. Daí, já tragam as modificações, alterações ou sugestões... Eu preciso ler novamente? Sim ou não? **0:04:36**
10. 6 Eu acho que pode [incompreensível], teria que dar uma olhadinha no português.
11. 1 Tá. Português, a gente pode alterar depois. Mas assim, com relação ao conteúdo, alguém tem alguma sugestão ou podemos aprovar do jeito que está e só melhorar a redação? Estão aprovadas então, as duas atas? [pausa] Ok, aprovado. [pausa]

Planejamento 2012. Então, nós vamos apresentar aqui, tá? Então cada comissão vai apresentar as suas propostas. Vamos começar... Olha, gente, uma coisa. **Enfrentamento à Violência é tão importante, uma demanda que a gente tem que tomar o maior cuidado. Infelizmente, nós estamos sem conselheiros, gente para poder participar dessa comissão. Tem comissão que tem muitos e essa comissão que é importante, quase não tem. Então, ela não está conseguindo se reunir. Então, tem vindo só duas pessoas. Imagina... para haver a reunião, tem que ter no mínimo, três. Nós estamos tendo duas. Então, elas não estão se reunindo.**

12. ? Foi colocado o meu nome, né?
13. 1 **Foi.**
14. ? **[incompreensível].**
15. 1. Só... Só estava tu e outro.
16. ? É.
17. 1 **Então, eu gostaria que alguém mais, [outras] pessoas, aderissem a essa comissão. Nem que tivesse que sair de uma outra, que tem mais conselheiros – tá? – e entrasse nessa de Enfrentamento à Violência, para que ela possa acontecer, porque ela não vem acontecendo. 0:06:36**
18. ? **[incompreensível]**
19. 1 **A comissão de enfrentamento à violência, ela até tem. Mas olha só: [lê a lista de conselheiros inscritos na comissão]. Só que não está acontecendo. Não houve nenhuma reunião. Não temos o planejamento dela. [pausa] Tá. Quem é que vai apresentar primeiro? Vai começar qual?**
20. 9 Vamos começar pela de políticas?
21. 1 Pode ser, então, a de políticas que faça a apresentação de seu planejamento?
22. 9 Quem vai apresentar?
23. 1 **[interrompe 9, incompreensível]** políticas?
24. 6 Eu!
25. 9 A **[nome]** tinha até o problema de saúde na família.
26. 1 De Políticas, não, desculpa, é de Normas, né?
27. 9 **É de políticas.**

28. 1 É de Políticas? Então, tá, de Políticas, pode ser.
29. 9 A [nome] mandou o relatório. Está aqui o relatório, olha.
30. 6 A [nome] me passou essa missão de fazer a leitura da Comissão de Políticas do dia 14 de 02 de 2012. Prioridades para 2012. Estabelecer os critérios para eleger a construção de centros dia em Santa Catarina. Quais critérios? Municípios com Conselho Municipal do Idoso implantado; mobilização previamente manifestada [incompreensível] para a construção do centro dia; casos de vulnerabilidade de idosos no município... seriam os critérios. Como fazer? Ofício para a prefeitura e Conselho Municipal do Idoso solicitando [incompreensível]; cópia da lei de criação do Conselho Municipal do Idoso com composição governamentais e não governamental [incompreensível]; período de [incompreensível]; cópia de [incompreensível] para o centro dia; motivos apresentados para a procuração; [incompreensível] de Santa Catarina. Item 2. Estimular a criação e/ou implementação e implantação de conselhos municipais do idoso. Como fazer? Levantamento dos municípios sem CMI; campanha de sensibilização e orientação para criação de CMI; capacitação de conselheiros. Três. Identificar e discutir [incompreensível] da III Conferência Nacional, que são objetos da Comissão de Políticas do CEI e oportunizar a [incompreensível] das demais comissões que apresentem [incompreensível] disponível. Estavam presentes na reunião: [lista conselheiros]. Tá bom? Entendido? 0:09:38
31. 1 Tá. E quanto que é o custo? Tens que ver a meta, o...
32. 6 Nós não chegamos a fazer [incompreensível].
33. 1 Mas nós precisamos urgente para mandar para o secretário isso. Urgente.
34. 6 Nós precisamos que vocês passem esse quadro, para a gente poder [incompreensível].
35. 1 Porque assim olha... Tá. Mas foi dado para vocês, né? Porque para fazer isso aqui, vai demandar viagem... né? Capacitação no local... tudo isso tem que ter custo. Quantas diárias? Coloca assim, olha, quantas diárias, quantas viagens, quais os períodos,

quais os municípios ou [incompreensível]. Então, como é que vai ser feito? Porque a gente precisa mandar esse custo. Para mandar direto para o secretário. A gente vai se reunir. Assumiu o novo secretário... vocês sabem, não é, que assumiu um novo secretário?

36. 5 Amanhã!
37. 1 Aliás, vai assumir dia primeiro, o novo secretário, Cândido, que era o secretário de saúde do município de Florianópolis. E aí, nós vamos ter que apresentar. Então...
38. ? Qual é o prazo, 1?
39. 1 Não, na verdade o prazo já é agora. É por isso que eu falo, a gente tem que fazer urgente isso.
40. 16 Sabe que a gente não pode esquecer que o governador foi à rede de televisão, comunicando que essa secretaria vai ser a “pupila dos olhos dele”.
41. 1 É! Pois então.
42. 16 Eu estou colando isso, para a gente não esquecer, para que a fala de todo mundo seja igual. “Nossa, que bom essa secretaria é a sua pupila”.
43. 1 Então, gente, assim, olha, a sugestão é que essa comissão se debruce para ver quantas diárias, fazer um cronograma... de quantas viagens vai precisar, quantos conselheiros, parceria com quem vai ser feita a... por exemplo, se a gente for lá fazer a capacitação, parceria com quem? Lembrando, que o Conselho de Assistência agora, recebeu uma verba muito boa para capacitação, tá? E a gente poderia inclusive, incluir alguns assuntos, porque já tem verba para isso. Então, o momento é agora. Tá? E eu acho que eu podia... eu não sei se vocês concordam. Assim, olha. Aqui está falando assim: “estabelecer critérios para eleger construção de centros dia”. Tem lá, no edital aqui, né? Tem um momento aqui, que nós vamos falar sobre centro dia. Não seria bom que tu já falasse sobre esse assunto que é pertinente à Comissão de Políticas e trouxesse? Ou acham que é outro momento? **0:12:20**
44. ? Não. Deixa as comissões se apresentarem.

45. 1 Não. A dos centro dia, ela é importantíssima. Ela vai ter que terminar hoje com isso.
46. ? **[incompreensível]**
47. 1 **Ok. Qual é a próxima comissão?** Comissão de Normas...
[pausa] Ah, prazos, gente! Prazos de entregar isso, para a Comissão de Políticas. Pode ser... vamos ver se a gente consegue fazer até final de março, [para] aprovar na próxima plenária? Tá? Então ok. Qual a próxima que tem aí?
48. 9 **É Normas.** Não! É porque esse aqui é o planejamento da Diretoria.
49. 1 Ah, tá.
50. 9 Certo? E a de Normas está chegando agora.
51. 1 A de Normas, gente. Quem é que vai apresentar a de Normas?
[pausa] Quem fazer a apresentação do planejamento de Normas? Tem alguém, gente, para fazer? Então, vamos passar para outro, depois a gente tenta. Vamos para a próxima.
52. 5 **[incompreensível]**, mas não chegou ainda.
53. 1 Comissão de Finanças.
54. 9 Era a última. A proposta era ser a última. **0:13:32**
55. 1 Tá, mas agora...
56. 9 **[interrompe 1]** A de Capacitação de Conselheiros! Vamos ver a de Capacitação, porque daí a gente fecha com dinheiro.
57. 1 Mas a gente nem pode fechar com dinheiro, porque já vi que não vai ter... vai ter dinheiro faltando aí.
58. 9 Está aqui, Sr. 2, olha.
59. 1 Essa é do que?
60. 9 **Essa é de Finanças.** Lá embaixo.
61. 1 Tá. Então, a de Capacitação, gente, quem é que vai apresentar?
62. 6 **[nome]?** **[nome]?**
63. 1 Gente, a de Capacitação, que vai apresentar? **[altera a voz]**
64. 6 Oh... **[nome]**... Alguém quer apresentar? **[pausa]** Tá... fazem parte, **[nome]**, **[nome]** e eu. **[nome]** e 6, conselheiras, **[nome]**, colaboradora.
65. ? E a **[nome]** é nova.

66. 6 Reunião realizada em 15 de fevereiro de 2012, com a presença das conselheiras estaduais 6, [nome] e colaboradora [nome]. [incompreensível] juntamente com [incompreensível]. Trabalhar nos municípios que não possuem conselho municipal do idoso, [incompreensível]...
67. 1 [interrompe 6, voz alta] Ai, 6! Eu não estou entendendo nada! Tamanha a rapidez! Meu Deus! Os outros não sabem!
68. 6 [interrompe 1] É que eu estou preocupada com [incompreensível].
69. 1 Não! Mas isso aí é importantíssimo! É o planejamento do ano.
70. 6 Tá. A reunião realizada em 15 de fevereiro, [incompreensível], e capacitação nas áreas dos conselhos municipais do idoso, promovidos pelo CEI-SC e SST. Propostas: trabalhar os municípios que ainda não contam com conselhos municipais do idoso, de modo que esses mesmos sejam implantados, em atenção àqueles que possuem instituições de longa permanência para idosos. Realização de seminários regionais. Enviar ofícios aos prefeitos, conselhos municipais, [incompreensível]. Quanto ao custo do evento, foi proposto fazer um levantamento junto à Comissão de Financiamento e Orçamento. Programar capacitação junto aos conselhos municipais do idoso e secretarias de desenvolvimento regionais. A gente propõe que a capacitação seja feita em dois dias, de modo a contemplar o conteúdo formativo, promovendo [incompreensível]. Ainda propõe que a capacitação [incompreensível] no último dia, com a apresentação de [incompreensível] e do Conselho Estadual, proporcionaria [incompreensível]. [incompreensível]. Políticas [incompreensível] catarinense; gestão, [incompreensível] e controle demográfico, o papel do conselho, lições ligadas ao autoconhecimento, orientação para [incompreensível] conselhos municipais do idoso. 0:16:35
71. 1 Mas assim... eu não sei... Ninguém recebeu essa tabelinha para dizer assim, olha: quem são os responsáveis, quem são os envolvidos, qual é o custo...? Gente, a gente tem que seguir, penso eu, um parâmetro para todas as comissões, né? Se a gente

já fez um resumo assim... claro, que aquilo ali tudo, mas colocar dentro, para a gente saber assim: quem a gente vai ter que contatar? Por exemplo, o do conselho municipal. A gente vai ter que contatar com o Ministério Público? Vamos. Então, é um agente envolvido. Quem é que vai ficar responsável? Quem é que vai elaborar os ofícios? Eu acho que é bem importante, a gente colocar uma série de coisas. Claro que a comissão vai fazer a [incompreensível] do ofício, vai passar e a gente assina, né? Mas o custo, por exemplo... Claro, a gente tem que saber quanto tem... e não tem! [reforço na voz] A gente já viu que não tem! É uma coisa que está bem ruim, a questão do orçamento para conselhos. É uma vergonha. E isso é uma demanda que vamos ter que levar para o secretário, que estamos sem...

72. 6 [interrompe #1] Na verdade, esse quadro nos foi entregue. E nós discutimos, duas conselheiras e uma colaboradora, o que a grosso modo, não tem quorum em termos de comissão. E, eu sou exigente. O trabalho foi feito [incompreensível] encaixar. [incompreensível] não recebeu o email [incompreensível]...
73. 9 [interrompe 6] Na realidade, nesse edital aqui, o edital de convocação de todas as comissões, edital de convocação para 7 de fevereiro, estavam a lista, o edital e o quadro.
74. 1 No anexo?
75. 9 No anexo. Todas as comissões receberam isso. 0:18:27
76. 1 Tá. Mas independente disso, passado é passado, né? Assim... lembrando, que é bem importante, novamente eu repito, colocar se vai ter viagem, se vai ter diária... entende? Oh, 18, faz favor de sentar aqui. [corrige o nome, falado errado a primeira vez] 18!
77. 16 Ai, tem que [incompreensível] como isso vai ser encaminhado. Se vai ser por email, se vai ser por carta...
78. 1 O que?
79. 16 Para fazer esse pedido de diária [incompreensível]. Só vai se saber se...
80. 1 [interrompe 16] É, mas se vai ser feito capacitação, vai precisar de diária. Se tem capacitação, se é presencial, vai precisar de diária.

81. 16 **[interrompe 1]** **[incompreensível]** Essa comissão tem que **[incompreensível]** quantas pessoas que estarão indo fazer essa capacitação.
82. 1 É. A gente já tem... a 6 já tem uma larga experiência com relação a capacitações que já foram feitas. Até quando ela foi presidente, foram três pessoas, uma da secretaria e mais dois conselheiros que foram. Dá para colocar uma equipe de três, um da secretaria e dois conselheiros, ou duas pessoas. Mas é importante... **[pausa enquanto outra pessoa fala paralelamente]** Mas é importante que tenha, porque se a gente tem que ir atrás de recurso e conversar com o secretário, gente, eu tenho que levar uma coisa, pronta. Não posso levar uma coisa...
83. 6 **[interrompe 1]** Eu vou até falar uma coisa que talvez **[incompreensível]**. Nós fizemos **[incompreensível]**, bem embasado. E aí, quando chegou, o secretário foi ver e simplesmente não nos deram apoio. Aí, eu disse: para que a gente vai se esculachar de trabalhar, se continuar com o mesmo secretário? **[incompreensível]** mesa dele, desculpa. Mas **[incompreensível]**, olha, chega de bancar o bobo da corte. Ou a gente faz alguma coisa ou deu **[incompreensível]**. Aí, eu disse: eu não vou **[incompreensível]** para ficar discutindo, ficar estudando, para quando levar para ele: ai, não dá. **[incompreensível]** E surpreendentemente, a 9 me disse: não, agora **[incompreensível]**. **[incompreensível]**, a mesma coisa, gente. Ela chegava lá, no hotel... **[voz exaltada]**
84. 1 **[interrompe 6]** Tá, 6!
85. 6 Então, eu acho assim... agora nós vamos ter um novo secretário. Quem sabe, a gente vai ter uma nova oportunidade de ver o que... Então, nós vamos nos reunir de novo, minha proposta, se não for **[incompreensível]**, e a gente vai fazer uma nova proposta. E **[incompreensível]** alguma coisa. **[incompreensível]**
86. 1 É. Na verdade, o conselho não executa, né? O conselho queria capacitar, a verdade é essa. Tá? Quem teria a obrigação de capacitar, seria a secretaria. A gente inclusive, [poderia ir] junto, como parceiro, né? Tem que lembrar isso também. Mas de

qualquer forma 6, a gente tem uma agenda. Foram feitas algumas e muitas ficaram. De repente podia resgatar aquilo...

87. 6 Para que?
88. 1 Pois é... resgatar e colocar. Mas aquilo já tinham quantas viagens que eram... De repente, diminuir para dois conselheiros... dois... um da secretaria e um conselheiro. Não fazer três. Não sei... mas eu acho que tem como resgatar aquele trabalho antigo quando ela começou aqui. Daí, foi cortado porque não tinha mais recurso. Nós fizemos, eu acho, em quatro [incompreensível], né, 6? Quatro, e faltaram todas as outras. Mas essas outras já estão lá, nominadas. De repente, era só resgatar isso.
89. 6 Então, tá.
90. 1 Tá, gente. Qual o próximo ponto?
91. 9 Finanças.
92. 1 Finanças. [pausa] Sr. 2, por favor, aqui na frente.
93. 2 A Comissão de Finanças e Orçamento tem realmente uma missão muito especial, porque ela é parte de todas as outras comissões. Então, nós tivemos que caminhar primeiro, para saber aonde estava o dinheiro, aonde tinha sido previsto... Fomos ver no orçamento, fomos ver as contas. Tivemos uma ajuda muito importante do nosso colega da Fazenda, o Sr. [nome]. E nós também tivemos o cuidado de conhecer o que estava sendo determinado para o Conselho Estadual do Idoso pudesse funcionar e atender a sua política. E dessa primeira reunião do dia 24 de 2, nós tivemos a presença, então, de [cita lista de presentes na reunião] e tivemos ainda, a participação, de quando necessário, da nossa secretária da secretaria executiva, 9, e que nós agradecemos essa ajuda. Foi muito importante. E o que nós trabalhamos em cima dessa situação? Nós observamos que na maioria das políticas você não vê nem rubricas e uns e outros, nem aparecem. E quando não aparece, também não aparecem programas. E essa é uma configuração que nós estamos trazendo porque nós achamos que [incompreensível] e que o Conselho deve estar trabalhando encima desse dado. Por todos os lados, nós partimos também a conhecer essa realidade de que o idoso dentro

do orçamento, está bem ofuscado, para não dizer que ele está totalmente ausente. Uma ou outra vez você encontra um idoso assim, perdido. Mas os recursos [necessários destinados à] política do idoso, é muito difícil conseguir identificar. Acreditamos que tenha bastante dinheiro, mas é preciso identificar. Porque a lei é bem clara. Bom... o que a comissão digamos, trabalhou mais especialmente dentro desse conjunto de articulações para que nós pudéssemos... o orçamento que foi aprovado em assembléia geral... desculpa, em plenária da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e sancionada pelo governador. É o orçamento para 2012. Eu vejo que [incompreensível] que fazer, nós teçamos uma articulação para o co financiamento da construção de dois centro dia, com prioridade para Santa Catarina. Da Comissão de Políticas, nós já tivemos a informação de que é preciso ter algumas diretrizes. E a [incompreensível] do orçamento interno, da mesma forma. Que as diretrizes têm que existir para você determinar quais são os dois municípios que deverão receber [os centros dia]. Bom, a divulgação do Estatuto do Idoso através da publicação de cartilhas, indicando as prioridades da III Conferência dos Direitos da Pessoa Idosa. Então, nós temos aqui, até julho de 2012, a Comissão de Comunicação e Divulgação e Secretaria Executiva, e nós temos uma proposta para cinco mil exemplares. Como também nós temos para até dezembro de 2012, a construção de dois centros dia. E para essas duas obras estão previstos 375 mil reais.

94. 18 [interrompe 2] Cada uma.

95. 2 Como?

96. 18 Cada uma. 0:26:53

97. 2 Cada uma. São duas. Aqui não está correto. A informação que nós temos lá do secretário é, realmente, cada uma. Bom, nós temos então, ainda a publicação dos anais da III Conferência até março de 2012. Fica então, a responsabilidade com a diretoria, com a secretaria executiva. E nós temos [incompreensível] de diretor geral. Nós temos como [incompreensível], e também

aqui, nós temos a proposta de cinco mil exemplares para os anais. Digo apenas, porque nós somos 293 municípios. Bom, nós temos ainda, em abril, o encaminhamento dos anais aos gestores públicos das diversas políticas setoriais. Isso também faz parte do Planejamento, que é o encaminhamento aos gestores públicos, da qual você é o presidente, né? Parabéns! Bom... nós temos ainda, como décimo ponto de atuação, a realização de dez seminários macro regionais para o fortalecimento dos conselhos municipais. **[incompreensível]** por alguns princípios, mas especialmente da III Conferência Nacional, Estadual e Municipal do Idoso. Então, são essas **[incompreensível]**, e que essas **[incompreensível]** 2012 e com a Comissão de Capacitação e Mesa Diretora, com as SDRs, secretarias de desenvolvimento regional, envolvidas, e com atendimento de 60% dos conselhos municipais, em princípio, e com o número de 600 participantes. **0:29:08**

98. 1 Mas eu não estou entendendo. Isso aí, é o que? Capacitação? Isso não da Comissão de Capacitação?! **[voz de espanto]**
99. 2 Isso aqui, é na questão do planejamento para a previsão das despesas. Para que o...
100. 1 **[interrompe 2]** Tá. Mas vocês já estão colocando dez... Por exemplo, na Comissão de Capacitação, [vão ser] definidos, quantos. Vai mandar, obviamente, para a Comissão de Finanças para que ela possa fazer, aí, sim, o planejamento orçamentário para o que foi definido nas comissões. Aí, sim...
101. 2 Não! Oh, presidente! Nós estamos apresentando a proposta que veio para ser analisado. E foi analisado pela comissão. E agora, no final, nós vamos trazer o orçamento do dinheiro que nós temos disponível no orçamento. Para poder ver se essas propostas que foram feitas pelo planejamento **[incompreensível]**, possam ser atendidas com o recurso que nós temos.
102. 6 Se eu bem entendi, a 1 está... Eu entendi uma coisa, achei que foi o que a 1 falou. Vocês estão propondo um seminário que não é o que a Comissão de Capacitação propôs. Eu sei, alguma...
103. 2 **[interrompe 6]** Não. Nós recebemos aqui a realização de dez seminários macro regionais...

104. 1 [interrompe 2] O senhor recebeu de quem?
105. 6 Boa pergunta.
106. 9 Da mesa diretora.
107. 6 Mesa diretora?! [voz de espanto] Quem é a mesa diretora?
108. 9 A mesa diretora sentou-se dia 14 e 15 de fevereiro...
109. 6 [interrompe 9] Quem foi? Quem foi?
110. 9 ...e esquematizou, foi sistematizado, [incompreensível]. A comissão...
111. 6 [interrompe 9] Quem foi?
112. 9 Calma. Posso terminar?
113. 6 Pode.
114. 9 A Comissão de Políticas Públicas já tinha se reunido, porque as comissões todas eram para ter se reunido dia 7. Na semana seguinte, a mesa diretora se reuniu e a gente já tinha conseguido sistematizar o que tinha vindo das comissões. E a proposta dos dez seminários, na realidade, veio lá da mesa diretora, porque ela está como prioridade na III Conferência Nacional. Entendeu? Como os seminários, os fóruns e tal tal tal. Então, na realidade, [incompreensível], a mesa diretora sentou e colocou o [incompreensível]. E [incompreensível], a Comissão de Orçamento se reuniu na semana passada, resolveu assim: quanto que custaria isso? Para ter uma ideia do que precisaria. Como o Planejamento está sendo definido hoje, tudo isso é passível de mudança. Confere? O que a Comissão de Finanças pediu foi um boneco do que iria ser apresentado, para ver se teria o dinheiro ou não. 0:31:55
115. 6 Uma prévia?
116. 9 Uma prévia.
117. 2 Obrigado pela...
118. 6 [interrompe 2] Quem era a mesa diretora?
119. 9 Da mesa diretora estava a [lista os conselheiros presentes].
120. 1 Só que assim, olha... deixa eu explicar. Tem alguma coisa que está meio... [pausa]
121. 6 Duvidosa.

122. 1 É. Porque na verdade, eu achei... eu acho que nós entendemos que já tinha sido deliberado pelas comissões esse número de capacitação, e veio para o Planejamento. Mas, estou vendo agora que não foi bem isso. Estou percebendo agora. Então, gente, se foi feito assim, a comissão fez o trabalho que era para ter feito.
123. 6 Eu acho. [incompreensível]
124. 1 [interrompe 6] Exato. Exato até aqui. Nós vamos ver agora, o nosso planejamento aqui [incompreensível], porque, na verdade, ele tinha sido baseado também no que veio de relatório das comissões. Agora, até eu já não sei mais de onde tirar [incompreensível]. Vou falar a verdade.
125. 9 [interrompe 1] Espera aí, espera aí, espera aí. Olha aqui... veio escritório, dirigido pelo coordenadora da captação [incompreensível], solicitando que fosse incluído no email aqui, que não se faria mais nada além daquele cronograma proposto anteriormente, que é o cronograma das capacitações descentralizadas dos conselhos municipais...
126. 1 [interrompe 9] [incompreensível]
127. 9 Exatamente.
128. 1 [interrompe 9] Ah, agora acabou de explicar.
129. 9 Veio no email, dizendo que era para ser feito isso. O que a gente fez? Sistematizou os números e colocou em uma mesma...
130. 6 [interrompe 9] Não! Mudou totalmente!
131. 9 Depois mudou. Olha aqui... depois mudou.
132. 6 Ah, tá. Por isso que eu não estou entendendo. Eu pensei que tivesse tido outra comissão, porque [incompreensível]...
133. 9 [interrompe 6] Não. Está aqui, olha. [incompreensível]
134. 6 ...[incompreensível], tudo bem. Eram capacitações que se fazia, e que a gente pode fazer até [incompreensível] regionais. A gente não pode fazer...
135. 1 [interrompe 6] Mas isso é macro. Quando a gente fala em macro, na verdade, são regionais.
136. 6 Macro... macro regionais. Porque [incompreensível]...
137. 1 [interrompe 6] A palavra macro, é regional, tá?
138. 6 [incompreensível]

139. 9 [interrompe 6] Macro regionais, está aqui!
140. 6 Não ser regionais.
141. 1 Então, não mudou grande coisa, porque continua sendo macro regional.
142. 6 É, mas a tua anotação está aqui totalmente diferente. **0:34:12**
143. 1 Não... está ali...
144. 9 [interrompe 1] Realização de seminários macro regionais para fortalecimento dos conselhos municipais [incompreensível]...
145. 1 [interrompe 9] [incompreensível]
146. 16 Então, isso aí, já está indo para o escritório. Não é? Oh, 6. [incompreensível]
147. 1 [interrompe 16, voz exaltada, falam paralelamente] [incompreensível]
148. [discussão generalizada]
149. 1 Conselheiro 20 com a palavra. [pausa] Só um pouquinho. Por ordem, tá? Por ordem. 20, por favor.
150. 20 Senhores e senhoras... O que está sendo colocado aí, que o senhor 2 está apresentando, foi o que a gente recebeu. Foi feito um estudo de viabilidade financeira em cima disso aí. Então, o que foi feito? A gente pegou [incompreensível] e fomos testando para ver aonde que se encaixava isso aí. Então, é o que nós temos para apresentar. Se há alguma alteração, como isso ali ainda não é definitivo, pode-se alterar aquilo que for necessário. Então, não cabe agora, estudar ou [incompreensível] aonde que vai ser distribuído, aonde que vai usar isso e aquilo, porque é um estudo prévio. Depois que for apresentado, a presidente vai dizer: [incompreensível], na Palhoça. Não interessa! O que interessa é [incompreensível] e como nós vamos arrecadar esse recurso para construir.
151. 1 Construir o que?
152. 20 Os centros dia...
153. 1 [interrompe 20] Não, não, deixa fora o centro dia.
154. 20 [incompreensível]
155. 1 [incompreensível] Centro dia não consta ali nesse...
156. [Discussão generalizada]

157. 1 Quanto que tem para o conselho, seu 2?
158. 2 Eu vou passar agora para **[incompreensível]**, porque nós temos toda essa parte... porque na verdade, o conselho é autônomo. Ele **[incompreensível]**. Então, ele é autônomo. Então, nós temos que ter todas **[incompreensível]**, tudo o que envolve o idoso, deve fazer parte da nossa pesquisa e também do orçamento. Bom, então, dada essa fichação aqui, nós ficamos com a proposta que nós recebemos, fizemos a avaliação, fizemos a análise e vamos dizer que nós nos sentimos assim, muito pouco considerados no orçamento **[incompreensível]**, como também nos quisitos. São muitos. Nós vamos passar agora, para o que o orçamento contemplou. O que nós temos? ~~Inclusive, nós conversamos com uma~~ depois de analisar tudo isso aqui, nós inclusive, entendemos que nós tínhamos que tomar **[incompreensível]**. E essa questão nós vamos colocar **[incompreensível]** no final dessa apresentação. No orçamento, então, a disponibilização. Ação número 11534, do orçamento: eventos dos conselhos setoriais de direito, 20 mil reais.
159. 6 20 mil?! **[voz de espanto]**
160. 1 Para todos.
161. 2 20 mil reais.
162. 18 Vem cá... vem cá. Está conselhos setoriais ou conselhos de direito?
163. 2 **Setoriais e de direitos!** **[voz aumentada, dando destaque à informação]**
164. **[Barulho generalizado]**
165. 2 **Ação número 11537: capacitação dos executores da política e dos conselheiros setoriais e de direitos vinculados à SST: 20 mil reais. Também para todos. 0:38:18**
166. 6 Para o ano inteiro.
167. 1 Divide isso por dez.
168. 2 Divide por dez.
169. 1 Vinte, dividido por 10. Dois mil reais.
170. 2 Nós conseguimos faturar, espremendo assim, muito...
171. 1 **[interrompe 2]** **[incompreensível]**

172. 2 Agora, nós temos ainda a... [pausa]
173. 1 Gente, calma, não é só isso. Calma. Tem outras [incompreensível].
174. 2 [interrompe 1] Ação 022023...
175. 1 [interrompe 2] Não, não. Antes disso. Antes disso, além da capacitação, ainda tem outras despesas aqui correntes...
176. 9 [incompreensível]
177. 1 Ah, tá.
178. 2 Ação 022023: efetivação dos conselhos setoriais de direitos vinculados à SST: 370 mil. Para ações de [incompreensível] que foi a descrita aqui, que nós percebemos que nós deveríamos ter uma reestruturação do conselho. E especialmente da secretaria executiva, [destinando a verba] para uma equipe administrativa e técnica. Então, é uma proposta que foi acrescentada nesse rol. Bom, para esta política, aventamos ainda de colocar pelo menos o valor de dez mil reais, para que isso pudesse acontecer. Bom, ação 011543: realizar estudos e pesquisas para subsidiar políticas setoriais e de direitos vinculadas à SST: 120 mil reais. Não fala do idoso, mas está implícito.
179. 1 [incompreensível] é recurso próprio, do Estado...? [incompreensível]
180. 2 É orçamento do Estado. 0:40:29
181. 9 [interrompe 2] [incompreensível]
182. 2 Tem ações planejadas. Ação [incompreensível] tem aquela planejada [incompreensível]. A 11731: apoio técnico e financeiro a entidades que atendem idosos e grupos de idosos. Nós temos 14 mil.
183. 1 [incompreensível]
184. 2 É... tem...
185. 1 [interrompe 2] [incompreensível]
186. 2 Então, mesmo que o dinheiro que está sendo disponibilizado para a política do idoso, sem considerar programas, objetos e ações [incompreensível] a Secretaria de... [pausa] Foi o que nós conseguimos levantar. Foi levantando no Orçamento. Aí, dentro dessa...

187. 1 [interrompe 2] Aí, não conta os 700 mil para a construção de centros dia?
188. 9 Não.
189. 2 Os centros...
190. 9 [incompreensível]
191. 2 Isso é outra...
192. 1 [interrompe 2] Não importa! [intensifica a voz] Mesmo estando [incompreensível]
193. 2 Não. Mas ele é um recurso da política do idoso, mas ele entra de uma forma diferente no orçamento. Bom, nós temos então, uma proposta, que diante dessa situação, há a necessidade de uma audiência com o Sr. Secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação para garantir o planejamento do CEI 2012, pois o orçamento está disponibilizado. [incompreensível] extra oficial, de que ainda poderia haver possibilidade de achar algum recurso através de planejamento. 0:42:03
194. 1 Por isso que a gente está tentando que todo mundo traga rapidinho...
195. 2 [interrompe 1] Então...
196. 1 ...para a gente poder ir lá negociar.
197. 2 Então, com isso, a nossa comissão agradece aos participantes e a Secretaria Executiva também. E aqui nós deixamos por encerrado, então, [incompreensível]. Mas, a Comissão de Orçamento gostaria de deixar bem claro, que há uma necessidade muito grande de haver um planejamento integrado e que haja o maior número de programas inscritos na LDO. Tem que ter tudo orçamentado. No momento que nós tivermos diretrizes orçamentárias para o idoso contempladas no orçamento, nós vamos ter dinheiro. 0:42:55
198. 1 [fala baixo com 9] [incompreensível]
199. 2 Obrigado então.
200. 1 [incompreensível] momento né? A Comissão de Divulgação e Comunicação.
201. 9 De planejamento pode ser?
202. 7 Não. Comunicação.

203. 9 Então, esse é o planejamento de vocês.
204. 7 **[incompreensível]** foi feita **[incompreensível]**, para a divulgação de todo o processo da casa, né? Então, nós vamos fazer **[incompreensível]** do começo dele, até os dias de hoje. Nós queremos que o CEI tenha um site. Dentro desse site **[incompreensível]** explicativos para os idosos, de utilidade pública, né? Foi isso, né, **[nome]** ? Tudo o que tiver, que seja encaminhado para divulgação para o idoso. Toda e qualquer divulgação **[incompreensível]** participar mais o idoso. Poderia **[incompreensível]**. E a divulgação do **[incompreensível]** do idoso vai se dar fora esse site. Então toda a colaboração, a gente vem e traz a comunicação aqui, para depois a gente encaminhar para o site, se alguém quiser colaborar.
205. 1 Tá, mas o planejamento de vocês qual é? Só a criação do site, é isso?
206. 7 **Por enquanto só isso. [incompreensível]**
207. 1 **[interrompe 7]** Poxa, mas tem muita coisa. Pode ser... Não sei. **Eu acho que podia ter mais coisa. O Conselho por exemplo, pode fazer outras coisas também, como... [pausa]** Agora, tem que estar mais na Conferência, tá? Que é aonde o planejamento...
208. 7 **[interrompe 1]** **[incompreensível]** tiver dúvidas, que daí nós **[incompreensível]**.
209. 1 É. **Pode ser feito também uns livretos... ou então...** como é que fala aquele...?
210. 9 **Cartilha.**
211. 1 **Uma cartilha... Ou de criar, por exemplo... por email, uma forma sucinta do que foi discutido aqui, mandar para todas as entidades do estado inteiro, que trabalham com...**
212. 10 **[incompreensível]** para isso nós vamos precisar da ajuda dos demais, para nos dar essas informações.
213. 1 **Não, não. Assim, olha... mas é planejamento. É claro que todo mundo sabe que vai ter que passar para vocês para dar essas informações. Isso aí, é lógico. Não é nesse sentido. É planejamento assim, olha... por exemplo: fazer uma síntese das reuniões, se comprometer de mandar para todo mundo. Todos os**

- conselhos municipais que tem da pessoa idosa, em todos os municípios. Para que fiquem sabendo o que a gente discute. Um outro planejamento... Assim, **[incompreensível]**...
214. 7 **[incompreensível]** ...e dá para ver tudo aqui certinho...
215. 1 **[interrompe 7]** **[incompreensível]** Mas não custa também.
216. 7 **[interrompe 1]** **[incompreensível]** vai dentro do planejamento. **Que é aquele todo, né? Então, no próprio site vai ter...**
217. 1 **[interrompe 7]** Mas o site, nós não vamos conseguir um site só nosso.
218. 16 Claro que vamos! Nós temos um grupo de **[incompreensível]** que nós montamos o site.
219. 1 Gente! **Eu estou falando, institucional, nós temos o site da SST, que tem que ser melhorado e muito, porque não tem nada. A gente clica lá em atas, não aparece ata. Clica em resolução, não aparece resolução. Só aparece lá, até agora, quem é a mesa diretora. Dá até raiva! Tá? Então, isso tudo tem que estar no planejamento, porque a gente tem que conversar com o secretário. Eu vou pegar agora, o que sai das comissões e vou lá falar com o secretário: olha, a Comissão de Planejamento já **[incompreensível]**. O que tem no site? Não temos nada no site por enquanto! **[voz de indignação]** Né? Então, que é que vai alimentar, quem vai mandar as informações? A Comissão. Mas tem que estar no planejamento, gente! Então...** **0:47:10**
220. 6 **[interrompe 1]** Na conferência... [espera 16 acabar de falar, já que começam a fala junto]
221. 16 **[interrompe 1]** **[incompreensível]**
222. 6 **Na Conferência, no grupo dos municípios, o que eles reclamaram foi da falta de informação do Conselhos Estadual do Idoso.**
223. 1 **[interrompe 6]** Exatamente!
224. 6 **Igualmente, nós reclamamos da falta de informação do Conselho Nacional do Idoso. Então, nós também estamos fazendo a mesma coisa.**
225. 1 Isso, 6!

226. 6 Agora, existe um site da Secretaria que tem que ser melhor utilizado e cobrado [incompreensível]...
227. 1 [interrompe 6] Mas a gente já... não custa nada fazer os informativos para mandar.
228. [Discussão generalizada]
229. 1 19! [dá voz a uma conselheira] 0:48:02
230. 19 O negócio é o seguinte. Todo o site bem elaborado, bem [incompreensível], ele tem um custo. Principalmente, institucional. Qualquer página pode ser criada sem problema, mas não ter a funcionalidade que [incompreensível] teria, em tese. No caso, de nós usarmos [incompreensível] o site da Secretaria, vai estar sempre vinculando à Secretaria. Nós não vamos criar, desse jeito, nunca pernas próprias. E não ter pernas próprias para decidir sobre as nossas coisas, as nossas demandas, [incompreensível] que o nosso site deva ser exclusivo do Conselho.
231. 1 [interrompe 19] Foi essa a idéia que eu disse.
232. 19 [incompreensível] ...a gente pode fazer [incompreensível]. Só que daí, ninguém está com fundo. Tanto o site, quanto o conserto, quanto os informativos, tudo isso tem um custo. Quem vai [incompreensível]? Quem é que vai manter o site atualizado? Um técnico...
233. 1 [interrompe 19] Não, 19! É por email... é por email... [altera a voz, cansada]
234. 19 Tá, meu amor, eu sei. Ainda assim, nem tudo é só por email, né? Nem tudo é também só no site [incompreensível].
235. [Discussão generalizada]
236. 1 Tá, nós temos um site institucional. Que tem que ser aproveitado. Eu não sei como vai ser agora com o novo secretário, porque realmente, o anterior... meu Deus do céu, né?! A gente não contava com nada de nada. Nada de nada! [altera a voz] Eu soltei foguete quando ele saiu. Porque nada de nada. Então, eu não sei como vai ser o novo secretário. Ache que a gente tem que dar pelo menos uns... primeiro conversar, a gente tem que ver se consegue alguma coisa diferenciada. Mas para

conseguir, é isso que eu quero dizer. Eu tenho que ter esse planejamento para levar. Porque eu vou chegar lá e não vou ficar lembrando: olha, a gente discuti isso, discuti aquilo. Eu quero pegar o planejamento de cada comissão e levar junto com a diretoria e outros, se quiserem participar e dizer: olha, as demandas são essas. Aí, quando chegar no site, é uma das coisas. Se agente for fazer individual, a gente vai criar um **[incompreensível]**. Não é difícil. Até eu sei criar um site. Mas...

[pausa por causa do barulho] 0:50:25

237. 18 Olha, gente. Nós estamos falando de site... estamos falando de site, site, site. Dá pra criar um pronto aí, no Google. Entra ali, “pá”, pega um pronto, nós temos um site. É um site. Pronto. Agora, o seguinte. O site precisa de quem o abasteça. Que quem tenha, dê a manutenção diária a esse site. É o que está acontecendo com o da secretaria. Eles não tem pessoal para dar a manutenção diária. A única pessoa que tinha ali era a equipe do secretário que dava manutenção PRO SECRETÁRIO. **[ênfase na voz]** Era a equipe interna dele ali. A equipe que fazia esse trabalho. Como os outros secretários de desenvolvimento do estado tem sua equipe própria para o Twiter, para o Facebook, para o **[incompreensível]**. Então, tá. O Conselho do Idoso, como todos os outros, ficam na pior aí, aguardando os sites. E quando colocam, né? Porque muitas vezes eles mandam para lá e não sai. Então, nós estamos falando aqui, se o pessoal da comunicação precisa fazer isso ou não... eu acho que eles têm vontade de fazer, querem fazer. E mesmo que eles tivessem até hoje, material para colocar nesse site, pode ter certeza que não sairia ali, tá? É só dar uma olhadinha no setor que é encarregado de manutenção do site. Então, eu acho que seria o ideal, vocês duas conversarem com esse pessoal e ver qual o espaço que o Conselho tem...
238. 1 **[interrompe 18]** Não, gente. Não. Nós vamos falar com o secretário.
239. 18 Ah! Vamos falar com o secretário! Vai falar com o secretário! Vai falar o que com o secretário gente?! **[voz de indignação]**

240. 1 [**interrompe 18**] Ah, por que eu vou falar?! [**intensifica a voz**]
Tem que falar!
241. 18 [**interrompe 1**] Tem que ir falar com as pessoas que
trabalham lá! Secretário vai dizer: olha, faz! [**imita voz de**
descaso] [**incompreensível**] porque tem 500 demandas para
fazer.
242. 1 [**interrompe 18**] Não. É diferente! Não, mas a gente não está
fazendo uma demanda...
243. 18 [**interrompe 1**] Então está bom. Se tu acha que é diferente... A
minha posição eu vou dar.
244. 7 [**incompreensível**]
245. 1 Gente! Tem que falar para todo mundo aqui, olha!
246. 7 Então, a gente vinha na comissão com 40 dias de antecedência
e o [**incompreensível**] nosso, vem dois dias antes aqui. Nós não
vamos divulgar absolutamente nada. Porque ninguém vai ler,
porque ninguém...
247. 1 [**interrompe 1**] Mas gente, era outro secretário, tá? Só fazia a
música dele.
248. 7 [**incompreensível**, fala junto com outra pessoa]
249. 1 Só a música dele.
250. [**Discussão generalizada**].
251. 1 Não importa. Mas [**incompreensível**]. Não sei, né? Oh, 21...
você parece que queria falar. Você estava apontando.
252. 5 Eu estou pedindo já, há tempos.
253. 1 Também... mas é que é por ordem. Não, 21? Então, 5...
254. 5 Esse negócio do site... é claro, o 18 falou direito. A gente está
confinado ao secretário. Eles decidem o que põe ou não põe. Eles
é quem decidem. Então, isso é qualquer secretário. Nada impede,
que se alguém estude ou se alguém tenha essa vocação de fazer
site para o Conselho, eu acho que isso a gente deve estudar o
quanto antes. Porque quanta coisa a gente mandou para lá, para
abastecer o site – que não é nosso, né? É o site é da secretaria.
- 0:53:29**
255. [**Discussão generalizada**].

256. 1 Ok. Podemos fazer as duas coisas: criar e ver quem é que vai alimentar. Porque criar, eu posso criar. Eu sei até fazer de graça. Agora, quem vai alimentar?...
257. ? [interrompe 1] [incompreensível]
258. 1 É, pois é... tem que alimenta, né? Esse que é o ponto. A Comissão vai aceitar?
259. 18 [incompreensível]
260. 1 Agora o planejamento...
261. [Discussão generalizada].
262. 9 A Comissão de Divulgação e pediu para que a gente desse uma olhada, porque tem um link direto do Conselho do Idoso. E daí, eu fui atrás dessa informação, já que o Conselho Estadual do Idoso, o CEI, está no site da secretária. Então, a comissão propôs que se fizesse um link exclusivo... um endereço eletrônico exclusivo. Daí, eles disseram que se fizesse assim, www.sst.sc.gov.br, barra... como eu não achei aquela barra direito, eu fiz barra invertida. Barra conselho, barra CEI, ele entra direto no site do conselho.
263. 11 [interrompe 9] É portal.
264. 9 Só para saber. É... **0:55:37**
265. 11 É um portal dentro do site do secretaria.
266. 9 É. Só para dizer... Porque assim: Ah, ele está escondido! Mas na realidade, se der o endereço dele completo, dá para entrar direto.
267. 1 Certo. Tem que colocar o endereço. Mas tem que colocar coisa também, né? Porque hoje não tem nada!
268. **0:55:54**

ANEXO O – Análise Pós-Debate Plenária 1

Quadro 23 – Análise Pós-Debate Plenária 1

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduaç.
3	Votação 1			Todos								
4,6	6	X		X					X			
4,6	1			X								
6	6							X				
6	6							X				
7	1	X							X			
7,8	6				X							
7,8	1				X		X					
8	6									X		

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
32	6	X										
35	1	X							X			
39	1	X							X			
40	16		X									
42	16	X										
43	1	X							X			
44	1			X								
44	?			X								
47	1				X							
47	?				X		X					

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduiaç.
48	9	X										
56	9									X		
60	9	X										
67	1							X		X		
68	6	X								X		
69	1	X										
70	6	X										
71	1	X							X			
72	6	X							X	X		
73	9	X								X		

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
88	1	X	X						X			
91	9	X										
92	1										X	
92	1										X	
93,97	2	X							X			
93	2											X
93	2										X	
93	2										X	
93	2											X
94	18									X		

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
96	18	X										
97	2											X
99	2	X										
100	1	X								X		
101	2	X							X			
102	6	X										
103	2	X								X		
104	1									X		
106	9	X										
108,110, 114	9	X	X						X			

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguaç. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
125	9									X		
126	1									X		
128	1									X		
130	6									X		
132	6	X										
133	9									X		
135	1	X								X		
137	1	X								X		
139	9									X		
144	9									X		

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
192	1									X		
193	2	X							X		X	
194,196	1	X										
195	2									X		
197	2	X							X		X	
199	2										X	
202	7	X										
204	7	X										
206	7	X										
207,209, 211	1	X										
207	1									X		

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
208	7									X		
210	9	X										
213	1	X							X			
215	1									X		
216	7	X										
217	1									X		
219	1	X								X		
220	6									X		
221	16									X		
222,224	6		X						X			

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
227	1									X		
230,232	19	X							X			
231	1									X		
233	1									X		
234	19	X						X				
236	1	X	X					X	X			
236	1							X				
236	1							X				
236	1							X				
236	1							X				

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
237	18	X						X	X			
238	1									X		
238,239,240, 241,242	1			X								
238,239,240, 241,242	18			X								
240	1	X								X		
241	18	X								X		
242	1	X								X		
243	18					X				X		
243	1					X						
246	7	X										
247	1							X				X

Quadro 23 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
249	1							X				
253	1	X										
254	5	X							X			
257	?									X		
262	9	X	X									
263	11									X		

ANEXO P – Relatório Plenária 2

1. Chega #1. **Cumprimenta-me com um oi.** Interessa-se em saber quem sou.
2. Chega #2. **Cumprimenta todos com oi.** **Dá beijo em #1.**
3. Chega #3. Sorri para mim. **Dá oi para #1.**
4. Chega #4. Sorri para todos. **Dá-me oi.**
5. Chega #5. **Dá oi para #4.** Conversam. **#5 vai tomar café.**
6. **#5 dá abraço em #1.**
7. Chega #6, conversando com todos. Brinca com #1 e #4. **Dá beijo em #1, #4, #2 e em mim.**
8. Chega #7. **Dá “boa tarde” geral.** **#1 levanta-se dá beijo em #7.**
9. Chega #8, **dá braço em #2 e #4.** **Cumprimenta #5 com as mãos.**
10. #5 e #8 discutem em off.
11. Chega #9. **Dá sorriso para mim.** Senta-se sozinha.
12. **#5 levanta-se e cumprimenta #9 verbalmente:** “Tudo bem?”.
13. **#6 cumprimenta #9 verbalmente:** “Oi, querida. Tudo bem?”.
14. Chega #10. **É apenas ouvinte.** Fala com #5. **Cumprimenta-me com “oi”.**
15. Chega #11. **Dá beijo em #6.** **Cumprimenta #5 com “oi”.**
16. Chega #12. **Cumprimenta verbalmente a todos.** **Dá beijo em #6, #5 e #7.**
17. **#8 toma café.**
18. Chega #13. **Beija #8, #5, #1, #2, #7, #6, #12, #11 e eu.**
19. Chega #14.
20. Chega #15. **Beija #4.**
21. Chega #16. Fala com #4.
22. **#15 cumprimenta #11 e a mim com aperto de mão.**
23. **#15 cumprimenta #8 com aperto de mão.** **#15 cumprimenta também #2, #13, #1 e #5 com aperto de mão.** **#15 diz “Oi, tudo bem?” para #6 e #7.**
24. **#16 e #11 tomam café.**

25. Chega #17.
26. #16 vai à mesa e beija #13.
27. Chega #18. Cumprimenta verbalmente #5.
28. Chega #19. Toma café.
29. #18 beija #11, #12 e #6. Cumprimenta verbalmente #16.
30. #13 manda beijo para #18.
31. Chega #20.
32. Começa a despedida para #1, que está saindo do conselho.
33. #20 beija #6, #7, #2, #11.
34. Chega #21.
35. #4 dá abraço e beijo em #20. #18 também o faz.

INÍCIO DA GRAVAÇÃO

36. Chega #22.
37. #6 e #7 conversam paralelamente a #13.
38. #18 e #5 também o fazem.
39. #8 cumprimenta com aceno #19.
40. Chega #23.
41. Chega #24.
42. #24 cumprimenta #23 com aperto de mão. #24 vai tomar café.
43. #24 e #25 conversam paralelamente a #11.
44. #4 e #24 conversam paralelamente a #11.
45. #4 e #5 conversam paralelamente a #11.
46. #5 e #13 conversam paralelamente a #11.
47. #15 e #19 conversam paralelamente a #11.
48. #11 ri de um comentário seu.
49. Chega #25.
50. #21 dá tchau para #6, #7 e #20.
51. #15 atende o telefone enquanto #25 fala.
52. #4 e #24 conversam enquanto #25 fala.
53. #19 e #15 conversam paralelamente a #13.
54. #20 beija #18.
55. #15 e #19 conversam paralelamente a #5.
56. #11 e #12 conversam paralelamente a #5.

57. #5 ri.
58. #15 e #12 conversam paralelamente a #13.
59. #6 toma café.
60. #7 e #6 conversam paralelamente a #13.
61. Começa a leitura da pauta.
62. #13 e #9 riem de comentário de #9.
63. #18 pede voz. Não ganha. Ganha depois de algum tempo.
64. #5 pede voz enquanto #18 fala. Fica registrada a inscrição. #13 responde #18.
65. Chega #26.
66. #20 e #15 conversam paralelamente a #5.
67. #13 reapresenta a proposta dos horários. Põe em votação.
68. Chega #27. Cumprimenta a mim verbalmente.
69. Chega #28.
70. #19, #14 e #5 conversam paralelamente a #13.
71. Lê-se a ata da última reunião.
72. #13 fala sobre a ata.
73. #23 comenta em voz alta, mas sem dirigir-se a plenária como um todo: “Pra quê, gente?”.
74. #19 e #15 conversam paralelamente a #13.
75. #6 e #7 conversam paralelamente a #13.
76. #18 e #5 conversam paralelamente a #13.
77. #4 e #10 conversam paralelamente a #13.
78. #27 pede voz. Não ganha.
79. #18 e #5 conversam paralelamente a #6.
80. #26 e #27 conversam paralelamente a #6.
81. #27 pede voz outra vez. Não ganha.
82. #19 e #5 conversam paralelamente a #13. #18 e #14 também o fazem.
83. #15 pede e ganha voz.
84. #26 sai da sala.
85. #20 e #6 conversam paralelamente a #18.
86. #13 e #1 conversam paralelamente a #18.
87. #6 e #20 conversam paralelamente a #18.
88. #25 e #16 conversam paralelamente a #18.

89. Barulho generalizado.
90. #27 ganha a voz. Diz que compareceu em determinada reunião.
#27 ri do próprio comentário.
91. Chega #29. Beija #11 e #20.
92. #6 dirige-se à mesa do café.
93. A reunião pára para arrumar o aparelho de projeção.
94. #13 retoma a fala.
95. #18 e #7 tomam café.

FIM DA ANÁLISE PRESENCIAL

96. Cantam “parabéns” para #18.
97. #6 toma café.
98. #26 e #27 conversam paralelamente a #13.
99. #27 vai à mesa do café.
100. #29 e #11 conversam paralelamente #5.
101. #15 pede voz. Mantém o pedido, através do braço levantado, até ganhar a voz.
102. Chega #30. Beija #20.
103. #18 beija #27 e #26.
104. #30 e #20 conversam paralelamente a #13.
105. #30 e #15 conversam paralelamente a #13.
106. #11 sai da sala.
107. #6 e #13 riem de algo.
108. #14 toma café.
109. #6 e #30 conversam paralelamente a #13.
110. #30 levanta-se e abraça #18. Conversam paralelamente a #13.
Cumprimenta com as mãos #21.
111. Chegam #31 e #32.
112. #28 volta para sala.
113. #5 e #18 conversam paralelamente a #13.
114. #23 fala com #24, mas #24 apenas escuta, mantendo a atenção no orador.
115. #28 e #24 conversam paralelamente a #13.
116. #29, #11 e #12 conversam paralelamente a #13.
117. #23 fala.

118. #29, #11 e #12 conversam paralelamente a #13.
119. Aprovação unânime para convocação de uma assembléia extraordinária.
120. Barulho generalizado.
121. #8 levanta-se para falar.
122. #16 pede e ganha voz.
123. #18 e #2 conversam paralelamente a #16.
124. #6, #11, #6 e #18 riem da piada de #6.
125. #21 fala.
126. #28, #6 e #7 riem, enquanto #21 fala.
127. #21 e #16 conversam paralelamente a #13.
128. #15 pede voz. Não ganha.
129. #26 e #27 conversam paralelamente a #13.
130. Pausa na discussão. #13 sai para confirmar disponibilidade de sala para a plenária extraordinária.
131. #5 e #14 conversam paralelamente a #13. #18 e #21 também o fazem.
132. #16, #5, #29 e #11 conversam paralelamente a #13.
133. #18 pede voz. Não ganha.
134. #19 e #14 conversam paralelamente a #13.
135. #18 sai da sala.
136. #21 toma café.
137. #18 fala, solicitando conselheiros para compor uma determinada comissão.
138. #5 e #21 conversam paralelamente a #13.
139. #20 e #6 conversam paralelamente a #18.
140. #19 e #14 conversam paralelamente a #18.
141. #5 e #6 conversam paralelamente a #18.
142. #24 e #28 conversam paralelamente a #18. #24 levanta-se para tomar água.
143. #13 levanta-se para tomar café.
144. #6 e #5 conversam paralelamente a #18.
145. #29 e #29 conversam paralelamente a #18.

ANEXO Q – Análise Presencial Plenária 2

Quadro 24 – Análise Presencial Plenária 2

Fonte: Autor, 2012

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções (alt. de voz)	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
1	1		X				
2	2		X		X		
2	1				X		
3	3		X				
4	4		X				
5	5		X			X	
6	5				X		
6	1				X		
7	6				X		
7	6				X		

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
					Aperto de Mão			Abraço e beijo
7	6				X			
7	6				X			
7	1				X			
7	4				X			
7	2				X			
8	7		X		X			
8	1				X			
9	8				X			
9	8				X			
9	2				X			
9	4				X			

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
9	8			X					
9	5			X					
12	5		X						
13	6		X						
14	10		X						
15	11		X						
16	12		X		X				
16	12				X				
16	12				X				
16	6				X				
16	5				X				

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta		
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão			Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.
18	8				X				
18	5				X				
18	1				X				
18	2				X				
18	7				X				
18	6				X				
18	12				X				
18	11				X				
20	15				X				
20	4				X				
22	15			X					

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
22	15			X			
22	11			X			
23	15			X			
23	15			X			
23	15			X			
23	15			X			
23	15			X			
23	8			X			
23	2			X			
23	13			X			
23	1			X			

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
23	5			X					
23	15		X						
23	15		X						
24	16					X			
24	11					X			
26	16				X				
26	13				X				
27	18		X						
28	19					X			
29	18				X				
29	18				X				

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
					Aperto de Mão			Abraço e beijo
29	18				X			
29	11				X			
29	12				X			
29	6				X			
29	18		X					
30	13				X			
33	20				X			
33	20				X			
33	20				X			
33	20				X			
33	6				X			

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
33	7				X				
33	2				X				
33	11				X				
35	4				X				
35	20				X				
35	18				X				
35	20				X				
37	6	X							
37	7	X							
38	18	X							
38	5	X							

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
42	24			X			
42	23			X			
43	24	X					
43	25	X					
44	4	X					
44	24	X					
45	4	X					
45	5	X					
46	5	X					
46	13	X					

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
47	15	X						
47	19	X						
48	11					X		
51	15	X						
52	4	X						
52	24	X						
53	19	X						
53	15	X						
54	20				X			
54	18				X			
55	15	X						

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações			Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal			
				Aperto de Mão	Abraço e beijo		
55	19	X					
56	11	X					
56	12	X					
57	5					X	
58	15	X					
58	12	X					
59	6				X		
60	7	X					
60	6	X					
62	13					X	
62	9					X	

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
63	18							X	
66	20	X							
66	15	X							
68	27		X						
70	19	X							
70	14	X							
70	5	X							
74	19	X							
74	15	X							
75	6	X							
75	7	X							

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
76	18	X						
76	5	X						
77	10	X						
77	4	X						
78	27						X	
79	18	X						
79	5	X						
80	26	X						
80	27	X						
81	27						X	
82	19	X						

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
82	5	X							
82	18	X							
82	14	X							
84	26	X							
85	20	X							
85	6	X							
86	13	X							
86	1	X							
87	6	X							
87	20	X							
88	25	X							

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta
			Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
				Aperto de Mão	Abraço e beijo	Confr. c/ Aliment.		
88	16	X						
90	27					X		
91	29				X			
91	29				X			
91	11				X			
91	20				X			
92	6					X		
95	18					X		
95	7					X		
3	13					X		
40	14					X		

Quadro 24 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Retórica	Saudações				Expressão de Emoções	Fala Não-Exposta	
			Atenção da Aud./ Exc. (Cod. Part.)	Cumpr. (Verbal)	Linguagem Não-Verbal				
					Aperto de Mão	Abraço e beijo			Confr. c/ Aliment.
<u>51</u>	25		X						
<u>63</u>	13					X			
<u>98</u>	13					X			
<u>100</u>	13					X			
<u>100</u>	13					X			
<u>224</u>	13					X			
<u>240</u>	13					X			
<u>246</u>	13					X			
<u>247</u>	18					X			
<u>248</u>	13					X			
<u>283</u>	15					X			

ANEXO R – Transcrição Plenária 2

269. **0:02:33**
270. #4 Posso falar?
271. #13 **Claro, [aumento na voz]**
272. #4 **[incompreensível]** Até falei para a #1: os melhores momentos que eu passei aqui foi com ela do lado. Uma pessoa com um astral absolutamente para cima, sempre pronta a fazer as coisas, disposta, organizada. Já estou sentindo falta há algum tempo dela, né? Realmente, uma pessoa muito especial. E desejo assim, para que a vida dela seja cheia de alegrias, que ela merece. Na conferência, né? O que ela batalhou, **[incompreensível]**. Então, eu só tenho a desejar pra ela... eu sei que tudo é um ciclo na vida. E que daqui por diante, se inicie um ciclo de alegria, de harmonia.
273. #1 Obrigada.
274. #6 **Eu só queria dizer que o fato de nós não falarmos, não quer dizer que nós não estejamos sentindo muito, é claro, né? Então, a #1 já sabe, como a #18 falou tão bem, e tu também, fazemos essas as nossas palavras e a #1 sabe o quanto a gente a estima. A [nome] a gente conheceu pouco, mas a gente sabe da capacidade, por isso ela vai dar uma grande contribuição também lá na [nome de instituição]. E teremos nela mais uma aliada lá na [nome de instituição] para o Conselho, se Deus quiser. #1, continue conosco. Nós não aceitamos a tua despedida.**
275. #13 Antes de qualquer coisa, né?, eu queria saber se a **[nome]** está aqui... se ela puder vir aqui para frente, **por favor**. São os novos conselheiros. Então, a **[nome]**... o **[nome]**, por favor, aqui também, na frente. Representando o **[nome de instituição]**. Tem a **[nome]**...
276. *Pesquisadora: #13? Posso começar a gravar a reunião?*
277. #13 *Claro.*

278. *Pesquisadora: A gravação de áudio. Eu sou pesquisadora, tá, gente? Eu já estou vindo a algumas assembleias. Só para me apresentar para quem não se lembra.*⁹⁸
279. #13 Então, agora a [nome]. Está aqui?
280. #1 Não.
281. #13 Ela também foi nomeada, tá? A [nome]? [pausa] Também não, gente? A [nome] também não? A [nome] e a [nome], representando a [nome de instituição]?
282. #5 A [nome] não está aí.
283. #13 Pois é. A [nome] ficou [incompreensível] na frente. [pausa] A [nome]?
284. #6 Ela gostaria muito de participar, mas [incompreensível] com o marido na UTI.
285. #13 Ah, ok. Eu vou até depois falar, porque eu não vi isso aqui ainda. [pausa] [nome]?
286. #5 Ela mesmo.
287. #13 É. Então ela vai [incompreensível]. A [nome]? Está aqui? Não? [nome].
288. #5 Está aí. 0:06:33
289. #13 Aqui... [nome]?
290. #5 Não veio.
291. #11 É que ela tem que vir de Joinville. Então, ela não vai poder. Vamos ter que ver uma outra pessoa.
292. #13 Aí, se ela quiser, aqui pode e paga para ela vir, a diária, tá? Faz parte disso, tá?
293. #11 Não, não. Mas é que ela mudou o setor. Ela está coordenando um programa de [incompreensível].
294. #13 Eu acho até bom que venha gente de outros municípios.
295. #11 Ela mudou de setor, então, tem que ver agora [incompreensível].
296. #13 Ok. Essa aqui não veio também, né? [nome]?
297. #5 Está aí, está aí.

⁹⁸ Diálogo não incluso na análise.

298. #13 Por favor, [nome]. Dá um [incompreensível] para ela.
299. #5 ~~Depois...~~ depois eu distribuo. Vai chamando aí.
300. #13 Por enquanto, eu acho que é só. Não sei se chegou mais gente. Acho que foram só esses. A [nome]...
301. #5 [nome]? [nome]? [nome]?
302. #13 Pois é... também não está aqui a [nome].
303. #5 [nome]? Também não. [nome]?
304. #13 Tem mais alguém novo aqui, gente? [pausa] Então... hoje... eu acho até que cada um podia falar o seu nome, falar alguma coisa, né? O que representa, quem representa, por favor...
305. #2 Meu nome é [nome], sou assistente social e bacharel em direito também. Fiz domingo agora, a prova que passou, estou esperando um resultando no dia 12 de abril positivo. Bom, sou funcionária efetiva da [instituição], há mais de vinte anos, funcionária também, da [instituição], como assistente social também. E lá, em [cidade], já [incompreensível] com o conselho, mas de saúde. ~~De saúde...~~ E claro, como assistente social, é uma linha que eu gosto muito. Até por conta dos meus pais. Porque eu tenho pai e mãe vivos, idosos, mais de oitenta anos todos os dois. Então, assim, quando o [nome] me ligou, convidando para participar com ele, a primeira coisa que eu pensei foi: nossa, eu já estou aqui com muitas coisas para fazer, né? Mas eu disse: não, acho que está na hora de eu ter um conhecimento mais específico, mais aprofundado para poder contribuir um pouquinho mais com a terceira idade. Então, ~~assim...~~ E como tinha hoje, a despedida da nossa amiga aqui, saindo e todos vocês falando muito bem do trabalho dela... Espero, quando eu sair, eu também mereça esse reconhecimento. Então, portanto, por isso, eu estou aqui. Para poder contribuir. Tá? Obrigada.
306. #13 Obrigada.
307. #8 Eu sou [nome], [incompreensível] Conheço muitos de vocês já. [incompreensível]. Exerço a função pública há 42 anos. Funcionário lotado na [instituição]. Tive [incompreensível] em algumas ocasiões a outras instituições, em alguns municípios em

várias regiões do Estado de Santa Catarina. Sou especialista em **[incompreensível]** e doutor medicina oriental, com título na China. E também, o meu título de maior relevância, que eu considero, um título de pós-graduação em gerontologia pelo NETI da Universidade Federal de Santa Catarina. Quando o gabinete comunicou... foi uma solicitação que partiu da base... **[incompreensível]** da nossa **[instituição]**, nós tivemos uma agremiação para que escolhêssemos o nosso suplente... indicássemos o nosso suplente. Como eu já havia trabalhado com a Dra. **[nome]**, no **[instituição]** e mais tarde na **[conferência]**, na coordenadoria e além de tudo, ela é também uma gerontóloga especialista em gerontologia pela UDESC. De modo que nós estamos trazendo aqui, uma contribuição, representando a **[instituição]**, com especialistas em gerontologia e com uma larga folha de trabalho, prestação de serviços ao Estado e à comunidade onde participamos e temos participado. Nossa honra estar aqui com vocês. Vou cumprimentar a nossa presidente, os demais conselheiros, os servidores desse conselho, que têm nos recebido com muita atenção nesse momento de chegada aqui como conselheiro, e que se transmita também ao nosso Secretário de Estado de Assistência Social, **[nome]**, cujo organograma nos referimos nessa secretaria. Que levem a ele nossos cumprimentos pelo reconhecimento pela capacidade. Já foi nosso diretor de Saúde. É um dos fundadores e criadores do SUS no Brasil e que agora está aqui, gerindo a Secretaria de Assistência Social. Coloco-me à disposição de todos e espero dar a melhor contribuição possível para vocês. Muito obrigado. **0:12:15**

308. #14 Meu nome é **[nome]**, sou enfermeira, represento aqui o **[instituição]**. Trabalhei como enfermeira no último ano no **[instituição]** e atualmente , eu coordeno o **[instituição]**. Estou feliz de estar aqui. Certamente vou aprender mais do que posso contribuir. Com certeza, **[incompreensível]** tudo o que a gente aprendeu e vai continuar aprendendo na área da pessoa idosa. Obrigada. **0:12:54**

309. #11 Meu nome é [nome], estou representando a [instituição]. Sou professora de Educação Física e coordeno o programa de extensão [grupo de estudos], que já está com 23 anos. E [incompreensível] então, eu estou representando como titular. Nós tentamos uma colega de [cidade], porque a [instituição] é multi campus, que também tem um projeto de extensão [nome do projeto], só que agora ela mudou o setor. Então, nós vamos ter que ver uma suplente. Seria bom virem pessoas de outras cidades, como a #13 comentou, mas a gente sempre teve uma luta aí, do idoso, já estou envelhecendo junto com vários daqui né? Nesse projeto que é muito legal, que é uma luta constante, né? Uma luta pelos direitos da pessoa idosa. E a gente está aí novamente, tentando contribuir, da melhor forma possível, como representante. Então, logo vocês saberão quem será o suplente ou a suplente da [instituição] aqui no pelo Conselho. 0:13:59
310. #22 Eu sou [nome]. Eu represento a [instituição]. Eu tive a oportunidade de participar de uma outra gestão do Conselho e agora, eu estou retornando. Eu sou suplente. A titular é a [nome], né? Já não sei mais.
311. #5 Não. Aqui tem uma divergência, mas é um equívoco.
312. #13 Da [instituição], a suplente é [nome]. E [nome] é titular.
313. #22 Ah! Eu achei que era suplente.
314. #13 Não. Estás nomeada como titular.
315. #22 Tá. Então, eu estou como titular e [incompreensível]. E com o que a gente vai estar contribuindo junto ao Conselho do Idoso? Nós organizamos o Jogos Abertos da Terceira Idade. Ele vai ser realizado na cidade de Piratuba, agora, em abril. [incompreensível], mais a frente trazer mais coisas.
316. #13 Ok.
317. #10 Eu sou [nome], eu sou funcionária nova aqui da [instituição]. Sou efetiva também. E vim participar como ouvinte. Daqui a pouco, o nosso diretor de Trabalho, Emprego e Renda, o [nome], vai dar uma contribuição aqui também ao Conselho. Estamos com a relação de todos os conselhos, né? [incompreensível] tem muito a contribuir, porque sempre na

- questão do trabalho, todos têm interesse nessa questão. Então a gente está aqui para contribuir, Obrigada. 0:15:42
318. #13 Ok. Dando continuidade, por favor.
319. #25 Boa tarde. Eu sou [nome]. Sou representante pela [instituição]. Coordeno o [projeto], [incompreensível] participando dos programas. Então, esse [projeto] também é um programa voltado para idosos, um programa de extensão, que atua há dezenove anos, né? Que o programa já está constituído. Nós estamos então, trabalhando em prol, para promover melhor qualidade de vida para o idoso. Obrigada.
320. #13 Então, gente, eu vou pedir que o nosso conselheiro, #5, possa ler o juramento... o termo de compromisso daqui e que vocês possam repetir. Ok?
321. #5 [interrompe #13] E posteriormente assinar aqui no livro. [pausa] Então, eu vou ler...
322. #13 [interrompe #5] Devagarzinho, por gentileza.
323. #5 ...aos pedaços, aí, vocês repetem. É o termo de compromisso. [pausa] [lê o documento] “Termo de compromisso: prometo, em meu nome, em favor da defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa do Estado de Santa Catarina, envidar todos os esforços possíveis na missão que ora me é confiada junto ao Conselho Estadual do Idoso de Santa Catarina, cumprindo e fazendo cumprir, respeitar e obedecer as constituições Federal e Estadual, o Estatuto do Idoso e demais leis, e o Regimento Interno do Conselho Estadual no desempenho do cargo de conselheiro de que sou investido”. [todos repetem]
324. #13 Agora, eu queria que cada um viesse assinar...
325. #5 [interrompe #13] É...
326. #13 ...o seu termo aqui.
327. #5 Coloque o seu nome legível e faça uma assinatura. [pausa] Ah, e colocar o órgão do lado, tá? 0:18:33
328. #13 Empossados. [todos batem palmas] [pausa]
329. #13 #5, você poderia falar em nome do Conselho, por favor?
330. #5 Eu só quero [dizer que] o que vocês assinaram foi o seguinte: [lê documento] “aos vinte e sete dias do mês de março de dois

mil e doze, compareceram para tomar posse como membros do Conselho Estadual do Idoso, gestão 2010/2012, os representantes governamentais e não-governamentais em substituição aos que foram nomeados através do ato do Sr Governador n. 107, de dez de um de 2012 e 63 de três de um de 2012. Conforme representação, nominada abaixo, mencionada após prestarem compromisso, foram devidamente empossados como conselheiros e agentes públicos. Florianópolis, vinte sete de março...”. Aí, segue a assinatura de vocês.

331. #13 Eu gostaria de dizer, em nome do Conselho, que é muito importante, essas representações que vêm a somar e que o termo de compromisso já diz tudo por si só, da importância que é a política estadual da pessoa idosa. O quanto é importante o trabalho que a gente faz aqui, né? Principalmente o de exercer o controle social sobre as referidas políticas e que esperamos que todos os conselheiros realmente venham participar também das diversas comissões, se engajar em alguma comissão, porque o Conselho sem trabalhar nas comissões, ele não avança. É um momento importante, para que quando chegar à plenária, já se venha com algumas recomendações, das respectivas comissões. Dizer que é uma felicidade muito grande de tê-los aqui, tomando posse. E que possamos juntos fazer um bom trabalho. Obrigada, gente. Parabéns. [todos aplaudem] [pausa] Sentem-se, por favor. [pausa] Então... [lê documento] “Edital de Convocação: reunião plenária ordinária, de 27 de março de 2012. A presidente do Conselho Estadual de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca os conselheiros titulares e conselheiros suplentes para a assembléia geral ordinária a realizar dia 27 de março, às 14:15h em primeira convocação e 14:30 em segunda convocação e previsão de término às 17:30h, no auditório da Secretaria de Estado de Assistência Social, Trabalho e Habitação, sito Avenida Mauro Ramos 722, Florianópolis, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Levantamento do quorum regimental; 2. Aprovação das justificações dos conselheiros ausentes; 3. Leitura e aprovação da ordem do dia; 4.

Apreciação e deliberação sobre a alteração do horário de início e término proposto pela diretoria; 5. Aprovação da ata da plenária ordinária de 28 de fevereiro de 2012; 6. Posse dos conselheiros da [instituições]; 7. Apreciação e deliberação das alterações do projeto de lei que cria o CEI; 8. Apreciação e deliberação da Resolução 001/2012, inscrições de ILPIs; 9. Apreciação e deliberação do planejamento 2012 – Comissão de Violência, Comissão de Divulgação e Comunicação; planejamento geral apresentando pela diretoria em 28 de dois de 2012 e Contratação de profissional especializado para a confecção dos anais da III Conferência Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa. 11. Momento das Comissões; 12. Resultado das reuniões do grupo de trabalho Centro Dia e Câmara Técnica da CIB; 13. Cronograma de reunião das comissões, exceto de Enfrentamento à Violência e Divulgação e Comunicação; 14. Designação de conselheiros para acompanhar o Ministério Público quando há fiscalização a entidades. Às 16h teremos apresentação da Diretoria do Trabalho e Emprego. Informes: Audiência com o secretário de Estado da SST, convite da presidência para a capacitação e/ou sensibilização para a criação de CMI em São Cristóvão do Sul, Itapoá. Correspondências expedidas: para [nome], solicitando o levantamento dos conselhos municipais do idoso, aos órgãos e entidades da sociedade civil representativos, os conselheiros apresentaram voto regimental de 2011 para mais de 50 municípios cobrando informações sobre denúncias contra idosos; para órgãos e entidades que faltaram a plenária de 28 de 02, encaminhando material e, em prévia, resolução em tramitação e planejamento; à SANTUR, parabenizando o conselheiro José Castilhos pelos 30 anos de serviço público.” Então, essa é a ordem do dia. Já vi que houve uma alteração aqui, né? Até gostaria de sugerir que primeiro fosse a leitura e aprovação da ordem do dia. Que fosse mudada a ordem. Quem aprova essa mudança de ordem, por favor, permaneça como está. [pausa] Aprovado.

332. #6 Eu não entendi. Não consegui entender.

333. #13 **A ordem do dia.**
334. #6 Para que?
335. #13 **Só mudando: a leitura e aprovação da ordem do dia como item primeiro.**
336. #6 Ah, sim! Sim! Sim. Porque tem a posse também.
337. #13 **A posse também, já foi em outro momento.**
338. #6 Ah, tá. A posse viria primeiro, então.
339. #13 **É. As justificações dos conselheiros... Por que foi dado posse antes, gente? Para poder ter quórum. Por isso que foi alterada a ordem. Porque com a posse, passa a ter quórum e passam a votar.**
 Ok? [pausa] As justificações dos conselheiros ausentes. A [instituição], através da [nome], familiar doente. [instituição], [nome], impossibilitada. Instituição, [nome], compromisso. Mas parece que veio, né? [instituição], [nomes], compromisso no trabalho. [instituição], [nome], celular não atende. [nome], celular não atende. [instituição], [nome], compromisso de trabalho. [instituição], [nome], aposentou-se. Aposentou-se, vamos ter já que pedir para que seja nomeada uma outra pessoa, né? Ah! Eles oficializarão as substituições. Informação via [nome], com o telefone. Da [instituição], [nome], está de férias. [nome], idem. [instituição], [nome], celular não atende. [nome], sairá do CEI, [incompreensível] do trabalho em Joinville. Então, é isso... Isso os governamentais. E os não-governamentais... a [instituição], [nome], será substituída pela nova presidente da entidade. [instituição], [nome], está viajando. [instituição], [nome], email da [instituição] informando que será substituída. [instituição], [nome], sem contato. [nome] veio. Estava em viagem, mas veio. [instituição], [nome], substituirão os seus representantes. [instituição] virá a presidente.
340. #5 Tem representante aí.
341. #13 Tem alguém da [instituição]?
342. #5 **Tem.**
343. #13 [instituição], [nome], celular não atende. [instituição], [nome], celular não atende.
344. #9 O celular não atendeu, mas eu vim, tá?

345. #13 Ah, ok. Ela colocou até, para não haver...
346. #9 Para não dizer que não foi avisado, né?
347. #13 **Justamente. Aquilo que sempre se diz: “ah, eu não fui avisado.” Ou, “ah, não ligaram”. E foi ligado reiteradas vezes para alguns celulares, e ainda assim não se conseguiu, tá? Foi nesse sentido. 0:28:39**
348. #6 Posso fazer uma pergunta aqui? Algumas comissões deram capacitação... a de Capacitação de Conselheiros não consta **[incompreensível]** na pauta, né?
349. #7 O planejamento de 2012.
350. #6 É, de 2012.
351. #13 E já tinha sido feito? Eu não me lembro #6, porque...
352. #6 **Nós nos reunimos. Nós temos uma proposta de planejamento.**
353. #13 Então, vamos colocar aqui. Então, vamos incluir aqui, gente. Comissão de Divulgação e Comunicação: planejamento. Então, vamos substituir para incluir também...
354. #7 Capacitação.
355. #13 Se a caneta funcionasse, **[incompreensível]**. Não deu... **[pausa]** Tá. Então, a Comissão de Capacitação está incluída.
356. #? #13?
357. #13 Oi.
358. #? Eu gostaria de comunicar que eu conversei com a **[nome]**...
359. #13 **[interrompe #?]** Como?
360. #? ~~E a **[nome]** está se preparando para...~~ **A **[nome]**, suplente do **[instituição]**.** Ela está se preparando para o doutorado e não tem uma definição ainda. O **[instituição]** vai fazer uma reunião agora, **[incompreensível]** e vai tomar essa decisão.
361. #13 Ela vai **[incompreensível]**?
362. #5 **Não, é suplente.** Agora para o doutorado tem que estudar muito.
363. #? **É. Provavelmente sim, né? [incompreensível]**
364. #13 Ok. **[pausa]** Nós temos bastante... Dá para ver que a pauta está bem extensa, né? Gente, o pessoal que está aí atrás, se quiser vir mais para frente, seria ótimo. **[pausa]** Então... **a diretoria quer fazer uma proposta para que as nossas plenárias... porque elas**

têm começado 14:15... Primeiro, às 14:15, depois, às 14:30. Isso quando não tem mais atraso. Aí, as pautas são muito extensas. Então, a diretoria queria fazer uma proposta para começar antes. A primeira chamada seria às 13:45 e a segunda chamada, às 14 horas.

365. #18 Exatamente, a Comissão de Comunicação trouxe também essa proposta, tá?
366. #13 Ah, que bom! **[voz de alegria]**
367. #18 **Porque, até foi argumentado pela [nome], que como servidora pública, ela tem que estar à 1 hora lá. E ela fica vindo para cá e tem esse tempo disponível. Então, achava melhor começar mais cedo, porque a Comissão de Comunicação gostaria de solicitar que a reunião do conselho também acabasse às 5, para que nós pudéssemos, ainda no mesmo dia, nos reunimos na Comissão de Comunicação e providenciar a divulgação imediata do que acontece na reunião.**
368. #13 Olha, que coisa boa! **[voz de alegria]** **[pausa]** Eu não sei se... É porque assim: hoje, começa... na verdade já começa tarde. Começaria às 14:15, depois 14:30, e têm terminado, normalmente, às 17 as pessoas já têm saído, né? Ela tem ido até mais tarde, porque as pautas são extensas. ~~Aqui se discute...~~ Agora, com as comissões se reunindo, a gente sabe que já vai otimizar mais. Mas está difícil! A gente não está conseguindo dar conta! **[aumento na voz]** Toda a plenária já tem que passar diversos assuntos para a próxima. Aí, vai acumulando. Então, alguém aqui, discorda desse horário?
369. #5 **Eu.**
370. #13 Sim...
371. #5 **Na verdade, isso foi um processo que já houve aqui. Tudo bem, os governamentais tem que começar cedo. Agora, o pessoal que não é governamental tem que pegar fila não sei do quê, fila não sei do quê, e para chegar aqui, vai chegar tarde. E se não tiver quórum, não começa. Não é? Então, eu sou favorável que continue como está. Mas... eu respeito a plenária. Tenho que respeitar.** Porque, esses dias, eu até brincava com a nossa

secretária executiva para ela... nós todos somos filhos da ditadura, né? Uns [incompreensível] mas somos filhos. “De ordem [incompreensível] da presidente... de ordem...”. Só quem dá ordem no conselho é a plenária. ~~Porque cada um...~~ Não é “de ordem”, né? Então, nós temos que respeitar a plenária. Então, se vocês quiserem, o horário que for, tudo bem. A minha sugestão... porque esse problema não é [incompreensível]. Não é 15 minutos, meia hora, que vai cumprir a pauta. A minha sugestão é que, não cumprindo a pauta, se chame uma extraordinária.

0:33:37

372. #13 Então, gente. Alguém tem mais alguma colocação a fazer? Então, nós temos aqui: continua, a sugestão do #5, 14:15 e a segunda chamada 14:30. E temos a sugestão da diretoria, que se passe a primeira chamada para 13:45, segunda chamada, 14 horas.
373. #6 Apoiada pela Comissão de Divulgação.
374. #13 Então, a primeira seria “permanece como está”. A segunda opção altera. Todo mundo entendeu? [pausa] Então, quem é a favor de que continue no mesmo horário que está hoje, às 14:15 em primeira chamada, e 14:30, em segunda, por favor, levante a mão. [pausa] Bom, eu tenho que contar gente.
375. #1 Três... quatro.
376. #13 Lembrando que só quem vota são os que estão hoje como titular, tá? Então, quem quer que continue o mesmo horário de hoje? Uma...
377. [Barulho generalizado]
378. #13 Eu vou explicar de novo.
379. #18 [interrompe #13] Não, não. Não precisa explicar. Você colocou 13:45 e 14.
380. #13 [interrompe #18] Isso.
381. #18 Você está propondo a mudança. Mas o que está hoje não é isso, né?
382. #13 Não.
383. #18 Então, é a tua proposta e a proposta do #5.
384. #5 Exatamente.

385. #13 O fato foi o seguinte...
386. #18 **[interrompe #13]** Então, **[incompreensível]**.
387. #13 Não. Essa proposta, a do #5, é que permaneça como está hoje: 14:15 e 14:30. A proposta da diretoria é que...
388. #18 **[interrompe #13]** **[incompreensível]**
389. #13 **A proposta é: 13:45 e 14. Eu estou perguntando: a primeira proposta, quem acha que deve continuar como está, às 14:15 em primeira chamada e às 14:30 e segunda, levante a mão, por favor.**
Um... **[pausa]** Oh, #5, tu não vai levantar?
390. #5 **Não, eu estou como suplente.**
391. #13 Ah, tá. Um... dois... três... quatro. Então, 4.
392. #1 **[interrompe #13]** Seis, né?
393. #13 Como?
394. #1 **Não eram seis?**
395. #13 **Não. Quatro pessoas.**
396. #1 Levantem a mão...
397. #13 É que não tinham entendido, eu acho. Um... dois... três... quatro... cinco, agora. **Cinco pessoas.**
398. #9 Eu tinha levantado, mas eu sou suplente.
399. #1 Ah, então, tá.
400. #13 Cinco pessoas. **Quem acha que deve mudar para 13:45 em primeira chamada e 14, em segunda, levante a mão, por favor.**
[pausa] Deu um... dois. **[pausa]** Um... dois.. três... quatro... cinco... seis... sete... oito... nove... dez.
401. #1 **Onze comigo.**
402. #13 Onze contigo. Ok. Então, onze. E eu vou colocar aqui, porque é bom constar... **[pausa]** Até me fugiu o que eu ia colocar.
403. #18 Abstenção.
404. #13 Ah! E abstenção, gente! Alguma abstenção? Então, tá. O horário das próximas plenárias passará para 13:45, primeira chamada, e 14 horas, em segunda chamada. **[pausa]** Estás colocando aí?
405. #1 **Sim.**
406. #13 Ok. **[pausa]** Gente, todos leram a ata ou querem que eu leia?
[pausa]

407. **[Barulho generalizado]**
408. #13 Gente, todos leram a ata? Quem não leu a ata? Quem gostaria que eu lesse a ata para aprovar?
409. #15 Já foi mandando, né? Por email **[incompreensível]**.
410. #13 **Foi mandado para todos.** Por isso, eu estou perguntando. Alguém tem alguma modificação, alguma recomendação?
411. #6 **Eu sugeri uma alteração e não recebi retorno.**
412. #13 Qual foi?
413. #6 **[incompreensível]**
414. #13 Qual foi a linha?
415. #6 Eu não entendi **[incompreensível]**.
416. #5 Eu sugiro que se leia, porque tem os novos.
417. #13 Como?
418. #5 **Tem os novos ali, né?**
419. #13 **Mas isso aqui é a ata da passada. Como é que eles vão saber se...?**
420. #5 **Mas para tomar conhecimento, pode funcionar.**
421. #13 **Então, eu vou ler a ata.**
422. #6 **Não. Não precisa.**
423. #13 **Mas eles estão pedindo por causa dos novos. Vamos ler, então. [lê documento]** “Ata da Assembléia Geral Ordinária do CEI de 28 de fevereiro de 2012. Aos 28 dias do mês de fevereiro do ano de 2012, às 14 horas e 30 minutos, segunda convocação, reuniram-se no auditório da SST, sito na Avenida Mauro Ramos 722, centro, Florianópolis, **[incompreensível]** presidente, Sra. **[nome]**. A presidente inicia dando boas vindas a todos, propondo que inicialmente fosse dada posse ao novos conselheiros da **[instituição]** e **[instituição]**, mas como os mesmos não compareceram, passou-se à justificativa dos ausentes. Justificaram a ausência os conselheiros: **[nome]**, do **[instituição]**; **[nome]**, **[instituição]**, em aula na pós-graduação; Sr. **[nome]**, reunião de trabalho agendada anteriormente; **[nome]**, houve troca de representação da **[instituição]**. Os conselheiros seguintes justificaram por telefone, para o Apoio Administrativo do CEI: **[nome]**, da **[instituição]**, licença maternidade; **[nome]**, problema

de saúde; [nome], da [instituição], já saiu do conselho, pois é de Joinville, o que dificulta o deslocamento; [nome], doente; [nome], outros compromissos. Dando prosseguimento, a presidente leus os ofícios encaminhados à [instituição], [instituição] e [instituição] pela frequência de 100% nas plenárias de 2011 e seus representante: [nome], [nome]...”, tem um “s” a mais. Tem um “s” a mais, eu mudei. [lê documento] “...e [nome], que comunicou...”

424. #6 [interrompe #13] [incompreensível].

425. #13 [lê documento] Então, já marca aqui... [lê documento] “...e comunicou que também serão encaminhados ofícios aos gestores ou presidentes dos conselheiros faltosos, conforme regimento interno do CEI.” Aqui também tem o “de” “do”... [lê documento] “...três consecutivas e cinco alternadas. Conselheiro [nome] questionou o quadro entregue com a frequência de todos, pois só faltou com justificativa, e essa iniciativa degrine a sua imagem. Ficou definido que a secretaria executiva acrescentará a justificativa no quadro. [nome] aproveitou ara informar que iniciou esse trabalho, mas que em algumas atas não consta essa informação. Visto que...” [pausa] Nossa senhora! [lê documento] “...as atas foram encaminhadas anteriormente para todos e entregue em papel na entrada da plenária, a presidente questionou se haveriam alterações e como não houve manifestação, propôs aprovação. O que foi acolhido por todos. [nome] sugeriu melhorar a redação final da ata de dezembro de 2011. Quanto ao planejamento 2012, a Comissão de Enfrentamento à Violência não se reuniu e precisa ser recomposta. A Comissão de Políticas priorizou o estabelecimento de critérios para a construção de Centros Dia e criação e implantação de conselhos municipais do idoso. A Comissão de Orçamento e Financiamento ressaltou que tanto no orçamento da SST e do [incompreensível] não há menção de prioridades para a pessoa idosa. E sugere que uma ação no plano da diretoria, que é de reestruturação da secretaria executiva (computadores, persianas, cadeiras, armários, ar condicionado) entrou. No

gabinete, existe a ação 11731, “apoio técnico e financeiro às entidades que atendem idosos e grupos de idosos” **[incompreensível]** ser deliberados quanto a sua execução. O orçamento 2012 não dá conta das atividades propostas. A Comissão de Divulgação e Comunicação apresentou as suas propostas e ficaram acrescidas as seguintes propostas: envio aos conselhos municipais do idoso **[incompreensível]** síntese mensal das atividades do CEI; melhoramento e criação de site exclusivo; publicação de cartilhas. A Comissão...” **0:41:35**

426. #18 **[interrompe #13]** **[incompreensível]** Uma parte, por favor. É publicação de informativos.
427. #13 Como?
428. #18 **É publicação de informativos.**
429. #13 Publicação de informativos. **[pausa]** “A Comissão de Normas priorizou o cumprimento da resolução de inscrição de ILPIs, ainda em fase de deliberação e de formulação de resolução dos demais programas. Devendo ainda, reunir-se antes da plenária de março para definir custos. Precisa-se acrescentar o nome de **[nome]** nessa comissão. **[nome]** fez a leitura...”
430. #6 **[interrompe #13]** Uma parte aí, tá? Nas comissões: **[incompreensível]** capacitando conselheiros aqui, também.
431. #13 **[lê documento]** “**[nome]** fez a leitura do planejamento proposto pela diretoria, o que foi aprovado com sugestões, devendo aguardar comissões que ainda não finalizaram para incorporar a este. A presidente leu o ofício da diretoria da **[instituição]**, formalizando que a CIB, Comissão Intergestora Bipartite, aprovou a construção de dois centros dia com recursos já locados no orçamento, e solicita a indicação de nomes para comporem a comissão do CEI para se reunir com a câmara técnica com vistas à definição de critérios dos municípios. Aproveitou para fazer os devidos esclarecimentos quanto à tipificação do serviço do SUAS. **[nome]** defendeu a construção de um deles em Florianópolis por ser uma luta de mais de 20 anos. Em contraponto, **[nome]** defendeu que sejam em municípios com menos aporte financeiro. Assim, representando

as demais comissões, os conselheiros [nome], [nome], [nome] e [nome] agregarão à Comissão de Políticas, Estudo e Pesquisa para o estudo da temática. E os conselheiros [nome], [nome], [nome] e [nome] representarão o CEI junto à câmara técnica. Este grupo deve reunir-se dia 05 de 03, às 9 horas, para estudar a planilha elaborada em novembro de 2011, constante do diagnóstico do idoso em Santa Catarina. Foi aprovado o programa anual das plenárias e entregue um marcador de página. Entretanto, não houve consenso quanto a um único dia para a reunião das comissões, mesmo que a secretária executiva ressalte a eficácia das reuniões de 07 de fevereiro. Somente as de Capacitação, Financiamento e Enfrentamento à Violência não reuniram-se, por falta de quórum. Entregue a proposta de resolução de inscrição de programas das ILPIs, já que inicialmente seria uma resolução para todos os programas. No entanto, foi aprovada a separação da ILPI das demais.”

432. #15 [interrompe #13] Uma observação.
433. #13 Qual linha? Depois eu volto. Só me diz qual é a linha.
434. #15 É na linha 71.
435. #13 71, Ok.
436. #15 Não. 74.
437. #13 Ok. [lê documento] “Entregue a proposta de resolução de inscrição de programas das ILPIs, já que inicialmente seria uma resolução para todos os programas. No entanto, foi aprovada a separação da ILPI das demais. Dado o adiantado da hora, a mesma constará na pauta da reunião de março para deliberação. A presidente comunicou que o CEI recebeu convites para participar de audiência pública em Brasília para apresentar sugestões na licitação de transportes rodoviários e que a conselheira [nome] deverá se fazer presente no dia 8 de março. As comissões de Enfrentamento à Violência e de Divulgação e Comunicação deverão reunir-se para finalizar o planejamento dias 12 e 13 de março às 9 horas, respectivamente. A presidente agradeceu a presença e encerrou a plenária às 17:30 e eu, [nome],

- lavrei a presente ata que contém a assinatura dos presentes [incompreensível]”. Então, vamos lá. #6... 0:45:17
438. #19 Teria que arrumar a redação.
439. #13 A redação tem que arrumar toda.
440. #6 Na 22, eu já havia falado na plenária, nada contra a [nome], pelo contrário, mas pelo quadro não constava a [instituição] como 100% de presença. Então, eu já tinha feito a ressalva e mesmo assim, a [nome] estava presente, [incompreensível].
441. #13 Tá. Tu queres que...
442. #6 [interrompe #13] Não... Não é questão que eu quero.
443. #13 Não. Tá. Agora é inclusão. Tu queres que inclua isso? Esse comentário, é isso?
444. #6 Não é comentário. No dia, eu disse: “olha, [instituição], no quadro aqui, não consta 100%.” E mesmo assim, constou aqui na ata que teve 100%. [incompreensível] Certo?
445. #13 Não. Só um pouquinho... só um pouquinho... Aqui, [lê documento] “Dando procedimento, a presidente leu os ofícios encaminhados pela frequência de 100%”.
446. #6 A [instituição] não teve 100% de presença pelo quadro.
447. #13 Sim. Mas foi lido aqui que foi mandado o ofício pela frequência de 100%. Aí, o que pode ser acrescido é que “a conselheira [nome] lembra que a [instituição] não teve 100% de frequência.
448. #5 “No quadro apresentado...”.
449. #13 [interrompe #5] É. “O quadro apresentado...”. Nesse sentido, entende? Porque aqui, foi a leitura que foi feita, tá? Tu acrescentas isso aí, por favor?
450. #1 Sim.
451. #13 Gente... a outra #6. Continua [incompreensível].
452. #6 Não foi colocado [incompreensível] de capacitação de conselheiros...
453. #13 [interrompe #6] A linha. Qual a linha?
454. #6 Na sequência, ali.
455. #13 Tá. Mas qual é a linha?

456. #6 [incompreensível] lá pela 49, pode colocar aqui, dentro das comissões. Porque quando falar de todas as comissões, vai falar da capacitação de conselheiros.
457. #13 Tá...
458. #6 Quando fala de todas as comissões, [incompreensível], né? Mas não foi citada a Comissão de Capacitação de Conselheiros.
0:47:21
459. #13 [incompreensível], porque não foi citado.
460. #6 Aqui, olha, na linha 34, [lê documento] “planejamento 2012”. Foi falado de todas as comissões, mas não foi citado a Comissão de Capacitação de Conselheiros. Então, só coloca ali...
461. #13 [interrompe #6] Tá. Então, por favor, tu colocas ali. Falta citar... onde consta comissões, falta citar a Comissão de Capacitação. Ok. Mais alguma coisa?
462. [Barulho generalizado]
463. #13 Está aqui o teu. Na linha 22, [nome] não obteve 100%; na linha 22, não tem plural, [nome]. Tá, já mudei. Linha 25, CEI; linha 22 e 23, todos os gestores e presidentes receberam ofício? A [instituição] não recebeu. [pausa] Mas isso aqui, foi encaminhado. Aqui está relatando que foi encaminhado. Não sei porque não recebeu. Porque foi encaminhado.
464. #6 [incompreensível]
465. #13 Sr. #15?
466. #15 63 a 65.
467. #13 63 a 65. Sim?
468. #15 Diz que, no registro aqui, “somente a de Capacitação, Financiamento e Enfrentamento à Violência que não se reuniram por falta de quórum.”
469. #13 No dia 7 de fevereiro.
470. #15 Tá. “Entretanto”... Está escrito em outro [incompreensível]... “Entretanto, a de Financiamento, reuniu-se dias 14 e 24 de fevereiro. Na primeira página, nós temos, logo no início, no 38, [lê documento] “a Comissão de Orçamento e Financiamento ressaltou que tanto no orçamento da SST geral e do

[incompreensível] não há menção de prioridade para a pessoa idosa.”

471. #13 Tá. Mas assim, para a gente ser bem pontual: qual é a sua sugestão?
472. #15 A sugestão é a seguinte: aparece que nós não nos reunimos...
473. #13 [interrompe #15] No dia 07. No dia 7.
474. #15 É. E a justificativa foi que ela se reuniu no dia 14 e dia 24.
475. #13 Tá. Mas isso foi falado no dia? Porque a gente está lendo uma ata, tá? Não pode contar como uma informação hoje.
- 0:49:56**
476. #15 Bom. Eu... eu...
477. #18 [interrompe #15] Só para esclarecer, Sr. #15. A proposta do dia 7 era fazer uma experiência em que todos pudessem se reunir.
478. #13 [interrompe #18] É... é nesse sentido.
479. #18 Então, essas três não se reuniram nesse dia. Não quer dizer que não se reuniram.
480. #13 [interrompe #18] Eu sou estou lendo as que foram feita dia 7.
481. #15 Mas, naquele dia.
482. #18 Naquele dia não se reuniram.
483. #15 Mas... isso estaria logo aqui na frente: “não se reuniram”.
484. #13 Não. Não se reuniram dia 7. As reuniões do dia 7 de fevereiro. Somente a de Capacitação, Financiamento e Enfrentamento à Violência não se reuniram.
485. #18 [interrompe #13] Se fizeram em outro dia, [incompreensível] fazer.
486. #6 Eu até escreveria o contrário. Se reuniram essa e essa, as demais não tiveram quórum. [incompreensível]
487. #15 [interrompe #6] Então... deixa... ou registra que é o seguinte: na primeira página traz o que o conselho realizou na reunião inteira.
488. #13 Sim. Mas ninguém está tirando isso. Aqui, a gente só está falando do dia 7.
489. #15 [interrompe #13] No 73 e 74, aqui ficou, na leitura, somente a da Capacitação, Financiamento e Enfrentamento não se

reuniram por falta de quórum. Agora, aqui, houve a justificativa, que a [nome] fez aqui, [incompreensível] pelo menos o registro, e ela fez o seguinte: “Entretanto, a de Financiamento reuniu-se nos dias 14 e 24.”

490. #13 [interrompe #15] Acrescenta [incompreensível].
491. #18 Sr. #15! Sr. #15! Para deixar bem claro para todos nós: era uma experiência, na perspectivas de todas as comissões [incompreensível] no dia 7. Porque eles colocariam [incompreensível] já teria todas as comissões. E não foi possível esse conteúdo, por limitações de [incompreensível]. Então, [incompreensível]. Não é que não se reuniu. Não se reuniu naquele dia.
492. #13 Ah, essa aqui foi arrumada! [voz de espanto]
493. #15 [interrompe #18] [incompreensível] tem duas atas?
494. #1 Tem duas atas.
495. #13 Ai, gente, olha aqui. Me desculpem. É que a [nome] colocou aqui para mim, essa ata aqui. Só que eu também estou achando essa ata aqui tão horrível. E a ata nova... a ata que já foi corrigida, tem aqui na próxima, tá? É por isso. Na verdade, olha, aqui está escrito: [lê documento] “Entretanto, a de Financiamento reuniu-se no dia 14 e 24 de fevereiro.” Está pronto aqui. Aliás, eu estou vendo que esta daqui está bem diferente.
496. #18 Assim como outras também se reuniram. Nós teremos que dizer, o certo é “na data de experiência”.
497. #15 De experiência.
498. [Barulho generalizado]
499. #13 Eu queria saber se essa daqui tem a comissão que a #6 falou. [pausa] E agora? Agora, vou ter que ler de novo?
500. #18 Não.
501. #13 Então, já foi acrescentado aqui e essa redação está melhorada. Infelizmente, me deram uma ata aqui que não corresponde à realidade.
502. [Barulho generalizado]
503. #19 #13! Só essa questão dela ali. Aqui que ela colocou a questão da publicação das cartilhas [incompreensível].

504. #13 Ok.
505. #19 E atenção ali na **[incompreensível]**. **[incompreensível]** da capacitação. O resto está ok.
506. #13 Ok. Então, falta a inclusão mesmo no resto. Então, vocês acompanham... Na verdade, vocês nem acompanharam, porque vocês têm a certa. Eu que tenho a errada. **Por favor...** **[pausa]** Não?
507. **[Barulho generalizado]**
508. #13 **Meu Deus!** **[aumento na voz]** Ela tem a certa. A outra tem a errada. Gente, está tudo confuso aqui. **[pausa]** Ok. A sugestão da #6 de incluir a Comissão de Capacitação, já vai ser incluída, tá? A redação está um pouco melhorada nessa nova, mas os assuntos são esses. **Quem aprova, então, com essas recomendações, por favor, permaneça como está.** **[pausa]** Oh, **[nome]** tens alguma sugestão de **[incompreensível]**? **[pausa]** Oi.
509. #27 Na página 19, quando diz que **[nome]** estava doente... Eu compareci na reunião **[incompreensível]**.
510. #13 **[interrompe #27]** Eu sei que comparecesse. **É assim: isso aqui foi feito logo que as pessoas chegaram. E depois, aí, ela deu continuidade. Faltou, ela foi colocando.** Mas eu sei que comparecesse. Eu percebi isso. **[pausa]** Retira isso aqui, tá? Na linha 19 **[incompreensível]**. **0:55:10**
511. **[Barulho generalizado]**
512. #13 Gente. Agora, o projeto de lei do CEI. E aí, tem isso aqui que foi... **[pausa]** Gente, chegaram mais conselheiros que vão tomar posse hoje, e aí, então, no final, a gente dá posse para os que chegaram depois, tá?
513. #? Bom, que tem mais gente para dar quórum.
514. #13 **Coisa boa!** Agora vai ter sempre. **[pausa para arrumar projetor]** Eu vou aproveitar, enquanto ele olha aqui, para dizer o seguinte: **essa minuta, ela voltou ali também, para o secretário da Assistência e tem algumas novidades que quando a comissão se reuniu, não tinha conhecimento. Essa semana, o [nome], o [nome] e eu nos reunimos com o secretário. Aí, nós tomamos**

conhecimento que o Fundo Social vai ser instinto. Aquele Fundo Social, que a gente sabe.

515. #18 Ainda bem! [**voz de alegria**]
516. #13 Também acho. Uma vergonha, né? Aquilo é uma vergonha. [**voz de desprezo**] E aí, nós colocamos na lei do Fundo, também a receita proveniente desse Fundo. Então, nós vamos ter também que alterar aquela parte do fundo, tá? Porque já não vai mais funcionar assim. [**pausa**] Vai ser difícil enxergar aqui, né? [**pausa**] Espera aí, que eu vou aumentar aqui, gente. Melhorou? Por isso que eu falo: quem está lá atrás podia vir para frente, né?
517. #5 Ah, mas eu estou aqui na frente, de óculos e não vejo.
518. #13 Tá... mas aqui não é só o que vai mudar? [**pausa**] São as alterações, né?
519. #1 **É.**
520. #13 Eu não vou ler a lei toda. Só vou falar aqui o...
521. #1 [**interrompe #13**] O que foi alterado. **0:58:10**
522. #13 A proposta de alteração. [**pausa**] Além disso, pode ser que venham outras alterações, tá? Outras recomendações da secretaria. Vocês sabem, né? Então, a Comissão...
523. #6 [**interrompe #13**] Espera, #13. Não entendi a proposta. Pode vir alguma alteração da secretaria?
524. #13 **Porque está lá de novo. E muita coisa já mudou. Por exemplo, Secretaria da Justiça já mudou de nome; o fundo já está diferente. Então, pode ser que venha alguma coisa.**
525. #6 Ah, tá. Mas eles não podem... [**pausa**]
526. #13 Eu queria que a Comissão de Normas fizesse aqui, a apresentação. Ou querem que eu apenas leia o que está escrito?
527. #5 **Exatamente,** né? **Porque a Comissão de Normas...** **Eu mandei [incompreensível],** mas não saiu... Aqui, no dia da última assembleia, nós propusemos que fosse numa terça feira, de manhã. Mas aí, não fomos convocados. Eu ainda mandei, em tempo hábil, um email para a secretaria executiva... Então, nós não reunimos. Nós não sabemos como está...

528. #13 Quer dizer então, que essas alterações que foram propostas aqui, vocês tiraram? Não vamos então, discutir hoje? Não sei... qual é a proposta da comissão? Querem se reunir novamente?
529. #5 **Eu acho que teria que ter feito, né?**
530. #13 Sendo assim, a gente não apresenta hoje. Eu não tinha conhecimento disso.
531. #5 **[interrompe #13]** Eu não me julgo capaz de apresentar um negócio que...
532. #13 **[interrompe #13]** Os outros membros da Comissão de Normas concordam com isso?
533. #16 Oh, #13. Eu não sei se foi feito mais alguma reunião da comissão. Eu não tenho conhecimento.
534. #13 **É isso que ele está dizendo. Como ele disse que não houve uma nova reunião. Ele está propondo...**
535. #16 **[interrompe #13]** Uma nova reunião, porque não foi discutido nada.
536. #13 **...de que então, esse assunto passe para o próximo mês. E até é positivo isso, porque daí, já virão – quem sabe? – algumas propostas da secretaria. E daí, a gente analisa tudo junto.** Então, eu acho que **[incompreensível]**.
537. #5 É. Eu acho que é preferível esperar e fazer uma certa.
538. #13 Sim, **Sr.** #15?
539. #15 Eu gostaria apenas, um pouquinho de atenção. É bem breve. Eu acho que é uma atitude muito salutar deixar essa apreciação para outra oportunidade mais adequada à nossa realidade e à legislação. **Gostaria de colocar aqui para o conselho, que o Conselho Estadual do Idoso já foi criado em setembro de 1990. Foi um fato histórico para Brasil inteiro, porque surgiu antes da lei 8.842, que é a Política Nacional do Idoso. Então, [incompreensível] já na Constituição de 1988. Diante desse trabalho todo, na época, quando...**
540. #13 **[interrompe #15]** **Dá licença** só um pouquinho, **Sr.** #15. Não querendo lhe cortar, mas já lhe cortando...
541. #15 **[interrompe #13]** Já cortou.

542. #13 Assim... A nossa pauta é muito extensa. E nós temos que trabalhar em cima daquilo que todo mundo aqui deliberou e concordou de que a gente vai seguir essa pauta. Essa sua explanação...
543. #15 [interrompe #13] Então, esse assunto é da ordem do dia.
544. #13 [interrompe #15] Só um pouquinho. Eu sei disso...
545. #15 [interrompe #13] É da ordem do dia.
546. #13 Eu sei disso. Deixa só eu terminar. Essa sua explanação é até muito importante, inclusive, para os novos que chegaram. Só que, eu penso, que essa discussão podia *a priori* acontecer dentro da Comissão de Normas. Porque aqui, a proposta é pontual. O que nós estamos decidindo nesse momento, é simplesmente: vamos analisar hoje? Daí, cabe tudo isso que o senhor está dizendo. Ou não vamos analisar hoje, vamos deixar para a próxima plenária. É bem pontual. Então, se nós vamos analisar, eu concordo que o senhor possa até fazer essa razoada. Até na próxima. Mas se não vamos falar, vamos passar para o próximo ponto, gente. 1:02:42
547. #15 Então, na forma regimental, pela ordem... pela questão de ordem, requeiro à Vossa Excelência, o recebimento de uma proposta de alteração da lei 10.073. Deixo essa matéria, para que, junto com outras contribuições, possa ajudar a construir...
548. #13 [interrompe #15] O senhor não é da Comissão de Normas?
549. #15 Não.
550. #13 Ok.
551. #15 Eu não sou. E também tive vista no ano 2009 já. 2010 nós tivemos esse mesmo problema. E nós estamos desde 2002, lutando com a situação muito séria. E nós não estamos nos dando conta de que nós somos responsáveis [incompreensível]. [voz de indignação] Então, eu gostaria de requerer a inclusão da ata na entrega do documento, inclusive com o organograma do conselho...
552. #13 [interrompe #15] Muito bom isso. Excelente a sua contribuição.
553. #15 [interrompe #13] Para que se possa realmente fazer com que o conselho tenha a sua lei do conselho, 1:03:50

554. #13 Então, **agradecemos a contribuição**. Vamos encaminhar a Comissão de Normas para avaliação também, tá?
555. #5 **Só um adendo, rapidamente. É que, já que houve [incompreensível] oito... ou doze conselheiros novos, que se dê a oportunidade para eles escolherem a comissão, para a gente já convocar para as próximas reuniões...**
556. #13 **[interrompe #5] Mas nós vamos fazer isso num outro momento. No momento das comissões vai haver justamente... [pausa] Gente, eu queria saber... primeiro vamos votar, né? Quem concorda de que a gente discuta esse projeto de lei, essas modificações, na próxima plenária, permaneça como está. [pausa] Aprovado.**
557. **1:04:55**

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
18	5	X										
18	5	X										
22	5	X										
23,25,27	11	X										
29	5	X										
30	13										X	
30,31	13			X								
30,31	5			X								
32,33,34,35,36	13				X							
32,33,34,35,36	5				X							X

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
53	5									X		
54	13									X	X	
57	5									X		
62	5	X										
63	13	X							X		2X	X
63	Votação 1				Todos							
65	13	X										
67	13	X										
69/71	13	X							X			
74	5	X										
79	13	X							X			

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
84	6	X										
91	13									X		
92	?	X										
94	5	X										
95	?	X										
96	13	X							X			
99	18	X	X						X			
100	13	X										
100,101	5	X		X								
100,101	13			X								
103	5	X	X						2X		X	

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
104	13	X										
110,111	13			X								
110,111	18			X								
111	18									X		
112	13									X		
114	13	X										
118	18									X		
120	18									X		
121	13										X	
121	18					X						

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
143	6	X										
145	6	X										
150	5	X										
151	13			X								
151	5			X								
152	5								X			
153	13				X							
153	5				X		X					
154	6			X								
154	13			X								
155	13	X			X		X					
155	6				X							

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
156	6									X		
157	13							X				
158	18									X		
160	18	X										
162	6								X			
164	15									X		
166	15	X										
172	6										X	
172,176, 178	6	X										
174	6									X		

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
204,206	15	X										
205	13								X			
207	13								X			
209	18									X	X	
209,211, 214	18	X										
210	13									X		
212	13									X		
216	13	X										
217	18									X		
219	15									X		

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
221	15									X		
222	13									X		
223	18	X							X		2X	
225	15									X		
226	1	X										
227	13	X									X	
232	18	X										
238	13										X	
240	13										X	
240	Votação 3				Todos							
242	13	X								X		

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Aduiaç.
267	16									X		
268	13								X			
270	13										X	
271	15		X									
271,272, ...,278	13			X								
271,272, ...,278	15			X								
272	13									X	2X	
273	15									X		
274,278	13	X							X			
275	15								X	X		
276	13									X		
277	15									X		

Quadro 25 – Continuação...

Seq.	Cod. Part.	Compar. de Sign.	Contar Histórias	Plural. de Visões	Produção de Acordos	Não acordo	Capac. de Alt. de Persp.	Linguag. Fig.	Discurso Racional	Fala Inter.	Defer.	Adulaç.
288	5				X							
288	13				X		X			X		
288	Votação 4				Todos							

ANEXO T – Questionário e Respostas Agrupadas

Questão 01 - Idade	
Num. do Quest.	Resposta
01	70
02	63
03	35
04	67
05	51
06	45
07	31
08	47
09	62
10	50
11	63
12	72
13	50
14	53

Questão 02 - Sexo	
Num. do Quest.	Resposta
01	M
02	M
03	F
04	F
05	F
06	F
07	M
08	F
09	M
10	F
11	F
12	M
13	M
14	F

Questão 3 – Escolaridade			
Questão 3.1 – Curso de Graduação			
Questão 3.2 – Curso de Pós Graduação ⁹⁹			
N. do Quest.	Resposta		
01	Pós Completa	Farmácia/ Bioquímica	Gerontologia
02	Superior Incompleto	Administr./Psicologia	-
03	Pós Incompleta	Serviço Social	Mestrado Serv. Social
04	Pós Completa	-	Doutorado Enfermagem
05	Superior Incompleto	Direito	-
06	Médio Incompleto	-	-
07	Pós Completa	Direito	Mediação e Arbitragem para o Mercosul
08	Pós Completa	Serviço Social	Serv. Social – Trabalho, Naturologia, Gerontologia
09	Superior Incompleto	Administr./Letras	-
10	Superior Incompleto	Eng. Eletrônica	-
11	Pós Incompleta	Direito	Políticas de Gestão em Segurança Pública
12	Superior Incompleto	Serviço Social	-
13	Pós Incompleta	Psicologia	Psicologia Sistêmica
14	Pós Completa	Serv. Social/ Filosofia	Mestr. Doutrina Social Cristã/ Espec. Gestão Saúde Pública

⁹⁹ A ordem das respostas foi mudada aleatoriamente para preservar a identidade dos conselheiros.

Questão 4 – Renda Familiar:	
N. do Quest.	Resposta
01	Mais de R\$ 2.500,00
02	Mais de R\$ 2.500,00
03	De R\$ 2.001,00 a 2.500,00
04	Mais de R\$ 2.500,00
05	Mais de R\$ 2.500,00
06	Mais de R\$ 2.500,00
07	Mais de R\$ 2.500,00
08	Mais de R\$ 2.500,00
09	Mais de R\$ 2.500,00
10	Mais de R\$ 2.500,00
11	Mais de R\$ 2.500,00
12	Mais de R\$ 2.500,00
13	Mais de R\$ 2.500,00
14	Mais de R\$ 2.500,00

Questão 5 – Quantas pessoas moram na sua casa?	
Num. do Quest.	Resposta
01	03
02	03
03	02
04	+1 Resposta inválida
05	03
06	03
07	02
08	03
09	01
10	05
11	02
12	02
13	04
14	01

Questão 6 – Você é simpático(a) a algum partido político? Questão 6.1 – Se sim, qual?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não
02	Não
03	Não
04	Não
05	Não
06	Não
07	S Partido dos Trabalhadores (PT)
08	Não
09	S Partido Socialista Brasileiro (PSB)
10	Não
11	S Partido dos Trabalhadores (PT)
12	Não
13	Não
14	S Partido dos Trabalhadores (PT)

Questão 7 – Você é filiado a algum partido político? Questão 7.1 – Se sim, qual?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não
02	Não
03	Não
04	Não
05	Não
06	Não
07	Não
08	Não
09	S Partido Socialista Brasileiro (PSB)
10	Não
11	Não
12	Não
13	Não
14	Não

Questão 8 – Você participa de alguma associação ou organização civil? 8.1 – Se sim, qual? ¹⁰⁰	
N. do Quest.	Resposta
01	S. Lions LD9 (LHK)
02	S. Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC)
03	S. Pastoral da Pessoa Idosa
04	N
05	N
06	S. Conselho Local de Saúde (trabalho com grupos de 3 ^a idade)
07	N
08	S. Associação Nacional de Gerontologia (ANG)
09	S. Fundação Catarinense de Pesquisas Ambientais
10	N
11	S. Associação Nacional de Gerontologia (ANG); Associação das Instituições de Longa Permanência párea Idosos (ASSILPIs)
12	S. Associação Nacional de Gerontologia (ANG)
13	S. Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM)); Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia (SBGG); <i>Conselho Regional de Enfermagem (COREN)</i> Resposta inválida
14	S. Organização dos Advogados do Brasil (OAB); Associação dos Surdos; Associação Catarinense para Integração dos Cegos

¹⁰⁰ A ordem das respostas foi mudada aleatoriamente para preservar a identidade dos conselheiros.

Questão 9 – Você ocupa o cargo de conselheiro: Questão 9.1 – Representação:		
Num. do Quest.	Resposta	
01	Conselheiro	Não respondeu
02	Suplente	Não-Governamental
03	Conselheiro	Governamental
04	Suplente	Não-Governamental
05	Conselheiro	Não-Governamental
06	Conselheiro	Não respondeu
07	Conselheiro	Não-Governamental
08	Conselheiro	Governamental
09	Conselheiro	Governamental
10	Conselheiro	Governamental
11	Não respondeu	Não-Governamental
12	Conselheiro	Não-Governamental
13	Conselheiro	Governamental
14	Conselheiro	Não-Governamental

Questão 10 – Quantas vezes já participou como conselheiro desse conselho?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	01
03	05
04	01
05	01
06	Não respondeu
07	01
08	01
09	01
10	02
11	<i>Várias Resposta Inválida</i>
12	01
13	08
14	01

Questão 11 – Quantas vezes já participou como suplente desse conselho?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	06
03	05
04	00
05	01
06	Não respondeu
07	00
08	00
09	00
10	00
11	01
12	01
13	Não respondeu
14	01

Questão 12 – Quantas vezes você já participou como conselheiro em outro conselho? 12.1 – Qual?		
Num. do Quest.	Resposta	
01	Não respondeu	Não respondeu
02	02	Conselho de Saúde
03	00	Não se aplica
04	00	Não se aplica
05	00	Não se aplica
06	Não respondeu	Não respondeu
07	02	Conselho Estadual de Assistência Social
08	00	Não se aplica
09	04	Conselho Regional de Farmácia; Fundação Nereu Ramos; C.L.S (?); CENTRO (SUS) (?)
10	00	Não se aplica
11	02	Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)
12	04	Conselho Municipal do Idoso de Florianópolis (CMI)
13	Não respondeu	Não respondeu
14	03	Conselho Municipal de Assistência Social de Florianópolis, Conselho Estadual de Assistência Social; Conselho de Turismo de Florianópolis

Questão 13 – Quantas vezes você já participou como suplente de outro conselho? 13.1 – Qual?		
Num. do Quest.	Resposta	
01	Não respondeu	Não respondeu
02	Não respondeu	Não respondeu
03	00	Não se aplica
04	00	Não se aplica
05	00	Não se aplica
06	Não respondeu	Não respondeu
07	00	Não se aplica
08	00	Não se aplica
09	00	Não se aplica
10	00	Não se aplica
11	02	Conselho Regional de Serviço Social (CRESS)
12	Não respondeu	Não respondeu
13	Não respondeu	Não respondeu
14	01	Conselho de Turismo Florianópolis

Questão 14 – Há quanto tempo está nesse conselho desde que entrou a última vez?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	Não respondeu
03	5 meses
04	1 ano
05	3 anos
06	Não respondeu
07	3 meses
08	1 ano
09	2 meses
10	4 anos
11	4 anos
12	Não respondeu
13	9 meses
14	3 anos

Questão 15 – Na sua opinião, a sua origem social contribui ou atrapalha de alguma forma a sua participação nas plenárias? Questão 15.1 – Se sim, como?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	Sim. Porque sou de participar nas bases, ouvindo o que chamamos de povão, que é outra realidade em que vivem.
03	Não. Não se aplica
04	Sim. Trazendo contribuições, divulgando, contribuindo na conscientização.
05	Não. Não se aplica
06	Não respondeu
07	Não. Não se aplica
08	Não. Não se aplica
09	Sim. Pelo conhecimento herdado do meio familiar e do meio social de origem.
10	Não. Não se aplica
11	Sim. Contribuí na defesa e garantia dos direitos da pessoa idosa, na elaboração de resoluções de políticas.
12	Não se aplica
13	Não se aplica
14	Sim. Porque representar a OAB significa representar o segmento dos trabalhadores.

Questão 16 – Como você avalia a dinâmica das plenárias nesse conselho?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	Com pouco debate
03	Com muito debate
04	Com pouco debate
05	Com a quantidade de debate necessária
06	Não respondeu
07	Com a quantidade de debate necessária
08	Com muito debate
09	Com a quantidade de debate necessária
10	Com muito debate
11	Com a quantidade de debate necessária
12	Com a quantidade de debate necessária
13	Com muito debate
14	Com muito debate

Questão 17 – Você acha que as plenárias oferecem condições para que todos possam se expressar?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Não respondeu
02	Não
03	Sim
04	Sim – Observa-se omissão (sic)
05	Sim
06	Não respondeu
07	Sim
08	Sim
09	Sim
10	Sim
11	Sim
12	Sim
13	Sim
14	Não

Questão 18 – Na sua opinião, como a quantidade de pessoas nas plenárias, influencia a qualidade dos debates?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Acha que tem pessoas demais para um bom debate
02	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
03	Acha que tem pessoas demais para um bom debate
04	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
05	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
06	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
07	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate
08	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
09	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
10	Não respondeu
11	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate
12	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
13	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate
14	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate

Questão 18.1 – Por quê?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Desinteresse, polemização estéril
02	Porque são pessoas com bom potencial de conhecimento no que diz respeito à pessoa idosa
03	Não respondeu
04	Tem pessoas para um bom debate, mas o mesmo não é conduzido adequadamente
05	Não respondeu
06	Penso que quanto mais cabeças pensantes e variação de idéias, mais rico fica o debate.
07	Existe dificuldade de alcançar o quórum proposto pelo estatuto
08	Os participantes têm garantia de voz e vez enquanto representantes no conselho.
09	É representativa e paritária.
10	Não respondeu
11	Falta capacitação, os conselheiros são rotativos.
12	Quantidade suficiente.
13	Não respondeu
14	Não respondeu

Questão 19 – Quantas vezes você precisou faltar à plenária nesse mandato?	
N. do Quest.	Resposta
01	Raramente precisa
02	Precisa às vezes
03	Frequentemente precisa
04	Nunca precisou
05	Raramente precisa
06	Raramente precisa
07	Raramente precisa
08	Nunca precisou
09	Nunca precisou
10	Raramente precisa
11	Precisa às vezes
12	Precisa às vezes
13	Frequentemente precisa
14	Raramente precisa

Questão 20 – Você acha que a divisão de assentos nesse conselho representa bem os segmentos sociais que são afetados por essa política pública?	
N. do Quest.	Resposta
01	Não
02	Sim
03	Sim
04	Sim – Segmentos, sim. Pessoas, nem sempre. (sic)
05	Sim
06	<i>Mais ou menos</i> Resposta inválida
07	Não
08	Sim
09	Não
10	Sim
11	Sim
12	Não
13	Sim
14	Não

Questão 21 – Você participa ou já participou de algum grupo extra plenária de discussão permanente (ex.: comissões) ou provisório (ex.: grupos de trabalho/GTs) dentro do conselho? Questão 21.1 – Se participa ou participou, qual?				
N. do Quest.	Resposta			
01	Participa	Com. de Planejamento e Finanças	Com. de Normas	Não se aplica
02	Participa	Com. de Divulgação e Comunicação	Com. de Enfrentamento à Violência	Com. de Capacitação
03	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	Participa	Com. de Divulgação e Comunicação	Com. de Políticas	Não se aplica
05	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	Participou	Câmara de Deliberação para a Criação de Centros Dia	Capacitação para Centros Dia	Com. de Enfrentamento à Violência
07	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	Participa	Com. de Políticas	Com. de Enfrentamento à Violência	Não se aplica
09	Participa	Com. de Políticas	Com. de Normas	Não se aplica
10	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	Participa	Com. de Capacitação	Não se aplica	Não se aplica
12	Participa	Com. de Normas	Não se aplica	Não se aplica
13	Não	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	Participa	GT p/ Elaboração do Projeto de Lei para remodelação do CEI/SC	Não se aplica	Não se aplica

Questão 22 – Há quanto tempo participa ou durante quanto tempo participou desse grupo?			
N. do Quest.	Resposta		
01	4 anos	2 anos	Não se aplica
02	2 meses	2 meses	2 meses
03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	5 meses	5 meses	5 meses
05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	5 meses	1,5 anos	1,5 anos
07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	5 meses	5 meses	5 meses
09	<i>Recente Resposta inválida</i>	<i>Recente Resposta inválida</i>	Não se aplica
10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	2 anos	Não se aplica	Não se aplica
12	3 anos	Não se aplica	Não se aplica
13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	1 ano	Não se aplica	Não se aplica

Questão 23 – Já participou ou já tinha participado desse grupo antes?			
N. do Quest.	Resposta		
01	Sim	Não	Não se aplica
02	Não	Não	Não
03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	Não	Não	Não
05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	Não	Não	Não
07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	Não	Não	Não se aplica
09	Não	Não	Não se aplica
10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	Sim	Não se aplica	Não se aplica
12	Sim	Não se aplica	Não se aplica
13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	Não	Não se aplica	Não se aplica

Questão 24 – Você teve algum tipo de treinamento específico para participar desse grupo?			
N. do Quest.	Resposta		
01	Sim	Sim	Sim
02	Não	Não	Não
03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	<i>Sim Resposta inválida</i>	<i>Sim Resposta inválida</i>	<i>Sim Acumulado ao longo da carreira (sic) Resposta inválida</i>
05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	Não	Não	Não
07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	Não	Não	Não se aplica
09	Não	Não	Não se aplica
10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	Sim	Não se aplica	Não se aplica
12	Sim	Não se aplica	Não se aplica
13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	Não	Não se aplica	Não se aplica

Questão 25 – Por que decidiu participar desse(s) grupo(s)? Dê 2 motivos:	
Num. do Quest.	Resposta
01	Poder contribuir com conhecimentos específicos.
02	Porque posso colaborar.
03	Não se aplica
04	Contribuir. Estar informada.
05	Não se aplica
06	Verificação de necessidades e solicitação.
07	Não se aplica
08	Interesse nas temáticas das comissões. Necessidade das comissões.
09	Coerente com a representação institucional. Importância e relevância das competências.
10	Não se aplica
11	Dar maior visibilidade ao Conselho. Fortalecimento dos conselheiros para melhor contribuir nos espaços de controle social.
12	Não se aplica
13	Não se aplica
14	Já participei da elaboração de minutas de leis em outros conselhos.

Questão 26 – Com que frequência esse grupo se reúne ou se reunia?			
N. do Quest.	Resposta		
01	1 vez/mês	1 vez/mês	Não se aplica
02	Não respondeu	Não respondeu	2 vezes/semana
03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	Outro Sem cronograma	Outro Sem cronograma	Não se aplica
05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	1 vez/mês	1 vez/mês	1 vez/mês
07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	1 vez/mês	1 vez/mês	Não se aplica
09	Outro A ser definido	Outro A ser definido	Não se aplica
10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	1 vez/15 dias	Não se aplica	Não se aplica
12	1 vez/mês	Não se aplica	Não se aplica
13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	1 vez/15 dias	Não se aplica	Não se aplica

Questão 27 – Como você avalia a dinâmica das reuniões desse grupo?			
N. do Quest.	Resposta		
01	Com a quantidade de debate necessária	Com a quantidade de debate necessária	Não se aplica
02	Não respondeu	Não respondeu	Com a quantidade de debate necessária
03	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
04	Com pouco debate	Com pouco debate	Não se aplica
05	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
06	Com pouco debate	Com pouco debate	Com pouco debate
07	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
08	Com muito debate	Com muito debate	Não se aplica
09	Com pouco debate	Com a quantidade de debate necessária	Não se aplica
10	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
11	Com muito debate	Não se aplica	Não se aplica
12	Com a quantidade de debate necessária	Não se aplica	Não se aplica
13	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
14	Com muito debate	Não se aplica	Não se aplica

Questão 28 – Na sua opinião, os grupos de discussão extra plenária oferecem condições para que todos possam se expressar?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Sim
02	Sim
03	Não se aplica
04	Sim
05	Não se aplica
06	Sim Porém, às vezes, fica visível debates tendenciosos. (sic)
07	Não se aplica
08	Sim
09	Sim
10	Não se aplica
11	Sim
12	Sim
13	Não se aplica
14	Sim

Questão 29 – Na sua opinião, como a quantidade de pessoas nesses grupos, influencia a qualidade dos debates? 29.1 – Por quê?	
N. do Quest.	Resposta
01	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate. Inscreveram-se conselheiros com conhecimento de causa.
02	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate. É um número bom para o desenvolvimento dos trabalhos.
03	Não se aplica
04	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate. Não respondeu
05	Não se aplica
06	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate. Não respondeu
07	Não se aplica
08	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate Não respondeu
09	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate Há necessidade de se estruturar adequadamente a composição das comissões.
10	Não se aplica
11	Acha que a quantidade de pessoas é boa para um bom debate. Possibilita os participantes a se expressarem como um exercício para a Plenária.
12	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate As pessoas não se comprometem!
13	Não se aplica
14	Acha que tem poucas pessoas para um bom debate Não é tanto a quantidade, e sim a qualidade e conhecimento dos conselheiros sobre a matéria.

Questão 30 – Na sua opinião, a sua origem social contribui ou atrapalha de alguma forma a sua participação nos grupos de discussão extra plenária? Questão 30.1 – Se sim, como?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Não. Não se aplica
02	Não. Não se aplica
03	Não se aplica
04	Sim. Trazendo contribuições e divulgando os trabalhos.
05	Não se aplica
06	Sim. Contribui de maneira que tenho várias experiências com trabalhos de grupos sociais.
07	Não se aplica
08	Não. Não se aplica
09	Sim. Permite-me distinguir com base em vivências cotidianas.
10	Não se aplica
11	Sim. Saber ouvir, debater, exercício de democracia, conhecimento das pláticas, da Constituição de 1988, dentre outros.
12	Não. Não se aplica
13	Não se aplica
14	Sim. Idem 25 (sic) [Já participei da elaboração de minutas de leis em outros conselhos.]

Questão 31 – Na sua opinião, os participantes dos grupos extra plenária de discussão representam todos os segmentos sociais afetados pela política pública a que se refere esse conselho?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Não
02	Não
03	Não se aplica
04	Sim
05	Não se aplica
06	Não
07	Não se aplica
08	Não
09	Não
10	Não se aplica
11	Não
12	Não
13	Não se aplica
14	Não

Questão 32 – Com que frequência você precisa ou precisava faltar às reuniões do grupo?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Raramente precisa
02	Raramente precisa
03	Não se aplica
04	Nunca precisou
05	Não se aplica
06	Raramente precisa
07	Não se aplica
08	Nunca precisou
09	Nunca precisou
10	Não se aplica
11	Precisa às vezes
12	Precisa às vezes
13	Não se aplica
14	Raramente precisa

Questão 33 – Você prefere participar das: 33.1 – Cite 2 motivos:	
Num. do Quest.	Resposta
01	<i>Plenárias</i> <i>Grupos</i> Resposta inválida Debates amplos. Discussões mais específicas.
02	Plenárias Não respondeu
03	Plenárias Existe maior número de representantes.
04	<i>Plenárias</i> <i>Grupos</i> Resposta inválida É mais fácil formar o espírito de grupo. Fico informada.
05	Não se aplica
06	<i>Plenárias</i> <i>Grupos</i> Resposta inválida Acho importantíssima a participação dos conselheiros de maneira massiva nos grupos. A diversidade de idéias contribui para atendimento com maior amplitude das necessidades a serem debatidas.
07	Não se aplica
08	<i>Plenárias</i> <i>Grupos</i> Resposta inválida A participação na plenária é uma obrigação, pois sou titular. A plenária dá visão da totalidade dos trabalhos no CEI. A participação nos grupos (ou comissões) é uma competência dos conselheiros, mas também é uma disponibilidade pessoal. Obs.: esta pergunta é inadequada, pois a resposta não depende da preferência pessoal. Plenária e grupos são essenciais para quem efetivamente participa do CEI.
09	<i>Plenárias</i> <i>Grupos</i> Resposta inválida Plenárias contam coma participação de todas as representações. Nos grupos, conta com os conselheiros voluntários.
10	Não se aplica
11	Plenárias Deliberar.

	Defender direitos.
12	Plenárias Grupo maior de pessoas. Maior divergência de [?].
13	Não se aplica
14	Grupos Nos grupos, há resolução de temas. Plenárias, muitas discussões sem o saber, falta atualização, empoderamento.

Questão 34 – Na sua opinião, quais são as características das reuniões extra plenária que contribuem para o debate e quais características tornam o debate mais difícil?	
Num. do Quest.	Resposta
01	A preparação e composição dos temas.
02	Não respondeu
03	Não se aplica
04	Contribuem – atitude profissional, desejo de contribuir, conhecimento. Dificultam – falta de comprometimento e visão.
05	Não se aplica
06	A não abertura para os conselheiros trazerem suas experiências e apontarem necessidades vertiginosas a serem atendidas (acompanhadas).
07	Não se aplica
08	As reuniões das comissões são específicas, focadas num determinado assunto. Portanto, oferecem a possibilidade de aprofundar o debate. Contribuir com a plenária para o debate geral. Não vejo dificuldade para o debate.
09	Assuntos de competência específica para cada comissão.
10	Não se aplica
11	O autoritarismo impede o debate amadurecido.
12	Mais conhecimento do assunto é primordial para o bom andamento da discussão. Mais posições pessoais arraigadas.

13	Não se aplica
14	A contribuição é que as comissões, por serem grupos menores, podem se apoderar das demandas e discutir a contento. Dificuldade na falta de atualização dos conhecimentos, problemas de ego.

Questão 35 – Na sua opinião, quais são as características das plenárias que contribuem para o debate e quais características tornam o debate mais difícil?	
Num. do Quest.	Resposta
01	Discussões objetivas e com conhecimento de causa. Quando há discussões que provoquem acirramento de ânimos, mesmo que com razão.
02	Não respondeu
03	Torna público o que está sendo debatido nas comissões e no próprio conselho. O número de conselheiros às vezes, torna muito difícil o quórum face à ausência de alguns – falta de comprometimento.
04	Falta espírito de grupo. Falta técnicas de reunião.
05	Contribuem as diversas opiniões. Dificulta caso haja dispersão nas discussões dos assuntos propostos na convocação e ordem do dia.
06	Pessoalização da discussão Falta de respeito para com alguns conselheiros e participantes das plenárias Discursos tendenciosos e autoritários Perca de tempo discutindo picuinhas
07	Quanto aos recursos áudio visuais que são usados de maneira inadequada, dificultam uma contribuição mais significativa e acompanhamento das discussões. A disposição dos assentos enquanto auditório também não contribuem para um debate adequado. O entendimento das funções do conselho ainda são muito equivocadas e grande parte dos conselheiros não têm ciência das suas funções e possíveis contribuições.
08	A representação dos diferentes segmentos governamentais e sociedade civil contribui para o debate. O modelo burocrático de organização, embora dê formatação e procura garantir a representação, tende a tornar as plenárias cansativas e muito presa à forma, quando o conteúdo da discussão para propor ações e avaliar ações deveria ser a

	prioridade.
09	As mesmas, pela representatividade voltada às políticas inerentes aos mais variados seguimentos.
10	O que contribui para o debate é a participação de várias instituições governamentais e não-governamentais. Dificulta o debate, o estrelismo de alguns conselheiros.
11	A participação, a opinião embasada em leis, no regimento interno do conselho.
12	Idem anterior. (sic) [Mais conhecimento do assunto é primordial para o bom andamento da discussão. Mais posições pessoais arraigadas.]
13	Características da preocupação com os idosos. As dificuldades, a administração dos conflitos.
14	Idem resposta 34. (sic) [Dificuldade na falta de atualização dos conhecimentos, problemas de ego.]